

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS: ESTUDOS LITERÁRIOS

Sarah Munck Vieira

As ilhas submersas: Nós Somos as Calibanas!

Juiz de Fora
2025

Sarah Munck Vieira

As ilhas submersas: Nós Somos as Calibanas!

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras: Estudos Literários, da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito para a obtenção do título de Doutorado em Letras.

Orientadora: Dra. Silvina Liliana Carrizo

Juiz de Fora

2025

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Vieira, Sarah Munck.

As ilhas submersas : Nós Somos as Calibanas! / Sarah Munck
Vieira. -- 2025.
235 f.

Orientador: Silvína Lílíana Carrizo
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Juiz de Fora,
Faculdade de Letras. Programa de Pós-Graduação em Letras, 2025.

1. Literatura insular. 2. História Atlântica. 3. Exotização. 4.
Feminismo. 5. Resistência. I. Carrizo, Silvína Lílíana , orient. II. Título.

Sarah Munck Vieira

As Ilhas Submersas: Nós somos as Calibanas

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras: Estudos Literários da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Letras. Área de concentração: Teorias da Literatura e Representações Culturais.

Aprovada em 20 de março de 2025.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Silvina Liliana Carrizo - Orientadora

Universidade Federal de Juiz de Fora

Profa. Dra. Júlia Simone Ferreira

Universidade Federal de Juiz de Fora

Profa. Dra. Ana Beatriz Rodrigues Gonçalves

Universidade Federal de Juiz de Fora

Profa. Dra. Livia Maria de Freitas Reis Teixeira

Universidade Federal Fluminense

Profa. Dra. Rafaela Kelsen Dias

Instituto Federal de Minas Gerais

Juiz de Fora, 06/03/2025.



Documento assinado eletronicamente por **Silvina Liliana Carrizo, Professor(a)**, em 20/03/2025, às 17:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Livia Maria de Freitas Reis Teixeira, Usuário Externo**, em 26/03/2025, às 17:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ana Beatriz Rodrigues Goncalves, Professor(a)**, em 27/03/2025, às 07:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rafaela Kelsen Dias, Usuário Externo**, em 27/03/2025, às 11:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Julia Simone Ferreira, Professor(a)**, em 06/04/2025, às 10:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-Ufff (www2.ufff.br/SEI) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador **2278130** e o código CRC **E5F8F137**.

Para Anne

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Programa de Pós-graduação em Estudos Literários da Universidade Federal de Juiz de Fora, Minas Gerais, pela oportunidade de navegar pelo conhecimento na imensidão oceânica da história. Em especial, agradeço à professora e orientadora Dra. Silvina Liliana Carrizo pelos anos de ensinamento, enfrentamento e resistência desde a época de minha graduação em Língua Espanhola e Literaturas. Agradeço às professoras e aos professores da banca que, gentilmente, aceitaram ler e avaliar minhas análises, já cientes de suas possíveis fragilidades. Agradeço à minha família, que lançou o bote salva-vidas quando meus pés já não mais alcançaram a superfície. Agradeço à Evanir Munck Vieira pelo amor sem medida e pela graça vivida. Agradeço a Oswaldo Luiz de Paiva Vieira pelos primeiros livros e pelo apoio inabalável. Agradeço a Karine Munck Vieira pelos gestos de alegria e pelas manhãs que foram irmãs. Agradeço a Jorge William Falcão Junior pela parceria. Agradeço à Anne Munck Falcão por me ensinar que é preciso, cotidianamente, *sair da ilha para ver a ilha* (Saramago, 2019). Finalmente, agradeço ao Verbo e à Poesia que me permitem expressar e assumir minha personalidade quando minha boca se esquiva.

Una mujer sola

Una mujer está sola. Sola con su estatura.
Con los ojos abiertos. Con los brazos abiertos.
Con el corazón abierto como un silencio ancho.
Espera en la desesperada y desesperante noche
sin perder la esperanza.
Piensa que está en el bajel almirante
con la luz más triste de la creación
Ya izó velas y se dejó llevar por el viento del Norte
con la figura acelerada ante los ojos del amor.
Una mujer está sola. Sujetando con sus sueños sus sueños,
los sueños que le restan y todo el cielo de Antillas.

Seria y callada frente al mundo que es una piedra humana,
móvil, a la deriva, perdido el sentido
de la palabra propia, de su palabra inútil.
Una mujer está sola. Piensa que ahora todo es nada
y nadie dice nada de la fiesta o el luto
de la sangre que salta, de la sangre que corre,
de la sangre que gesta o muere en la muerte.
Nadie se adelanta ofreciéndole un traje
para vestir una voz que desnuda solloza delectándose.
Una mujer está sola. Siente, y su verdad se ahoga
en pensamientos que traducen lo hermoso de la rosa,
de la estrella, del amor, del hombre y de Dios
(Cartagena Portalatín, 1967) ¹

¹ Aida Cartagena Portalatín (1918-1994) poeta e ensaísta dominicana, nasceu em San Pedro de Macorís.

RESUMO

A presente pesquisa realiza uma análise comparativa das obras *Las brujas de la isla del viento* (2006), de Elsa López, e *Os continentes de dentro* (2021), de María Elena Morán. Ambas as autoras, oriundas de contextos geográficos distintos – das Ilhas Canárias, no caso de López, e da Venezuela, no caso de Morán –, utilizam suas obras para refletir sobre o território, a memória e a condição de ser mulher. As narrativas destacam a confluência social, histórica e imaginária entre dois eixos oceânicos, evidenciada tanto pelos lugares de nascimento das autoras quanto por seus deslocamentos geográficos. Ao recriar espaços insulares profundamente marcados por heranças coloniais patriarcais, as obras exploram os impactos psíquicos e sociais sob o ponto de vista das mulheres. Partindo dos pressupostos da História Atlântica, conforme Gilroy (1993), Ramos (2002) e Bailyn (2005), e das análises de Souza e Acruche (2021), a pesquisa destaca as interações culturais, sociais e econômicas no Atlântico e seus impactos na superação do eurocentrismo. Fundamenta-se ainda na ideia de Benítez Rojo da "ilha que se repete" e nos conceitos de *transculturação* de Ortiz (1940), Césaire (1947,1950), Rama (1982) e Glissant (1981,1990), que denunciam o colonialismo e exaltam a resistência cultural. A perspectiva decolonial é analisada com base em Kusch (1962), Mudimbe (1988) e Quijano (2007), que apontam para a expansão e consolidação da colonialidade europeia em detrimento de identidades indígenas, negras e mestiças. No campo do *imaginário*, conforme Bachelard (1978) e Le Goff (1985), as obras são compreendidas como criadoras de símbolos, pensamentos e modos coletivos de viver. Em relação à *exotização* e demonização das mulheres, a tese dialoga com Wynter (1962, 1969), Federici (2004), Tinsley (2010) e Pérez Flores (2020), que ressignificam paisagens caribenhas e atlânticas como espaços de resistência erótica e política. As narrativas de López e Morán ilustram como os espaços ficcionais insulares são reconfigurados como lócus de denúncia e resistência. Sob uma perspectiva feminina insular e considerando os elementos do pensamento decolonial, os projetos literários elaborados por mulheres tornam-se representações das *Calibanas*, que resistem, ora como ilhas, ora como continentes, mas sempre como expressões de ruptura das estruturas patriarcais.

Palavras-chave: Literatura insular. História Atlântica. Exotização. Feminismo. Resistência.

ABSTRACT

The present research conducts a comparative analysis of the works *Las brujas de la isla del viento* (2006), by Elsa López, and *Os continentes de dentro* (2021), by María Elena Morán. Both authors, from distinct geographical contexts—López from the Canary Islands and Morán from Venezuela—use their works to reflect on territory, memory, and being a woman. The narratives highlight the social, historical, and imaginary confluence between two oceanic axes, evidenced by both the authors' places of birth and their geographical displacements. By recreating insular spaces deeply marked by patriarchal colonial legacies, these works explore the psychic and social impacts from the perspective of women. Based on the premises of Atlantic History, as discussed by Gilroy (1993), Ramos (2002), and Bailyn (2005), as well as the analyses of Souza and Acruche (2021), this research emphasizes cultural, social, and economic interactions across the Atlantic and their impact on overcoming Eurocentrism. It is also grounded in Benítez Rojo's idea of the "repeating island" and the concepts of transculturation developed by Ortiz (1940), Césaire (1947,1950), Rama (1982), and Glissant (1981,1990), which denounce colonialism while celebrating cultural resistance. The decolonial perspective is examined through the works of Kusch (1962), Mudimbe (1988), and Quijano (2007), who address the expansion and consolidation of European coloniality to the detriment of Indigenous, Black, and mestizo identities. In the realm of the imaginary, following Bachelard (1978) and Le Goff (1985), these works are understood as creators of symbols, thoughts, and collective ways of living. Regarding the exotification and demonization of women, this dissertation engages with Wynter (1962, 1969), Federici (2004), Tinsley (2010), and Pérez Flores (2020), who reframe Caribbean and Atlantic landscapes as spaces of erotic and political resistance. The narratives of López and Morán illustrate how insular fictional spaces are reconfigured as sites of denunciation and resistance. Under an insular feminine perspective and in consideration of decolonial thought, the literary projects of these women become representations of the *Calibanas*, resisting sometimes as islands, as continents, but always as expressions of rupture against patriarchal structures.

Keywords: Insular literature. Atlantic history. Exoticization. Feminism. Resistance.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | |
|---|-----|
| Imagem 1 – Visão de Santo Domingo Segundo Bry (1599) | 43 |
| Imagem 2 – Cabeça de animal em cerâmica: vestígio da arqueologia canária | 100 |
| Imagem 3 – Figura Humana Feminina com pernas Cruzadas, vestígio arqueológico das ilhas canárias | 101 |
| Imagem 4 – Representação feita por Bry de Indígenas Crianças e Mulheres praticando o canibalismo (1593) | 110 |
| Imagem 5 – Cerimônias dos Bárbaros nas Encantações (1634) | 117 |
| Imagem 6 – Pendente de Sapo, Artefato Arqueológico do Caribe | 120 |
| Imagem 7 – Representação de indígenas da França Antártica 1557 | 129 |
| Imagem 8 – Xilogravura em Maximilino I, Der WeiBkuing (1516) | 144 |
| Imagem 9 – Mulher andina obrigada por padre a trabalhar na tecelagem | 146 |
| Imagem 10 – Alegoria da América | 172 |
| | |
| Mapa 1 – Percursos de Elsa López..... | 25 |
| Mapa 2 – Percursos de Maria Elena Morán | 26 |
| Mapa 3 – As Ilhas do Caribe representadas por Thornton (1680)..... | 39 |
| Mapa 4 – Ilhas Canárias Representadas por Coronelli (1697)..... | 41 |
| Mapa 5 – Ihas Canarias representadas no mapa de Hereford (1300) | 97 |
| Mapa 6 – África Representada por Blaeuw (1648)..... | 103 |

SUMÁRIO

| | |
|---|-----|
| 1 INTRODUÇÃO | 10 |
| 2 DAS AFORTUNADAS ÀS COLONIZADAS: CONVERGÊNCIAS ENTRE CARIBE E CANÁRIAS | 18 |
| 2.1 DESAFORTUNADAMENTE COLONIAIS: ENTRE O TABACO E O AÇÚCAR... | 35 |
| 2.2 RESSIGNIFICAÇÃO ATLÂNTICA..... | 47 |
| 2.3 OS PROTAGONISMOS DAS COMUNIDADES INDÍGENAS E AFRICANAS..... | 70 |
| 2.4 CANÁRIAS E ANTILHAS: <i>AS ILHAS QUE SE REPETEM</i> | 81 |
| 3 ENTRE O REAL E O IMAGINÁRIO: O CORPO COMO EXTENSÃO DO TERRITÓRIO | 94 |
| 3.1 A EXOTIZAÇÃO COMO ESTRATÉGIA DE PODER: CARTAS, CRÔNICAS E AS MULHERES NA VISÃO DO INVASOR EUROPEU | 114 |
| 3.2 COLONIALIDADE E DESUMANIZAÇÃO: O CORPO COMO EXTENSÃO DO TERRITÓRIO | 140 |
| 4 ELSA LÓPEZ E MARIA ELENA MORÁN: POÉTICAS DE RESISTÊNCIA E UM HORIZONTE DE TRANSFORMAÇÃO | 156 |
| 4.1 A CONSTRUÇÃO DA <i>ALTERIDADE</i> E <i>AS ILHAS QUE SE REPETEM EM LAS BRUJAS DE LA ISLA DEL VIENTO</i> (2006) E <i>OS CONTINENTES DE DENTRO</i> (2021)..... | 170 |
| 4.2 NÓS SOMOS AS CALIBANAS! | 180 |
| 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS | 201 |
| REFERÊNCIAS | 205 |

1 INTRODUÇÃO

Cubanas no vi ninguna – aclaraba Gabina todavía excitada por la aventura en El Caribe -; las de allí se acabaron casi todas. Dicen los cubanos que la Guardia Civil las exterminó una por una. Aunque también es cierto, ellos mismos los dicen, que las que quedan vuelan hasta aquí todas las noches en pocos segundos. Canarias es el lugar que más les gusta, pues se encuentran como en casa y bailan y cantan con el mismo son de allá. Les canté un punto cubano y no se lo podían creer, chica, que hasta las letras de las canciones eran un puro calco de las de allá (López, 2006).

Onde eu estou, não se escutam os sons. Daqui deste portal entre dois mundos só escuto o mar. Eu tenho o mar dentro de mim. Os portais têm ouvidos para todos os lados. A. (Morán, 2021, p.154).

No primeiro fragmento introdutório, as reuniões das *bruxas* canárias na ilha de Fuerteventura² e seu frequente voo noturno entre duas comunidades atlânticas: Canárias e Cuba. O encontro entre personagens do romance *Las brujas de la isla del viento* (2006), da escritora Elsa López: Rebeca Piñeiro e Gabina Izquierdo. Na cena selecionada, Gabina retorna rapidamente, e de vassoura, de sua visita a Cuba após se deitar com o ex-marido; Rebeca decide voar para La Habana a fim de conversar com as poucas *bruxas* que ainda existem por aqueles espaços. No segundo fragmento em amostra, uma anotação escrita à máquina por Aída Rojo, avó da protagonista narradora, a personagem Sofia, de *Os continentes de dentro* (2021), romance de María Elena Morán. A relação profunda e psíquica com o mar interiorizada naquela que crê em sereias e, acreditando ser “Sentinela de Mar”, deve levar a neta de volta às águas.

As leituras dos trechos iniciais e o estudo minucioso das narrativas de Elsa López (1943 -), nascida na Guiné Equatorial e residente em La Palma, Canárias; e de María Elena Morán (1985 -), natural de Maracaibo, Venezuela e radicada no Brasil, assim como, o conhecimento de suas, respectivas ilhas ficcionais, *Isla del Viento* e Ilha de Salos mostram a força enigmática entre mulheres, ilhas e mares, sobretudo entre a

² Uma das ilhas do arquipélago Canário.

escrita de autoria feminina a partir do lócus islenho, haja vista o grande Atlântico e as suas ilhas visíveis e invisíveis.

Tendo em vista o amplo universo que compreende as ilhas nas produções literárias e, precisamente, nas construções socioculturais e crítico literárias das duas narrativas estudadas e originadas de um a outro lado do Atlântico (Ilhas Canárias, Venezuela-Brasil), nossa hipótese central é que, a partir do pensamento *decolonial e feminista* é possível encontrar uma intrínseca aproximação entre as Ilhas Canárias e a América Latina, destacando, nesse ponto, Ilhas Canárias e Caribe, relação essa que, também, perpassa a Literatura.

Para fundamentar a nossa ideia central, recorreremos, primeiramente, ao pensamento de Benítez-Rojo (1989) em seu texto “*La isla que se repite: el Caribe y la perspectiva posmoderna*”, a fim de repensarmos, de forma análoga, o arquipélago canário como espaço em que predominam heranças coloniais que se repetem ao longo dos séculos desde a época da invasão peninsular. Neste ponto, inclusive, será importante a incursão de dados históricos para mostrar o papel das ilhas na empresa colonizadora: lugar de abastecimento das caravelas portuguesas e espanholas; terra para cultivo e experiências com plantas e sementes; experiência com a cana de açúcar, muito semelhante ao que se deu no Caribe; elementos da inquisição; perseguição aos preceitos religiosos das denominadas religiões “pagãs”, adicionando nesse aspecto, perseguição às mulheres curandeiras; entre outros pontos de diálogo que desenvolveremos no transitar da tese.

Nossa investigação buscará, portanto, traçar diálogos a partir da História Atlântica e da perspectiva *decolonial*. Dessa maneira, como estratégia para elucidação da tese central, observaremos a construção da imagem da mulher como corpo atravessado pela *colonialidade* e pela *exotização*, isto é, pelo olhar do colonizador. Nos dois lados do Atlântico serão encontrados vozes femininas subordinadas, dissidentes, migrantes e “apequenadas” pelos invasores europeus. Nossa leitura lançará mão de duas narrativas que se deslocam pelas orilhas atlânticas: a imagem da ilha que invade o continente e a imagem do continente que se transforma em ilha. Nessa lógica, encontraremos as *ilhas que se repetem*: a escrita de autoria feminina contemporânea. Veremos que o *lócus* islenho ficcionalizado no

romance de López (2006) e na narrativa de Morán (2021) encontram aquilo que o patriarcalismo não consegue exterminar: o sonho, a transgressão e a utopia.

De maneira análoga, refletiremos sobre as aproximações dos deslocamentos geográficos e *imaginários* entre espaços do Atlântico e buscaremos compreender a intrínseca conexão da escrita literária e com os próprios deslocamentos de López (2006) e Morán (2021). Portanto, considerando *Las brujas de la isla del viento* (2006) e *Os continentes de dentro* (2021), julgamos importante sinalizar as biografias de suas autoras.

Amada Elsa López Rodríguez (Santa Isabel de Fernando Poo, Guiné Equatorial, 17 de janeiro de 1943) é uma escritora espanhola especializada em poesia, com uma carreira que abrange também narrativa, biografia, conto, antropologia e até composição musical. Embora nascida na África, mudou-se em 1947 para a ilha de La Palma, nas Ilhas Canárias, onde viveu até 1955, quando se estabeleceu em Madri para concluir seus estudos. Graduou-se em Filosofia pela Universidade Complutense de Madri em 1965 e, posteriormente, obteve o doutorado em 1980 com a tese "El tablado de la Montañeta. Estructura social y cultural de una comunidad campesina en la isla de La Palma".

Ao longo de sua carreira, Elsa López Rodríguez ocupou diversos cargos de destaque no meio literário e cultural. Foi presidente da Seção de Literatura do Ateneo de Madri (1987-1989), presidente do Ateneo de La Laguna (2011-2013) e diretora da Fundação Antonio Gala para Jovens Criadores (2002-2006). Em 1989, fundou e passou a dirigir a Ediciones La Palma, contribuindo significativamente para a promoção da literatura nas Ilhas Canárias. Sua obra poética é extensa e reconhecida, incluindo títulos como "El viento y las adelfas" (1973), "Inevitable océano" (1982), "Del amor imperfecto" (1987) e "Travesía" (2006), entre outros. Além da poesia, López também se aventurou na narrativa com obras como "El corazón de los pájaros" (2001) e "Las brujas de la isla del viento" (2006). A autora recebeu diversos prêmios e reconhecimentos, destacando-se o Prêmio Internacional de Poesia Ciudad de Melilla (1987), o Prêmio Nacional de Poesia José Hierro (2002), a Medalha de Ouro das Canárias (2016) e o Prêmio Canárias de Literatura (2022). Atualmente, López continua contribuindo para a cultura e literatura das Ilhas Canárias, sendo membro correspondente da Real Academia de Córdoba de Ciências, Belas Letras e Nobres

Artes, além de Embaixadora de Boa Vontade da Reserva da Biosfera Ilha de La Palma perante a UNESCO.

María Elena Morán (Maracaibo, 1985) é uma escritora e roteirista radicada em São Paulo, Brasil, com uma trajetória acadêmica e profissional internacional. Graduou-se em Comunicação Social pela Universidad del Zulia, na Venezuela (2007), e especializou-se em Roteiro Cinematográfico pela EICTV, em Cuba (2012). No Brasil, consolidou sua formação com um Mestrado e Doutorado em Escrita Criativa pela PUCRS, concluído em 2022.

Seu primeiro romance, *Os Continentes de Dentro*, foi publicado no Brasil (Zouk) e na Espanha (Ménades) em 2021. Em 2022, venceu o prestigioso Premio de Novela Café Gijón com *Volver a cuándo*, publicado pela Siruela em 2023. Como roteirista, coescreveu o longa-metragem *Levante*, de Lillah Halla, que estreou na Semana da Crítica de Cannes em 2023 e recebeu mais de vinte prêmios internacionais, incluindo o FIPRESCI em Cannes, Melhor Filme em Biarritz e Melhor Filme Ibero-Americano em Palm Springs. O filme também entrou na *shortlist* para representar o Brasil no Oscar 2025. Além de sua carreira literária e cinematográfica, Morán atua como professora nos núcleos de Ficção e de Roteiro da Pós-graduação de Escrita Criativa do Instituto Vera Cruz, em São Paulo, e na PUCRS. Também já ministrou oficinas de Roteiro na EICTV e em diversas outras instituições renomadas.

A respeito de *Las brujas de la isla del viento*, Lopez (2006) se fundamentou numa pesquisa antropológica realizada em La Palma, na década de setenta. Na conhecida ilha assolada pelo vento, a autora e estudiosa encontrou muitas mulheres violentadas e maltratadas. No enredo, há um grupo de mulheres internadas em um centro psiquiátrico atormentado por um vento que causa alucinações e transtornos. Em relação à obra *Os continentes de dentro* (2021) e, a partir de uma conversa via rede social com a autora, Morán relatou que *Salos* foi inspirada em três ilhas reais: Providência e Zapara (as duas encontram-se no Lago de Maracaibo, Golfo da Venezuela) e *Los monjes*, ilha que também pertencente ao Caribe e que foi utilizada para instalações militares, sendo disputada por Colômbia e Venezuela. Paralelamente, Morán revelou que mirou o Hospital Colônia Itapuã em Viamão (leprosário), próximo a Porto Alegre, Brasil.

Nas ilhas ficcionais de Elsa López (Isla del Viento) e de Morán (Salos), os espaços funcionam como *manicômios* em alto mar. Assim, veremos que tanto em um enredo, quanto em outro as mulheres internadas são aquelas que não correspondem às ideias patriarcais de suas sociedades, colaborando, uma vez mais, para a força das *ilhas que se repetem* e, por que não, da perpetuação da *loucura* feminina que tem muito a ver com o olhar masculino colonizador, utilitário e excludente.

Portanto, nossa pesquisa se inclinará sobre o estudo de literaturas contemporâneas produzidas por mulheres de um ao outro lado do Atlântico e, para esse recorte, nos pautaremos na existência da *comarca atlântica*, conforme Ramos (1996; 2002) e Gilroy (1993). O primeiro capítulo “DAS AFORTUNADAS ÀS COLONIZADAS: CONVERGÊNCIAS ENTRE CARIBE E CANÁRIAS”, discorreremos sobre a vinculação histórica entre o arquipélago canário, o caribe e o continente hispano-americano e o continente africano, haja vista a colonização europeia ocorrida entre os séculos XIV e XVI. Assim como as ilhas de Madeira, Açores e Cabo Verde funcionaram como verdadeiros laboratórios para o processo da colonização do Brasil, as Ilhas Canárias, também com suas múltiplas facetas, serviram como banco de testes para a colonização americana: posição geográfica favorável; provisão de recursos naturais e submissão das populações indígenas. Para fundamentar essa equação, encontremos abordagens históricas que mantem como premissa o diálogo atlântico: Bailyn (2005) e Souza e Acruche (2021), estarão em nossas linhas argumentativas.

Exploraremos em que medida Canárias e Caribe mantêm semelhanças, seja através dos elementos geográficos comuns enquanto ilhas banhadas pelo oceano atlântico, haja vista os processos históricos que caracterizaram as tentativas de dominação europeia sobre os seus *territórios* e sobre as populações autóctones; seja por meio das dimensões simbólicas que permeiam as narrativas que exploram as experiências de mulheres nos espaços insulares. No diálogo que travaremos entre as narrativas de López (2006) e Morán (2021), algumas questões nos chamarão atenção, tais como: Quais metáforas foram utilizadas para se referir às ilhas? Em que medida as narrativas sobre os espaços insulares promovem uma reflexão quanto às fronteiras

entre a geografia e *imaginário*? Como os mistérios e a *loucura*³ permearam os ambientes insulares?

Fundamentaremos nossa argumentação na concepção da *ilha que se repete* de Benítez-Rojo (1987) e nos conceitos de *transculturação* de Ortiz (1940), Césaire (1947, 1950), Rama (1982) e Glissant (1982, 1990), cujas abordagens possibilitam a compreensão das dinâmicas culturais híbridas, assim como a força da resistência identitária nos espaços subjugados e colonizados. Por intermédio desses autores, discorreremos sobre as relações arquitetadas historicamente entre memória, linguagem e territorialidade, considerando, portanto, a ilha não apenas como um espaço geográfico, mas como um mosaico cultural em constante metamorfose. Na perspectiva *decolonial*, estudaremos Kusch (1962), que problematiza a epistemologia europeia na América latina; Mudimbe, que analisa as epistemologias africanas e a concepção do *imaginário* colonial (1988); e Quijano (2007), cuja teoria da *colonialidade do poder* nos ajuda a reconhecer a continuidade das hierarquias coloniais nas relações sociais, culturais e epistêmicas contemporâneas.

No segundo e terceiro capítulos, respectivamente, “ENTRE O REAL E O IMAGINÁRIO: O CORPO COMO EXTENSÃO DO TERRITÓRIO” e ELSA LÓPEZ E MARIA ELENA MORÁN: POÉTICAS DE RESISTÊNCIA E UM HORIZONTE DE TRANSFORMAÇÃO”, compreenderemos à luz do *imaginário* de Bachelard (1978) e Le Goff (1985), a construção simbólica de modos de viver. Veremos que, nesse sentido, as obras literárias elaboram e constroem memórias e identidades e formas de resistência, reconfigurando, pois, experiências individuais e coletivas. No que tange à *exotização* e à *demonização* das mulheres, partindo das cartas e dos diários dos colonizadores dos séculos XV e XVI, teceremos uma rede crítica com as reflexões de Wynter (1962, 1969), Federici (2004), Tinsley (2010) e Pérez Flores (2020). Os estudos citados colaboram para o entendimento de processos históricos opressores, especialmente no controle e violência contra as mulheres, no contexto das sociedades coloniais e pós-coloniais. Observaremos que Wynter (1962, 1969), denuncia as concepções raciais e de gêneros que instrumentalizaram a hegemonia europeia;

³ A palavra *loucura* foi utilizada ao longo da história para segregar aqueles que possuem características divergentes das que foram instituídas como convencional em cada sociedade. Por ser um conceito situado historicamente e caracterizado por uma perspectiva neuro-normativa, utilizaremos o termo *loucura* sempre em itálico. Para uma melhor compreensão as utilizações do termo *loucura* nas sociedades ocidentais, recomendamos a leitura de Foucault (1961).

Federici (2004) investiga mecanismos de repressão sobre as mulheres na transformações que levaram às sociedades ao capitalismo moderno; Tinsley (2010) e Pérez Flores (2020), por sua vez, ressignificam paisagens caribenha e atlânticas, não somente como espaços de exploração e dor, mas também de resistência erótica e política, em que emergem novas narrativas.

Em nossa pesquisa, elaboraremos reflexões sobre a *decolonialidade* canária e caribenha a partir do ponto de vista feminista interseccional, compreendendo como a *modernidade/colonialidade* (Quijano, 2007) marcou a vida das mulheres islenhas desde a colonização de seus arquipélagos. Considerando o espaço diaspórico como uma categoria conceitual que inclui as pessoas que também permanecem, focaremos nas personagens que resistem tanto na ilha quanto no continente. O *imaginário* da bruxa como aquela que inverte a visão eurocentrista de feminilidade (Perez Flores, 2020), dialogará com a construção das mulheres calibanas que, tendo em vista a *alteridade*, questionarão a hegemonia colonial, cristã e europeia.

As obras de López (2006) e Morán (2021) se reconstroem na memória, denúncia e resistência, fato que nos proporcionará diferentes olhares sobre os sujeitos femininos e suas relações com o *território*. Tradicionalmente configuradas como lugares de isolamento e desterro, as ilhas emergirão como *territórios* de liberdade e reinvenção. Sob uma perspectiva feminina insular e considerando o pensamento *decolonial*, encontraremos discursos contra hegemônicos e novas subjetividades. Os projetos literários elaborados pelas autoras analisadas na pesquisa resistem ora como ilhas solitárias, ora como continentes absortos, mas sempre como disruptores frentes às forças patriarcais. A ressignificação de Calibán, a partir de uma mirada feminista e decolonial, desafiará a epistemologia eurocêntrica que moldara e ainda transpassa as narrativas sobre o “Novo Mundo” que, como veremos ao final da pesquisa que “de novo não tem nada”.

Hubo una vez un tiempo en que las grandes aventuras comenzaban en ese mar que tenemos delante de nosotras. - Ruth tenía un don extraordinario dinario para relatar historias. Nadie como ella para encantar a las dos ancianas-. Por aquel entonces, tonces, las islas eran ya conocidas por los marinos nos que soñaban con ellas como si ellas fuesen un paraíso

perdido. Y así, surgieron las leyendas de las Siete Ciudades y de San Brandán, el monje je que quería viajar hasta el archipiélago de los Bienaventurados y allí morir sin guerras ni dolores, res, en una isla que él llamaba La Inaccesible. Cuenta la leyenda que un día, Brandán se enteró ró de que habían descubierto El Jardín de Las Delicias en medio del océano. Entusiasmado, convenció a otros monjes para que le siguieran en la búsqueda. Atravesó el mar oscuro y peligroso groso y llegó hasta unas islas por las que navegó gó sin rumbo hasta que le sorprendió el crepúsculo; culo; entonces se acercó a una de ellas y desembarcó. Atracaron, saltaron de sus barcas y treparon al lugar más alto. Pero ninguno se dio cuenta de que era un gran monstruo lo que habían bían pensado sería una isla. Los monjes se quedaron daron dormidos a lomos de una enorme ballena que los arrastró por el océano. Y así comienzan las aventuras de esos monjes a lomos de una ballena. Recorrerán la isla de los Bienaventurados, dos, la isla de los Pájaros, la isla de los Carneros, la isla de los Gigantes, la isla de las Siete Ciudades... des... Durante seis años viajarán buscando el Paraíso Terrenal. No lo encontrarán y volverán a celebrar la Pascua al Paraíso de las Aves y después pués emprenderán el último viaje, el que les conducirá a la Tierra Prometida. Pero cuando los monjes regresan a su tierra después de correr estas y otras aventuras parecidas, todo lo que ellos habían conocido ya no existe, y las personas nas que ellos querían han muerto y quienes quedan hablan una lengua rara que ellos ya no comprenden. Nada es igual: han cambiado las casas, los lugares y las personas. El mundo que les rodea no se parece en nada al que ellos dejaron ron al partir... Eso les pasó a los monjes y eso le pasará a todos los que creen ver la isla de San Borondón aparecer por el horizonte. A todos, menos a nosotras que sabemos que sólo es una ballena a la deriva... Y colorín colorado este cuento ha terminado. (López, 2006, loc. 1620-1634).

2 DAS AFORTUNADAS ÀS COLONIZADAS: CONVERGÊNCIAS ENTRE CARIBE E CANÁRIAS

El hombre les había contado que los judíos que huían de la persecución que había contra ellos en España y Portugal, sabiendo que el viaje a las Indias se les presentaba más que dudoso debido al control que ejercía la Inquisición sobre los inmigrantes que procedían del otro lado del Atlántico, se habían quedado a vivir en la isla que en aquellos años servía de escala entre Europa y América y en ella se mezclaron con los núcleos de población que ya existían. Lo único que hicieron de especial fue organizarse en núcleos de profesionales como, por ejemplo, zapateros, vidrieros o médicos. Ellos fueron los primeros que introdujeron en la isla las prácticas cas medicinales de su tiempo. A pesar de las persecuciones a que estaban sometidos que les obligaba a ejercer la medicina de una manera ilegal, llegaron a alcanzar mucho prestigio en esta profesión. Cuando el poder de la Inquisición llegó a las islas, el miedo se extendió por todas partes y la gente comenzó a denunciarlos. Se formó proceso contra ellos y se organizaron autos de fe. El primero se celebró en febrero de 1526. En los documentos de la época se podía leer cómo Álvaro González, cristiano nuevo, judío natural de Castil Blanco, en Portugal, vecino de La Palma y zapatero, patero, fue condenado a la confiscación de sus bienes y a ser humillado en persona por ser «herege, heresiarca y predicador y enseñador de la ley de los judíos» tal y como venía escrito en aquellos documentos que la madre y la abuela de Rebeca Piñeiro se pasaban de mano en mano sin saber exactamente cómo leerlos. Eduardo Martínez Santos les aclaró el origen de su apellido y de su afición a ejercer el oficio de sanadoras y, además, les habló de otras creencias que ellas llevaban muy arraigadas y que él achacaba, entre otros motivos, a la llegada a la isla de esclavos venidos del continente africano. En su extraordinaria descripción llegó a narrarles lo que hacían los esclavos no sólo en Canarias sino también en sitios muy lejanos como Cuba donde había tantas brujas que en las noches de luna llena el cielo casi no se veía de la cantidad de ellas que pasaban volando. Lo que hacían después las brujas con los esclavos clavos y capataces de los ingenios no era para contarlos allí, delante de las mujeres y la niña que con estupor oía todo aquello sin parpadear. -Todas esas creencias afincaron en nuestra isla y todo eso contribuye a que algunas personas se dediquen aún a ejercer el oficio de curandero, como dicen ustedes (López, 2006, loc. 1202-1217).

No leste, o extremos vetado, havia uns armazéns e um pequeno ancoradouro auxiliar, como se Salos, além de tudo, tivesse uma área industrial, mas essa surpresa foi pouca se comparada à imagem de um pavilhão de vários andares que parecia flutuar no mar. Mais do que prédio, aquela fantasmagoria se assemelhava

a um navio de cruzeiro encalhado. O térreo tinha sido completamente tomado pela água; cheia após cheia, o Caribe teimoso tinha reclamado o espaço que os idealizadores e engenheiros insolentes tentaram roubar dele, e o pavilhão, que antes fora uma ousadia arquitetônica, era agora uma caverna, *memento mori* das ideias nefastas (Morán, 2021, p. 74).

A ilha como espaço geográfico e como símbolo: tanto em um, quanto em outro a presença das mulheres, ora pedaços estrondosos de terra, ora porções movediças de água. Na primeira citação, Rebeca Piñeiro, personagem de *Las brujas de la isla del viento*, López (2006), recorda um singular acontecimento de quando era pequena: a visita do historiador Eduardo Martínez Santos, que fora entrevistar a mãe e a avó, a fim de coletar informações sobre saúde, comportamento, cultura e migração na ilha. No episódio relatado, a personagem confessa ter escutado pela primeira vez as palavras “bruxa”, “reza”, “voos noturnos”, “fogueira” e “inquisição”. Na segunda citação, a narradora protagonista Sofia, de *Os continentes de dentro*, Morán (2021), inscreve a Ilha de Salos em ruínas: resquícios da instituição psiquiátrica.

Nos dois romances que permearão a nossa pesquisa doutoral, a ilha se retroalimenta, interagindo como um grande anfíbio em meio a continentes e mares, cujas particularidades influenciam diretamente os enredos. Em *Las brujas de la isla del viento* (2006), as ambientações remetem às Ilhas Canárias, arquipélago espanhol localizado na costa noroeste da África. A menção às cidades de Los Galguitos e Mirca sugere que a ficcionalizada ilha possa ser La Palma, conhecida por sua paisagem vulcânica e pela significativa presença dos ventos alísios. A ilha é cercada por um mar imponente e caracterizada por alcantilados, barrancos e montanhas. Povoados rurais e *bailaderos*⁴ compõem o panorama, reforçando o seu misticismo.

Na passagem a seguir, há a contextualização geográfica do deslocamento das *bruxas* que sobrevoavam a região do Atlântico Oriental, abrangendo as Canárias, a Madeira e as Ilhas Selvagens, bem como a costa atlântica do Marrocos e do Saara Ocidental, no norte da África. Conforme discutiremos na pesquisa, essa região

⁴ De acordo com o *imaginário* popular das Ilhas Canárias, o “*bailaderos*” são locais onde as bruxas se reúnem à noite para realizar rituais e danças mágicas. Alguns historiadores acreditam que a origem da lenda esteja atrelada às tradições dos *guanches*, povos indígenas das Canárias, que se caracterizavam por crenças espirituais e costumes próprios. Conforme discutiremos ao longo de nossas análises, com a chegada dos invasores espanhóis, muitos desses costumes passaram a ser vistos como bruxaria.

apresenta uma forte conexão histórica e cultural devido às navegações, às rotas comerciais, ao tráfico de escravizados e ao intercâmbio econômico e cultural entre Europa, África, ilhas atlânticas e América. O fragmento encena o transcurso lúdico entre esses espaços, enfatizando o insular, a ligação com o oceano e com o continente africano, bem como a resistência e a subversão feminina: são as mulheres bruxas que confundem os homens, fazendo-se passar por pombas mensageiras,

Lo que ellos no podían entender es que muchas de aquellas mujeres venían desde el archipiélago de Madeira, las había más decididas o expertas, según se mire, y volaban como las palomas cuando se sueltan a volar desde Maspalomas, Valverde, Santa Cruz de La Palma, San Sebastián de La Gomera, mera, Sardina, Las Coloradas o Las Palmas y son capaces de llegar volando hasta Casablanca, El Jadida, Oualidia, Safi, Es-Sura, Agadir, Sidi Ifni, Tan-Tan o Cabo Jubi; que eso para ellas era un paseo de lo más divertido pues andaban haciendo de escalas y divirtiéndose en cada uno de esos puntos de la costa de África. Confundir a los expertos y hacerse pasar por palomas era uno de sus juegos preferidos. En ocasiones gustaban de mezclarse con palomas mensajeras de verdad y salían de Sardina volando do a las Islas Salvajes que quedaban justo enfrente. frente. Y las brujas de La Pared, en Fuerteventura, salían en línea recta a Madeira. Las de Arrecife, Puerto del Rosario, Gran Tarajal y Morro Jable iban directamente al Magreb. Aquel rebullir de alas y plumas, aquel escándalo de vuelos entrecruzados era un simple juego para las brujas que más se reían cuanto más preocupados los veían a ellos ante el descontrol de lo que tomaban por palomas mensajeras (López, 2006, loc. 1830-1838)⁵.

Em *Os continentes de dentro* (2021), a geografia divide-se entre diferentes localidades, mas a presença da Ilha de Salos predomina o enredo. A ambientação também inclui referências a Caracas, Buenos Aires, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba, refletindo o deslocamento de personagens e da narradora, que viaja para Salos, lugar em que acredita que a avó fora internada. Na narrativa, há menções que

⁵ Os locais citados incluem os arquipélagos atlânticos: Madeira (Portugal), Ilhas Canárias (Espanha) – cidades como Maspalomas, Valverde, Santa Cruz de La Palma, San Sebastián de La Gomera, Sardina, Las Coloradas, Las Palmas. Também, a Costa Atlântica do Norte da África: Casablanca, El Jadida, Oualidia, Safi, Es-Sura (possivelmente Essaouira), Agadir, Sidi Ifni, Tan-Tan e Cabo Jubi, situados no Marrocos e no Saara Ocidental.

inserir a ilha no Caribe. Em determinados momentos, Sofia, por exemplo, descreve o ambiente com o “azul elétrico das seis e meia da tarde no Caribe”, possivelmente em algum ponto geograficamente mais próximo da Venezuela e da Colômbia.

Reunidos ao redor do radinho, os quarenta e poucos que ainda restavam escutam que Colômbia y Venezuela estavam em um impasse diplomático, disputavam a Ilha de Salos que, segundo Colômbia, havia sido cedida como território venezuelano em meio a negociações irregulares e cujo nome verdadeiro era Ilha da Pedras (Morán, 2021, p. 194).

No trecho mencionado anteriormente, um grupo de pessoas que ainda estava em Salos escuta do rádio a notícia da disputa por Salos entre Colômbia e Venezuela. Enquanto a imprensa destaca a crise diplomática, a questão das pacientes que ainda habitavam o San Simeón, como denominavam a instituição psiquiátrica, era pouco discutida, reforçando sua invisibilização. Assim, Morán ficcionaliza Salos como um lugar isolado, “um enorme penhasco de cuja superfície emergiam, como se esculpidos, uns edifícios robustos” (Morán, 2021, p. 43). Um lugar cercado por manguezais e dotado de uma atmosfera de clausura que reflete a própria vida das mulheres que ali vivem como prisioneiras de uma história esquecida. A geografia interior das personagens, especialmente de Aida, cuja compreensão da realidade se mescla com os elementos fantásticos e inexplicáveis que descreve, a saber: as Sereias, seres que podem transitar entre os dois mundos – o de Fora (superfície) e o de Dentro (mundo subaquático); as Sentinelas do Mar, humanos sensíveis à existência do de Dentro, cuja missão é levar as Sereias para o seu mundo de origem; os Agentes de Transição, responsáveis por ativar as sentinelas e facilitar a reintegração das sereias; o Esquadrão Centenário composto por indivíduos que, mesmo sem saber, protegem o de Fora e impedem que as Sereias retornem para Dentro; e as Carpideiras, criaturas que sentem prazer ao relembrar o sofrimento do de Fora (Morán, 2021, p. 56-57).

Nas obras de López (2006) e Morán (2021), os ambientes insulares são permeados pelo mistério e pela *loucura*. Em *Las brujas de la isla del viento* (2006), a ilha abriga um hospital psiquiátrico inserido numa cidade habitável, isto é, a ilha contém uma instituição hospitalar, mas constitui-se também de outras comunidades,

instituições e afins que são fortemente prejudicadas pelo vento, força onipresente e catalizadora de transtornos mentais. O hospital psiquiátrico, nesse contexto, ergue-se como espaço de contenção dentro da própria ilha, onde mulheres são diagnosticadas com delírios associados à condição climática. No fragmento a seguir, observamos a dualidade insular que, ao não se constituir em um sanatório absoluto, tal e qual versa a literatura médica, exprime a “normalidade” e a *loucura*, o banal e o extraordinário:

Lo único malo que había hecho en la vida Isabel bel García Ponzano era ser tan guapa que levantaba taba ampollas a su paso. Por eso a todo el mundo do le vino grande el día en que a la muchacha le dio por decir que oía voces en su cabeza; que el viento se le había metido dentro y le decía cosas (López, 2006, loc. 45-47).

Em *Os continentes de dentro* (2021), a própria ilha se configura como sendo um grande hospital psiquiátrico, isto é, Salos não contém uma instituição psiquiátrica, ela é, por si só, uma instituição de reclusão, fato que acaba por eliminar as fronteiras entre geografia e psiquê. A ilha, refletindo a totalidade institucional, exprime o grau máximo de isolamento, em que a *loucura* predomina no espaço, ao mesmo tempo que não distingue pacientes e administradores. Tal configuração espacial opressora simula a perda de identidade e destaca a falta de saída. Aida, avó da protagonista Sofia, escreve suas memórias no hospital e aponta que a *loucura* não é apenas uma instituição, mas um paradigma que governa e alimenta o discurso de apagamento, por meio do qual ela mesma deixa de existir:

As representações das ilhas reinserem concepções de *loucura* e de esgotamento na construção de personagens femininas. Conforme discutiremos na pesquisa, a Isla del Viento e a Ilha de Salos transformam o enclausuramento, a segregação e as múltiplas violências patriarcais dominadas pelos discursos hegemônicos em possibilidades de reconstituição social e afetiva. Ambas as obras exploram a temática das violências sócio-históricas acometidas contra as mulheres. A ideia da *loucura* não é apenas diagnosticada, mas imposta como a única realidade possível para o enfrentamento daquilo que insiste em reincidir como *exótico* e contrário ao sistema vigente.

Por outro lado, a confluência entre *território*⁶, *memória* e *gênero* na representação das ilhas emerge como a medula espinhal na leitura das narrativas que exploram o *imaginário* insular e as infinitas sobreposições de subjugação e persistência associadas a ele, sobretudo o coeficiente de sobrevivência observado, também, por Sofia, que, ao reconhecer Salos como o lugar de desterro da matriarca Aida, observa que, na verdade, se tornaram desterrados aqueles que permaneceram atados às mesquinhas do continente:

Nós, que enfiávamos os insanos em hospícios para que não pudessem nos agredir com sua presença, sem saber que em Salos a equação estava ao contrário, ali elas se enclausuraram para que não pudéssemos feri-las. Por isso, quando foram deixadas para trás e tiveram a oportunidade de voltar às suas antigas vidas, não o fizeram, nem sequer as saudáveis. Preferiram a reclusão, a sobrevivência. Eu devia erradicar em mim essa pena fácil, apriorística, infantilizante. O desterro de uma família tão canalha quanto a nossa foi talvez o melhor que poderia ter acontecido à minha pobre avó (Morán, 2021, p. 74).

Essa mudança paradigmática – a ilha como espaço libertário e o continente como cárcere – encarna a fluidez do próprio oceano que ora se encolhe ora se intimida, movimento retratado muito bem por suas ondas. Nas narrativas de López (2006) e Morán (2021), as ilhas deixam de ser simples cenários para se transformarem em protagonistas simbólicos da própria constituição humana: a coexistência paradoxal da reclusão e da reinvenção. Em consonância, o Atlântico, na duplicidade entre fascínio e terror, é introduzido como ambiente de descobertas e violências que transpõem ilhas reais e imaginárias que ultrapassam o tangível e espelham dor e alívio. Tanto as forças naturais e sociais que imperam sobre as mulheres marginalizadas e estigmatizadas na *Isla del Viento*, quanto a busca por pertencimento na Ilha de Salos, enraízam-se em traumas históricos perpetuados pela política expansionista e pelo *imaginário* europeu, por meio dos quais, aliás, e sobretudo,

⁶ Em nossa tese, acreditamos no conceito de *território* conforme Carrizo (2010, p. 25): “território como uma soma complexa das relações existenciais, afetivas, simbólicas e de imaginário com um local cultural e espacial não necessariamente físico. Nesse sentido, territórios podem ser línguas, linguagens; a infância, etapas de uma vida; a cultura, assim como também um espaço físico determinado e sobredeterminado pelo existencial, pelo simbólico, pelo imaginário e até pela ideologia, como nos casos da região, das áreas culturais, da nação, do continental”.

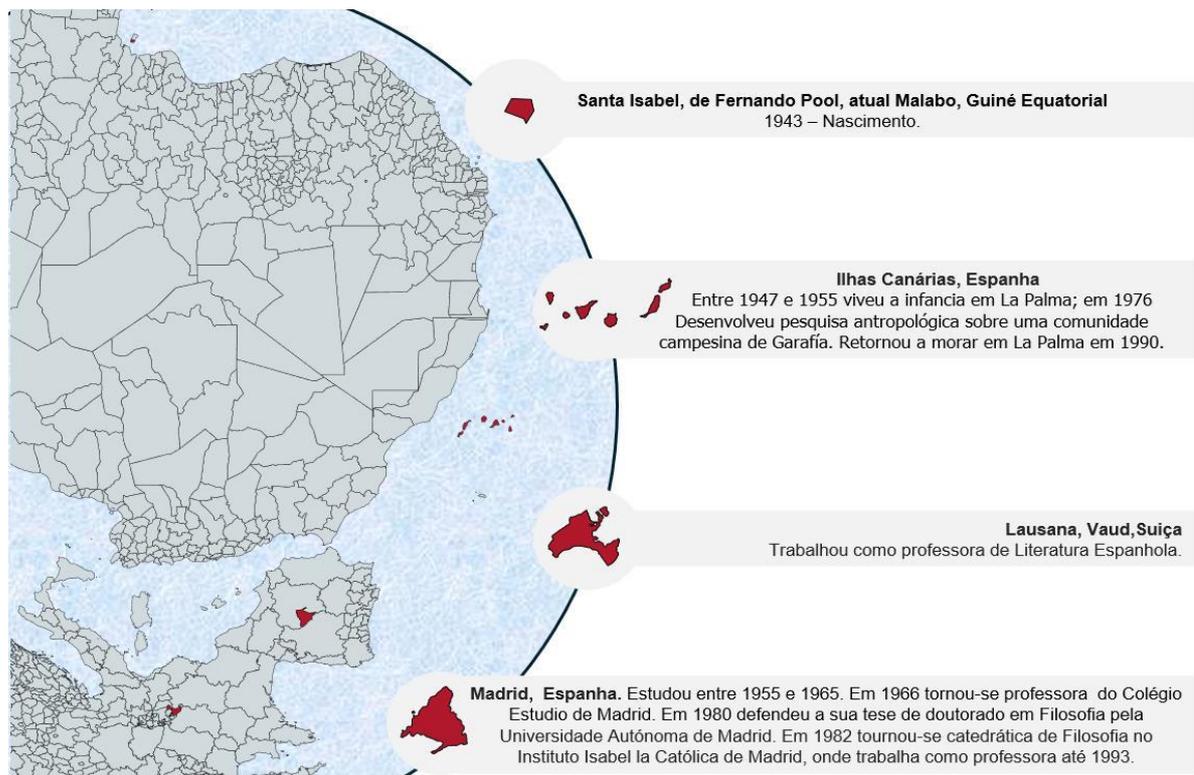
mulheres indígenas e africanas, são associadas à expropriação da terra e *desterritorializadas* física e subjetivamente.

Las brujas de la isla del viento (2006) e *Os continentes de dentro* (2021) constroem narrativas e entrelaçam memória, *loucura* e pertencimento. As travessias físicas e lúdicas, seja dentro do continente, seja afora no oceano, refletem o deslocamento ancestral, predominado por navegações e migrações que delineiam o violento mosaico entre a Europa, a África e a América. As ilhas, inseridas na literatura atlântica, emergem como espaços paradoxais que moldam as experiências das personagens femininas. Conforme veremos em nossa pesquisa, a ambientação na narrativa de López (2006), remete às Canárias, caracterizada pela presença dos alísios (ventos que trazem ar fresco e úmido do Atlântico), do siroco (vento quente e seco que se forma no deserto do Saara) e pela imposição dos vulcões. Imanentemente ligadas a um espaço mítico de opressão, as mulheres são perseguidas sob a alcunha de bruxas, tendo, assim, sua sanidade questionada por círculos sociais que as temem e buscam aprisioná-las. Entrementes, o Atlântico insere-se como um espaço de sublevação e conexão entre as ilhas, os continentes africano e americano, evocando a história das navegações, das violências que desaguaram em suas águas e terras e dos enfrentamentos. Já na obra de Morán (2021), a ilha ergue-se como próprio sanatório e, cercada por ruínas e vegetações atlânticas, aprisiona mulheres condenadas ao esquecimento, mas que, sorrateiramente, encontram novas formas de existir, questionando, inclusive, a noção de *loucura*. Aida, ao escrever suas memórias, ressignifica a ilha como um refúgio de sobrevivência frente às violências do continente.

Nesse interim, as trajetórias das autoras também comunicam os deslocamentos e as interligações do Atlântico. Elsa López, guineense-equatoriana de nascimento e espanhola por nacionalidade, e María Elena Morán, venezuelana, compartilham *territórios* permeados pelas memórias da colonização, do exílio e da insurgência. Seus romances, portanto, não se configuram apenas como testemunhos da violência de *gênero*, mas também como os atravessamentos infinitos da História Atlântica que ecoam vozes e silêncios, fluxos e refluxos que transformam as histórias das mulheres. Desse modo, a figura da ilha, em sua natureza dual, acolhe a condição feminina em seus rincões metaforizados no Atlântico e atravessados na trajetória das mulheres insulares, sejam elas personagens ou autoras, seres ficcionais ou reais.

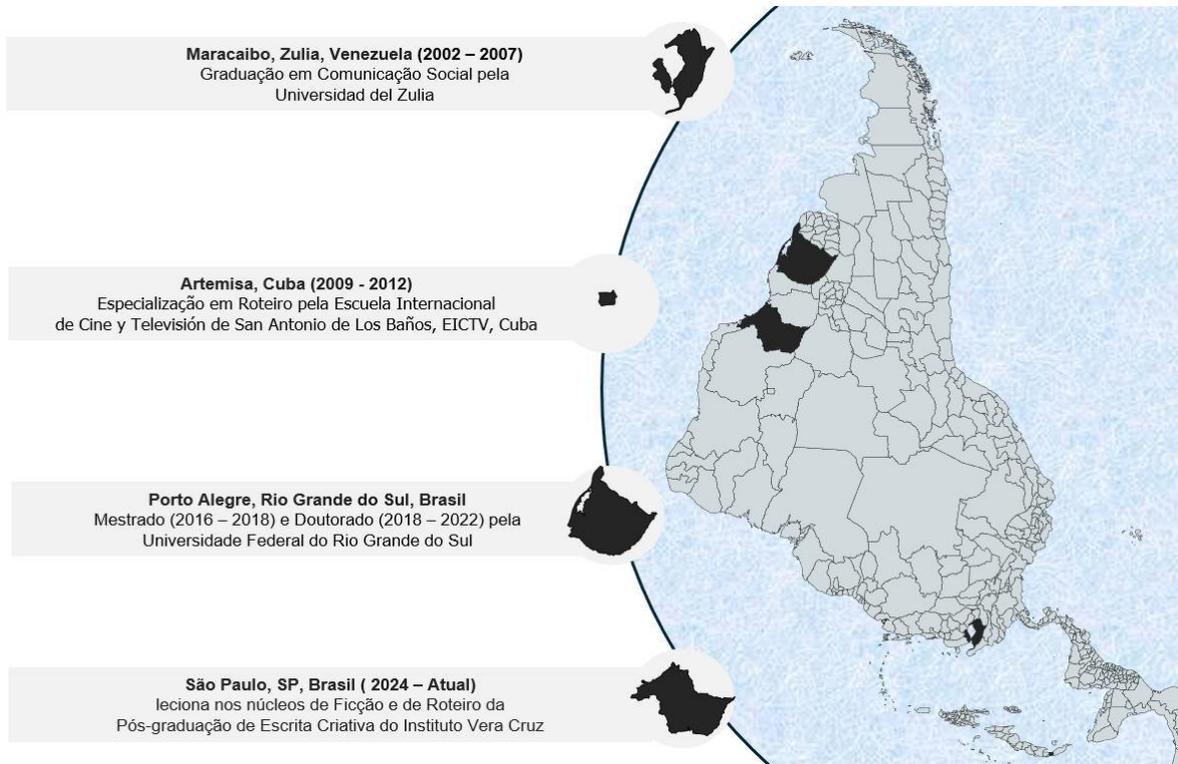
Na sequência da pesquisa, a inversão dos Mapas 1 e 2 nos convida a questionar a visão eurocêntrica da geografia e da história. No primeiro, as trajetórias de Elsa López estão ligadas à África e à Europa, enquanto no segundo, os deslocamentos de María Elena Morán são na América Latina e no Caribe.

Mapa 1 – Percursos de Elsa López



Fonte: Elaborado pela autora desta tese com auxílio do MapChart.

Mapa 2 – Percursos de Maria Elena Morán



Fonte: Elaborado pela autora desta tese com auxílio do MapChart.

O exercício visual nos lembra que a centralidade do mundo depende da perspectiva adotada e que distintas regiões, ainda que *subalternizadas*⁷ pelo poderio hegemônico, contribuem significativamente para a construção do saber global. Os mapas *invertidos*⁸, ou melhor, os mapas *subvertidos*, questionam a convenção eurocêntrica, que historicamente aloca a Europa e a América do Norte para no topo, genealogicamente associada ao poder e à centralidade, e a América Latina, África e outras regiões do “Sul Global” na parte inferior e *subalterna*. *Subverter* a cartografia

⁷ O conceito de *subalternidade* foi utilizado por Gramsci (1891-1937), filósofo e revolucionário italiano, em seus *Cadernos do Cárcere*, produzidos entre 1929 e 1935 durante os anos que esteve detido (entre 1926 e 1937) sob o regime fascista de Mussolini (1883 – 1945). O regime de Mussolini na Itália esteve em vigor entre 1922 e 1943. Já na década de 1980, com a ascensão dos estudos pós-coloniais e a criação, sobretudo, do *Subaltern Studies Group*, ativo entre 1970 e 1990, que reuniu, principalmente, pesquisadores e intelectuais indianos, cujo enfoque era analisar as estruturas de poder, tomando como perspectiva os grupos marginalizados, o conceito de *subalternidade* foi retomado. O *Grupo de Estudos Subalternos* reuniu intelectuais, como: Guha (1929-2020), Spivak (1942 -) e Chakrabarty (1948 -), em cujas importantes obras, em ordem de publicação são: Guha (1977), Spivak (1983), Chakrabarty (2000)

⁸ Nessa lógica, problematizamos a expressão “inversão”, visto que a divisão entre norte e sul é uma convenção humana.

não altera sua precisão, mas promove uma reflexão sobre a forma como percebemos o mundo e como as hierarquias simbólicas convencionalizam discursos autoritários, violentos e excludentes.

Os mapas *subvertidos* desafiam a postura eurocêntrica e evocam os históricos movimentos contínuos e alterados do Atlântico que conformam, em sua gênese, violências coloniais, lógicas imperialistas, mas também insurgência e conexão. Dessa forma, as biografias das autoras e seus percursos reafirmam a significância e a pertinência de recebermos mapas e narrativas sob um olhar crítico, questionador e descentralizado, compreendendo o Atlântico e suas ilhas em suas magnitudes e complexidades não como margens do mundo, mas epicentros de histórias, identidades plurais e ressignificações. Assim como as Ilhas Afortunadas e as Antilhas foram miticamente concebidas como espaços de fortuna, exploração, saqueamento e descoberta, a realidade que essas geografias expõem evidencia que o Atlântico pode ultrapassar a lógica da separação quando potencializa a memória e a reconstrução.

Profundamente interconectados pela história da colonização e marcados pela exploração econômica, transculturação e diáspora, os arquipélagos canário e caribenho, a América Latina e a costa oeste africana, unidos pelo Atlântico, emergem como um espaço simbólico e material de encontros, confrontos e transformações. Imaginadas desde a Antiguidade, as Ilhas Afortunadas, hoje identificadas como Macaronésia — que inclui Madeira, Açores, Cabo Verde e Canárias — entrelaçam-se, a partir das invasões europeias, com as Antilhas, que, do outro lado do grande oceano, se revelam também mitologicamente como as *Fortunatae Insulae*.

Madeira, arquipélago e Região Autónoma de Portugal, está sujeito à Constituição Portuguesa e ao governo central em Lisboa, mas possui um Governo Regional e uma Assembleia Legislativa Regional. O arquipélago é composto por duas ilhas principais: Madeira, cuja capital é Funchal⁹; e Porto Santo; além das desabitadas ilhas: Ilhas Desertas e Ilhas Selvagens. As Ilhas Selvagens¹⁰ constituem um pequeno

⁹ Funchal foi fundada em 1424.

¹⁰ As Ilhas Selvagens têm sido foco de disputas territoriais históricas entre Portugal e Espanha (Ilhas Canárias) por sua importância estratégica e ecológica.

arquipélago formado por duas ilhas principais (Selvagem Grande e Selvagem pequena) e vários ilhéus menores.

Sem indícios arqueológicos de ocupação humana anterior à chegada dos europeus¹¹, Madeira foi “visitada” pelos navegadores portugueses João Gonçalves Zarco (ca. 1390 – 1471)¹² e Tristão Vaz Teixeira (ca. 1395 – 1480)¹³ em 1419. A colonização do arquipélago foi gradual e marcou a introdução do *sistema de plantation*, com o cultivo da cana de açúcar e o emprego da mão de obra escravizada. Inicialmente, os escravizados eram mouros capturados em cidades do norte da África, como Ceuta e Arzila. Posteriormente, após a invasão das Américas, indígenas também foram forçados a trabalhar na ilha. No entanto, a partir de meados do século XV, africanos escravizados, trazidos de regiões como Guiné-Bissau, Senegal e Costa da Mina (atual Gana e Benin) – muitas vezes via Cabo Verde, que funcionava como entreposto – tornaram-se a principal fonte de trabalho.

Apesar da ausência de rios permanentes, Madeira utilizou o sistema natural de chuvas e a construção de canais de irrigação denominados “levadas” para transformar o território em um verdadeiro laboratório de modelos econômicos e agrícolas que seriam replicados no Caribe e no Brasil. A produção de açúcar foi um marco na economia do arquipélago, que também atuou como ponto de escala e reabastecimento de navios que cruzavam as rotas entre Europa, África e América. O arquipélago participou ativamente do tráfico transatlântico de escravizados, tornando-se um lugar estratégico. Madeira conquistou o status de Região Autónoma em 1976, após a Revolução dos Cravos (1974).

Os Açores, também Região Autónoma de Portugal¹⁴, possui governo próprio e duas capitais administrativas. O arquipélago é composto por nove ilhas principais e

¹¹ Existem teorias sobre possíveis visitas de navegadores fenícios, árabes e romanos, contudo não há evidências arqueológicas de habitação permanente antes da chegada dos portugueses.

¹² Cavaleiro da Casa do Infante D. Henrique, teve grande papel na exploração e no povoamento de Madeira.

¹³ Escudeiro do Infante D. Henrique, participou da invasão das Ilhas de Porto Santo e Madeira, assumindo, depois, a administração da capitania de Machico.

¹⁴ Em Portugal, um dos reflexos da Revolução dos Cravos foi o fim do regime autoritário, que durou quase 50 anos, e a abertura do caminho para a descolonização das colônias. Na África, os processos de independência ocorreram nas seguintes datas: Guiné-Bissau (independência declarada em 24 de setembro de 1973 e reconhecida oficialmente por Portugal em 10 de setembro de 1974), Moçambique (25 de junho de 1975), Cabo Verde (5 de julho de 1975), São Tomé e Príncipe (12 de julho de 1975), Angola (11 de novembro de 1975). Na Ásia, Timor-Leste declarou independência em 28 de novembro

três grupos geográficos: Grupo Oriental (São Miguel¹⁵ e Santa Maria); Grupo Central (Terceira – onde se localiza Angra do Heroísmo, cidade Patrimônio Mundial da Unesco), Graciosa, São Jorge, Pico e Faial; Grupo Ocidental (Flores e Corvo). A exploração das ilhas começou por volta de 1427, sob a liderança do navegador Diogo de Silves (n.d.). Assim como Madeira, não há indícios arqueológicos de que os Açores fossem habitados na época da chegada dos portugueses¹⁶. Entre 1427 e 1431, outras ilhas foram catalogadas e, em 1439, iniciou-se a colonização sistemática.

Nos Açores, a economia foi impulsionada pelo cultivo de trigo, milho, batata e pela criação de gado. A produção de linho também teve destaque. O arquipélago tornou-se um importante ponto de parada nas rotas transatlânticas, conectando, portanto, Europa, África e América. Diferentemente da Madeira, o clima e o solo não favoreceram a produção de açúcar em larga escala. Apesar disso, houve a incursão de mão de obra escravizada, em menor quantidade, proveniente de regiões da África Ocidental (Guiné, Senegal, Costa da Mina) e, eventualmente, de norte-africanos e de indígenas presos na América. Mesmo assim, a economia local dependeu mais de agricultores e colonos livres.

Cabo Verde, arquipélago de origem vulcânica, é formado, ao norte, pelas Ilhas de Barlavento: Santo Antão, São Vicente – onde fica a cidade do Mindelo, Santa Luzia – desabitada, São Nicolau, Sal e Boa Vista. E ao sul, pelas Ilhas de Sotavento: Maio,

de 1975, mas foi invadido pela Indonésia poucos dias depois, permanecendo no território até 2002. Macau, por outro lado, teve um processo distinto: foi devolvida pacificamente à China em 20 de dezembro de 1999, como parte de um acordo bilateral entre os dois países. Em Guiné-Bissau e Cabo Verde, o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) liderou os movimentos de independência. Na Guiné Bissau, a libertação foi marcada por uma intensa luta contra Portugal, enquanto em Cabo Verde o processo foi conduzido de forma diplomática, isto é, sem conflitos diretos. Em Moçambique, a guerra de libertação contra Portugal (1964 – 1974) foi liderada pela Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO). Após a independência, o país enfrentou uma devastadora Guerra Civil entre a FRELIMO (governo) e a RENAMO (oposição armada). Esse conflito interno durou até 1992. Em São Tomé e Príncipe, a independência foi conquistada pacificamente, sob a liderança do Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe (MLSTP). Já em Angola, as lutas armadas pela libertação (1961 – 1974) foram conduzidas por três movimentos principais: o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) e a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA). Após a independência em 1975, o país mergulhou numa sangrenta e longa Guerra Civil (1975 – 2002), alimentada por divisões internas e pela Guerra Fria. Após declarar-se independente em 1975, o Timor Leste foi invadido pela Indonésia. Durante o período de ocupação (1975 – 1999), o Fretilin liderou a resistência armada, enquanto a população enfrentou gravíssimas violações de direitos humanos. O país somente conquistou sua soberania em 20 de maio de 2002.

¹⁵ Maior ilha e sede da capital regional, Ponta Delgada

¹⁶ Existem evidências arqueológicas de passagens romanas nas ilhas, uma vez que foram encontradas moedas e marcas em cavernas.

Santiago – a maior ilha e sede da capital Praia, Fogo¹⁷ e Brava. Independente desde 1975, Cabo Verde tornou-se uma colônia portuguesa desde a sua invasão, por volta de 1460, em meio às expedições pela costa africana patrocinadas pelo Infante D. Henrique. Na época, o conjunto de ilhas estava desabitado. Em 1462, a colonização oficializou-se com a fundação de Ribeira Grande, na ilha de Santiago, atual Cidade Velha. Cabo Verde transformou-se em um ponto fundamental para o tráfico de pessoas presas no interior do continente africano e enviadas para as Américas. Apesar dos portugueses tentarem implementar o *sistema de plantation* em Cabo Verde, o clima semiárido, as chuvas irregulares e a dificuldade do solo limitaram o sucesso da produção de açúcar em larga escala. Por outro lado, Cabo Verde assumiu um papel estratégico no comércio e no abastecimento das rotas do Atlântico testemunhando, pois, o intenso fluxo tanto de mercadorias quanto de pessoas escravizadas.

As Ilhas Canárias, também Região Autônoma da Espanha, são compostas pelo Grupo Oriental – Lanzarote, Fuerteventura, Gran Canaria e Tenerife; e pelo Grupo Ocidental, formado por La Palma, La Gomera, El Hierro e La Graciosa. Conforme, esmiuçaremos na seção 1.2, o arquipélago começou a ser explorado no início do século XV e, já no século XVI, desempenhou um papel essencial nas rotas comerciais entre Europa, África e América, especialmente devido à sua posição estratégica no oceano Atlântico.

Culturalmente diversas e com infinitas influências indígenas, africanas, europeias e asiáticas, as Antilhas são, tradicionalmente divididas em: Grande Antilhas, que se referem à Cuba, Hispaniola (Haiti e República Dominicana), Jamaica e Porto Rico; e nas Pequenas Antilhas, que vão de Porto Rico até a costa da Venezuela e que contemplam as Ilhas de Barlavento (Barbados, Dominica, Santa Lúcia, Martinica e Granada), as Ilhas de Sotavento (Antígua e Barbuda, São Cristóvão e Nevis, Anguilla) e as Ilhas ABC (Aruba, Bonaire e Curaçao) que estão mais próximas da Venezuela.

À luz de Benítez Rojo (1989), essas *ilhas se repetem* no decorrer do Atlântico que, segundo Gilroy (1993), é também *negro* e que se torna um “arquipélago de fronteiras externas”, conforme Pizarro (2002), subjugado por encontros e

¹⁷ Conhecida ilha pelo vulcão ativo Pico do Fogo.

desencontros traiçoeiros e violentos, e atravessado pela *atlanticidade*, por meio da qual trocas contínuas, forçadas ou espontâneas emergem, Ramos (1996) e Glissant (2011). Conforme veremos no capítulo 1, o estudo dos movimentos sociais e econômicos que compreendem as ilhas é primordial para entendermos o complexo sistema atlântico. A correspondência entre ilhas e continentes não deve passar despercebida para aqueles que desejam investigar os fenômenos culturais que tecem, também, as redes *imaginárias* em seus contornos geográficos.

Nas palavras de Vieira¹⁸ (2008, p. 210), apesar da historiografia ocidental se atentar aos Estudos Atlânticos, a importância das ilhas como protagonistas centrais em trocas comerciais, comunicações e construtos histórico-culturais entre a Europa, a África e a América¹⁹ tem sido negligenciada. Os arquipélagos atlânticos são frequentemente ignorados pela historiografia oficial e, salvo algumas exceções, apenas mencionados nos manuais de história, apesar de suas imbricações diretas na própria construção da *História Atlântica* (Santana Pérez, 2013, p. 29).

Sabe-se que, a partir da segunda metade do século XX, as pesquisas historiográficas começam a admitir a relevância do Atlântico no cerne das análises históricas. Conforme Vieira (2008, p. 209-210), a historiografia europeia do pós-guerra alavancou a publicação de trabalhos pioneiros como de Braudel (1949), Verlinden (1966), Chaunu (1955-1960), Magalhães Godinho (1963-1965), Morales Padrón (1955), Rumeu de Armas (1991), Godechot (1947). O conceito do *Atlântico* como realidade de análise historiográfica também encontrou apoio na historiografia norte-americana, com pesquisadores como Davis (1941), Wright (1947) e Outhwaite (1957). No entanto, foi exatamente no final do século XX que os estudos teóricos ao redor da temática se consolidaram com a asserção da Historiografia Atlântica e da publicação de importantes pesquisas²⁰ originárias de bases distintas do grande oceano, sobretudo de países de língua francesa e inglesa. Na Universidade de Harvard, por

¹⁸ Alberto Vieira é pesquisador e acadêmico do Centro de Estudos de História do Atlântico (CEHA) em Funchal, Madeira.

¹⁹ O nome “América” aparece pela primeira vez em 1507 no mapa de Martin Waldseemüller (1470-1520), cartógrafo e geógrafo alemão, conhecido por utilizar o nome “América” para aludir ao continente conquistado e homenagear Américo Vespúcio (1451 – 1512), expedidor que participou de muitas incursões marítimas entre 1497 e 1504, sobretudo no que seria hoje a costa da América do Sul. Vespúcio teve importância ao apontar elementos cartográficos.

²⁰ (Chaunu, 1955-1959); (Mauro, 1970); (Verlinden, 1970); (Meinig, 1986); (Kanas, 1992).

exemplo, tem-se, a partir da década de 70, grandes focos de pesquisa em língua inglesa com o apoio de Bailyn (1967).

Em nossa pesquisa, pautando-nos na perspectiva *decolonial*, na qual nos aprofundaremos ao longo da presente malha discursiva, julgamos imprescindível apontar para pesquisas que vão além das leituras norte-americanas e europeias, a fim de ampliar, dessa forma, o entendimento das forças e das relações transatlânticas, considerando as experiências das populações do Sul Global, principalmente das ilhas que conformam as regiões do Caribe e da costa africana; e das regiões continentais que tecem a América Latina. De forma análoga, acreditamos ser crucial a incorporação de nomes que representam as ilhas atlânticas, posto que foram peças fundamentais e, se não as primeiras, certamente entre as primeiras a reclamar lugar de direito na História Atlântica. Soma-se a isso a inclusão de autores que representam as ricas culturas latino-americanas e africanas. Ao fomentar nossa argumentação, trazemos à superfície vozes historicamente dizimadas e marginalizadas, como as de africanos, indígenas e mestiços, já que “O Atlântico deve ser visto de forma holística e não a partir de uma visão unilateral, de acordo com a língua ou posição geográfica interveniente” (VIEIRA, 2008, p. 220).

Portanto, determinadas pesquisas tornam-se vitais para as nossas leituras críticas e para a construção de nossa tese, seja de maneira subjacente, seja de forma imanente. Consequentemente, estudiosas e estudiosos como Martí (1891); Freyre (1933); Ortiz (1940); Césaire (1950,1955); Fanon (1952); Glissant (1958, 1981, 1990, 2007); Kusch (1962); Retamar (1971); Ribeiro(1970); Galeano(1971); Knight(1978); Ki-Zerbo(1981); Todorov(1982); Rama(1982,1984); Rivera Cusicanqui(1984); Anzaldúa(1987); Mudimbe(1988) Torre(1989); Harnecker (1984); Benítez-Rojo(1989); Canclini(1990); Appiah (1992); Davies(1994); Rodríguez Juliá(1994); Mignolo(1995); Wynter(1995); García Ramos(1996; 2002); Figueiredo(1998); Pizarro(2002); Lugones(2003), Carrizo; Reis(2010); Gonçalves(2010), Monte Alto e outras importantes pesquisas que fundamentarão nosso raciocínio no primeiro e subsequentes capítulos e permearão nossa construção teórica e argumentativa alinhavados aos estudos primordiais para o seio discursivo.

Neste capítulo, portanto, discutiremos mais especificamente sobre a vinculação histórica existente entre o arquipélago canário, a costa africana e o Caribe,

tendo em vista a colonização ocorrida entre os séculos XIV e XVI, destacando a importância dessas regiões nas dinâmicas coloniais. Assim como as ilhas da Madeira, Açores e Cabo Verde funcionaram como verdadeiros laboratórios para o processo de colonização do Brasil, as Ilhas Canárias, a partir da invasão dos europeus, tornaram-se ponto estratégico para expedições que buscavam encontrar novas rotas comerciais. Além disso, serviram como banco de testes para a colonização das Antilhas, devido à posição geográfica favorável, aos recursos naturais disponíveis e à subjugação das populações indígenas.

De forma semelhante, reconheceremos o colapso demográfico de grupos indígenas e a introdução da mão de obra africana escravizada, com o intuito de suprir a demanda por trabalho nas plantações de cana-de-açúcar (*plantation*), produto central para a economia atlântica imperialista. Abordaremos, portanto, o fenômeno da *transculturação* delineado por Ortiz (1940) e ampliado por Rama (1982, 1984), ao qual se somam as contribuições de Ramos (2012) no entendimento da *atlanticidade* e da *insularidade* como categorias críticas. À luz do *imaginário* bachelardiano (1958) e das concepções de memória cultural propostas por Le Goff (1985), examinamos como os territórios atlânticos são investidos de sentidos profundos. Complementarmente, adotamos uma abordagem interdisciplinar que articula os métodos da História Cultural (Chartier, 1990), Atlântica (Armitage, 2002) e Global (Olstein, 2015), ação que nos possibilita compreender como as comunidades resistiram às imposições coloniais e criaram formas próprias de protagonismo, criação e organização.

Portanto, antes de adentrarmos nas dinâmicas materiais e simbólicas que marcaram os trânsitos atlânticos entre as ilhas e os continentes, julgamos necessário delinear o arcabouço teórico-metodológico que sustenta as análises empreendidas na presente pesquisa. Assim, no primeiro capítulo, propomos discutir algumas das questões centrais que atravessam os debates sobre a *insularidade*, a *atlanticidade* e os processos de *transculturação*, considerando suas implicações para os estudos históricos e literários. É importante destacar que a abordagem adotada não pretende uma homogeneização dos referenciais, mas compreender suas zonas de convergência e fricção, com o objetivo de sustentar uma leitura crítica e horizontal dos territórios atlânticos enquanto espaços historicamente conectados. Recorreremos, portanto, a conceitos provenientes de distintas tradições intelectuais que, mesmo com divergências, contribuem para evidenciar a complexidade das trocas, das identidades

múltiplas e das resistências forjadas no interior do universo atlântico e, igualmente, em seus continentes. Assim, este capítulo, se dedica a explanar essas perspectivas teóricas em sua potência analítica, destacando, sobretudo, as redes alusivas e os circuitos culturais que atravessaram o grande oceano.

2.1 DESAFORTUNADAMENTE COLONIAIS: ENTRE O TABACO E O AÇÚCAR

1

Hay algo
respecto a Caña de Azúcar

No es lo
que parece

—de regular dureza
y forrada con hojas

sus brazos ondeantes
son una señal de ayuda

su piel gruesa
es sólo para proteger
el jugo
que tiene adentro

2

Su color
tiene un aura de ictericia
cuando madura

Tiembla
como con paludismo
cuando llueve

Tiene
dolor de estómago
fiebre alta y delirios

justo antes
de que el huracán
la vuelva pedazos

3

Crecer es un arte
sobre el que ella no tiene
ningún control

Somos nosotros los que la cuidamos
y desyerbamos
que la plantamos
en la tierra en primer lugar

Y cuando
ya está muy alta
con la ayuda
del sol y la lluvia

Sentimos la necesidad
de estrangularla
hasta que muere
—igual de ningún modo puede sobrevivir

4.
Lenta
dolorosamente
Caña de Azúcar
impulsa
sus nudosas
coyunturas
hacia arriba
desde la tierra
—lenta
dolorosamente
aprende
poco a poco
la verdad
sobre
ella misma:
los crímenes
cometidos
en su nombre.

5
proyecta su sombra
en la tierra
—la brisa es su única amante

Los oigo moviéndose
con un tono susurrante

Él sacude su dura reserva
suavizando/palpando
acariciando todo su cuerpo
sin vergüenza

Bajo ellos me agazapo silenciosa.

(*La caña de azúcar*, de Grace Nichols)^{21 22}

O poema de Nichols (1983), ao desnaturalizar a imagem da cana de açúcar como imagem da docilidade, atua como crítica contundente ao sistema colonial que

²¹ Grace Nichols (1950 -) nasceu em Georgetown, Guiana. Nichols recebeu o importante prêmio *Commonwealth Poetry Prize*.

²² O poema de Nichols em sua publicação original se chama *Sugar Cane* e está incluído na obra. (Nichols, 1983).

A versão em língua espanhola supracitada foi encontrada: (Nicols, 2024).

transformou paisagens tropicais em espaços de exploração e exaustão ambiental e humana. A cana, personificada como corpo consciente, denuncia os horrores cometidos em seu nome. Portanto, o poema surge como metáfora da violência estrutural das ações coloniais. Sob aparência de produtividade, riqueza e progresso, o *imaginário* atlântico foi, desde seu início, forjado por mecanismo de dominação, sofrimento e resistência.

Entre os séculos XV e XVI, a conquista e colonização das Ilhas Canárias centrais ocorreram paralelamente às expedições para a América. A colonização das Antilhas por Colombo esteve ligada às Canárias que se estabeleceram como estação experimental no intercâmbio de plantas, como a cana-de-açúcar, a bananeira, entre outros elementos. O arquipélago canário, por sua posição estratégica e pela ação dos ventos alísios, converteu-se em paisagem obrigatória para as Índias.

A variedade de microclimas das ilhas permitia com que ali fosse possível cultivar praticamente tudo, desde aquilo que exigia um clima tropical ou desértico, até outras coisas que se desenvolveriam no clima mediterrâneo ou temperado. Os diferentes níveis altitudinais permitiram cultivar praticamente tudo, mas, por limitações de espaço, não em grande quantidade. A sua altura, superior a 3.700 metros nas Ilhas Canárias e 3000 metros no Arquipélago das Antilhas, possibilitou múltiplos testes. (Santana Pérez, 2013. p. 29-44, tradução nossa).²³

Entre 1492 e 1506, ao menos doze das maiores expedições fizeram escala em La Gomera e Tenerife. Entre elas, os maiores nomes da invasão latino-americana: Colón, Ojeda, Vespuccio, Pedrarias, La Cosa, Yáñez ou Ovando. Dessa forma, canários ou residentes nas Canárias foram integrados às expedições de invasão e conquista, como a de Pedro de Mendoza na fundação de Buenos Aires em 1535 ou a de Pedro Fernández de Lugo para a ocupação de Santa Marta na Colômbia. No século XVI, Santo Domingo, primeiro, e La Habana, depois, foram os principais destinos

²³ Tradução nossa. Do original: «La variedad de microclimas de las islas hacía que en ellas se pudiera dar prácticamente todo lo cultivable, desde los que demandaban un clima tropical o desértico a otros que se desarrollaban en el mediterráneo o templado. Los diferentes pisos altitudinales permitían cultivar casi de todo, pero, por las limitaciones del espacio, no en mucha cantidad. La altura de ellas, sobrepasando los 3.700 metros en Canarias y los 3000 en el Archipiélago antillano posibilitaba múltiples ensayos». (Santana Pérez, 2013. p. 29-44).

canários. Logo, de forma lenta, desenvolveu-se um movimento migratório de comerciantes e agricultores entre as duas bordas do Atlântico.

Portanto, desde o início das viagens exploratórias, as Ilhas Canárias, a Costa Oeste da África e o noroeste africano desempenharam papéis centrais na expansão europeia para as Américas. Funcionando como "laboratórios" da colonização (Chaunu, 1955-1960), o arquipélago canário, por exemplo, foi utilizado como campo de experimentação para práticas que seriam replicadas nas colônias americanas, como o cultivo da cana-de-açúcar e da banana. O próprio Colombo levou para a América, em sua segunda viagem (1493), sementes de laranja e limão que havia colhido nas Canárias e que foram cultivadas, posteriormente, em La Española por intermédio de Alonso de Ojeda, em 1509 (García Paris, 1991, P. 262). É importante salientar que também ocorreram adaptações por parte dos invasores e colonizadores que, diante da impossibilidade de reproduzirem sua alimentação habitual, adequaram-se às dietas indígenas, como, por exemplo, na introdução culinária do *cazabe*²⁴ e do *gofio*²⁵ (Clave, 2002). O Caribe também se constituiu como celeiro para introdução de plantas e vegetais de origens africanas que chegaram por meio das rotas coloniais e do tráfico de escravizados, como o coqueiro (Cabanillas De Rodríguez, 1973, p. 84), procedente de Cabo Verde e levado à Porto Rico em 1549, pelo padre Lorenzo; e o *akee*²⁶, fruta tropical da estrondosa árvore originária da Guiné (López Y Sebastián, p. 234), introduzida na Jamaica pelo Dr. Clarke, em 1778. Paralelamente à incursão da fauna e da flora advindas da Europa e da África por meio das expedições, sabe-se que a invasão e a conquista das terras caribenhas coincidiram com a chegada de Colombo às Américas, em 1492. Nas palavras de Ortiz Pedraza²⁷ (2003, p.2), do Caribe partiram muitas viagens de exploração, conquista e posterior anexação ao império. Nos primeiros territórios, foram testados e aprimorados mecanismos de povoamento que levariam os invasores a ensaiarem repetitivamente os melhores caminhos para extorquir a colônia. O Mapa 3 representa não apenas o

²⁴ Tipo de pão fino e crocante, feito a partir da mandioca. É originário dos povos indígenas das Américas.

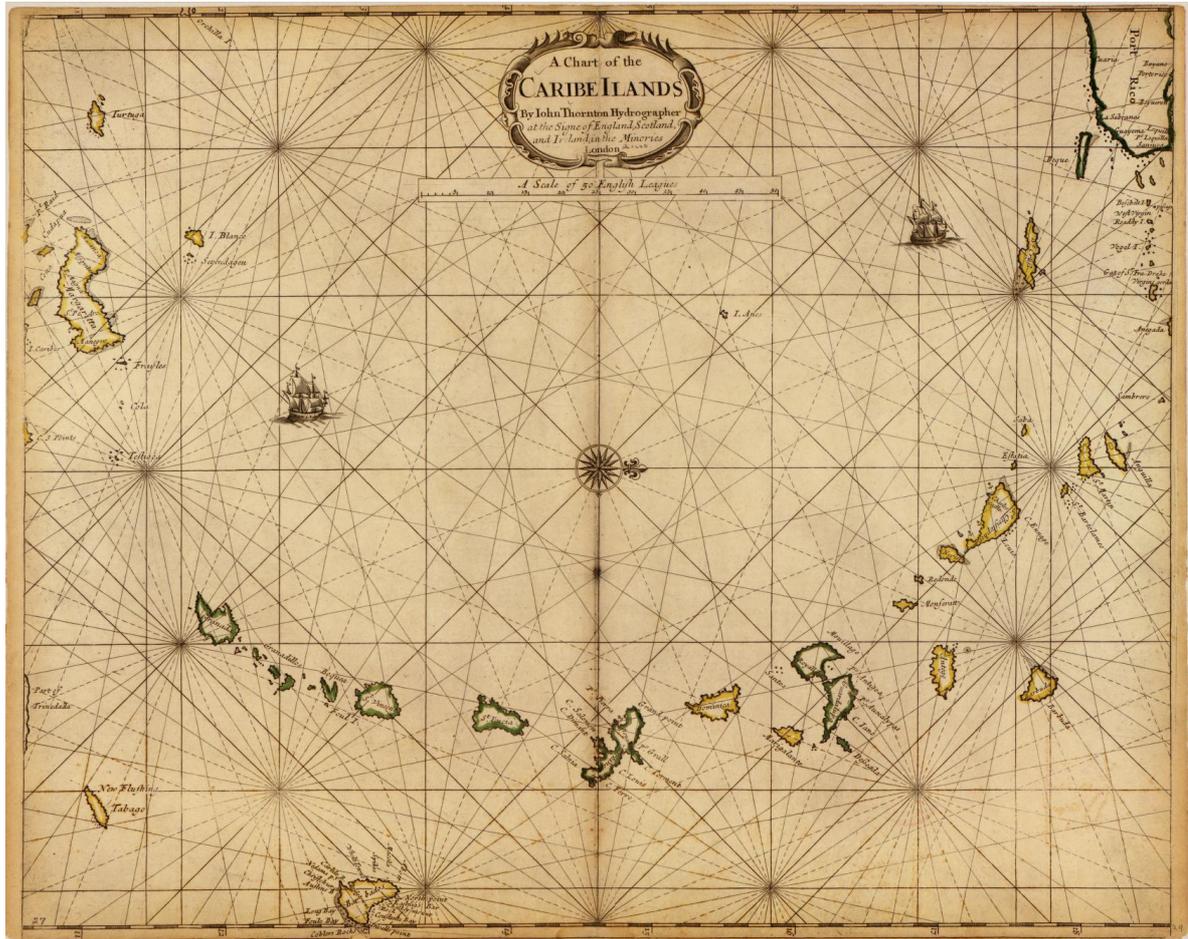
²⁵ Farinha integral produzida a partir de grãos cereais, como milho e trigo. É um alimento tradicional das Canárias, sendo também consumido em Cabo Verde e nas Antilhas.

²⁶ A fruta é amplamente utilizada na culinária jamaicana.

²⁷ Antropólogo físico, México.

aperfeiçoamento da cartografia, mas um esforço no intuito de aprimorar os mecanismos de extorsão.

Mapa 3 – As Ilhas do Caribe representadas por Thornton (1680)



Fonte: Thornton, 1680.

No que se refere às Canárias, desde 1291 chegaram expedições advindas do universo mediterrâneo como consequência da procura por caminhos alternativos para o Oriente. O sistema colonial foi inaugurado em solos canários em 1402, devido à chegada das viagens normandas financiadas por Castilha e representadas nas pessoas de Jean de Bethencourt e Gadifer de la Salle. Quando da chegada dos europeus, havia tanto no Caribe quanto em Canárias populações nativas²⁸ plenas e

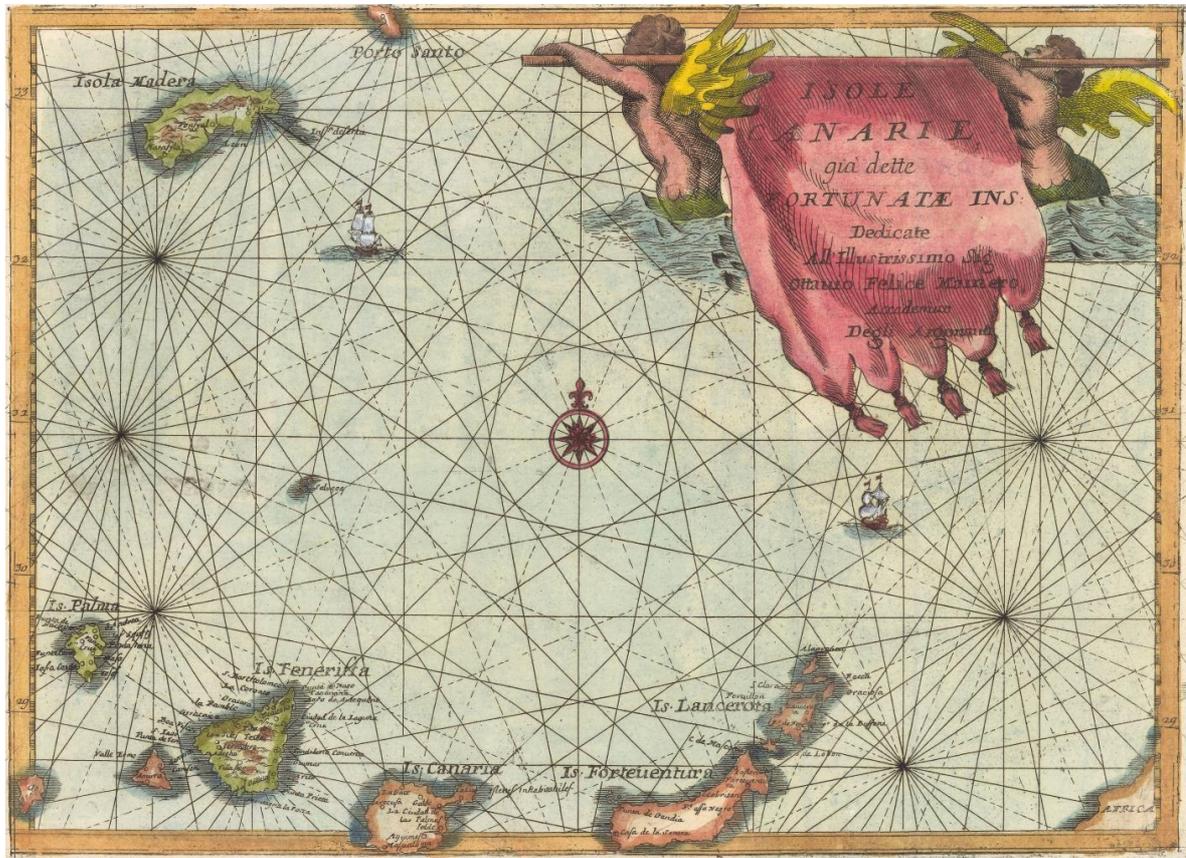
²⁸ Alguns estudiosos defendem que os primeiros habitantes de Canárias procedem do norte da África, enquanto os das Antilhas da bacia do Orinoco.

integradas aos seus meios ambientes: os *taínas* nas ilhas do Caribe e os *guanches*²⁹ em Canárias. Em ambos os locais, a população pré-hispânica apresentava nível de desenvolvimento tecnológico ainda inferior ao dos castelhanos, característica essa que acelerou, de certo modo, o processo de rendição, sobretudo em relação ao uso de armas e práticas de guerra. No que diz respeito às organizações sociais e econômicas, nos dois lugares, os habitantes desenvolviam práticas agrícolas, pastoris e pesqueiras; e se estruturam em organizações Cassá³⁰ (1992, p. 89) *revela* que, na chegada dos invasores, de acordo com as informações dos cronistas e os estudos arqueológicos, grande parte da população taína estava organizada consistentemente em aldeias que se estruturavam em atividades coletivas e bélicas.

²⁹ O termo “guanches” é tradicionalmente associado aos indígenas das Ilhas Canárias. No entanto, é imprescindível apontar que ele não representa todos os povos que habitavam o arquipélago. “Guanches”, a priori, deve ser usado como referência aos habitantes nativos de Tenerife, pois em cada ilha, havia comunidades com práticas linguísticas e culturais distintas.

³⁰ Professor e pesquisador da Universidad Autónoma de Santo Domingo.

Mapa 4 – Ilhas Canárias Representadas por Coronelli (1697)



Fonte: Coronelli (1697)

As Ilhas Canárias, o arquipélago caribenho, os continentes sul-americano e africano, apesar de seu espaçamento oceânico, congregam, nas Histórias Moderna e Contemporânea trajetórias, características e imaginários, uma vez que o grande Atlântico lhes permitiu uma profunda interação política e econômica (nem sempre horizontal), assim como também *imaginária*. Sob o olhar canário, “(...) o *imaginário atlântico* constitui não apenas uma nova maneira (outra perspectiva) de abordar a leitura e interpretação do texto e do discurso literário em nosso caso, mas sim uma reflexão sobre nossa identidade oceânica, esses signos construídos por e através do Atlântico, que requer uma ajuda instrumental (e transversal) de outras disciplinas: história, língua etc” (Concepción Lorenzo, 2013, p. 67).³¹

³¹ Do original: “(...) el *imaginario atlántico* constituye no solo una nueva manera (otra perspectiva) de abordar la lectura e interpretación del texto y del discurso literario en nuestro caso, sino una reflexión

A presente seção buscará, portanto, elucidar de forma fluida algumas vertentes filosóficas e historiográficas que circundam as pesquisas literárias e históricas ao redor do Atlântico. Sabemos que os pesquisadores citados no corpo do texto e nas notas de rodapé possuem múltiplos e variados referenciais bibliográficos que ora dialogam, ora se afastam. No entanto, para fins argumentativos da tese central, optamos por encontrar pontos de convergência entre os campos supracitados. Desse modo, algumas indagações que encerram o *imaginário* e o universo atlântico, assim como a aproximação histórico-social entre Canárias, diversas regiões do continente africano e do Caribe, estarão em nossas veredas discursivas.

Centrado em seus estudos antropológicos, sociológicos e etnográficos, Ortiz (1881-1969) lança importantes considerações em *Contrapunteo cubano del tabaco y del azúcar*³², que se tornaram um marco para os estudos culturais latino-americanos e caribenhos a partir dos quais, é possível traçar ferramentas propensas a facilitar a compreensão das histórias e das complexas dinâmicas intrincadas nos contextos coloniais e pós-coloniais da América Latina e do Caribe. Essas regiões são, assim, recebidas como espaços contínuos e heterogêneos de trocas culturais e negociações. Contrastando o conceito de *aculturação*, em que um grupo ou indivíduo assimila de forma unidimensional elementos de outra cultura, Ortiz trabalha o conceito de *transculturação*, no qual são levados em consideração o dinamismo das relações e seu caráter recíproco e bidirecional.

Tendo em vista a leitura da história colonial cubana e caribenha, Ortiz (1940) observa o nascimento de novas nuances culturais pelo encontro das populações indígenas, africanas e europeias. Esses processos, no entanto, não resultam em simples mecanismos impositores, mas em transformações mútuas, nas quais as culturas dominantes e as culturas dos colonizados se entrelaçam. A metáfora do *contrapunteo*, que contrapõe o tabaco (resistência) ao açúcar (exploração), oferece uma leitura simbólica das dinâmicas culturais do Atlântico. Enquanto o tabaco representa a resistência das populações nativas e afrodescendentes, o açúcar simboliza a imposição colonial e a exploração econômica. Essa dualidade, presente

sobre nuestra identidad oceánica, esos signos construidos por y a través del Atlántico, que se hace necesario acometer con la ayuda instrumental (y transversal) de otras disciplinas (la historia, la lengua, etc.)”.

³² (Ortiz, 1940).

tanto no Caribe quanto nas Canárias, reflete os processos de *transculturação*. Na imagem 1, encontra-se a vista aérea da cidade, do porto e do rio de Santo Domingo, atual República Dominicana.

Imagem 1 – Visão de Santo Domingo Segundo Bry (1599)



Fonte: Bry (1599).

No primeiro capítulo de seu ensaio, Ortiz (1940) lança mão de dois produtos intrinsecamente inerentes à agricultura cubana, o tabaco e o açúcar, a fim de arquitetar uma série de imagens que passam a indagar, também, características das próprias comunidades caribenhas. A metáfora do *contrapunteo*³³, então, passa a condensar a coexistência de elementos a priori contraditórios. O tabaco, representante da resistência das comunidades nativas e, de acordo com Ortiz (1940, p. 52) “mais cubano que o açúcar devido ao seu espírito e economia”, e o açúcar, símbolo da

³³ Contraponto.

exploração colonial, apontam para a dialética das culturas indígenas, africanas e europeias. O açúcar volta-se para o capitalismo desde o seu início, visto que requer máquinas, técnicas, mão de obra e capital para investir, o que leva à busca por mais escravizados, reservas e inversões.

Ortiz (1940) destaca que a introdução do açúcar no Caribe, levada inicialmente das Canárias, simboliza a dinâmica colonial que uniu economias e culturas de forma assimétrica. A produção açucareira, movida por capital europeu e trabalho escravizado africano, cria um elo entre o *Atlântico Negro* (Gilroy, 1993) e a exploração canária, refletindo a continuidade da lógica de subjugação iniciada na Europa. Ademais, a posição estratégica das Canárias como ponto de abastecimento para as caravelas espanholas e como entreposto comercial fortaleceu a relação com o Caribe. O trânsito de pessoas, ideias e produtos entre essas regiões gerou uma interação cultural que consolidou o Atlântico como espaço de trocas híbridas e transculturais. Nas Canárias, a transculturação manifesta-se na assimilação e reinvenção de práticas indígenas pelas populações colonizadoras e escravizadas. No Caribe, essa dinâmica é ampliada pelo impacto da diáspora africana, que introduz novos elementos culturais, como a música, a religião e os sistemas de organização comunitária. Esses processos de encontro cultural revelam a complexidade das identidades formadas no contexto atlântico.

Partindo da releitura e extensão dos pressupostos de Ortiz (1940), Rama (1982) explora o conceito de *transculturação* em leituras de fontes literárias, analisando suas dinâmicas e interações culturais e sociais, as quais transformam as comunidades latino-americanas, compostas por “valores idiosincráticos, reconhecidos desde tempos remotos; e, por outra parte, de uma energia criadora que a move (...) com maestria tanto por sua herança particular (...) como sobre os elementos que vêm de fora” (Rama, 2019, p. 33-34, tradução nossa)³⁴. Nesse sentido, Rama aponta para fusões culturais nas quais aspectos e tradições indígenas, africanas e europeias são absorvidos e reinventados em narrativas que rompem com

³⁴ Tradução nossa. No original: “valores idiosincráticos, los que pueden reconocerse actuando desde fechas remotas; por otra parte, corrobora la energía creadora que la mueve (...) con desenvoltura tanto sobre su herencia particular (...) como sobre las aportaciones provenientes de fuera” (Rama, 2019, p. 33-34).

o colonialismo intelectual e ajudam a traduzir a singularidade, complexidade e tensão de regiões profundamente marcadas pela diversidade e desigualdade.

A *transculturação*, como movimento e transformação, encontra também nas Ilhas Canárias um esteio significativo para pesquisa, à medida que o arquipélago não se traduz somente como meio de passagem para os invasores, mas como rede histórico-social de trocas culturais e econômicas entre África, Europa e América. Consequentemente, significações, histórias, imaginários e símbolos compartilhados entre os diversos povos do Atlântico entrelaçam-se por meio de transformações contínuas e recíprocas. De acordo com Ortiz (1940), Canárias se mantém, desde a colonização, canal para o implemento das primeiras plantações de cana de açúcar nas Antilhas, mantendo-se, assim, interligada às regiões exploradas na América. O açúcar que não era produto espanhol, mas originário da Ásia, manteve desde sempre a mão de obra escravizada para cultivá-lo.

Os espaços abordados em nossa pesquisa configuram-se como áreas de operação efetiva no mapeamento da colonização e que redefiniram o próprio Atlântico nos séculos subsequentes. A entrada forçada nessas regiões não se limitou a um evento histórico de navegação, mas inaugurou um modelo global de dominação e exploração que conectou geograficamente espaços distantes e hierarquizou culturalmente populações, instituindo uma estrutura baseada na expropriação de recursos, no trabalho escravizado e na subjugação de identidades locais. O conceito de *atlanticidade*, desenvolvido por Garcia Ramos (1996), evidencia essa teia de conexões entre os territórios banhados pelo Atlântico e não observa apenas a história como um processo material, mas também como um espaço de trocas simbólicas e culturais. A partir dessa perspectiva, é possível compreender como o Atlântico foi moldado como um território de contradições: simultaneamente um espaço de colonização e resistência, de expropriação e recriação cultural.

Da mesma forma, o açúcar, introduzido das Canárias ao Caribe, carrega em si a dialética da colonização: uma prática econômica imposta pelas elites coloniais, que forjou identidades transculturais híbridas. Conforme Ortiz (1940), “o açúcar foi mulato desde sua origem”, uma metáfora poderosa que ilustra a *mestiçagem* forçada pela colonialidade. No caso das Canárias, a produção açucareira envolveu o trabalho

indígena e introduziu a mão de obra africana escravizada, conectando simbolicamente o arquipélago ao que Gilroy (1993) denomina de *Atlântico Negro*.

Ademais, a ideia da *transculturação*, proposta por Ortiz (1940) e expandida por Rama (1982), é crucial para compreendermos como as populações colonizadas resistiram e transformaram as imposições culturais europeias. Transformação essa que não é passiva nem unidirecional e que cria espaços representativos nos quais culturas indígenas, africanas e europeias se metamorfoseiam em novas expressões que, infelizmente, nem sempre eliminam totalmente as tensões e desigualdades, mas as incorporam com parte da criação cultural. O Escritor e filósofo nascido na Martinica, Glissant (1928-2011), no livro *Poética da relação*, conforme veremos na continuação da tese, também oferece ferramentas para interpretar a *transculturação* (Glissant, 1990). O martinicano sugere que o Atlântico ultrapassa a posição de espaço de subjugação, à medida em que subverte a exploração. Sua *poética da relação* reconhece a complexidade das conexões atlânticas, em que as histórias de dominação são simultaneamente histórias de resistência e invenção.

2.2 RESSIGNIFICAÇÃO ATLÂNTICA

Soy Ninfa Farrach,
la hija de Ismael y Aura Estela.

La de las tardes sin permiso, la poeta.

La que una vez confesó sentir lástima

por los perros solitarios,
la rebelde desde niña, amorosa siempre.

Soy esa niña que ayer recorrió en bicicleta
la finca de su abuelo palestino,
la mayor de sus hermanos,
la que soñaba con tener lámpara
maravillosa de Aladino.

Soy esa niña de ayer, en otro tiempo,
que juega cada tarde a ser libre
y moviliza estas alas que se han desarrollado,
la que en breve tiempo cruzará el océano
para ver la luna desde otra perspectiva
(*Niña pájaro*, de Ninfa Farrach, 1983)³⁵

O poema de Farrach (1983), *Niña pájaro*, reflete a complexidade da relação entre indivíduos e seu território. O eu poético apresenta-se como a imagem da liberdade e da transcendência que carrega em si a memória do passado e a promessa de um futuro livre. A imagem da “menina de ontem” que “brinca de ser livre” sugere um movimento constante de transformação. Tal simbolismo de liberdade, está presente nas ideias de García Ramos (1996), que vê o Atlântico como um grande e infinito espaço de possibilidades, integração e confluência. Em *Por un imaginario atlántico* (1996, p.17), García Ramos³⁶ aponta a existência de uma vasta comunidade atlântica por meio da qual confluem culturas, reciprocidades e revelações. O grande oceano, portanto, passa a ser visto como um verdadeiro espaço integrador em que germinam imaginações criadoras e muitas liberdades. No artigo “*Flujo y reflujo*”, presente na obra *Ensayos del Nuevo Mundo* (1993, p. 56), o canário cita que, considerando o mito, a lenda e a história, assim como as relações pessoais e o vínculo

³⁵ Ninfa Farrach, poeta e artista plástica, nasceu em Managua, capital de Nicaragua.

³⁶ Catedrático de Filología Espanhola (Literatura Hispanoamericana) da Universidad de La Laguna (Tenerife, Ilhas Canarias).

com a língua, além dos modelos literários consagrados e, finalmente, desde “cada país e todos os países, nossos imaginários clamam-se, nutrem-se e projetam-se ao lado de outras influências”³⁷.

A percepção do Atlântico como celeiro de devaneios, aventuras e tragédias, sem dúvida, é enigmática e milenar. Delgado (2012) aborda o problema histórico canário sob a luz das civilizações mediterrâneas antigas. Assim, conforme o pesquisador, não existem fontes históricas que justifiquem a aproximação econômica, política e cultural entre o arquipélago canário e os estados do Mediterrâneo antigo. Para legitimar sua argumentação, o pesquisador estabelece os seguintes construtos teóricos metodológicos: o contexto histórico geral, as fontes de conhecimento, os povos nativos e os recursos naturais insulares. Sendo assim, Delgado (2012, p.12-13), tendo em vista o contexto histórico, lança a seguinte indagação: em que proporção se constataria a intenção colonizadora de fenícios, cartagineses ou romanos e quais fontes textuais e arqueológicas comprovariam o “interesse geoestratégico ou econômico de fenícios, cartagineses ou romanos” (Delgado 2012, p.12-13, tradução nossa).” para com o arquipélago? Outra via de investigação possível comprovaria os vestígios deixados pelas civilizações antigas, isto é, quais estruturas sociais, econômicas ou culturais foram, efetivamente, transformadas por essas sociedades. Outrossim, a última linha investigativa, fundamentada pela anterior, encontraria justificativas colossais, como a busca por produtos específicos, que ancorassem as relações econômicas construídas entre as regiões observadas. Sendo assim, o estudioso conclui que não existem provas aceitáveis, tampouco razões históricas capazes de fundamentar o estreitamento político, econômico ou cultural entre os estados do Mediterrâneo antigo e Canárias.

Por outro lado, Delgado (2012) reconhece, por meio do conhecimento de algumas fontes, que a latitude das Ilhas Canárias não era desapercibida pelo mundo mediterrâneo. Assim, nas palavras do investigador, o trato habitual fenício em Mogador (Essaouira)³⁸, o reconhecimento do universo atlântico após a caída de

³⁷ Delgado (2012, p.12-13) Tradução nossa. Do original: Desde el mito, desde la leyenda, desde la historia, desde las relaciones personales, desde la actitud ante la lengua, desde los modelos literarios consagrados, desde cada país y todos los países, nuestros imaginarios se reclaman, se nutren y se proyectan al lado de otras influencias ajenas.

³⁸ Ilhote africano situado ao norte do paralelo 31. De acordo com estudos realizados na segunda metade do século XX, é possível delinear duas fases de ocupação nesse espaço. A mais antiga refere-se à

Cartago (146 a.C) e a ocupação do ilhote africano a partir do século I a.C., podem ter promovido expedições exploratórias em torno às ilhas. No entanto, os contatos habituais durante a Antiguidade Clássica com as comunidades que habitavam o arquipélago foram interrompidos após a queda do Império Romano. A primeira visita documentada foi em 1312 por Lanceloto Malocello³⁹, navegante e explorador genovês, considerado o primeiro a aportar em Canárias no período medieval. Com a chegada do século XIV, muitos são os povos que competem pelo controle das ilhas: genoveses, aragoneses, castelhanos e portugueses. Entretanto, já no século XV, as Canárias foram dominadas e administradas pelos reis católicos.

A colonização das ilhas entrelaça-se com o movimento expansionista europeu a partir do final do século XIII, em resposta ao crescimento das atividades terciárias, dado o enfrentamento dos desafios econômicos observados em várias localidades do continente. Em consonância, o período de invasão dos espaços que conformam as Canárias acontece no âmbito da formação do *Estado Moderno*⁴⁰, ou seja, quando nações europeias se organizam politicamente e em que a ideia do *Estado-Nação* delimita territórios e tem, na monarquia, a centralização dos poderes político, administrativo, patriótico e militar. Assim sendo, a invasão das terras para além dos mares conhecidos exigiu grandes esforços e captação de recursos. Primeiramente, o empreendimento foi comandado pelos senhorios de Castilha e pelas capitánias a serviço da casa real em Portugal. No entanto, com o fortalecimento da figura do monarca, essas forças foram sendo, gradativamente, substituídas por medidas da própria coroa. O crescimento do poderio estatal e o aumento da vitalidade dos países atlânticos em comparação aos mediterrâneos desdobra-se na diminuição do poder eclesiástico e no aumento de recursos militares. De acordo com Aznar Vallejo⁴¹:

fenícia entre os séculos VII e VIII a.C (Jodin, 1966; López Pardo, 1992; Amadasi Guzzo, 1992); a segunda tem a ver com a ocupação romana desde o reinado de Augusto até o século IV d.C (Jodin, 1967).

³⁹ A expedição de Malocello a Canárias aparece numa carta portulano de 1339 mapeada por Angelino Dulcert. No mapa, Lanzarote aparece como Insula de Lanzarotus Marocelus.

⁴⁰ Período intermediário entre o Estado Feudal e o Estado Constitucional.

⁴¹ Catedrático de História Medieval na Universidad de La Laguna, Las Palmas de Gran Canaria, Gran Canaria.

A ação dos monarcas foi favorecida pelo crescente custo das despesas militares e pelo papel relevante dos arquipélagos na luta luso castelhana pelo Atlântico. Para tal efeito, os reis utilizavam parte das suas tropas permanentes, as contribuições dos conselhos régios e a colaboração de empresas mercantis, que adiantavam fundos com a segurança de serem compensados com rendimentos reais ou com participação no saque obtido. Terminada a conquista, os reis favoreceram a colonização dos novos territórios através de uma generosa distribuição de terras e de um regime fiscal mais benigno. (Aznar Vallejo, 2019, p.141, tradução nossa).

A invasão do arquipélago insere-se, pois, nesse cenário político-econômico expansionista em que, também, poderosas regiões europeias como Génova, Mallorca, Castilha e Portugal buscavam encontrar rotas seguras e rentosas para o Oriente e interior do continente africano. Além disso, os reinos da península ibérica buscavam unir frentes para o enfraquecimento da influência muçulmana. Conseqüentemente, as expansões marítima e territorial acrescentavam poderes à monarquia, além de interporem-se em defesa do cristianismo.

Segundo os historiadores, é possível distinguir diferentes etapas nesse cenário: a fase da *Pré-colonização* (século XIV), em que a monarquia cedeu os espaços para seus subordinados, conseguindo lucros; a *Época Senhorial*, a partir da qual a ação da monarquia cresce paulatinamente e aos senhores castelhanos é ofertada uma jurisdição da coroa em que se aplicam as leis que regem o Reino; e o período francês (1402-1418), no qual a monarquia cede a Jean de Bethéncourt⁴² o feudo⁴³ e a “criação de um senhorio imune” (Aznar Vallejo, 2019, p. 142, tradução nossa).

De acordo com Aznar Vallejo (1986, p. 196), em termos de arquipélago canário, o século XIV representa o lugar da “penetração” ou *Pré-colonização*, enquanto o XV personifica a “autêntica colonização”. No primeiro, os colonizadores não buscaram substituir as estruturas socioeconômicas e organizacionais dos nativos,

⁴² Jean de Bethencourt contou com a parceria de Gadifer de la Salle. Ambos buscavam, respectivamente, produtos naturais para o incremento das empresas têxtil e de tinturaria e poder (senhorio) nas ilhas.

⁴³ Aznar Vallejo (2019) cita que, apesar do arquipélago ter sido elevado à categoria de reino, haja vista a investidura de Don Luis de la Cerda, incluindo aqui a autonomia nos quesitos moeda, leis etc., a prática resultou diferente: os pesos, as medidas, as moedas seguiram pendentes de Castilha, assim como a atuação eclesiástica castelhana.

mas apenas construir relações facilitadoras para vantagens comerciais e evangelização. Já no segundo, o objetivo forjou novas estruturas com a política de importação e cultivo. A saber:

A realização desse projeto levava implícito o domínio militar do território e a criação de novos marcos políticos-administrativos; a remodelação da população e da organização social; a reordenação das atividades econômicas. Agora, a aplicação prática desses elementos apresentou variações de acordo com as particularidades de cada ilha e, sobretudo, teve a ver com duas etapas fundamentais: a que denominaremos “senhorial”, que ocupa os três primeiros quartos do século; e a que chamaremos “realenga”, que abrange o último quarto da centúria. Essa divisão obedece tanto às transformações nos países europeus, em especial o desenvolvimento econômico e o reforço da ideia de Estado, como o próprio arquipélago, fruto da ideia promulgadora da incorporação das ilhas com maiores possibilidades materiais e humanas. (Aznar Vallejo, 1986, p. 196, tradução nossa).

Outra importante fase da colonização de Canárias é denominada pelos estudiosos por *Época realenga* e tem o seu estopim no ano de 1475 quando, diante de uma revolta senhorial em Lanzarote e início de uma disputa luso-castelhana, a monarquia precisou intervir. Conforme Aznar Vallejo (2019, p. 143):

A nível administrativo, a colonização real significou a intervenção direta da monarquia em três das sete ilhas e uma maior presença da monarquia em todo o Arquipélago. Os seus oficiais tinham alguma intervenção em toda a região em questões de defesa e fiscalidade e a Corte, que tinha jurisdição sobre todas as ilhas, tinha residência numa corte real (Aznar Vallejo, 2019, p. 143, tradução nossa).

A subjugação de Canárias, portanto, durou aproximadamente um século: entre 1402 e 1476 a invasão das ilhas de Fuerteventura, Lanzarote, El Hierro y La Gomera, as *ilhas do senhorio*, deu-se pela *nobreza* e sem participação direta dos reis católicos; entre 1478 e 1496 as denominadas *ilhas do realengo*⁴⁴, Gran Canaria (1478-1483), La Palma (1492-1493) e Tenerife (1494-1496) foram invadidas pela coroa de Castilha.

⁴⁴ Conforme os estudiosos, essas eram as ilhas mais povoadas.

Ramos (2002) faz uso da expressão *atlanticidad* em alusão à *comarca cultural atlântica* na qual muitas comunidades banhadas por suas águas e por seus traçados geográficos convergem-se em histórias memoráveis e outras terrivelmente injustas, tal como a diáspora africana estudada por Gilroy (1993). Na exegese do *Atlântico Negro* (1993)⁴⁵, notamos que a diáspora é para Gilroy uma ação dinâmica que transforma os mecanismos culturais. Assim, por meio do transcurso diaspórico, é possível ver “formas políticas e geoculturais de vida que são resultantes da interação entre sistemas comunicativos e contextos que elas não só incorporam, mas também modificam e transcendem” (Gilroy, 2001, p. 25). O pesquisador contrasta a ideia de *raça*, isto é, de *pureza étnica* quando, ao criar a imagem do *Atlântico Negro*, revela as dimensões híbridas da diáspora africana e do robusto fluxo de intercâmbios culturais que não se delimitam às fronteiras políticas e geográficas.

Indubitavelmente, no deslanchar das Grandes Navegações, o oceano tornou-se palco de fortes disputas políticas e territoriais, assim como possibilitou trocas culturais e linguísticas entre a América, a África e a Europa. Ramos (2012) afirma que mencionar o *imaginário* atlântico é acionar uma memória coletiva compartilhada por diferentes povos que partilham o mesmo oceano, memória essa permeada por mitos, fábulas e símbolos que influenciam nosso próprio autoconhecimento. Memória permeada por “feitos memoráveis, por rotas comerciais, por períodos de convivência, por formas de olhar o mundo e de decifrá-lo que geraram modos aproximados de erigir fábulas, recriações de uma realidade erguida em conjunto (Ramos, 2012, p. 15, tradução nossa).

Bachelard (1958) pontua que o espaço pode atuar como objeto de estudo da alma humana e da fenomenologia da imaginação. O quarto, o porão, o sótão, entre outros lugares, criam sentimentos, leituras próprias e toda uma riqueza de imagem no receptor ou leitor. Assim, como forma de conhecimento, o *imaginário*⁴⁶ associa-se aos espaços que o homem experimenta. O filósofo acredita que as proposições filosóficas, as metáforas e os símbolos encontrados nos textos literários e na arte em geral

⁴⁵ GILROY Paul. *The black Atlantic. Modernity and Double Consciousness*. Harvard University Press: Cambridge, 1993.

⁴⁶ No decorrer do século XX a questão do *imaginário* foi debate de muitos pesquisadores. Além de Bachelard, podemos citar Freud (1856-1939) e Lacan (1901-1981) na psicanálise; Gilbert Duran (1921-2012) e os estudos das estruturas antropológicas que envolvem o imaginário (mitos, arquétipos etc.); Paul Ricoeur (1913-2005): o imaginário e a construção da história; Michel Maffesoli (1944-), antigo aluno de Durand, a noção de imaginário e os grupos sociais; entre outros nomes importantes.

possibilitam um conhecimento profundo da realidade. A poesia torna-se, também, arcabouço para o estudo da mente e carrega significâncias no tempo da enunciação, uma vez que a imagem poética se transforma em um novo ser de nossa linguagem, tornando-se, pois, *de vir* e expressão e um *de vir* de nosso ser (Bachelard, 1978). O intelectual também reflete a respeito dos elementos naturais – água, ar, terra e fogo – que equilibram o real e o imaginário. Em *A água e os sonhos – ensaios sobre a imaginação da matéria* (Corti, 1941)⁴⁷, a água intervém como um ser total com corpo, alma e voz abarcando em si mesma uma realidade poética completa e uníssona: “a unidade de elemento”. Água que além de transmitir segurança, pode mostrar-se brutal. Água que se aproxima ao conceito de *atlanticidade* por meio do qual é possível tatear a relação do arquipélago canário com o oceano Atlântico e de outros espaços comovidos por suas águas. Associações poéticas primorosamente ilustradas por meio das imagens trabalhadas, por exemplo, por Elsa López (1943-)⁴⁸ e Andrea Juliana Enciso (1979-)⁴⁹, respectivamente, em:

La bruma llega del mar.
 Ascende las laderas del inmenso barranco
 y llega hasta tu cama.
 Es entonces cuando te pregunto
 qué te pasa y tú dices no sé,
 puede que sea la bruma que me ha llegado al alma
 (López, 2022)

¡Cuenta sal en mi lengua
 Y cuanto mar en la mitad
 de esta tierra desconocida!

Recorrer la nueva ciudad
 con la cara mojada por el océano
 es recorrer al nuevo amante
 sin conocer
 el trazo de su nombre
 la geografía de sus dolores
 el secreto de sus nacimientos.
 (Enciso, 2020)

⁴⁷ Do original : *L'E'au et les rêves*: Essai sur L'imagination de la matière, José Corti, 1941.

⁴⁸ A escritora nasceu na Guiné Equatorial e vive nas Ilhas Canárias.

⁴⁹ Andrea Juliana Enciso nasceu em Bogotá. Sua poesia reflete a mescla e a hibridez caribenha: a poeta move-se entre línguas e lugares.

Ainda em referência ao *imaginário*, Le Goff (1985)⁵⁰, evidencia que o *imaginário* engloba o campo da representação, como também o simbólico. Assim, nas palavras do intelectual pertence, primeiramente, ao campo da representação, embora ocupe a parte da “tradução não reprodutora”, mas sim criadora e poética. Logo, ao simbólico que remete a um sistema de valores subjacente, seja histórico ou ideal. Em diálogo, o *imaginário*⁵¹ não deve ser estudado como um elemento estático que se incorpora às descendências, e sim como o movimento de um vasto repertório de símbolos, imagens, pensamentos e verbos que compartilham genuínas contribuições nos modos de sentir e viver coletivamente. Numa pesquisa que dialogue com a *História do Imaginário*, portanto, os elementos investigados não bastam isoladamente, visto que atuam como possibilidades para o entendimento das esferas sociais, políticas, culturais, religiosas e econômicas. Na visão do historiador, o *imaginário*, portanto, ocupa a fração criadora da representação e não apenas a sua porção reprodutora, uma vez que não se limita à reprodução iconográfica e artística, mas engloba também o universo das imagens mentais que se unem às imagens coletivas que se formam e se transformam no decorrer dos tempos.

Examina-se que Bachelard e Le Goff reconhecem a influência e a relevância do *imaginário* na arquitetura e interpretação da realidade. Similarmente, para os dois pensadores, a memória ocupa um lugar de destaque na concepção do conceito. Em *A poética do espaço* (1958), Bachelard expõe que as experiências individuais e subjetivas, que ele chama de “consciência sonhadora”, criam diferentes percepções de cada espaço aliando memória individual e *imaginário*. Obviamente, o filósofo reconhece que a imaginação de um indivíduo não se pode apartar de seu contexto de atuação, ou seja, o pensamento de uma pessoa relaciona-se a elementos culturais, geográficos e sociais. Por outro lado, Le Goff, no *Imaginário Medieval* (1985), discursa a respeito da dimensão da memória coletiva na elaboração do *imaginário* individual e do *imaginário* coletivo. Por conseguinte, o teórico coloca os olhos nas pesquisas de cunho histórico/social e no levantamento de mitos, convicções e símbolos comuns que evocam o imaginário coletivo em determinada época e lugar.

⁵⁰ LE GOFF, Jacques. *L'imaginaire médiéval*. Paris : Éditions du Seuil, 1985.

LE GOFF, Jacques. *O Imaginário Medieval*. Lisboa: Editorial Estampa, 1994 [original: 1985].

⁵¹ Para maiores elucidações do *imaginário* nas Ciências Humanas pode-se recorrer a algumas obras como: *O Declínio da Idade Média* (1978), de Joahannes Huizinga; *A Instituição Imaginária da Sociedade* (1982), de Cornelius Castoriadis; *As Estruturas Antropológicas do Imaginário* (1989), de Gilbert Durand; *O Nascimento do Purgatório* (1990), de Jacques Le Goff.

Conforme esclarecido na presente pesquisa, em se tratando do oceano Atlântico, há no homem das Idades Antiga, Média e Moderna uma confluência de crenças e imagens que se mesclam entre posições norteadoras ou aterrorizantes. De fato, por essa lógica, aos olhos daquelas sociedades, torna-se conflituoso distinguir a geografia da imaginação. Ademais, nesse panorama *fantástico* em que se emaranham múltiplas culturas e diferentes visões de mundo, o mar e as ilhas que lhe circundam alimentam o poder simbólico dos fenômenos humanos. Segundo Eliade (1996, p.8-9)⁵², o pensamento simbólico é inerente ao ser humano e, por isso, precede a própria linguagem e o discurso. O símbolo, assim, revela os aspectos mais profundos da realidade e revela as secretas modalidades do ser. Exatamente por esse efeito, o seu estudo nos possibilita conhecer o homem.

Eliade discursa sobre o universo do símbolo para tratar o sagrado, o ontológico, o mitológico e aquilo que permanece à margem da historiografia oficial. Para o filósofo romeno, as imagens e as narrações mitológicas são formas de trazer à superfície necessidades, aspirações e conhecimentos submersos que fazem parte da Humanidade anterior à História. Nas palavras de Eliade, a maior parte dos homens, destituídos de religião, segue compartilhando as crenças e mitologias, pois, “como vimos, o homem profano descende do *homo religious* e não pode anular sua própria história, quer dizer, os comportamentos de seus antepassados religiosos, que o constituíram tal como ele é hoje (Eliade, 2008a, p.170, grifo do autor)⁵³.

Assim sendo, tomar o Atlântico como uma entidade geográfica, mitológica, inclinada para a expansão de possibilidades perpassa, também, a construção de acontecimentos históricos que se deram fortemente em suas bordas, movidos por intenções econômicas nitidamente imperialistas. Nesse interim, à luz (ou quiçá à sombra) da crítica colonial, reivindica-se as vozes desconsideradas e lançadas ao esquecimento no que pode ser chamada de “história universal” – já sinalizando a própria incoerência do termo. As Américas portuguesas e espanholas, invadidas e saqueadas em um “processo selvagem de destruição direta ou indireta das culturas

⁵² ELIADE, Mircea. *Imagens e símbolos: ensaio sobre o simbolismo mágico-religioso*. Tradução de Lia Wyler. São Paulo: Editora Perspectiva, 1996.

Do original: ELIADE, Mircea. *Images et symboles : essai sur le symbolisme magique et religieux*. Paris: Editions Payot, 1952.

⁵³ ELIADE, Mircea. *O sagrado e o profano: a essência das religiões*. São Paulo : Martins Fontes, 2008. Do original : ELIADE, Mircea. *Le sacré et le profane : essai sur la représentation du sacré dans les civilisations humaines*. Paris: Gallimard, 1957.

americanas, com a agravante do morticínio de milhões, no mais significativo de todos os genocídios. Espoliada no período colonial, continuaria a ser mesmo após o surgimento das nações livres, a contar da segunda década do Oitocentos” (Iglésias, 1992, p. 35⁵⁴).

Reescrever as relações socioeconômicas, históricas e culturais entre as metrópoles e as colônias de uma forma que permita múltiplas e inclusivas leituras, ao mesmo tempo que abandona interpretações que reproduzem uma submissão exclusiva e arbitrária, leva os pesquisadores a buscarem novas perspectivas sobre o passado colonial. No que se refere à Independência, por exemplo, as primeiras discussões sobre identidade nacional e ações administrativas voltadas para as jovens nações latino-americanas⁵⁵ surgem na segunda metade do século XIX, nas academias e centros de pesquisa histórica. Nas palavras de Wasserman (2011, p. 96)⁵⁶: “Grande parte desta primeira historiografia latino-americana considera as identidades nacionais como dados ontológicos, e as nações, como entidades sociais originárias, que estiveram presentes desde o período pré-colonial para alguns, desde a colônia para outros ou, mais frequentemente, desde as independências”. Em concordância, autores como Anderson (1989), Hobsbawn (1990) e Gellner (1993) abordam em suas pesquisas a questão do nacionalismo; no entanto, suas elaborações teóricas partem de uma mirada europeia. À vista disso, analisar a construção das identidades nacionais nos contextos latino-americanos exige a reconstrução de uma historiografia que leve em consideração temáticas, atores sociais e autores originários das “regiões representativas da diversidade subcontinental⁵⁷”.

⁵⁴ Francisco Iglésias, professor emérito da Universidade Federal de Minas Gerais. Comunicação apresentada em 1992 no Simpósio *El Descubrimiento de Occidente*, em Sevilha, Espanha. Título: “Encontro de duas culturas: América e Europa”.

⁵⁵ É importante sinalizar que o próprio conceito de latinidade carrega em sua expressividade um teor político excludente. De acordo com Roger Barthe na nota ao leitor da segunda edição de sua obra *L'idée latine* (1951), “A ideia latina é uma ideia occitana”. Assim sendo, todas as outras línguas e povos que compõe as fronteiras nacionais são anulados e subjugados, ainda que o ideário latino promulgue a união e a articulação política do continente.

⁵⁶ WASSERMAN, C. A primeira fase da historiografia latino-americana e a construção da identidade das novas nações. *História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography*, Ouro Preto, v. 4, n. 7, p. 94–115, 2011. DOI: 10.15848/hh.v0i7.338. Disponível em: <https://revistahh.emnuvens.com.br/revista/article/view/338>. Acesso em: 2 jan. 2024.

⁵⁷ WASSERMAN, C. A primeira fase da historiografia latino-americana e a construção da identidade das novas nações. *História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography*, Ouro Preto, v. 4, n. 7, p. 94–115, 2011. DOI: 10.15848/hh.v0i7.338. Disponível em: <https://revistahh.emnuvens.com.br/revista/article/view/338>. Acesso em: 2 jan. 2024.

Com relação ao Brasil, conforme Souza e Acruche, (2021, p.10-11), o fortalecimento dos cursos de Pós-Graduação e o aumento de intercâmbios acadêmicos, devido à abertura da redemocratização dos anos 80, ocasionaram um novo contraponto para os estudos latino-americanos. A partir daí, as questões coloniais e a escravidão passaram a ocupar o centro de grandes discussões acadêmicas/intelectuais, em virtude da geração dos *Annales*⁵⁸ e da Nova História Cultural⁵⁹. Estes, ao se desdobrar em diferentes abordagens historiográficas, romperam com as tradições que apenas legitimavam a história dos privilegiados: os ricos, os vencedores, os “heróis” e os homens.

Em consequência da incursão de diferentes olhares na pesquisa, as relações estabelecidas entre as colônias e suas metrópoles passam a ser analisadas para além da dicotomia “império” *versus* “colônia”. Entram em cena modos inaugurais de análise em que atores sociais, antes excluídos, tornam-se imprescindíveis para a compreensão das sociedades. Nesse cenário, incluem-se, por exemplo, as abordagens de pesquisa da *História do Imaginário* e da *História das Mulheres*. O trabalho da *História Cultural*⁶⁰ é mobilizar os meios de compreensão da realidade e os modos que as pessoas se apropriam dela. Em consequência, as experiências culturais, as tradições populares, as crenças, as artes etc. são fundamentais para os estudos antropológicos, literários, econômicos, históricos, entre outros, e para a observação das transformações e das heranças culturais. Portanto, as práticas culturais são examinadas, metodologicamente, pelo historiador nos documentos históricos, nas formas e usos antigos.

Nas palavras de Chartier (1990)⁶¹, a *História Cultural*, diferentemente do *estruturalismo* e de sua metodologia “ahistórica”, conserva a representação, ou seja,

⁵⁸ Escola ligada à revista *Annales d'histoire économique et sociale* (1929). A Escola dos Annales passou por três gerações: as duas iniciais são conhecidas como “História Nova”; a primeira geração foi liderada por Marc Bloch (1886-1944), historiador medievalista francês, e Lucien Febvre (1878-1956), historiador modernista; a segunda geração foi liderada por Fernand Braudel (1902-1985), historiador francês; a terceira geração, conhecida como Nova História Cultural, foi conduzida por Jacques Le Goff (1924-2014), historiador francês especialista na Idade Média e Michel Foucault (1926-1984), francês, filósofo e historiador das ideias. A partir do 1889, tem início a quarta geração da escola dos Annales.

⁵⁹ A Nova História Cultural influenciou o Estruturalismo e a História Social.

⁶⁰ No entanto, Burke cita alguns estudiosos que, possivelmente, teriam trabalhos nessa abordagem, incluindo o próprio autor. Entre eles podemos citar: Bakhtin (1895-1975), Edward Said (1935-2003), Gilberto Freyre (1900-1987), Hobsbawm (1917-2012) e Chartier (1945-).

⁶¹ Chartier é um intelectual ligado à quarta geração da Escola dos Annales e um dos principais pensadores da História Cultural. O trabalho de Chartier concentra-se na história cultural do livro, da escrita e da leitura. A obra citada é: CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

a subjetividade como um elemento inseparável do entendimento histórico dos acontecimentos, já que as lutas de representações têm de igual modo a mesma importância que as batalhas econômicas para compreender as concepções sociais de um grupo e seus domínios.

Burke (2005), revela a complexidade que o conceito *História Cultural* carrega. No entanto, cita alguns estudiosos que, possivelmente, teriam trabalhos adeptos a essa leitura histórica, incluindo o próprio autor. Entre eles podemos citar: Bakhtin (1895-1975), Said (1935-2003), Freyre (1900-1987), Hobsbawm (1917-2012) e Chartier (1945-). Segundo Burke (2005), a abordagem da *História Cultural* deve manter-se sob uma mirada interdisciplinar. Assim, métodos de múltiplas ciências devem ser incorporados à pesquisa: antropologia, literatura, arte, entre outros caminhos. O teórico interessa-se pelos mecanismos subjetivos que envolvem a criação e a perpetuação dos símbolos e das representações; também como as identidades culturais são firmadas no decorrer dos tempos históricos.

Com o advento dos anos 2000, as Américas passam a ser estudadas a partir de uma ótica global: a chamada História Global ou *Global History*, o que mostra o entendimento de que o continente passa a “ser enxergado dentro das leituras mais amplas, entendendo que a América dialogava com o mundo ao seu redor e não se encerrava em si mesma” (Souza e Acruche, 2021, p. 10). Uma das primeiras obras sobre História Global produzida na América Latina é de autoria do pesquisador colombiano Hugo Fanzio Vengoa⁶²: *El mundo global: una historia* (2013)⁶³. No estudo, Vengoa defende a criação de um entendimento cosmopolita global para compreender o fenômeno da globalização. Outra obra que se destaca na História Global advém do argentino Diego Olstein⁶⁴: *Thinking history globally* (2015)⁶⁵. Olstein propõe uma mirada global tendo como ponto de partida o governo de Juan Domingo Perón (1946-1955). Além disso, cria metodologias para a pesquisa global que, segundo ele, deve basear-se nos 4Cs: conectar, comparar, conceituar e contextualizar.

Cabe sinalizar que, embora a *História Global* e a *História Atlântica* tenham enfoques distintos em suas abordagens historiográficas, elas compartilham características comuns: ambas reconhecem que as interações culturais, sociais e

⁶² Professor da Universidad de los Andes, Colombia.

⁶³ VENGOA, Hugo Fazio. *El mundo global: una historia*. Bogotá: Ediciones Uniandes, 2013. 135p.

⁶⁴ Professor de História na Universidade de Pittsburgh.

⁶⁵ OLSTEIN, Diego. *Thinking history globally* Londres: Palgrave Macmillan, 2015.

econômicas pelas profusões do Atlântico fazem parte de uma rede de conexão global e ambas linhas procuram superar o eurocentrismo à medida que permitem que outras histórias, diferentes perspectivas e sociedades antes postas aquém das pesquisas, entrem nas principais salas de debates. De certo modo, a História Atlântica parece fazer parte da História Global e, por isso mesmo, contribui para sua elucidação.

Na trilha da *Global History*, Armitage⁶⁶ (1965-) em seu artigo “*Tres conceptos de historia atlántica*”⁶⁷ esclarece como o oceano Atlântico e as comunidades ao seu redor vêm se tornando, cada vez mais, objeto de estudos entre os historiadores das Américas do Norte e do Sul, do Caribe, da África e da Europa ocidental. Áreas como a literatura, a economia e a sociologia também têm se desdobrado sob temáticas que envolvem o oceano. Conforme o historiador, o Atlântico é um invento europeu devido à massiva incursão de navegação, exploração, colonização, administração e imaginação (ARMITAGE, 2002, p.8) dispensados a partir dos séculos XV, dados os feitos de Colombo (1492), até a era das revoluções nos séculos XVIII e XIX. E, apesar de ser um “invento”, o Atlântico não nasceu totalmente formado na consciência europeia, uma vez que o colonizador o via como uma grande massa de água capaz de levá-lo de uma ponta a outra. Então, Armitage (2002, p.8-9) cita que o oceano foi uma criação do europeu, à proporção que foi o colonizador que transformou as quatro costas atlânticas em uma só entidade ideológica e imaginária: “As dimensões concretas do oceano era, naturalmente fluidas: era menos claro onde terminava do que os territórios que banhava e conectava, já que o ‘o oceano’ era pensado como um único corpo de água em único corpo de água em movimento, e não como a soma de sete mares”⁶⁸.

Armitage (2002, p.9), entretanto, reconhece que a história atlântica recebida como objeto de estudo achegou-se bem tardiamente em relação à invenção europeia do Atlântico. Ao final do século XIX já havia historiadores atlânticos, contudo foi nos

⁶⁶ David Armitage, professor de História, Harvard University.

⁶⁷ Tradução realizada ao espanhol por David Armitage.

Do original:

ARMITAGE, David. Three Concepts of Atlantic History. In: ARMITAGE, David; BRADDICK, Michael J., eds., *The British Atlantic World, 1500-1800* (Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2002), p. 11-27.

⁶⁸ Do original: “Los límites concretos del océano eran, por supuesto, fluidos: estaba menos claro dónde acababa que cuáles eran los territorios que bañaba y relacionaba, puesto que se pensaba en ‘el Océano’ como en una única masa de agua en movimiento, y no como la suma de siete mares distintos” (ARMITAGE, 2002, p. 8-9).

últimos aos que a História Atlântica⁶⁹ se tornou uma subdisciplina da História. Recentemente, a *História Atlântica* tem se tornado mais “multicolorida”. Assim, o *Atlântico Negro* da diáspora africana aproxima-se do atlântico verde da dispersão política irlandesa. Essas novas formas de enxergar o oceano e suas articulações são consequências dos Estudos Culturais⁷⁰, uma forma de conhecimento que busca em sua gênese aliar diversos saberes de análise, tornando-se, pois, um projeto interdisciplinar: teorias sociais, antropologia, filosofia, teorias literárias entre outros. Nas palavras de Armitage, “O surgimento de histórias atlânticas multicoloridas e histórias do mundo atlântico que não incluem apenas o Atlântico Norte de língua inglesa atesta os frutos da fertilização cruzada” (Armitage, 2002, p.12, tradução nossa). Consequentemente, a História Atlântica ultrapassa os limites teóricos-metodológicos sobre os quais se constroem as pesquisas hierarquizadas e homogêneas. Assim, o Atlântico e as suas comunidades são vistas a partir de um ângulo multicultural e heterogêneo. E povos africanos e americanos saem da zona da marginalização inculcada pela centralidade europeia.

Para fins metodológicos, Armitage (2002, p.12-26) propõe uma tipologia tripla da *História Atlântica*. A primeira seria a *História circum-atlântica*, história transnacional do mundo atlântico. A segunda seria a *História trans-atlântica*, história internacional do mundo atlântico. Enquanto a terceira, a *História cis-atlântica*, história nacional ou regional em um contexto atlântico. Os três conceitos de história, de acordo com Armitage (2002, p. 28) não se excluem, muito pelo contrário, permitem o conhecimento de uma história tridimensional atlântica e “conduz os historiadores para o pluralismo metodológico ao mesmo tempo que amplia os seus horizontes”⁷¹.

A *História circum-atlântica*, conforme Armitage (2002, p.13), entre as outras três a menos pesquisada, é aquela que considera o Atlântico como espaço de troca,

⁶⁹ Nas últimas décadas alguns nomes destacaram-se no incremento de teorias da História Atlântica, dentre os quais podemos citar, além de David Armitage, por exemplo, Jack Greene e Philip Morgan [GREENE, Jack P.; MORGAN, Philip D. *Atlantic History: A Critical Appraisal* (Reinterpreting history). Oxford University Press, 2009.]; Bernard Bailyn [BAILYN, Bernard. . Massachusetts: Harvard University Press, 2005; entre outros. Greene (1931-), professor emérito, lecionou na Universidade de Johns Hopkins e contribuiu de forma pioneira nos estudos do Atlântico. Morgan (1949-), historiador britânico, é reconhecidamente uma das maiores autoridades nas pesquisas sobre a escravização nas ilhas britânicas. Bailyn (1922-2020) foi professor da Universidade de Harvard na área da História Colonial e Atlântica; ganhou o Prêmio Pulitzer de História duas vezes (1968 e 1987).

⁷⁰ Os *Estudos Culturais* nascem a partir dos estudos do crítico literário britânico Raymond Williams (1921-1988) e do historiador inglês e de orientação marxista E. P. Thompson (1924 – 1993).

⁷¹ Do original: “conduce a los historiadores hacia el pluralismo metodológico al tiempo que amplía sus horizontes”.

intercâmbios, circulação e transmissão. Nela, encontra-se a história das pessoas que cruzaram o oceano e que viveram em suas costas participando de suas atividades e ideias desde o século XV até o nascimento dos Estados-Nações no século XIX. Nesse ponto, o historiador considera, também, a flora e a fauna que disseminaram e até as enfermidades. Na *circum-atlântica* estão as histórias das diásporas e dos genocídios na África e na América⁷². No entanto, Armitage recorda que essa abordagem seguiu, em sua maioria, o modelo de “Atlântico Branco”, em detrimento das histórias que constroem o “Atlântico Negro” e que, nas palavras de Gilroy (2001, p.35) perpassam a “crioulização, mestiçagem e hibridização”. A *História trans-atlântica* é história do universo atlântico relatada por meio de comparações (Armitage, 2002, p. 17-18) que aproximam regiões e povos antes separados. Essa forma de abordagem relaciona nações e estados de amplos sistemas políticos e econômicos em um grande sistema oceânico. Armitage (2002, p. 19) exemplifica com a comparação sistemática realizada entre os Estados Unidos e o Reino Unido como sendo: “(...) uniões políticas duradouras a partir do século XVIII”⁷³. A *História cis-atlântica*⁷⁴, nas palavras de Armitage (2002, p.20), pesquisa lugares específicos, localizações concretas, seja um Estado, região ou até mesmo instituição alocados no mundo atlântico e considera as particularidades advindas da interação entre os lugares e suas malhas de conexões. Essa abordagem assemelha-se à Histórica *circum-atlântica*, porém não se atém ao Atlântico, mas concentra-se no modo como tais regiões relacionam-se com o oceano. Essa análise pode vincular-se ao fator tempo, o que permite estudar como as vinculações surgiram.

Adelman, em “*Sovereignty and Revolution in the Iberian Atlantic*” (2006), discursa que a noção de soberania dos impérios português e espanhol dentro do universo Atlântico são instáveis e passíveis de contestação, visto que a incerteza em torno às propriedades, aos direitos humanos e ao poder estatal entram em disputa entre os séculos XVIII e XIX. Logo, os laços transatlânticos de interesses e lealdades transformam-se à proporção que as revoluções europeias cruzam o oceano e o antigo regime deixa de ser um caminho executável do ponto de vista, também, das colônias.

⁷² Joseph Roach apud Armitage (2002, p.14).

⁷³ Do original: “(...) como uniones políticas duraderas a partir del siglo XVIII”.

⁷⁴ De acordo com Armitage (2002, p. 20-21), o termo “cis-atlântico” foi cunhado por Thomas Jefferson em “*Notes on the State of Virginia*” (1785). Armitage sinaliza que o maior estudo já publicado nessa abordagem é a obra de Huguette y Pierre Chaunu, “*Seville et L’ Atlantique*”, dividida em oito volumes (1955-60).

Essa diferente forma de abordagem da Independência das colônias possibilita o reconhecimento de atores sociais que foram excluídos da historiografia oficial. No Brasil, por exemplo, representa reconhecer outras figuras imprescindíveis para os movimentos independentistas que vão além de José Bonifácio, da imperatriz Leopoldina e de Pedro I. Ademais, significa encontrar novas fontes historiográficas que coloquem à mesa um diálogo em que o Atlântico simboliza a convergência de ideias e ações. Nas palavras de Pollack (1993, p. 28-29):

(...) o problema de qualquer memória oficial é o da credibilidade, de sua aceitação e de sua forma. Para que surja nos discursos políticos um fundo comum de referências que possa constituir uma memória nacional, é essencial muito trabalho de organização e formatação se quisermos superar o mero ajuste ideológico, que é, por definição, precário” (Pollack, 1993, p. 28-29, tradução nossa).⁷⁵

⁷⁵ Tradução nossa. Do original : (...) le problème de toute mémoire officielle est celui de la crédibilité, de son acception, et aussi de sa mise en forme. Pour qu'émerge dans les discours politiques un fonds commun de références que peuvent constituer une mémoire nationale, un intense travail d'organisation et de mise en forme est indispensable pour surmonter le simple bricolage idéologique, par définition précaire et fragile ».

Pérez (2007, 2014) mostra que a concepção de uma História Atlântica que interligue as bordas do oceano tem *status* mais ou menos recente e já foi considerada, inclusive, como uma subdisciplina da História. De fato, sua concepção formou-se após a Segunda Guerra Mundial e esteve fortemente imbricada na relação da História norte-europeia com as colônias norte-americanas (Godechot, 1947; Kraus, 1949; Palmer, 1959-64). Mais adiante, pesquisadores ibéricos se juntaram à ideia, tais como: Hamilton (1934), Schafer (1935-1947), Zavala (1935), Parry (1949 e 1966), Haring (1952), Chaunu (1955 – 1960), Mauro (1960), Godinho (1969) e Verliden (1970). Já Davis (1973) inicia um movimento de inclusão de mais protagonistas na História Atlântica.

Já no século XXI, Pérez (2014) aponta para uma certa retratação e regeneração de temas por meio de (Gould 2000; Elliot, 2001; Canny, 2001; Pietschamnn, 2002; Martínez Shaw Y Oliva Melgar, 2005; Bailyn, 2005; Cañizares Esquerria, 2006; Heywood Y Thornton, 2007). Por outro lado, apesar do reconhecimento da pouca atenção à insularidade no contexto Atlântico, o estudioso menciona uma lista de intelectuais com precedentes em Canarias (MORALES PADRÓN, 1955; RUMEU DE ARMAS, 1956-57; PERAZA DE AYALA, 19520. Também em Madeira: Albuquerque y Viera (1987); Azevedo e Silva (1995); Carita (1998). Em relação ao Açores, Matos, Meneses y Reis Leite (2008); Rodrigues (2012); Meneses (1997). E no que tange às Antilhas, Fernández Méndez (1972); Gil-Bermejo García (1983); Macías Domínguez (1978); Morales Carrión (1968); Moreno Friginals (2002); Moya Pons (1974); Vila Vilar (1974). O pesquisador, de igual modo, põe em evidência aqueles que tem se dedicado às relações para além do teor continental sendo, portanto, também, interinsulares: Azevedo e Silva (1997); Vieira (1992); Carreira (2000); Santana Pérez (2006); Seibert (2006).

É importante sinalizar que, conforme Pérez (2014), os elementos da história africana foram incorporados à História Atlântica tardiamente, inclusive muitas teorizações norte-europeias, nem mencionaram o continente. Foi apenas quando da Nova História Atlântica, já nos anos 80 do século XX, que a África se inseriu nos debates de forma ativa, sobretudo a partir do conceito do *Atlântico Negro*, em que a escravização seguia sendo o fio condutor principal: Anstey (1975); Gilroy (1993); Solow (1991); Thornton, (1992); Inikori y Engerman (1992); Falola y Roberts (2008). Assim, trabalhos a respeito das contribuições e influências das comunidades africanas

na rota atlântica foram surgindo: (Carney y Rosomoff, 2009); (Garfield, 1992; Madeira Santos, 1995-2002; Castro Henriques, 2000; Carreira, 2000; Seibert, 2006). E outros tanto mais recentes, tais como: Darias de las Heras, V, 2002; Santana Pérez y Ordóñez del Pino, 2007; Tomás y Farré, 2009).

O pesquisador, no entanto, manifesta a necessidade de relatar os acontecimentos históricos atlânticos partindo dos marcos insulares, porquanto “tradicionalmente permaneceram rebaixados pela história dominante, aquela que é feita a partir do continente, numa síndrome que poderíamos denominar por ‘São Brandão’” (Pérez, 2007, p. 58, tradução nossa).⁷⁶. Nesse ponto, faz alusão ao mito da suposta ilha que aparece e desaparece, lenda essa, criada a partir do relato de viagem do irlandês São Brandão quando, ao recorrer aos mares em busca do paraíso, alcança a figura de uma ilha que aparece e desaparece misteriosamente. Por conseguinte, na ótica de Pérez, as Ilhas Canárias estiveram à margem da historiografia oficial atingindo, praticamente, a atmosfera fantasmagórica da invisibilidade. Deste modo, o estudo supramencionado, recorre ao diálogo de percursos históricos que se unem, mesmo sob circunstâncias geográficas desafiadoras. Por conseguinte, examina que Canárias e Antilhas estabelecem, desde a época da invasão europeia e posterior colonização, uma composição de vozes, instrumentos e heranças comuns que serão, inclusive, discutidos no próximo capítulo.

No que diz respeito à intelectualidade latino-americana em relação aos estudos que contemplem o mosaico cultural do continente, Paz (1914-1998), apresenta em “*O Labirinto da Solidão*”, publicado pela primeira vez em 1950, reflexões sobre a natureza humana e a respeito da busca incessante pela identidade e cultura mexicanas. Assim, surge a metáfora do labirinto e a complexidade do que seria a identidade mexicana, dada a multiplicidade das heranças indígenas, da invasão do colonizador, da revolução e, por que não, da máquina capitalista. Paz transcreve os processos migratórios e os símbolos culturais que forjam todo um *imaginário* coletivo que, dentro ou fora das fronteiras geográficas de seu país, sinalizam a predominância do que ele denomina ser a “solidão” mexicana. A figura do *pachuco* – mexicano imigrante nos Estados Unidos – alia-se à ideia da desterritorialização e da busca por uma filiação: “o que somos e como realizaremos isto que somos? (Paz, 2006, p. 13). O ensaísta

⁷⁶ Tradução nossa. Do original: “tradicionalmente han quedado relegados de la historia dominante, la que se hacía desde el continente, en un síndrome que podríamos calificar como de ‘San Borondón’”.

acredita na presença de uma história pública e outra submersa, aquela que se arrasta, invisivelmente, no decorrer dos séculos como efeito da continuidade de símbolos, rituais e crenças. A simbologia da pirâmide: a hierarquia, o poder e o sacrifício seguem presentes na sociedade mexicana na qual o antigo e o moderno coexistem. Nas palavras de Octavio Paz, cada história carrega uma geografia e cada geografia uma geometria de símbolos.

Na presente seção, apresentamos algumas variantes importantes para análise das vinculações socioeconômicas, históricas e culturais entre Canárias, regiões da costa africana e do Caribe que, apesar de suas diferenças geográficas e históricas, compartilham uma trajetória marcada pela colonização, exploração e resistência. O Oceano Atlântico, longe de ser uma barreira, emerge como um espaço de reconfiguração simbólica. Assim, julgamos necessário observar a enigmática força propulsora atlântica: reconhecer a existência de suas vozes, seus mitos e suas inesgotáveis fontes historiográficas e literárias.

A análise das conexões dessas regiões exploradas, baseada nos conceitos de *transculturação*, *insularidade* e *atlanticidade*, traz à superfície o mosaico e a riqueza de suas identidades. Por meio da literatura e da história, as vozes apagadas encontram formas de reafirmação, desafiando as narrativas eurocêntricas e celebrando a própria existência. De acordo com Bachelard (1958), o espaço geográfico pode ser interpretado como um reflexo da alma humana, carregando significados simbólicos que transcendem o físico. No contexto atlântico, as ilhas se tornam metáforas para a resistência. Essa perspectiva, ampliada por Le Goff (1994), vê o *imaginário* como uma dimensão criadora, em que mitos e símbolos se tornam instrumentos para interpretar e transformar a realidade social.

Nosso ponto de partida teórico, portanto, ancora-se no conceito de *transculturação* delineado por Ortiz (1940) e explanado por Rama (1982). A essa concepção, articulamos a *atlanticidade* e a *insularidade* (RAMOS, 2012) e o *imaginário* desenvolvido por Bachelard (1958) e Le Goff (1985). De modo análogo, o entendimento das regiões prescrutadas como espaços interconectados exige uma abordagem interdisciplinar, que combine os métodos da História Cultural (Chartier, 1990), Atlântica (Armitage, 2002) e Global (Olstein, 2015). Tais perspectivas nos permitem compreender como as comunidades exploradas resistiram à imposição

européia, criando formas vivas e alternativas de organização e expressão. Além disso, a mirada *atlanticista* e transcultural nos possibilita identificar redes semânticas de atuação que atravessaram o Atlântico, enfatizando a permeabilidade das interações culturais para a formação das identidades.

No que tange à historiografia ocidental oficial, Miller (1999) denuncia a exclusão história do continente africano e declara que, para que a História Atlântica seja completa, devemos reconhecer os africanos como “atores inteligíveis” no passado, e não como instrumentos passivos, estando, pois, em pé de igualdade com as outras comunidades históricas. Tal leitura, além disso, possibilita o diálogo entre métodos de pesquisa e diferentes ciências, como por exemplo, etnografia e linguística, que auxiliam na reconstrução e na ressignificação do passado africano, sempre tendo em vista que os contextos históricos são sistemas fomentados pela experiência humana compartilhada.

De fato, conforme Ferreira (2018), o tráfico atlântico de escravizados foi um marco devastador na história da África, uma vez que vitimizou aproximadamente 12 milhões de pessoas entre os séculos XVI e XIX. No entanto, pouco se pesquisou sobre a própria migração compulsória que ligou a África à América, ou melhor, ainda há escassez de estudos que abordem, por exemplo, questões relacionadas à saída dos portos, à travessia atlântica e à chegada às colônias. Esses contextos, nos quais eram comuns fugas e revoltas, também testemunharam a mescla de leis e costumes africanos e europeus e, ademais, presenciaram lutas e contestações das comunidades cativas. Nas palavras de Ferreira,

Do ponto de vista acadêmico, os estudos do tráfico ocupam menos espaço do que a produção historiográfica sobre a escravidão nas Américas. No caso da escravidão, várias gerações de historiadores se debruçaram sobre os mais diversos aspectos dessa instituição, com obras e debates variados explorando desde as bases econômicas e sociais do sistema até o protagonismo dos escravizados nos diferentes regimes escravistas nas Américas. No caso do tráfico, o quadro é diferente. Além de relativamente recente, o enfoque maior reside no lado quantitativo – uma preocupação mais que justificada dadas as imprecisões das estimativas iniciais sobre o número de vítimas africanas. Por trás dos números do tráfico, no entanto, estão seres humanos cujas histórias de vida e trajetórias precisam ser resgatadas para que haja uma compreensão adequada da devastação

causada pelo tráfico de cativos (Ferreira, 2018, p. 52, grifo nosso).

Portanto, historicamente, quando se trata de discursos eurocêntricos, os povos africanos foram retratados majoritariamente como inertes e apáticos. Contudo, por meio da contextualização de acontecimentos, encontramos narrativas que reconhecem seu protagonismo na criação e na transformação de seus próprios meios sociais. De forma análoga, veremos, em nossa tese, que leituras semelhantes se aplicam às comunidades indígenas, duplamente desestruturadas pela invasão e pela colonização, e relegadas ao apagamento histórico. A este respeito, de acordo com Cunha (1992, p. 17-18):

Por má consciência e boas intenções, imperou durante muito tempo a noção de que os índios foram apenas vítimas do sistema mundial, vítimas de uma política e de práticas que lhes eram externas e que os destruíram. Essa visão, além de seu fundamento moral, tinha outro, teórico: é que a história, movida pela metrópole, pelo capital, só teria nexos em seu epicentro a periferia do capital era também o lixo da história [...] Ora, não há dúvida de que os índios foram atores políticos importantes de sua própria história e de que, nos interstícios da política indigenista, se vislumbra algo do que foi a política indígena. Sabe-se que as potências metropolitanas perceberam desde cedo as potencialidades estratégicas das inimizades entre grupos indígenas: no século XVI, os franceses e os portugueses em guerra aliaram-se respectivamente aos Tamoios e aos Tupiniquins (Fausto); e no século XVII os holandeses pela primeira vez se aliaram a grupos “tapuias” contra os portugueses [...] Essa política metropolitana requer a existência de uma política indígena: os Tamoio e os Tupiniquins tinham seus próprios motivos para se aliarem aos franceses ou aos portugueses. Os Tapuia de Janduí tinham os seus para aceitarem apoiar Maurício de Nassau. Se nesses casos não é certo a quem cabe a iniciativa, em outros a iniciativa é comprovadamente indígena: no século XVII, grupos Conibo (Pano) querem aliados espanhóis (missionários) para contestar o monopólio piro (arawak) das rotas comerciais com os Andes (Erikson) [...] (Cunha, 1992, p. 17-18, grifo nosso).

Cunha (1992) evidencia o papel dos indígenas na dinâmica político-social, desmistificando o *imaginário* que constrói sua figura meramente pacata associada a um estático fragmento da natureza. Essa conceitualização, na verdade, esconde teorizações eurocêntricas por meio das quais agrega-se às comunidades indígenas a cristalização, a *exotização* e a perda de identidade étnica (MONTEIRO, 2001, p.6). Por outro lado, a “percepção de uma política e de uma consciência histórica em que os índios são sujeitos e não apenas vítimas, só é nova eventualmente para nós. Para os índios, ela parece ser costumeira. É significativo que dois eventos fundamentais – a gênese do homem branco e a iniciativa do contato – sejam frequentemente apreendidos nas sociedades indígenas como o produto de sua própria ação ou vontade” (Cunha, 1992, p.18).

Portanto, a perspectiva teórica da História Atlântica, conforme esmiuçada por Armitage (2002) e Bailyn (2005), nos permite mapear como diversas comunidades da Macaronésia, da costa africana e do Caribe participaram de uma rede global de conexões, desde as grandes navegações até as lutas por independência. A tipologia de Armitage complementa os estudos de Gilroy (1993), que enfatizam o impacto da diáspora africana na formação de identidades híbridas no *Atlântico Negro*. A mudança dos paradigmas historiográficos amplia nosso olhar, pois destaca as experiências atlânticas na esteira de processos globais.

Assim, vemos que há sobre o Atlântico e sobre as comunidades que habitam as suas costas um entrosamento de imagens, memórias e histórias, tanto em sua formação psíquica quanto social. O *imaginário*, tanto na experiência individual, quanto na leitura da realidade social, vincula-se como um caminho para a compreensão dos espaços. O Atlântico ultrapassa a função unilateral de deslocamento material quando alberga memórias e identidades culturais das comunidades que habitam suas margens e que deixaram de ser espaços periféricos, tornando-se centrais, por sua força e resistência, na compreensão dos construtos históricos, culturais e socioeconômicos.

Com o intuito de defender a existência de visões coletivas e não hegemônicas, buscamos o apoio de abordagens de pesquisa que trabalham com a perspectiva cultural e que tenham a premissa e/ou, principalmente, possibilitem a quebra da hegemonia europeia nas ciências. As comunidades atravessadas pelo

européu, em seu itinerário de violência e resistência, integram-se no sistema atlântico sob um viés substancial e complexo. Por meio de lentes *decolonias* buscaremos compreender, ainda que timidamente, como transformaram, e ainda o fazem, as imposições coloniais em modos de reformulação e reinterpretação cultural. Nossa tentativa buscará iluminar o passado a fim de reforçar sua contínua posição enquanto ambientes de preservação, luta e contestação, em que narrativas de opressão são reescritas a partir da perspectiva do oprimido. A *atlanticidade*, portanto, não intervém somente como um conceito histórico, mas como convite para repensarmos as conexões globais em suas dimensões culturais, políticas e simbólicas.

Arquipélagos como as Canárias e as Antilhas, frequentemente vistos como subalternos e periféricos, emergem como figuras centrais em sua própria constituição. Carregando, simultaneamente, o teor do isolamento e da conexão, movem-se em direção ao infinito. Tal dualidade torna-se fundamental para a compreensão das identidades híbridas. O Atlântico é, portanto, um continuum, e a *insularidade* é fonte de criatividade e perseverança, e não de limitação. Esse contra-ataque será visível nas narrativas das escritoras Elsa López (2006) e María Elena Morán (2021), que discorreremos no terceiro capítulo, e por meio das quais a criação ficcional do espaço insular contém memória, ancestralidade e transgressão.

Em suma, à concordância de diferentes abordagens de pesquisa que propiciam conhecimentos não eurocêtricos, congregaremos, na próxima seção, um diálogo entre Césaire (1913-2008), Wynter (1928 -), Glissant (1928-2011), Fanon (1925-1961), Benítez-Rojo (1931-2005), Mignolo (1941 -), Díaz (1955 -), Schwartz (1957 - 0, entre demais pesquisadoras e pesquisadores, a fim de discutirmos os impactos do colonialismo, mas priorizando, sobretudo, o protagonismo, a riqueza e a complexidade das comunidades nativas e daquelas retiradas forçosamente de suas terras. Ao explorarmos as interconexões atlânticas, salientaremos experiências que desafiaram as narrativas coloniais e reafirmaram a diversidade do Atlântico.

2.3 OS PROTAGONISMOS DAS COMUNIDADES INDÍGENAS E AFRICANAS

Mulher indígena

Mulher indígena,
não sou a imagem do silenciamento, sou a voz da terra,
o eco das árvores e dos ventos.

Carrego nas minhas veias o sangue dos meus
antepassados,
minhas mãos têm o poder da cura, meu corpo é sagrado,
meu espírito é livre.

Não sou a sombra do passado,
sou a força do futuro,
mulher indígena,
aqui estou, de pé,
resistindo
(Potiguara, 2005)⁷⁷

O poema de Potiguara (2005), expressa resistência e reafirmação das mulheres indígenas em celebração não somente com a terra, mas com a força histórica e cultural que suas comunidades representam. A poeta subverte o silenciamento imposto pelo colonialismo e mostra que a temática indígena não pertence ao passado, mas é uma força viva e ativa no presente. As mulheres nativas, assim como os povos explorados pelos sistemas coloniais, fazem valer suas raízes e saberes ancestrais como alternativas de luta que contestam a hegemonia da cultura dominante.

No campo das pesquisas acadêmicas contemporâneas, em cujos olhares recaem sobre a América Latina em suas múltiplas formas de resistência e de epistemologias alternativas, haja vista as dinâmicas do poderio colonial e os contextos históricos múltiplos, escolhemos dois estudos para inaugurar a presente seção: Díaz (2000) e Mignolo (2000;2011), a fim de trazer à esteira de nosso debate ferramentas simbólicas e estruturais manejadas pelos povos invadidos e/ou escravizados em contextos diversos latino-americanos.

⁷⁷ Eliane Potiguara (1947 -) nasceu na Paraíba, Brasil. É uma importante escritora e ativista indígena da etnia Potiguara.

No que tange à Díaz (2000), a autora explora, por meio de um estudo de caso, a substancialidade das formas de resistência assumidas pelos africanos escravizados vinculados ao trabalho compulsório na mina de cobre de El Cobre, Cuba, entre os séculos XVII e XVIII. Em tais circunstâncias, analisa como os escravizados mesclaram estratégias religiosas e legais (tribunais coloniais) para negociarem a própria liberdade e para criarem prerrogativas comunitárias. Partindo do fundo histórico específico de um contexto cubano particular, o estudo traduz malhas simbólicas e políticas que aproximam muitas comunidades periféricas latino-americanas subjugadas durante a colonização espanhola: suas lutas anticoloniais, como também suas vitórias sociais e econômicas.

Trazidos para a região no final do século XVI, os grupos africanos escravizados receberam, em 1670, um novo *status*: os escravizados agora *crioulos* (hispanizados) tornaram-se propriedades do rei. Já no século XVII, essa mesma comunidade recriou a própria existência e obteve uma série de direitos sobre as terras as quais cultivavam. Díaz (2000, p. 75) menciona, por exemplo, a prática da *coartación* por meio da qual, em 1673, ofereceu-se aos escravizados de El Cobre a oportunidade de, após o pagamento inicial de um quarto de seu “valor”, adquirirem a própria liberdade. Paralelamente, o estudo de Díaz (2000) maneja o impacto da construção do santuário de *Nuestra Señora de la Caridad* nas redes alusivas e nas reivindicações territoriais, sociais e identitárias que incluíam tanto os protagonismos dos grupos escravizados quanto os interesses da Igreja Católica. Nas palavras de Díaz (2000, p. 134), como sujeitos históricos, os escravizados mobilizaram ações que desestabilizaram as estruturas rígidas da colonização, comprovando que, na situação extrema e opressora da escravização, era possível forjar autênticas e criativas vias de luta e de reconfiguração do poder (Díaz, 2000, p. 167).

Mignolo (2000; 2011), por sua vez, privilegiando uma abordagem mais teórica, isto é, caminhos epistemológicos e criação de alternativas interculturais, discute a questão da resistência em seu sentido mais macroestrutural. O intelectual argumenta que é preciso ultrapassar as abordagens tradicionais que limitam o entendimento e as formas de luta contra o colonialismo. Sendo assim, a resistência também se constrói nas epistemologias *subalternizadas* e nas formas de conhecimento que surgem à margem da modernidade ocidental. Em seu conceito de *colonialidade do poder*,

Mignolo revela a continuidade das estruturas coloniais nas sociedades pós-coloniais, principalmente em relação à hierarquia global de prática e saberes. Nesse sentido, aponta para a necessidade da criação e da perpetuação de alternativas interculturais para a reconstrução de saberes indígenas e africanos. Tal emancipação, possibilita a descolonização do conhecimento e das práticas acadêmicas dominantes.

Entre essas tentativas de resistências apontadas por Diaz (2000) e Mignolo (2000; 2011), identificamos pontos de convergências nas lutas vivenciadas tanto nas Ilhas Canárias quanto nas regiões caribenhas, reforçando, no entanto, que a resistência não é fruto apenas de confrontação física, mas de estratégias simbólicas e culturais que desafiam a ordem colonizadora. É sabido que a colonização do arquipélago canário e das regiões caribenhas trouxe consigo processos de dominação que, apesar de distintos em contextos e desdobramentos, convergem na tentativa europeia de apagar ou subordinar culturas nativas. Porém, tanto o Guanche quanto o Taíno e inúmeras comunidades nativas provenientes desses e de outros espaços, encontraram maneiras de reagir às invasões. As estratégias de resistência, marcadas por combates, manutenção de práticas culturais e até reinterpretações, por exemplo, da religiosidade católica, tornam-se uma rica fonte de análise histórica e *decolonial*.

Os indígenas canários enfrentaram o avanço espanhol por mais de um século. Apesar de sua inferioridade numérica e tecnológica, empregaram estratégias de guerrilha que exploravam o conhecimento de seu próprio território: montanhas e vales. Como relata Galindo (1779), os guanches resistiram por meio de emboscadas e da criação de alianças temporárias entre os reinos insulares, como o caso dos líderes Tanausú, em La Palma, e Bencomo, em Tenerife.

As culturas nativas relativas às canárias também desempenharam papéis centrais na resistência. Suas estruturas sociais comunitárias e práticas espirituais, como os ritos funerários e a veneração a deuses ligados à natureza, fortaleceram o senso de identidade coletiva frente aos invasores. Gaspar (2006) aponta que o uso de práticas de comunicação em silvo – linguagem de assobios típica de La Gomera – serviu como uma ferramenta eficaz na guerra.

Embora a resistência guanche tenha sido severamente derrotada em campanhas como a Batalha de Acentejo (1494), a assimilação dos sobreviventes ao

sistema colonial adentrou no processo de hibridização cultural, isto é, na mescla e no encontro de elementos culturais que surgem do contato de comunidades distintas; e de *transculturação*, conceito esse, conforme vimos, desenvolvido por Ortiz (1940), que revela trocas e adaptações complexas, particularmente aquelas desencadeadas em contextos coloniais e pós-coloniais . Segundo Viera y Clavijo (1772), os guanches incorporaram elementos europeus sem abandonar completamente suas práticas originais, perpetuando vestígios culturais que são visíveis até hoje no folclore, na gastronomia e no léxico canário.

Em relação ao Caribe, os Taínos, Caribes e outras comunidades das regiões caribenhas, enfrentaram o impacto brutal da invasão espanhola, já com a chegada de Colombo, em 1492. Nas palavras de Figueiredo, mais do que na história do continente americano, a história da colonização no Caribe beneficiou-se pelas características geográficas da região, visto que cada ilha mantinha pouco contato com as ilhas vizinhas. Paralelamente, a resistência nativa incluiu ataques diretos, como o liderado pelo cacique Hatuey em Cuba, e formas de resistência passiva, como a fuga para áreas inacessíveis e o uso de práticas espirituais para a preservação das identidades culturais.

Por outro lado, as campanhas militares, a escravização das comunidades e as epidemias de doenças europeias exterminaram a maior parte da população nativa em menos de cinquenta anos. Bartolomé de Las Casas (1552), em *Brevísima relación de la destrucción de las Indias* (1552), descreve com horror as práticas genocidas que marcaram o período, incluindo massacres e emprego de mão-de-obra nativa e escravizada nas *encomiendas*. Em consonância, Moya Pons (1995) argumenta que o extermínio das populações indígenas caribenhas foi um dos fatores que aceleraram a introdução de africanos escravizados para suprir a carência de mão-de-obra, fato que transformou a demografia e a economia regional. No entanto, apesar do genocídio, as práticas culturais Taínas, como a arte cerâmica e os sistemas de cultivo em montículos (*conucos*), foram preservadas em comunidades mestiças e na memória coletiva. Rouse (1992) aponta que, na República Dominicana e em Porto Rico, celebrações e narrativas orais frequentemente evocam o legado Taíno, transformando-o em símbolo de reafirmação cultural.

As diferenças nos processos de invasão refletem as prioridades estratégicas e as condições locais enfrentadas pelos europeus. Nas Canárias, a resistência prolongada deveu-se à geografia favorável e à organização social descentralizada dos grupos nativos, enquanto no Caribe, o impacto inicial da expropriação europeia foi amplificado pela maior densidade populacional e pela vulnerabilidade às novas doenças. A conquista das Canárias também assumiu determinado teor experimental, conforme explanaremos na próxima seção, servindo como sondagem para técnicas que seriam usadas posteriormente no Caribe e no restante das Américas. Como observa Aznar Vallejo (1986), o uso de alianças locais, as campanhas de conversão religiosa e a introdução da agricultura de *plantation* tiveram início nas ilhas da Macaronésia antes de serem ampliadas nas colônias americanas.

Tanto nas Canárias quanto no Caribe, a resistência local foi caracterizada pela luta por autonomia e pela preservação de práticas nativas. Como nota Maldonado-Torres (2007), essas contraofensivas podem ser vistas como ações *decoloniais*. Como resultado, o pensamento *decolonial* oferece uma lente crítica para reinterpretar as histórias esmaecidas pela historiografia eurocêntrica. Mignolo (2003) sugere que os processos de resistência indígena, muitas vezes relegados ao esquecimento, revelam epistemologias alternativas que desafiam a universalidade da modernidade europeia. No Caribe, o pensamento *decolonial* resgata a memória de lideranças como Hatuey, líder taíno da ilha de Hispaniola, e Enriquillo, líder taíno da República Dominicana, que enfrentaram a opressão espanhola e passaram a representar a luta coletiva indígena. Nas Canárias, a memória dos grupos nativos é recuperada em movimentos culturais que buscam afirmar a identidade insular frente à hegemonia cultural espanhola e peninsular.

Outrossim, cabe destacar que, no contexto da colonização da América, os europeus também tomaram referências da estrutura administrativa formada previamente por povos indígenas. Assim, algumas dinâmicas sociais foram mantidas, de modo que muitos caciques passaram a atuar como coletores de impostos e representantes em instituições administrativas. Essa síntese dos contatos iniciais com as comunidades ameríndias – marcados por alianças, acordos e negociações – revela o efetivo embate indígena no contexto da conquista e do posterior controle europeu, desestruturando a visão historiográfica homogeneizadora e tendenciosa de um

suposto vencedor (europeu) *versus* vencido (indígena). Coloca-se, portanto, as comunidades indígenas na esteira do protagonismo, como agentes históricos ativos.

Raminelli (2023), em seu estudo sobre as resistências indígenas no México Central e no Peru, evidencia as decisivas alianças entre invasores, como Cortés e Pizarro, e chefias indígenas para a manutenção das conquistas em territórios mais hostis à colonização. Assegurados pelo apoio da monarquia, os invasores buscavam, simultaneamente, preservar os privilégios e as responsabilidades dos caciques aliados. Esses movimentos de negociação permitiam que, mesmo sob o domínio espanhol, as elites indígenas mantivessem parte da estrutura social preexistente. Assim, “antes de lançar ataques, antes mesmo de incendiar a pólvora, de incitar os cavalos a galope, Cortés propunha acordos, recorria às palavras, intérpretes e chefias ameríndias” (Raminelli, 2023, p. 11).

A discussão levantada por Raminelli (2023) revela a urgência de desmistificarmos conceituações consagradas por leituras historiográficas hegemônicas, fundadas no *imaginário* ocidental, europeu e cristão triunfante, que minimizam as ações dos povos nativos. Nas palavras de Monteiro (1999, p. 239), uma das primeiras dificuldades relacionadas à história e à resistência das comunidades nativas está no próprio impasse de os historiadores identificarem, documentarem e interpretarem os acontecimentos e as percepções que perpassaram as experiências indígenas no passado. Portanto, a maior empreitada enfrentada pelo historiador que pesquisa as comunidades indígenas não está apenas em preencher lacunas da historiografia, mas, antes de tudo, em “desconstruir as imagens e os pressupostos que se tornaram lugar-comum” (Monteiro, 1999, p.239).

No que tange à transformação dos regimes dos trabalhos cativos, Schwartz (2018, p. 216) menciona que todos os sistemas escravistas nas Américas realizaram a transição da escravização indígena para a africana, variando, contudo, quanto à cronologia dessa mudança, em razão de uma série de fatores, como circunstâncias locais, tipo de trabalho exigido, exigências do Estado e da Igreja, nível de desenvolvimento do sistema mercantil atlântico e condições epidemiológicas. Em relação ao Brasil, as relações iniciais com os povos indígenas da costa basearam-se em um sistema de troca, o *escambo*. Segundo Schwartz (2018, p. 216), “os termos de troca propostos pelos portugueses satisfaziam as necessidades indígenas. Além

disso, a coerção ou a escravização não fazia muito sentido como modo de controlar uma força de trabalho” que envolvia a selva e modos factíveis de fuga. Entretanto, com o implemento das *capitanias* a partir de 1534, a introdução da cana de açúcar e dos engenhos, os homens indígenas passaram a recusar o trabalho nos moldes europeus, por considerá-lo tarefa feminina. As consequências resultaram na guerra armada e na captura de indígenas para o trabalho forçado na indústria açucareira em expansão⁷⁸, principalmente, no Nordeste brasileiro.

A transição para a mão de obra cativa africana no Nordeste brasileiro ocorreu nas três primeiras décadas do século XVII, influenciada pela valorização do açúcar no mercado internacional e pelos tratados da Trégua dos Doze Anos (1609-21), que proporcionaram relativa paz no Atlântico. Por outro lado, a escravização indígena no Rio de Janeiro inserida na economia açucareira, prolongou-se por mais tempo, devido à grande quantidade disponível de escravizados carijós (guaranis) para a atividade. O fato é que, nas palavras de Schwartz (2018, p. 222), “Todas as áreas do Brasil colonial por fim fizeram a transição para a escravidão africana, como todos os outros regimes escravistas das Américas”. Tal mudança além de imbricar-se em características locais como as exigências do serviço, o racismo, a multiplicação de doenças, entre outros motivos, inserem-se na própria dinâmica da economia atlântica, que deve ser compreendida como um grande organismo vivo. Ao final, cada regime recrutou, enquanto permanecera o lucro, determinado tipo de mão de obra: grupos indígenas, servos por contrato, degredados ou colonos. No entanto, apenas o tráfico de escravizados africanos forneceu “um abastecimento internacional de mão de obra em grande escala e relativamente estável, que acabou por fazer dos africanos escravizados as vítimas preferenciais” (Schwartz, 2018, p. 222).

Em relação às dinâmicas emancipatórias nas Américas, Sampaio (2018, p.210) declara que seus processos ocorreram de maneiras variadas e se estenderam por cerca de um século, com algumas exceções. A respeito das lutas de independência do atual Haiti, por exemplo, entre 1790 e aproximadamente 1880, de 7 a 8 milhões de mulheres e homens vivenciaram múltiplas formas de emancipação.

⁷⁸ Nas palavras de Schwartz, “(...) o setor açucareiro passou de sessenta engenhos em 1570 para 350 em 1630. Nessa data, a média de escravos por engenho era de cem, aproximadamente, de forma que agora havia cerca de 35 mil escravos trabalhando na economia açucareira, e um número cada vez equivalente ocupado em serviços domésticos e em outras atividades agrícolas”. (Schwartz, 2018, p. 222).

A Revolução de São Domingos inaugurou os processos de abolição no mundo atlântico e estabeleceu importantes vetores simbólicos que, de forma sorrateira, foram espalhando-se pelo continente. Sua Declaração de Independência ganhou popularidade em 1804 e ressoou por muitos lugares, pois a fundação do Haiti pôs evidenciou o poder da insurreição escrava. Impulsionados pela Revolução Francesa e pelos debates em torno da questão da abolição, os conflitos que conformaram a Revolução de São Domingos “trilharam um caminho único não apenas entre as sociedades escravistas nas Américas como também entre outras colônias francesas no Caribe que conheceram seus movimentos de abolição décadas mais tarde” (Sampaio, 2018, p. 212)⁷⁹.

Já no que tange às colônias britânicas no Caribe, a lei que instituiu a abolição da escravização deu-se em 1833. Conforme Sampaio (2018, p. 212-213), o processo forjou-se de forma lenta e custosa. Um exemplo disso é que as pessoas libertas, denominadas *aprendizes*, ainda deveriam permanecer trabalhando para os antigos senhores por mais quatro a seis anos. Essa ação mascarava a continuidade do trabalho forçado, mesmo após a abolição. Em ilhas menores e com grande número de escravizados como Barbados e Antígua, o sistema de *plantation* prosseguiu atuando, dado que havia poucas opções de trabalho. Por outro lado, em ilhas maiores como a atual Guiana e Trinidad, a máquina açucareira já havia deixado muitas regiões devastadas, fato que levou às libertas e aos libertos a abandonarem suas propriedades para buscarem diferentes vias de sobrevivência.

A Jamaica, uma das maiores promissoras ilhas produtoras de açúcar, foi perdendo gradativamente a mão de obra escravizada, o que levou aos seus habitantes a cultivarem nas montanhas a agricultura familiar. Sampaio (2018, p. 213) cita que paralelamente ao crescimento do número de camponeses negros, a produção de açúcar conseguiu relativamente recuperar-se, tendo em vista o emprego da mão de obra de imigrantes chineses e indianos, todos em regime de contrato cuja liberdade era questionável. Além disso, cabe destacar a própria incursão da mão de obra de africanos livres capturados pela esquadra britânica entre os anos de 1080 e 1850, período em que o tráfico já era considerado ilegal. Portanto, mesmo que a

⁷⁹ No ano de 1794, sob a liderança dos jacobinos, a Assembleia francesa aprovou a primeira lei de abolição geral da escravidão da França e de todas as suas colônias. Com o retorno de Napoleão ao poder em 1815, o tráfico foi proibido.

escravização nas colônias britânicas caribenhas tenha oficialmente se encerrado em 1840, contextos semelhantes ao trabalho escravo prosseguiram. Assim, “por todos esses motivos, acabou por permanecer como palco de revoltas e rebeliões de libertos pelas décadas que se seguiram, como é o caso do ano de 1865, na baía de Morant, na Jamaica” (Sampaio, 2018, p. 213).

Em outros rincões da América, os processos de emancipação deram-se de forma tardia, como são os casos dos Estados Unidos (1865); das ainda colônias espanholas, Porto Rico (1873) e Cuba (1886); e, finalmente, do Brasil (1888). Sampaio (2018, p.214) afirma que as ideias abolicionistas, as experiências ocorridas no Haiti e em Serra Leoa e os processos de abolição no Caribe não foram bem recebidos pelo sistema capitalista, pois eram associados ao fracasso da produção açucareira e à consequente derrocada econômica. No Caribe, diferentemente das nações de colonização francesa e britânica, que já haviam experimentado a abolição, as sociedades que, apenas na segunda metade do século XIX, aboliram a mão de obra cativeira, ampliaram a própria dependência econômica da escravização, fato que levou a Porto Rico, Cuba e Brasil prosseguirem “fortemente dependentes do tráfico transatlântico para alimentar suas escravarias, enquanto o Sul dos Estados Unidos manteve a sua mão de obra cativeira a partir do crescimento vegetativo da população; algo bastante único nas sociedades escravistas das Américas” (SAMPAIO, 2018, p. 214). Com o término da Guerra de Secessão (1861-1865)⁸⁰ dos Estados Unidos e a promulgação da ilegalidade da escravização negra, Cuba e Porto Rico passaram a suprir as necessidades internacionais de elementos tropicais que antes eram comercializados pelos estadunidenses.

De acordo com Sampaio (2018, p. 214-215), nos anos que antecederam à Guerra Civil Americana, Porto Rico já vinha trocando gradativamente a *plantation* de açúcar para o cultivo do tabaco e do café, da mesma forma que passou a exportar mão de obra escravizada para nutrir o crescimento da indústria açucareira cubana por volta dos anos 1840. A consequência disso é que Cuba, até o fim dos anos 1850, recebeu quatro vezes mais escravizados para trabalharem na plantação da cana. Alguns historiadores denominam essa expansão da escravização no século XIX como

⁸⁰ A Guerra de Secessão ou Guerra Civil Americana foi travada entre os estados do Norte (União) e os estados do Sul (Confederação) e teve como foco principal as questões inerentes à escravidão e aos direitos dos estados.

sendo a Segunda Escravidão. “Os picos da produção e da exportação do açúcar cubano entre as décadas de 1830 e 1860 foram influenciados positivamente pelos rumos da Guerra de Secessão” (SAMPAIO, 2018, p. 2015), uma vez que a emancipação estadunidense levou as últimas colônias escravistas a também repensarem o fim da escravização. Por outro lado, conforme Sampaio (2018, p. 215), a maior parte do domínio colonial espanhol na América já havia se transmutado em nações independentes que aboliram a escravização, tais como México (1829) e Peru (1854).

Assim sendo, no contexto colonial espanhol, a emancipação em Cuba e Porto Rico ocorreu em momentos posteriores aos de muitas regiões das Américas. Em Cuba, o processo emancipatório esteve plenamente imbricado aos interesses econômicos advindos da produção de açúcar. Em Porto Rico, o cenário acirrou-se pela própria economia baseada na escravização, no entanto, ainda assim, por depender menos da mão de obra cativa, conseguiu completar a abolição antes de Cuba e pouco tempo depois da instituição da Lei Moret⁸¹. Em Cuba, de acordo com Sampaio (2018, p. 215), a mesma lei acentuou os conflitos entre a elite açucareira (boa parte *criolla*, isto é, nascida na ilha e descendente de espanhóis) e os escravizados libertos que desejavam libertar o país do controle espanhol, desencadeando, assim, na denominada Guerra dos Dez Anos (1868-78). O conflito teve fim em 1878 com o Pacto de Zanjón que não concedeu a independência cubana⁸², mas prometeu a abolição gradual da escravização (1886). A escravização em Porto Rico foi abolida em 1873, enquanto em Cuba apenas em 1886.

Na presente seção, vimos a importância de compreendermos as nuances locais e temporais nas tramitações emancipatórias das comunidades subjugadas, sobretudo aquelas inseridas nas Américas, visto que cada região vivenciou a independência, assim como a abolição em tempos e imbricações próprias. No que

⁸¹ A Lei Moret foi promulgada em 4 de julho de 1870 e compreendeu na emancipação gradual dos escravizados nas colônias espanholas como Cuba e Porto Rico. Foi uma das consequências da Revolução Gloriosa na Espanha (1868) e Guerra dos Dez Anos em Cuba. Principais pontos da lei: “liberdade” para crianças nascidas após 17 de setembro de 1868 – as aspas ironizam o fato de que ainda precisariam trabalhar para os antigos senhores até os 18 anos; liberdade para os escravizados maiores de 60 anos; trabalho compulsório: os emancipados e libertos deveriam prestar serviços aos antigos senhores, fato que perpetuava a exploração.

⁸² A Guerra da Independência de Cuba deu-se entre 1895 e 1898, e foi marcada por líderes como José Martí (1853-1895), Máximo Gómez (1836-1905) e Antonio Maceo (1845-1896).

diz respeito às histórias de resistência nas Canárias e no Caribe, elas ainda ressoam nas sociedades contemporâneas. No Caribe, o legado indígena é resgatado em festivais culturais, movimentos literários e pesquisas acadêmicas; enquanto nas Canárias, iniciativas de pesquisa arqueológica e linguística buscam preservar e valorizar a herança indígena. No contexto *decolonial*, essas narrativas reforçam a importância de reconhecermos as contribuições indígenas na formação das sociedades atlânticas. Como conclui Souza em *Inferno Atlântico* (2001), a resistência indígena não foi apenas um ato de defesa, mas uma forma de redefinir os próprios termos da existência cultural diante da invasão europeia.

No tocante aos processos da abolição da escravização, embora tenham representado avanços significativos, não garantiram automaticamente a equidade social, política e econômica dos povos explorados. Dessa forma, reconhecemos a urgência de não subestimarmos o protagonismo de mulheres e homens, sejam negros ou indígenas, nas lutas por liberdade e reconhecimento. O estudo das especificidades regionais torna-se imprescindível para o entendimento das complexas e legítimas formas de resistência que, ao questionarem a perspectiva eurocêntrica, realocam o papel das epistemologias subalternas reescrevendo e fortalecendo as narrativas dos grupos historicamente marginalizados.

As histórias de revolta e obstinação contra os poderes instituídos nas Ilhas Canárias e no Caribe e nas muitas comunidades que as conformam, são, portanto, fundamentais para a compreensão da *História Atlântica*. Embora distintas em seus desfechos e impactos, elas ilustram a capacidade das comunidades oprimidas de enfrentarem a colonização e preservarem aspectos cruciais para a sua sobrevivência e perpetuação. A esse respeito, a *abordagem decolonial* nos oferece uma estrutura indispensável para estudar e valorizar múltiplas narrativas e reconhecer seu papel contínuo na formação das identidades atlânticas contemporâneas.

2.4 CANÁRIAS E ANTILHAS: AS ILHAS QUE SE REPETEM

Cântico 174

Senhor Deus dos desgraçados!
 Dizei-me vós, Senhor Deus!
 Se é loucura ... se é verdade
 Tanto horror perante os céus...
 Ó mar, por que não apagas
 Co'a esponja de tuas vagas
 De teu manto este borrão? ...
 Astros! noites! Tempestades!
 Rolai das imensidades!
 Varrei os mares, tufão!

Quem são estes desgraçados,
 Que não encontram em vós,
 Mais que o rir calmo da turba
 Que excita a fúria do algoz?
 Quem são?... Se a estrela se cala,
 Se a vaga à pressa resvala
 Como um cúmplice fugaz,
 Perante a noite confusa...
 Dize-o tu, severa musa,
 Musa libérrima, audaz!...

São os filhos do deserto,
 Onde a terra esposa a luz.
 Onde vive em campo aberto
 A tribo dos homens nus...
 São os guerreiros ousados,
 Que com os tigres mosqueados
 Combatem na solidão...
 Ontem simples, fortes, bravos...
 Hoje míseros escravos,
 Sem luz, sem ar, sem razão...

São mulheres desgraçadas,
 Como Agar o foi também,
 Que sedentas, alquebradas,
 De longe ... bem longe vêm ...
 Trazendo com tíbios passos,
 Filhos e algemas nos braços,
 N'alma – lágrimas e fel.
 Como Agar sofrendo tanto,
 Que nem o leite de pranto
 Têm que dar para Ismael...

(fragmentos do cântico V, de Castro Alves adaptado)⁸³

a negrada arriada
 inesperadamente de pé
 de pé no porão
 de pé nas cabines
 de pé na ponte
 de pé ao vento
 de pé sob o sol
 de pé no sangue
 de pé
 e
 livre
 de pé não pobre louca na sua liberdade e seu
 despojamento
 marítimos girando na deriva perfeita
 ei-la:
 mais inesperadamente de pé
 de pé nos cordames
 de pé junto à barra
 de pé junto à bússola
 de pé diante do mapa
 de pé sob as estrelas
 (Césaire, 2012)

O *Navio Negreiro*⁸⁴, multifacetado símbolo contra a escravização e instrumento de conscientização política sobre as atrocidades praticadas contra os povos africanos, incluindo o tráfico negreiro, é um poema de Castro Alves (1847 – 1871), um dos maiores poetas brasileiros. *Cahier d' un Retour au Pays Natal*⁸⁵, o poema de Aimé Césaire⁸⁶, que na edição brasileira recebeu o título de *Caderno de um retorno ao país natal*, apesar da diferença temporal de 30 anos entre as publicações dos dois poemas, ambos exibem os escrutínios das cruéis e avassaladoras violências

⁸³ As estrofes foram retiradas do cântico V do poema *O Navio Negreiro*, do poeta Castro Alves (1847 – 1871), conhecido por sua luta a favor da abolição da escravização no Brasil. A versão utilizada foi Alves (2015).

⁸⁴ A primeira publicação de *O Navio Negreiro* ocorreu em 1869, na Revista Brasileira, cuja referência, é: ALVES, Castro. *O navio negreiro. Revista Brasileira*, v. 1, n. 3, p. 101-107, set. 1869.

⁸⁵ O cântico 174 faz parte do longo poema *Cahier d'un retour au pays natal* de Césaire. A primeira publicação desse poema ocorreu em 1939, de maneira seriada, na revista de origem francesa *Volontés*. Ao longo dos anos, o poema foi revisado por Césaire e publicado em sua versão definitiva em 1947: CÉSIARE, Aimé. *Cahier d'un retour au pays natal. Volontés*, n. 2, 1939. CÉSIARE, Aimé. *Cahier d'un retour au pays natal*. Paris: Présence Africaine, 1947.

⁸⁶ Aimé Césaire (1913-2008), escritor, pesquisador e político (foi prefeito por muitos anos de Fort-de-France), nasceu na ilha de Martinica, uma antiga colônia francesa, hoje parte das “Pequenas Antilhas” ou “Antilhas Francesas”. Sua obra é considerada fundacional para o pensamento anticolonial e para o reconhecimento das culturas africanas, afro-caribenhas e afro-diaspóricas.

sofridas pelos africanos e seus descendentes, forçados aos trabalhos escravizados nos mais diversos rincões do continente americano.

Castro Alves, o “Poeta Condor”, escreve o poema na fase em que o Brasil vivia uma efervescência de discursos abolicionistas. Em 1869, enquanto muitos escritores preocupavam-se com a idealização nacional, o poeta engajava-se na dramaticidade da literatura de denúncia, carregada de imagens nítidas da tortura, da miséria e da morte, tão fiéis à realidade do país. Esse foi o período que antecedeu a assinatura da Lei do Ventre Livre (1871), da Lei do Sexagenário (1885) e da Lei Áurea (1888), que, infelizmente, Castro Alves não chegou a testemunhar, sendo leis que contribuíram para o processo da abolição da escravidão, fato que, na prática, perdurou por décadas e cujas mazelas ainda assombram a sociedade brasileira.

Cahier d' un Retour au Pays Natal insere-se, em seu contexto de escrita, no panorama social e político de extrema miséria e desigualdade da Martinica, acirradas, também, pela Grande Depressão (1929-1939), que afetou a economia local, firmada basicamente na produção de açúcar e rum. Durante os séculos XVII e XVIII, essa economia se sustentava por meio da mão-de-obra escravizada. Ainda no século XX, quando Aimé Césaire escreveu, a população negra martinicana vivia em condições degradantes condições de vida, enquanto a elite branca controlava os recursos e as terras. Césaire foi um dos principais representantes do movimento da Negritude, que surgiu como reação ao colonialismo europeu e ao racismo.

A Martinica foi visitada por Colombo em sua quarta viagem, em 1502. Os colonizadores espanhóis, inicialmente, propuseram explorar a região; contudo, a falta de ouro e a forte resistência indígena, não foram os únicos fatores que possibilitaram a invasão dos franceses, em 1635. Sabe-se que os primeiros habitantes conhecidos da região eram os Taínos (ou Atawaks), que viviam, basicamente, de agricultura, cerâmica e pesca. Antes da invasão dos europeus, habitavam na Martinica os indígenas Kalinagos, conhecidos como Caraíbas. Esses indígenas eram guerreiros e possuíam excelente experiência marítima. Alguns pesquisadores citam que eles chegaram ao Caribe por volta do século IX, migrando do norte da América do Sul. Quando da chegada dos colonizadores franceses, no século XVII, os indígenas resistiram bravamente por décadas; contudo, acabaram sendo submetidos ao processo gradual de extermínio e expulsão, devido ao armamento europeu, às

doenças e por “não se submeterem ao trabalho dentro do sistema de plantação” (Rocha, 2001, p.84). Martinica tornou-se colônia francesa no ano de 1635, fato que perdurou até 1946, quando se transformou em departamento ultramarino da França, teoricamente, com o mesmo status administrativo e político das regiões francesas no continente europeu.

Césaire destaca como a *plantation* consolidou o percurso da monocultura da cana-de-açúcar na Jamaica e no Caribe, também como o processo multiplicou e acelerou a produção em larga escala e, por conseguinte, a escravização. Sua obra *Discurso sobre o Colonialismo* (1950), intervém como um potente manifesto contra os horrores do imperialismo europeu que, paradoxalmente, desumanizou tanto colonizadores quanto colonizados: “Haveria que se estudar em primeiro lugar como a colonização trabalha para descivilizar o colonizador, para embrutecê-lo no sentido literal da palavra, para degradá-lo, para despertar seus recônditos instintos em prol da cobiça, a violência, o ódio racial, o relativismo moral” (Césaire, 2010, p. 15); “Falo de milhões de homens aos quais sabiamente se lhes inculcou o medo, o complexo de inferioridade, o temor, o pôr-se de joelhos, o desespero, o servilismo” (Césaire, 2010, p. 28).

Para Césaire (2010, p. 22), portanto, o colonialismo não é somente um mecanismo de dominação e opressão, mas a sistematização, isto é, a continuidade da anulação cultural e espiritual dos povos colonizados: “Colonização: cabeça de ponte da barbárie em uma civilização, da qual pode chegar a qualquer momento a pura e simples negação da civilização”. Neste ponto, insinua-se a própria incoerência europeia: levar a “civilização” e o progresso por meio de estratégias cruéis e sem civilidade alguma, fato que o intelectual martinicano denomina como indefensável e indubitavelmente uma “mentira principal a partir da qual proliferam todas as demais” (Césaire, 2010, p. 12). Há, portanto, uma crítica direta ao falso humanismo que alia a ideia de humanidade às comunidades dominantes em detrimento daquelas que são levadas ao processo de coisificação, ou seja, “esvaziadas delas mesmas, de culturas pisoteadas, de instituições minadas, de terras confiscadas, de religiões assassinadas, de magnificências artísticas aniquiladas, de extraordinárias possibilidades suprimidas” (Césaire, 2010, p. 28).

Figueiredo (1998, p.146) cita que Césaire se destacou numa época em que a negritude era ainda negada pelos antilhanos, no entanto, em tempos vindouros, outras concepções surgiriam, uma vez que ser negro não era mais um problema e os antilhanos já podiam analisar em seu entorno, “reconhecer uma comunidade cultural com as outras ilhas do Caribe antilhanidade, avançar para uma análise histórica do processo de criouliização, de mestiçagem, que se deu nas Antilhas como em várias partes do continente americano e no resto do mundo” (Figueiredo, 1998, p.146, grifo nosso). A pesquisadora complementa que o martinicano promoveu a forma de perceber o homem negro, tanto pelo outro, isto é, pelo branco, quanto pelos próprios negros. Tais passos revolucionários, que já haviam começado no Harlem e em alguns países da América Latina e do Caribe, floresceram quando os colonizados se apossaram da descoberta, questionando e destruindo as “representações positivas da obra civilizatória da Europa” (Figueiredo, 1998, p.146).

Essa perspectiva ressoa nas ponderações de Wynter⁸⁷, que, ao caminhar entre a análise histórica e a narrativa ficcional, amadurece reflexões a respeito de identidade e colonialismo. Wynter (1962), em seu romance *The Hills of Hebron*, interliga as consequências da violência colonial às vivências afro-caribenhas, dialogando, pois, profundamente com as questões suscitadas por Césaire (2010). A autora explora questões relacionadas à identidade e à opressão, com um olhar aguçado para as comunidades afetadas pela colonização. Sua narrativa, ambientada em uma aldeia jamaicana, relata experiências afro-caribenhas e temáticas de identidade, cultura e colonialismo. O título do livro, *The Hills of Hebron* (As Colinas de Hebron), faz alusão à região montanhosa de Hebron⁸⁸, localizada na Cisjordânia, uma das cidades mais antigas do mundo. As “colinas” metaforizam as penúrias e os sofrimentos desencadeados pelas complexas dinâmicas entre classe, terra e identidade experimentadas, semelhantemente, por indígenas e afro-caribenhos, com

⁸⁷ Sylvia Wynter nasceu em 1928 em Cuba e até os 17 anos foi educada na Jamaica, tendo, posteriormente, estudado na Inglaterra e na Espanha. Wynter é amplamente reconhecida por suas contribuições à crítica pós-colonial, às pesquisas de raça e gênero e à literatura caribenha.

⁸⁸ Hebron, localizada na Cisjordânia, pertence, geograficamente à Palestina. No entanto, desde 1967, após a Guerra dos Seis Dias, a cidade está sob controle militar de Israel. Hebron é composta majoritariamente pela população palestina, mas também é habitada por uma pequena comunidade de colonos israelenses.

destaque para as mulheres. Inseridas no contexto histórico patriarcal e de opressão colonial, essas mulheres buscam afirmar sua humanidade.

Em outro trabalho, Wynter (1969) analisa a repercussão sociopolítica e cultural da *plantation* nas comunidades caribenhas e na própria constituição de suas identidades, que ainda hoje permeiam o Caribe. De acordo com a estudiosa, as plantações coloniais criaram formas de poderes por meio dos quais recaiu sobre indígenas e africanos escravizados e seus descendentes a máxima degradante da despersonalização e da perda de humanidade. Em nossa tese, no capítulo 2, especificamente, na seção 2.2, Colonialidade e desumanização: o corpo como extensão do território, veremos como Wynter (1982) aborda o conceito *terras demoníacas* para ilustrar os espaços em que mulheres indígenas e negras, historicamente violentadas, encontram possibilidades insurgentes de resistência. Ao propor que essas mulheres sejam agentes centrais na criação de novas epistemologias, Wynter (1982) subverte a narrativa colonial que as encurte como fúteis e banais objetos de opressão. No contexto da *plantation*, geminaram narrativas históricas arbitrárias que perduram ainda hoje, não apenas nas percepções contemporâneas de humanidade e cultura, porém, e inclusive, nos meios produtores e reprodutores de conhecimento.

Retornando à permeabilidade e ao mosaico atlântico, as Canárias e as Antilhas compartilham uma trajetória histórica marcada por similaridades estruturais e culturais, que transcendem os limites geográficos e se desdobram em um legado de exploração colonial, resistência e insurreição. Benítez-Rojo (1989), escritor e crítico cubano, introduziu o conceito de *meta-arquipélago* para descrever como os padrões históricos e culturais se repetem nas ilhas do Caribe, fenômeno que encontra paralelo no papel das Canárias como precursoras do sistema colonial implantado nas Antilhas. Ambas as regiões foram moldadas por processos de *transculturação*, escravização e exploração econômica, elementos que, embora distintos em escala e intensidade, configuraram identidades *culturais híbridas* e interconectadas. Nesse ponto, julgamos importante rememorar o conceito de *hibridismo* proposto por Canclini (1990), que se refere a uma reconfiguração ativa e contínua de vetores que gera, por si mesma, novas formas e nuances culturais, sem a imposição de uma cultura sobre a outra. O *hibridismo*, muito estudado contemporaneamente em pesquisas da antropologia,

sociologia e estudos culturais, por exemplo, realoca-se na dinâmica multicultural das trocas fluidas e não necessariamente aborda as temáticas relacionadas às desigualdades econômicas e ao poder. Assim, o conceito enfatiza a coexistência de elementos culturais de origens distintas que não necessariamente geram profundas transformações, convivendo, assim, de maneira fluida. Por outro lado, conforme já esmiuçamos, a *transculturação* (Ortiz, 1940) associa-se mais precisamente aos estudos focados na colonização e nos efeitos opressores da dominação, isto é, nas relações assimétricas e verticais de poder e resistência que, paradoxalmente, acabam criando transformações mútuas.

Chegamos, portanto, ao conceito da *poética da relação*, conforme explicitado no início do capítulo, estudado por Glissant (1990), que se refere à fluidez e à pluralidade das identidades, em contraposição à ideia de estaticidade e homogeneização cultural. É interessante notar que os pressupostos de Glissant (1990) não desconsideram a fluidez das culturas, tampouco suas particularidades. O pesquisador também reconhece as relações de poder que ainda permeiam as trocas e inserções culturais na contemporaneidade. O que o intelectual propõe, como sugere o próprio conceito, é uma relação flexível, na qual identidades diferentes criam conexões mais complexas e menos hierárquicas e, ao mesmo tempo, se refaçam.

Conforme esmiuçamos, tanto Benítez-Rojo (1989) quanto Glissant (1990) propõem análises que interceptam os movimentos e as particularidades das identidades culturais que são, semelhantemente, também marcadas por experiências de poder, dominação e violência. Ademais, ambos intelectuais, salvaguardando suas abordagens, observam as tramas culturais que perpassam o Atlântico e que tensionam memórias, ressignificações e resistências. Benítez-Rojo (1989) defende a circularidade da história, por isso mesmo, a imagem da *isla que se repite*, e de dinâmicas culturais e coloniais do passado que seguem moldando o presente; Glissant (1990), por outro lado, à luz da *poética da relação*, enseja a pluralidade relacional das identidades culturais como força criadora.

Benítez-Rojo (1989) trabalha importantes considerações sobre a imagem da *isla-prisión*, assim como da ilha acolhedora. É interessante notar que imagens paradoxais ora dominadas pela violência, ora delineadas pela liberdade, permeiam seu ensaio. De forma similar, as representações poéticas e críticas do escritor exilado

surgem paralelamente à construção da memória. O intelectual distancia-se da Revolução Cubana e repensa o seu lugar de origem como a continuidade da própria plantação do tabaco e do açúcar e de seus traumas. Seu texto reflete sobre as tramas da colonização e as violências decorrentes das sociedades escravistas, bem como as tramas míticas e sociais que envolvem as comunidades banhadas pelo Atlântico, sobretudo pelo Caribe. O escritor aborda a história cubana como movimento, isto é, como algo circular, pelo qual eventos passados seguem influenciando o presente. A repetição dos temas, a luta pela independência, as dinâmicas do encontro de distintas culturas confluem nas tensões vivenciadas em tais sociedades.

O processo de experimentação colonial nas Canárias foi marcado por avanços científicos e econômicos que impactaram diretamente a configuração das sociedades coloniais nas Antilhas. As ilhas funcionaram como um campo de testes para o cultivo da cana-de-açúcar, enquanto as condições geográficas e climáticas da região influenciaram práticas que seriam adaptadas e expandidas no Caribe. Os engenhos de açúcar, inicialmente simples e voltados para o consumo local, foram progressivamente sofisticados com tecnologias importadas da Península Ibérica e do Mediterrâneo. Neste ponto é importante mencionar a relação entre Madeira, Açores e Canárias durante os séculos XV e XVI, uma vez que seu contato contínuo desempenhou papéis na colonização e, por conseguinte, no comércio atlântico, especialmente no que se relaciona à produção de vinho e de açúcar. A ilha de Madeira foi, por exemplo, o ponto de partida para a cultura da cana-de-açúcar que se expandiu para as colônias na América⁸⁹. Devido ao seu alto valor econômico no mercado europeu-mediterrâneo, o produto definiu novas áreas de ocupação ao redor do Atlântico, iniciando-se, portanto, em Madeira, expandindo-se para as outras ilhas e, finalmente, para o continente americano. Conforme Vieira (2013, p.206), “Nas Canárias, a presença dos insulares portugueses assume diversa razão. Assim enquanto os madeirenses se situam majoritariamente no sector do comércio e dos

⁸⁹ “A situação da Madeira a partir de meados do século XV foi de incremento da cultura que se aliou a inovações tecnológicas, que certamente o engenho de Diogo de Teive foi o primeiro exemplo. Os madeirenses estiveram ligados à promoção da cultura e construção dos primeiros engenhos açucareiros nas ilhas Canárias, Açores, S. Tomé, e Brasil, chegando mesmo ao norte de África, situação que não mereceu o agrado da coroa e foi interdito pela coroa em 1537” (Vieira, 2013, p. 206).

ofícios, os açorianos são trabalhadores, muitas vezes sazonais, ligados às atividades agrícolas”.

Outro aspecto importante relevante recai sobre a introdução da bananeira e do tabaco. Embora o plátano tenha sido inicialmente utilizado como alimento básico para populações escravizadas, sua integração nas Antilhas contribuiu para a *crioulização* da dieta local, transformando a cultura alimentar de forma significativa (Núñez-Rodríguez, 2019). O tabaco, por outro lado, desempenhou um papel econômico importante, sendo exportado para a Europa e incorporado às economias locais como fonte de renda complementar ao açúcar. A economia das Canárias, baseada na monocultura e na exploração de recursos naturais, criou um padrão de dependência econômica e social que se replicou nas Antilhas. O sistema de *plantation* estabelecido no Caribe expandiu as práticas econômicas testadas nas Canárias e intensificou a escravização e o tráfico de pessoas. Essa expansão criou uma rede atlântica que conectava as ilhas atlânticas com a Europa e a África, facilitando a circulação de bens, pessoas e ideias. O tráfico de pessoas foi um elemento central dessa dinâmica. Nas Canárias, os indígenas foram inicialmente explorados como escravizados, mas, com o declínio dessa população devido à própria violência colonial e às doenças desencadeadas, a necessidade de mão-de-obra levou à importação de africanos escravizados. Nas Antilhas, essa prática atingiu uma escala muito maior, com milhões de africanos sendo trazidos à força para trabalhar em plantações de açúcar e tabaco (Klein e Leston, 1966).

O modelo de *plantation*, experimentado nas Canárias, encontrou nas Antilhas uma escala amplificada, tanto em termos econômicos quanto sociais. Pérez (2002) explica que a exportação desse modelo incluiu a estruturação de monoculturas, a dependência de mercados externos e o uso massivo de trabalho escravizado. No Caribe, a cana-de-açúcar tornou-se o pilar econômico, enquanto o tabaco desempenhou um papel cultural e econômico secundário, mas igualmente significativo. A introdução dessas práticas criou um sistema econômico baseado na exploração e na desigualdade, cuja herança cultural e social persiste até os dias atuais. Benítez Rojo (1989) identifica nessa repetição um padrão de fluxos culturais e econômicos que interconectam as ilhas atlânticas, configurando um *meta-arquipélago* de histórias compartilhadas.

A *crioulização*, descrita por Ortiz (1940) como o processo pelo qual elementos culturais europeus, africanos e indígenas recriam-se em novos sistemas, é um elemento central para compreender a formação das identidades tanto nas Canárias quanto nas Antilhas. Enquanto nas Canárias a integração cultural foi mais limitada pela ausência de uma forte presença africana, nas Antilhas, a *crioulização* foi amplificada pela diversidade étnica e cultural das populações escravizadas. Por outro lado, para Rama (1982), a *transculturação* é o motor da criatividade cultural em espaços colonizados, uma ideia que se aplica tanto às Canárias quanto ao Caribe. Nos dois casos, as culturas dominantes foram transformadas pelas interações com as culturas submetidas, gerando novas expressões culturais que incluem práticas agrícolas, ritmos musicais e sistemas linguísticos.

Tanto nas Canárias quanto nas Antilhas, a escravização desempenhou grande força para o sistema colonial. Nas Canárias, as comunidades nativas foram as primeiras vítimas da escravização em massa. Muitos indígenas foram capturados e vendidos como escravizados para a Península Ibérica e outros territórios pertencentes à Espanha e Portugal. Com o declínio da população indígena devido às doenças trazidas pelos europeus e às próprias guerras, deu-se um aumento substancial na importação de africanos escravizados.

Aznar Vallejo (1986) aponta que a transição para a escravização africana nas Canárias serviu como um prelúdio para o comércio transatlântico de escravizados que marcaria as Antilhas. Nas Antilhas, a escala e a intensidade do tráfico de africanos escravizados criaram dinâmicas sociais e culturais únicas. Como destacado por Klein e Leston (1966), o sistema econômico das Antilhas dependia quase exclusivamente do tráfico de africanos escravizados, o que resultou em frequentes revoltas e estratégias de resistência, tanto passivas quanto ativas. Essas histórias de resistência são preservadas nas memórias coletivas das duas regiões, conforme argumenta Benítez-Rojo (1989). Festividades, tradições orais e práticas religiosas, como as celebrações do Palo na Cuba e os rituais associados aos nativos das Canárias, são expressões contemporâneas dessas narrativas de resistência.

Outrossim, a *crioulização*, descrita por Ortiz (1940) como o processo de transformação cultural, foi uma característica marcante nas regiões ultramarinas. No Caribe, a *crioulização* foi amplificada pela diversidade de origens culturais e pela

intensidade do contato entre diferentes grupos étnicos. Nas Canárias, o processo foi menos pronunciado devido à menor presença africana, mas ainda assim influenciou a formação de identidades locais. Rama (1982) sugere que a *transculturação* em espaços coloniais não se limita à imposição cultural do colonizador, mas inclui processos de resistência e adaptação que resultam em novos sistemas culturais híbridos. A *transculturação* se aplica às práticas agrícolas e culinárias e às expressões artísticas e religiosas, que combinam elementos europeus, africanos e indígenas.

Ademais, nos pensamentos de Césaire (1939, 1950), nos pressupostos de Wynter (1962), nas contribuições de Benítez-Rojo (1989) e de Glissant (1990) emergem críticas que desestruturam as forças opressivas impostas pelo imperialismo europeu e que recriam respostas inauguradoras e insurgentes das comunidades *subalternas*. Ao questionarmos padrões histórico-culturais que interconectam regiões *subalternizadas* pela máquina colonizadora, observamos como a *crioulização* e a *transculturação* – Ortiz (1940) e Rama (1982) – criaram meios para a construção de novas identidades que ressignificam a violência colonial herdada em prol da liberdade e de novas formas de vivenciar a experimentação do mundo. Canárias, Antilhas e África, portanto, nos permitem reconsiderar o passado como um espaço de transformações e influências mútuas em que tanto colonizadores e colonizados metaforizam-se em forças, lutas e resistências.

A heterogeneidade de resistências e transformações, que nascem das práticas sociais e das construções artísticas e literárias, dialogam com a proposta do *giro decolonial*, essa diferente forma de pensar o conhecimento e o pensamento. Tal perspectiva acadêmica e política, que ganha força no desfecho do século XX, busca igualmente reaver e ultrapassar as epistemologias dominantes, sobretudo eurocêntricas, que se apresentam como únicas, unilaterais e universais, excluindo as experiências históricas e culturais dos povos saqueados e colonizados. Portanto, estudos como aqueles supracitados no capítulo 1, nos proporcionam caminhos factíveis para a promoção e consolidação de ondulações críticas e emancipatórias.

Concluimos esse capítulo sob a luz da História Atlântica e confirmamos que múltiplas comunidades das Ilhas Canárias, do Caribe e da África e, por que não, da Macaronésia, não devem ser alocadas como periferias do mundo, mas como espaços de protagonismo, testemunho e ressignificação cultural em que memórias, histórias,

práticas individuais e coletivas desafiam a historiografia oficial. A repetição de padrões históricos sociais e *imaginários* que relegam essas regiões, moldam suas economias e culturas, e deixam marcas em suas produções artísticas literárias contemporâneas. Torna-se, assim, interessante refletir a respeito de conexões globais e locais reconhecendo a menudo discursos originalmente extinguidos pela estrutura hegemônica europeia e por seus mecanismos de usurpação, espoliação e abuso.

A seguir, o poema de Valencia (1984) aponta para a profunda busca de uma identidade perdida e evidencia a luta pela ressignificação histórica. Assim como Césaire (1939, 1950), Wynter (1962), Benítez-Rojo (1989) e Glissant (1990) desconstroem as narrativas opressoras e propõem uma nova visão de identidade, o poema desvela a necessidade de lutar contra as forças que continuam a marginalizar e destruir os povos. Este movimento de reformulação e reconstrução simbólica permite que as comunidades das Ilhas Canárias, do Caribe, da África e da Macaronésia não sejam preteridas às periferias do mundo, mas reconhecidas como protagonistas que desafiam os domínios históricos e econômicos. Conforme veremos no decorrer do segundo capítulo, a reflexão sobre o passado, portanto, não se atém à dor e ao sofrimento, mas à potência de criar formas de experimentar o mundo, as quais nascem, igualmente, nas produções artísticas e literárias dessas regiões.

¿Esta es mi tierra?

He mirado el mar de mis costas
 ... detenidamente y repetidas veces;
 He mirado las gaviotas
 Que vuelan hacia lo alto
 Desafiando los espacios
 Diseñando con su vuelo
 Remolinos de constancia.
 He visto navegar los barcos
 Libremente sobre el mar
 Y al pescador... amigo de las redes,
 Amigo del anzuelo,
 Amigo del mar y de sus secretos.

Nací y morí mil veces en estas tierras
 Donde aún se ciernen las huellas
 Del yugo esclavo;
 Pero he vuelto a nacer,
 Mas no he encontrado
 El humo espeso de la esclavitud
 Pero se destila la zozobra del egoísmo,
 La lujuria y la codicia

De este mundo materialista
Que solo piensa en la maldad.

Entonces me pregunto:
¿Qué pasó con el mundo?
¿Qué pasó con las tierras?
¿Qué pasó con nuestros pueblos
que están perdiendo lo bueno?
Soy testigo del hombre
que escudriña el mar esperanzado;
del leñador sediento que trabaja
la montaña;
del sembrador que busca un sosiego
en el cultivo;
y del hombre aquel... aquel que se
obligó a robar por un pedazo de pan
para sus hijos.
(Valencia, 1984, adaptado).⁹⁰

⁹⁰ Elcinda Valencia (1942 – 2011) nasceu em Córdoba, Colômbia e é reconhecida por ser uma das maiores vozes da literatura afro colombiana.

3 ENTRE O REAL E O IMAGINÁRIO: O CORPO COMO EXTENSÃO DO TERRITÓRIO

(...) las brujas llegaban procedentes de los lugares más insospechados de la isla y que se reunían todas ellas en lo alto de un lomo, en un valle, en el interior de un bosque o cerca de un cementerio, y en esos lugares montaban sus juergas hasta que comenzaba a clarear el día y volvían a sus casas y recobraban su antigua personalidad (López, 2006)

Muitas vezes referenciado como “*Mar Tenebroso*” nas fontes islâmicas e cristãs, o Atlântico medieval apresenta-se como espaço de caos e possibilidades ilimitadas. Sendo do domínio do desconhecido, sintetiza o fascínio e o terror, sugerindo a existência de um mundo que começou a ser explorado de maneira mais sistemática com o movimento expansionista europeu, ainda profundamente arraigado por crenças mitológicas e religiosas.

No centro de nossa análise, seguimos com as ilhas atlânticas, concebidas como espaços que transcendem a realidade tangível. Contudo, avançamos terra adentro ou (mares afora?) – rumo àquelas que, tanto reais quanto fictícias, desafiam as fronteiras entre o mundano e o divino e compartilham a dor e a ameaça de seu esgotamento: terras/mulheres e ilhas/mulheres, subjugadas pela política de expansão territorial e ameaçadas pela dor e esgotamento. Seguiremos com Isabel, Guadalupe, Natalia, Merceditas, Dolores, Rebeca, Gabina, Ruth, Benita, Eloísa, Encarnación, essas mulheres da *Isla del Viento* e dos continentes que lhes sopram aos ouvidos; também, com Sofía, Rita, Aída, Herminia, Luz Lucía, Charito, Claudia, Ricarda, Guna, Adela, e Alcira, mulheres dos mares de dentro e dos mares de fora da ilha de Salos. Cada uma delas desempenha um papel significativo nas narrativas, contribuindo para a construção do ambiente e das relações ilhas-continentes e continentes-ilhas.

No *imaginário* europeu, as ilhas-continentes e os continentes-ilhas, ambos divinos e demoníacos, encontravam braços, fôlegos e corações nas vértebras das mulheres indígenas e africanas. Em um primeiro momento, não lhes restava nada além de render-se aos valores patriarcais ou reinventarem-se rumo ao intangível. Como metáforas da terra, seus corpos férteis e nus tornavam-se alvo das apropriações imperialistas. O *maravilhoso* e o *selvagem* ganhavam forma nas bocas carnívoras dos invasores, nas relações putrefatas de poder e dominação. Sob os olhos dos colonizadores, que as tratavam como meros pedaços de carne, imputava-se às mulheres o desterro de si mesmas. Assim tornavam-se ilhas-mulheres e mulheres-ilhas em busca de seus continentes, ora de dentro, ora de fora, mas sempre à deriva de seu ressurgimento.

Nesse entrelaçar de domínios e corpos, as mulheres, retiradas de suas raízes e condicionadas às regras que lhes negavam o pertencimento, plantavam em seu útero a inquietação e a pólvora: a busca subjetiva e física pela permanência. Enquanto os invasores e os traficantes de corpos impunham suas fronteiras, as mulheres teciam mantos de resistência, luta e reinvenção que se projetavam além das brechas do patriarcado e das feridas inculcadas pela colonização. É urgente reconhecer, tanto em nossa pesquisa quanto no contexto das colônias, a necessidade de uma abordagem teórica que dê protagonismo às mulheres nas relações de poder e opressão.

No cruzamento entre o *imaginário* europeu e as práticas de colonização, as narrativas e os mapas antigos foram elementos fundamentais na *exotização* dos territórios e na legitimação das estruturas hierárquicas. Exemplos emblemáticos do *imaginário* islâmico-cristão tais como as narrativas de *São Brandão*⁹¹ e os relatos islâmicos dos *Aventureiros de Lisboa*⁹², ecoam na noção de aventura e transcendência quanto nos perigos e nas ambiguidades das frentes coloniais.

⁹¹ Na narrativa cristã de São Brandão, o monge irlandês e seus companheiros de viagem embarcam no Atlântico em busca do Paraíso. As ilhas encontradas no percurso aparecem e desaparecem como vertigem e representam tanto o fascínio quanto o tempo por aquilo que se encontra além do horizonte. Acredita-se que a narração tenha sido composta entre os séculos XI e XII, tendo como base as tradições e os relatos orais de peregrinação.

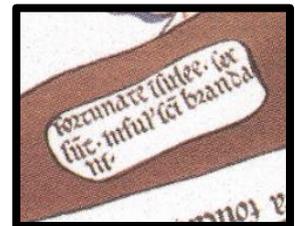
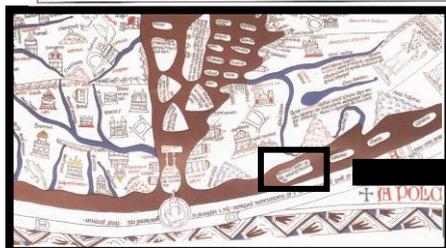
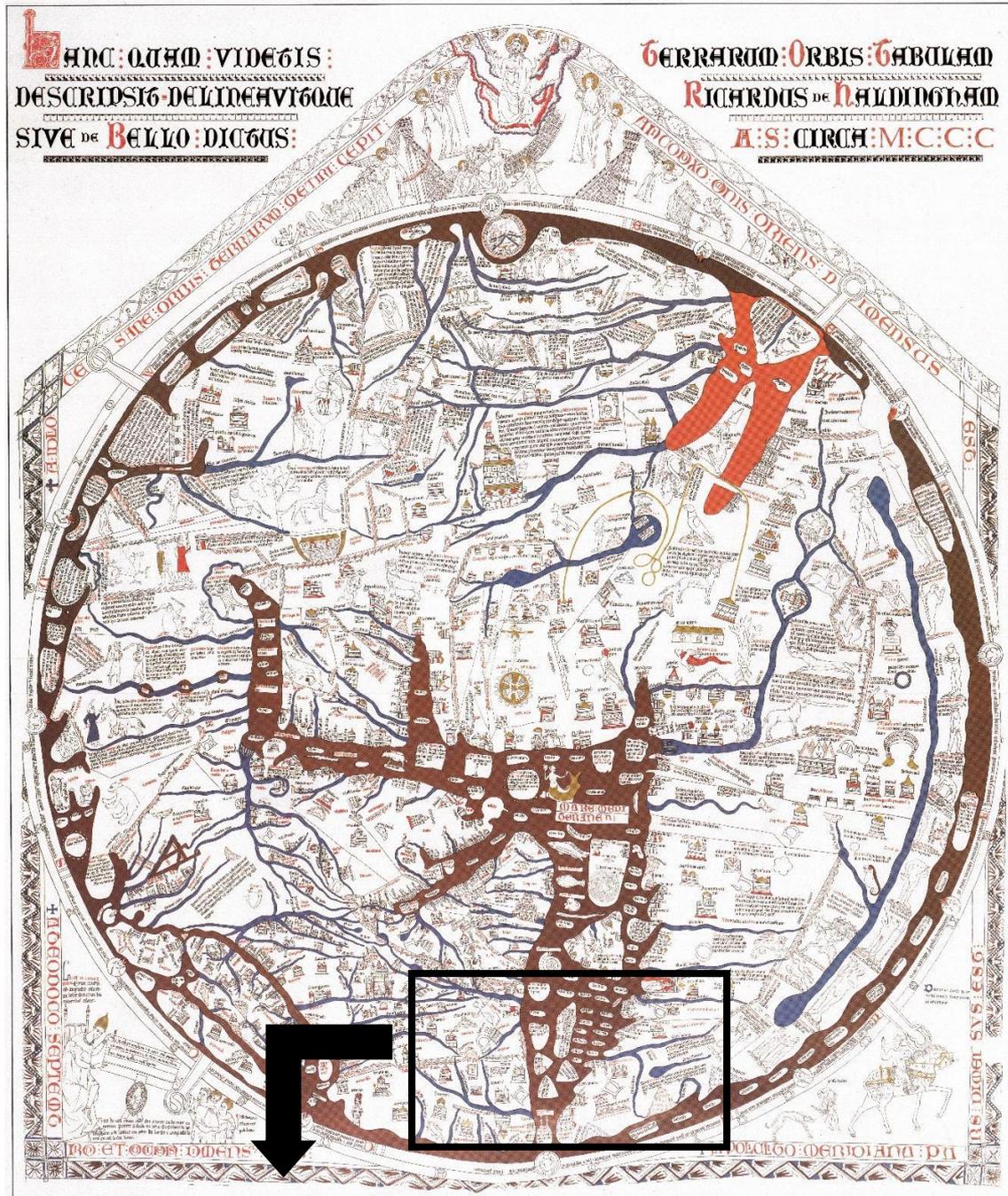
⁹² A obra do geógrafo árabe-andaluz *Livro de Rogério de al-Idrisi* reforça a ideia do Atlântico como um espaço de limites e perigos. O conceito de *Bahr al-Zulumât* (Mar das Trevas) aponta para o oceano como recôndito do incerto e, ao mesmo tempo, da revelação: o contraste entre o explorado e o inexplorado. No livro, os “aventureiros” de Lisboa eram aqueles que navegavam para além da geografia

O Mapa de Hereford, conhecido como *Hereford Mappa Mundi*, criado por Richard de Bello entre 1200 e 1300 e conservado na Catedral de Hereford, Inglaterra, é um dos mais conhecidos mapas-múndi da época medieval e permite vislumbrar a concepção medieval de mundo vigente, na qual o real e o *imaginário* – o visível e o invisível – se entrelaçavam-se inseparavelmente. Voltado para o leste, onde se acreditava estar o paraíso terrestre, apresenta como porção mais significativa o Oriente, em sua parte superior àquilo que se acreditava ser a origem divina do mundo; enquanto a Europa e a África são delineadas na porção inferior com menor detalhamento. Jerusalém, ademais, ocupa a parte central, o que reflete uma expectativa espiritual e cristã. Locais importantes como Roma e Babilônia permanecem em destaque. Também, rios, como o Nilo, e diversas montanhas aparecem de forma estilizada em seus traçados. Entretanto, aos elementos geográficos reconhecíveis e úteis para a navegação, o mapa associa uma série de elementos fantasiosos como grifos e unicórnios, além de elencar correspondências às narrativas bíblicas, tais como a Arca de Noé, a Torre de Babel e até mesmo o Juízo Final.

No canto sudoeste do mapa e bem próximas do que até então era considerado o “fim” do mundo ocidental, figuram as Ilhas Canárias, referenciadas como *Fortunatae Insulae*, as *Ilhas Afortunadas*, em diálogo com as descrições de Plínio, o Velho, e de outros autores clássicos.

conhecida para se expor aos riscos de mares misteriosos. O livro foi, possivelmente, concluído em 1154. Encomendado pelo rei normando Roger II da Sicília, descreve por meio de um grande atlas o mundo conhecido até então.

Mapa 5 – Ihas Canarias representadas no mapa de Hereford (1300)



Fonte: Haldingham (1300). Adaptado.

Nos tempos da Idade Média, as Ilhas Canárias não haviam sido invadidas nem colonizadas pelos europeus, processo que se consolidaria nos séculos posteriores. Vistas como terras míticas de abundância e fartura, permaneciam envoltas às lendas associadas aos limites ultramarinos do mundo conhecido. Os constantes contatos durante a Antiguidade Clássica com as comunidades que habitavam o arquipélago canário foram interrompidos após a queda do Império Romano do Ocidente, em 476 d.C, quando o imperador Rômulo Augusto (ca. 460 d.C. – após 476 d.C.; possivelmente 511 d.C.) foi deposto pelo líder germânico Odoacro (ca. 433 d.C – 15 mar. 493 d.C.). Após esse marco simbólico do fim da Antiguidade e o início da Idade Média na Europa, a primeira visita documentada às ilhas ocorreu em 1312, realizada por Lanceloto Malocello (n.d.)⁹³, navegante e explorador genovês, considerado o primeiro a aportar nas ilhas. Com a chegada do século XIV, muitos são os povos que competiriam pelo controle do arquipélago canário: genoveses, aragoneses, castelhanos e portugueses. Entretanto, é no século XV que as ilhas são definitivamente dominadas e administradas pelos Reis Católicos.

Martínez Hernández (2002)⁹⁴ reflete sobre o legado cultural canário originado das civilizações grega e romana. Para ele, o arquipélago vivenciou ao longo dos séculos um profundo processo de mitificação, no qual os vetores da *oceanização* e da *ocidentalização* se sobrepuseram e se associaram à ideia do “longínquo”, reforçando, assim, o *imaginário* mítico das ilhas. Nesse contexto, o autor aborda a ideia de uma “civilização atlântica”, ressaltando escritores considerados precursores da literatura canária, como Bartolomé Cairasco Figueroa (1538 – 1610) e Antonio de Viana (1578 – 1650)⁹⁵. Martínez Hernández analisa como esses autores incorporaram em suas obras elementos dos mitos da antiguidade clássica, demonstrando a continuidade dessas narrativas desde os primórdios daquilo que, posteriormente, seria reconhecido pelo cânone como literatura canária.

Martínez Hernández (2002) menciona que, a partir do Renascimento, mitos greco-latinos, como as “Colunas de Hércules”, as “Ilhas dos Bem-Aventurados”, os

⁹³ A expedição de Malocello a Canárias aparece numa carta portulano de 1339 mapeada por Angelino Dulcert. No mapa, Lanzarote aparece como Insula de Lanzarotus Marocelus.

⁹⁴ Marcos Martínez Hernández (1945 -) é filólogo clássico e catedrático de Filosofia Grega da Universidade Complutense de Madrid. Também, já trabalhou como professor na Universidad de La Laguna, Tenerife.

⁹⁵ Bartolomé Cairasco de Figueroa nasceu em Las Palmas de Gran Canaria e Antonio de Viana em Tenerife.

“Campos Elíseos”, o “Jardim das Hesperíedes”, a “Atlântida” perdida, entre outras construções literárias e simbólicas, permeiam as obras de muitos escritores do arquipélago⁹⁶. Paralelamente, o embate entre o imaginário greco-latino e o indígena no contexto das Ilhas Canárias influenciou o nascimento de identidades culturais e literárias híbridas e singulares que mesclaram as influências peninsulares e os vetores locais. Martínez Hernández destaca a riqueza das culturas das comunidades canárias, especialmente dos Guanche, que possuíam uma cosmovisão própria marcada por crenças e rituais relacionados ao espaço insular e à natureza, distante da visão clássica. Apesar dos invasores europeus tentarem apagar o *imaginário* dos povos indígenas canários, muitos elementos culturais foram ressignificados. O El Museu Canário, dispõe de um acervo arqueológico com artefatos anteriores ao período colonial. A Imagem 2 e a Imagem 3 mostram que alguns vestígios desses povos indígenas foram preservados.

⁹⁶ Entre os escritores mencionados por Martínez Hernández (2002) estão: José de Viera y Clavijo (1731-1813) e Tomás Morales (1884-1921).

Imagem 2 – Cabeça de animal em cerâmica: vestígio da arqueologia canária



Fonte: El Museo Canario. Colección de arqueología de Gran Canaria, **Registro 2812**. Disponível em: <https://www.elmuseocanario.com/figura-4-coleccion-de-arqueologia-de-gran-canaria/?catp=14>. Acesso em: 25 abr. 2024.

Descrição: Museo canário. Coleções arqueologia. Contexto cultural: Pré-história de Gran Canaria. Inventario: 2812. Classificação genérica: cerâmica. Matéria: argila. Descrição: Cabeça de animal. Conserva restos do pigmento vermelho almagre. Uso/função: os denominados ídolos são figuras antropomorfos, zoomorfos ou com características mistas, forjadas em barro cozido. Fontes históricas mencionam determinado culto em busca de chuva na ilha El Hierro. No culto, o porco mediava a relação entre os deuses e os homens. Alguns estudiosos acreditam na existência desse rito nas outras ilhas do arquipélago. Procedência: Lomo de las Casillas Canarias, Tirma, T.M de Artenara, Gran Canaria. Contexto: aldeia de casas de pedra associada a uma necrópole de túmulos. Informações recolhidas e adaptadas pela autora da tese.

Imagem 3 – Figura Humana Feminina com pernas Cruzadas, vestígio arqueológico das ilhas canárias



Fonte: El Museo canario. Colección de arqueología de Gran Canaria. **Registro 2899**. —. Disponível em: <https://www.elmuseocanario.com/figura-1-coleccion-de-arqueologia-de-gran-canaria/?catp=14lección>. Acesso em: 25 abr. 2024.

Descrição: Museo canário. Coleções arqueologia. Contexto Cultural: Pré-história de Gran Canaria. Inventario: 2899. Classificação genérica: cerâmica. Matéria: argila e almagre. Descrição: figura humana feminina com pernas cruzadas. Conhecido popularmente como Ídolo de Tara. Uso/função: os denominados ídolos são figuras antropomorfas, zoomorfas ou com características mistas, forjadas em barro cozido. Podem manifestar uma preferência pela representação humana, sobretudo pela figura feminina. Pesquisadores sinalizam que o destaque para os atributos sexuais pode vincular a peça ao culto à fertilidade. Procedência: Gran Canaria. Na metade do século XX, a peça foi vinculada à Tara⁹⁷, área arqueológica localizada no município de Telde, Gran Canaria. No entanto, nos inventários mais antigos do Museo Canario, consta apenas a procedência: Canarias. Informações recolhidas e adaptadas pela autora da tese.

⁹⁷ Tara é conhecida por seu povoado pré-hispânico, que foi habitado pelo guanches antes da invasão espanhola no século XV.

O *imaginário* medieval destinou, portanto, ao Oceano Atlântico e aos seus arquipélagos significações que desafiaram as fronteiras da racionalidade humana. Mantidos como charadas e maravilhas, esses lugares vestiram o arquétipo do sobrenatural. Conforme explanamos, a construção simbólica dos mares foi fortemente influenciada pelas tradições da Antiguidade Clássica, que inspiraram, posteriormente, os relatos cristãos e islâmicos na Idade Média. As terras à deriva, catalogadas como exuberantes e inacessíveis, cheias de riquezas e espiritualidade, emanavam o perigo e a carnalidade, a repulsa e a atração. Como fronteiras nem sempre geográficas, mas sempre quiméricas, imprimiam o demoníaco e o sagrado.

A *exotização* das ilhas no *imaginário* medieval, incluindo os arquipélagos que compõe a Macaronésia, pode ser entendida como antecipação de uma lógica mais ampla, posteriormente aplicada a outros territórios e a povos desconhecidos no contexto das expedições europeias. No caso das ilhas atlânticas, sua representação como terras férteis e inexploradas alimentava o desejo de posse e exploração, concretizado durante a colonização. A lógica da *exotização* medieval encontra um paralelo direto na maneira como as mulheres nativas foram concebidas pelos colonizadores europeus durante a expansão marítima. Assim como as ilhas atlânticas eram enigmáticas, abundantes e, ao mesmo tempo, hostis, as mulheres indígenas e africanas foram discursivamente construídas como símbolos de fonte paradisíaca e de sexualidade subjugada. A dinâmica que forjou a idealização e a dominação refletiu as tensões entre o desejo de posse e o medo do inexplorado, elementos que marcaram a percepção dos *territórios* e dos corpos na narrativa colonial. O mapa 6 evidencia que os relatos e os registros dos exploradores mesclavam análises realistas e observações idealizadas e, muitas vezes, distorcidas dos povos nativos.

Mapa 6 – África Representada por Blaeuw (1648)



Fonte: Blaeuw, 1635.

Mapa: *Africae nova descriptio*. Autor: Guiljelmo Blaeuw. A primeira publicação é atribuída a 1645, mas acredita-se que uma versão atualizada tenha sido publicada em 1648. Na parte superior do mapa, há nove vistas de cidades: Tânger, Ceuta, Argel, Tunis, Alexandria, Cairo, Moçambique, São Jorge da Mina e Canária. Além do teor geográfico, o mapa representa costumes africanos captados pela recepção europeia que se divide entre o fascínio e a estranheza: figuras de guerreiros ferozes, caravanas atravessando o Saara, cenas de caça à animais de grande porte, vestimentas típicas com acessórios chamativos, entre outros. Aos traçados geográficos, há a presença de elementos *imaginários*, como relevos e rios fictícios ou superdimensionados.

Klein (2018) destaca que as primeiras imagens relacionadas às nações africanas eram, em grande parte, caracterizadas pela combinação de estereótipos físicos e morais. Os europeus frequentemente enfatizavam os traços físicos ou aquilo que consideravam ser a “barbárie” de costumes. Dessa forma, nos mapas, pinturas,

tapeçarias e outros meios que representavam as comunidades africanas, as imagens evidenciavam, sobretudo, as diferenças que os europeus acreditavam existir entre o “Velho Mundo”, com suas culturas “elevadas”, e os rincões distantes, descritos como celeiros de práticas “tribais”. Em consonância, Mudimbe (1988)⁹⁸, por meio da análise criteriosa de narrativas europeias, observa como as construções epistemológicas que circunscrevem o continente africano não revelam apenas as redes coloniais advindas da exploração e do eurocentrismo, mas também as categorizações e as arquiteturas teórico subjetivas que representam o vasto território africano e a riqueza de suas culturas como sendo inferiores, homogêneas e exóticas. Tais narrativas corroboram para a criação de uma visão distorcida do “outro”, no qual o “diferente” categorizado como primitivo e irracional.

Mudimbe (1988), desafiando as fronteiras disciplinares dominantes, propõe a *decolonização* epistêmica, por meio da qual é possível alcançar um conhecimento mais abrangente, acolhedor e historizado dos seres humanos. Conforme o estudioso, a *gnose africana*, isto é, o conjunto de culturas e saberes africanos historicamente silenciados devem ser incorporados e legitimados nas narrativas e estudos que investigam as transformações históricas e culturais da África. Tal deslocamento epistemológico e *decolonial*, transforma-se em força motriz que desafia conceitos intrínsecos aos vetores coloniais: o *primitivo* e o *exótico*. Para o estudioso, as formas de saberes do colonizador, assim como as suas crenças religiosas e concepções de mundo, principalmente as construídas por antropólogos, missionários e administradores coloniais, desconsideraram os sistemas culturais das inúmeras comunidades africanas invadidas e subalternizadas. Por outro lado, Mudimbe (1998) atribui protagonismo aos povos africanos, que não se mostraram passivos diante das forças externas. Esses povos, ao contrário, reinterpretaram e transformaram tais inculcações em novas práticas, concepções e expressões criativas, além de manterem vivas muitas tradições e convicções inerentes às suas culturas. A *gnose africana*, uma construção híbrida, reflete as reações e adaptações às intervenções externas, à colonização europeia e à imposição do cristianismo. O fenômeno da *hibridização* revela, portanto, o dinamismo de perspectivas em que culturas africanas

⁹⁸ Mudimbe (1941 -) é um importante filósofo, historiador, escritor e crítico literário nascido na República Democrática do Congo. Sua contribuição para os estudos pós-coloniais é fundamental, sobretudo no entendimento de como a ideia sobre a África foi construída historicamente.

resistem ativamente. Os povos colonizados, ao invés de adotarem automaticamente os conhecimentos do outro, os transformam, criando diferentes significações que preservaram identidades, ao mesmo tempo que as transformaram, mostrando a capacidade inventiva e de adaptação das culturas africanas.

Mudimbe (1998), a respeito da produção de conhecimento sobre a África, aponta para construções que negam a sua complexidade e dinamicidade, o que acaba por promover uma cegueira cultural na compreensão do outro e na percepção de si mesmo. As construções de “negro” e “África” criadas por “brancos” e “europeus”, relegam ao multifacetado e fluido universo africano à ideia de fixidez. À luz de Mudimbe (1998) os movimentos da Negritude e do Pan-Africanismo devem ser entendidos como escolhas políticas que emergem como respostas à opressão colonial e ao racismo, não sendo, portanto, opções essencialistas. Embora baseados em noções raciais, essas ações têm potencial para enfrentar o racismo e promover o apoio e a solidariedade às comunidades vítimas da escravização, da exploração e da diáspora compulsória. A *decolonização* epistêmica proposta por Mudimbe (1998) visibiliza o trabalho das sociedades periféricas e reconhece suas lutas regionais. Nesse mesmo raciocínio contra hegemônico, emerge a reflexão em torno da construção ideológica da identidade latino-americana que, ao ver-se plural e viva, deve primar pela desestabilização das hierarquias de poder e de conhecimento, assim como viabilizar os pensamentos periféricos.

No que tange às Ilhas Canárias, Pérez Flores (2020) trabalha os processos de assimilação cultural frente a retórica colonial inaugurada com a invasão europeia. Mesmo entendendo que a efetivação colonial no arquipélago tenha se movido nas engrenagens da *transculturação*, isto é, em correntes multidirecionais, a estudiosa acredita que esse encontro não se tratou de um sistema homogêneo, mas sim de um complexo intercâmbio em que nem as partes originais foram preservadas, nem estas se transformaram no que conhecemos por “canário”. Como produto histórico resultante da interação entre culturas indígenas e coloniais, a *canariedade* não é uma identidade uniforme e tampouco sempre existiu. Contudo, é possível apontar que, como fruto da expansão colonial europeia, torna-se imprescindível reconhecer suas raízes multiculturais.

Conforme Pérez Flores (2020), a colonialidade impôs opressões estruturais, como o sexismo e o racismo. A dimensão sexual implica na imposição de uma divisão binária, heteronormativa e cisgênero⁹⁹ dos corpos, resultando na superioridade ontológica dos homens sobre as mulheres. Enquanto a esfera racional, pressupõe a criação de uma *outredade racializada* em que características físicas, culturais e religiosas são empregadas para excluir e hierarquizar grupos de pessoas, gerando abismos entre o “nós” e os “eles”. A pesquisadora retoma o conceito glissaniano de *crioulização* em que o encontro (frequentemente violento) e a interferência entre culturas geram novas identidades que não se interceptam em um todo harmonioso, sendo, portanto, mestiças, híbridas e em constante recriação. A identidade canária entendida como expressão histórica reflete simultaneamente a herança colonial e as resistências a essa herança. Pérez Flores (2020) critica as narrativas simplistas sobre as Ilhas Canárias e destaca a necessidade de reconhecer a *canariedade* como um processo contínuo, marcado, também, pela resistência cultural e pela persistência de elementos indígenas. Para a autora, o processo de *crioulização* tem estado presente no arquipélago à medida que “existem e continuam existindo diversos processos identitários que ocorrem simultaneamente e de maneira conflituosa (Pérez Flores, 2020, p. 6, tradução nossa).

Retomamos, assim, o diálogo com o *imaginário que*, segundo Le Goff (1985), em sua etimologia tem a ver com um processo coletivo, ou seja, uma construção conjunta alicerçada em costumes, pensamentos, ritos etc., por meio dos quais se vinculam formas não ditas de conceber e se relacionar com o mundo. Le Goff (1964) discute a centralidade e a profundidade dos pressupostos cristãos nos aspectos da vida medieval, na compreensão do tempo (festas religiosas) e do espaço (terreno e celestial) e, inclusive, na consolidação dos poderes secular e religioso sobre os quais repousam a querência do divino. São, portanto, sorrateiramente arquitetadas representações e assimilações do sobrenatural e do real sob o pano de fundo de uma base imaginária e mental que moldaram, significativamente, a forma como os europeus reagiram e interpretaram as terras dominadas. Sob essa ótica, incidem a missão evangelizadora ultramarina que justificou a incursão europeia, e a visão utópica ultramarina que contemplou o fascínio por terras misteriosas, dotadas de

⁹⁹ Pérez Flores (2020, p. 8) cita que uma organização cisgênero dos corpos é aquela que considera a identidade de gênero alinhada ao sexo designado no nascimento.

lendas, riquezas e abundâncias que despertaram o *maravilhoso* e o *monstruoso*: aquilo que *a priori* não pode ser racionalizado como sendo fenômenos naturais e cotidianos. Sob essa mesma ótica, Hulme (1986)¹⁰⁰ pondera que as características intrínsecas ao *Diário de Colombo nos* permitem recebê-lo como uma narrativa *fantástica*, além de relato etnográfico e registro de viagem. A mescla de gêneros e possibilidades de leituras nos revelam, no entanto, a mesma crença: a crença na superioridade cultural e moral dos invasores.

Federicci (2004) explana que as mulheres europeias, os ameríndios e os africanos nas colônias estiveram profundamente conectados sob o fio da acusação de submissão ao demônio, fato esse que auxiliou no controle, por exemplo, das resistências locais e, sobretudo, reforçou a justificativa do tráfico de escravizados e alavancou a visão racista e diabólica dos corpos. Aliás, o próprio diabo era descrito como sendo da cor negra e, por sua vez, os escravizados como diabólicos, fato rotineiro nas descrições que os traficantes de escravizados davam às sociedades não europeias (Barker, 1978, p. 91). Em relação às Antilhas, Barker (1978, p. 121-123) cita que não houve profanação mais terrível da imagem dos negros do que aquela que descrevia seu incontrolável e brutal apetite sexual, uma vez que tal concepção tornava-se favorável para as tiranias impostas pelos colonizadores europeus. A respeito disso, Federicci (2004, p. 368) alia a sexualização pecaminosa endereçada também às mulheres, visto que “A definição da negritude e da feminilidade como marcas da bestialidade e da irracionalidade correspondia à exclusão das mulheres na Europa – assim como das mulheres e dos homens nas colônias – do contrato social implícito no salário, com a conseqüente naturalização de sua exploração”.

Hurbon (1987) conduz uma pesquisa importante sobre a construção do *imaginário* ocidental, no contexto das Antilhas, em relação aos povos negros e indígenas das Américas. O discurso europeu descreveu essas populações não apenas como “outros”, mas como *bárbaros* e *selvagens*, situando-os, assim, para fora do que seria a civilização. Tal atitude, além de justificar todo mecanismo colonizador, perpetuou a ideia de superioridade cultural, linguística e religiosa europeia e da perpetuação de desigualdades. Em relação à cultura haitiana, o intelectual expõe

¹⁰⁰ Peter Hulme (1948 -) é um acadêmico britânico importante para as pesquisas nas áreas de literatura comparada, estudos pós-coloniais e literatura caribenha.

como os conceitos de *zombificação* e *canibalismo* foram associados às práticas do vodou. Assim, mesmo após a Independência do Haiti (1804), o olhar supremacista europeu sob a região seguiu imperando, isto é, a concepção de que o país era um lugar de selvageria, imoralidade, despotismo e incapacidade de autogerencia seguiu alimentando *imaginários*¹⁰¹ excludentes e racistas: “ ‘Negro, déspota e canibal’, outro nome do haitiano: é todo o século XIX francês, britânico, americano, que, forte em repelir a contaminação haitiana da independência política para os povos ainda sob colonização e escravidão, experimenta.” (Hurbon, 1987, p. 22, tradução nossa)

Concomitantemente, Hurbon (1987, p. 45) discursa sobre a deportação da demonologia medieval para o *Novo Mundo* que, inicialmente, encarnou o processo de *barbarização* do indígena que, como *homem selvagem – monstro ou bárbaro*, vestiu, simultaneamente, a simplicidade e a degradação humana que necessita do Ocidente para redimir-se. Paralelamente, com a chegada do século XVI, foram reativadas conotações herdadas da Antiguidade Clássica que ligavam, originalmente, as regiões da Tunísia e Marrocos, por exemplo, ao termo *barbárie*. A partir da colonização europeia e da incursão da escravização, o vocábulo assumiu, para além do sentido geográfico, significações como brutalidade, crueldade, infidelidade (Turbet-Delof, 1973). Consequentemente, o deslizamento semântico levou à popularização do *imaginário* bestial e de uma vasta literatura divulgada em língua francesa, nos relatos de viagem e na historiografia do século XVII, nas quais negras e negros africanos mantinham relações diretas e íntimas com o próprio demônio, fato que denunciava a relação com diferentes monstros, frutos de acasalamento entre espécies distintas que, por sua abominação e poligamia, atormentavam à divindade cristã.

As narrativas coloniais desumanizaram as comunidades nativas e os povos vítimas do tráfico e da escravização transatlântica. Elas tornaram-se um dos alicerces da colonialidade, uma vez que, tratando-os como pedaços de mercadoria e luxúria, era plausível o seu cometimento. Conforme veremos na seção 2.1, prevalece nos discursos dos cronistas a admiração e o desprezo, à medida que os exploradores reconhecem a hospitalidade e a bondade do nativo e, simultaneamente, fazem valer a imagem do *canibal* para condenar as diferenças culturais e validar o incremento do

¹⁰¹ Após a independência do Haiti, obras como *Haiti or the Black Republic* de St. John seguiram reforçando a ideia de que sem os brancos o Haiti não conseguiria sobreviver como nação. (St. John, 1884).

horror civilizatório. O invasor move-se, pois, na retórica daquilo que hipoteticamente atrairia o público europeu e sustentaria as formas opressoras que se dariam em sequência.

Em correspondência, a aplicação do termo *canibal* no *Diário de Colombo* que originalmente era um substantivo não europeu usado para referenciar o grupo Caribs das Antilhas, acarretou a associação desses povos à ação de alimentarem-se de carne humana. Assim, deu-se a adoção do vocábulo na língua espanhola com o significado insolúvel de “comedor de carne humana” distinguindo-se de “carib” que passou a ser usado para referenciar o nativo das Antilhas. Conforme Hulme (1986), a expressão é imprescindível para o entendimento das sobreposições de poder e exploração, visto que o seu emprego deslegitima os indígenas, relacionando-os às ações consideradas *primitivas* e horrendas, as quais seriam passíveis de redenção. A terrível percepção do “outro” é um elemento alastrador do julgo e da teórica conversão ao cristianismo. Na imagem 4, vê-se como os indígenas, sobretudo as mulheres indígenas, foram *exotizadas* pelos invasores. A elas foram endereçados olhares terríveis e hediondos.

Imagem 4 – Representação feita por Bry de Indígenas Crianças e Mulheres praticando o canibalismo (1593)



Fonte: Bry (1593).

Hulme (1986) sugere que a utilização do termo "canibal" e as representações no diário de Colombo devem ser reexaminadas à luz da crítica pós-colonial. É preciso questionar como narrativas históricas moldam nossa compreensão do outro. Em vez de aceitarmos passivamente as descrições de Colombo e a descrição pejorativa dos nativos, é essencial dar voz às histórias e experiências dos próprios indígenas. Essa reavaliação traz à tona a necessidade de desconstruir rotulações que persistem ainda na contemporaneidade e a urgência de promover um diálogo mais respeitoso e verdadeiro sobre o legado colonial e as experiências dos povos que foram injustamente rotulados como "canibais". A discussão sobre o canibalismo torna-se

uma reflexão profunda sobre a identidade cultural, a resistência e a busca por reconhecimento e respeito na história. Por meio de um olhar apurado, desconstruímos formações tirânicas que ainda habitam as mentalidades e promovemos um diálogo menos propenso à intolerância e ao desrespeito.

Semelhantemente, observamos que enquanto as narrativas de raízes medievais focaram em formas de símbolos e em narrativas que moldaram a percepção europeia sobre o “desconhecido” no Atlântico, as alusões às mulheres ampliaram a análise para o impacto colonial direto, abordando, assim, como esses enredos se concretizaram na prática de imposição física e cultural. Como já afirmamos, as ilhas atlânticas dialogam com a imagem das mulheres nativas que, embora também inerentes ao simbólico, são objetificadas nas descrições físicas e culturais permeadas por uma mistura de erotização e condenação, discurso esses coerentes ao projeto de hegemonia colonial europeia.

Conforme veremos na seção 2.1, os relatos dos invasores europeus são marcados por descrições mitológicas sobre comunidades e territórios das regiões das Ilhas Canárias, do Caribe e da África. Tais construções refletem os interesses colonizadores e abordam o *imaginário* medieval e sua relação com a *exotização*, com destaque para as mulheres indígenas e africanas. De forma consonante, a chave “exotização da mulher indígena” permeia a relação entre os conteúdos, permitindo identificar contrastes e semelhanças. Os documentos históricos literários fornecem um arcabouço de análise entre o *imaginário* medieval e a *exotização* da mulher no contexto colonial, considerando as percepções e entendimentos que fundamentam essas narrativas.

Essas dinâmicas ressonaram nas construções simbólicas de territórios e corpos no *imaginário* medieval europeu em que mares e ilhas, carregados de significados quiméricos, encarnam a exuberância e a repulsa transpostas para o contexto das grandes navegações e para as criações discursivas das colonizações. À lógica colonialista, percebemos como as construções de inferioridade, exotismo e subalternidade foram sustentadas e espalhadas na e por meio da cultura europeia. Semelhantemente, o *imaginário* atlântico perpetuado para outras culturas, testemunhou as visões distorcidas e estereotipadas das conjunturas desconhecidas e, conseqüentemente, das mulheres africanas e indígenas. Sob o olhar dos invasores,

as mulheres, no período colonial e nas narrativas oficiais, conforme veremos na seção 2.1, permanecem associadas à instrumentalização sexual e, por conta disso, desvinculadas de qualquer profundidade neuropsíquica.

O capítulo 2 se dedicará, portanto, a refletir sobre a figura feminina cativa em sua realidade geográfica quanto à sua propagação na constituição simbólica e memorial dos colonizadores. Consequentemente, abordaremos a imagem da *bruxa* aquela que subverte o modelo eurocentrista de feminilidade (Pérez Flores, 2020). As mulheres de alma ou movimentos diaspóricos vão ao encontro, ou seja, sob a ótica da *alteridade*, dialogam com as mulheres *calibanas* (caribeña + canibal), uma vez que questionam a epistemologia colonial, cristã e europeia. Discutiremos a decolonialidade a partir do ponto de vista feminista interseccional. E, para isso, observaremos como a *modernidade/colonialidade* (Quijano, 2007) atravessou as mulheres canárias e caribenhas desde a invasão e colonização de seus espaços, internacionalizando, assim, a estrutura colonial do homem branco e europeu em detrimento das identidades indígenas, negras e mestiças.

Na continuação do texto, os poemas de García (2000) e Rivas Mendoza (2021) evocam, de maneiras metafóricas, o movimento das águas e a busca por uma identidade que transcende as fronteiras impostas pela colonização. Assim como o “fóssil branco” emerge do mar, o corpo colonizado, desgarrado de sua essência, carrega uma memória de perda e desterritorialização, como um naufrago que se encontra errante, à deriva. Os poemas ecoam as travessias dos corpos das mulheres indígenas e africanas, soterrados sob o peso de uma história colonizadora e opressora. A “ave viajante”, por outro lado, rompe com a imposição colonial e resgata o impulso e as histórias ancestrais, transformadas agora em força criativa. As poetisas, assim, nos convidam a refletir sobre as narrativas subalternizadas e sobre a luta por uma identidade livre que questiona as hierarquias e que propõe um novo caminho, no qual corpos e vozes esquecidos possam finalmente retornar.

Ave Viajera

Sobre el mar, un fósil blanco,
una estela de espuma milenaria
que emerge tras el barco.

En la superficie, su esqueleto.

En las profundidades, al
nombre: Abisal. (...)

Abisal, el preso;

Abisal, el desterrado,

Abisal, el nombre errante

del náufrago que, en la superficie
de las aguas, perdió su fósil
blanco,

su esqueleto (*El universo de los
náufragos*, de Verónica García.
Adaptado)^{102 103}

Soy como el ave viajera,
viajando por estas tierras,
soñando con ser escritora
y escribir poesía decolonizadora.

Quiero brillar como las estrellas,
en un mundo de luces y centellas
encender las velas de mi poesía
en hojas blancas de fantasías.

Tomaré hojas y pinceles,
pintaré letras de oropeles,
escribiré en tinta roja
lo que a mi alma se le antoja.

Dibujaré versos y poemas,
de los ancestros y sus almas,
motivos de mi inspiración
en la verborrea de la
decolonización.

(Rivas Mendoza, Cándida. *In*:
Bidez Bide, 2021. Adaptado).

¹⁰² Versos retirados da parte 2 do poema *El universo de los náufragos*, presente no livro homônimo obra. García (2000).

¹⁰³ Verónica García (1967 -), escritora e professora, nasceu Francisco Iglésias, Ilhas Canárias.

3.1 A EXOTIZAÇÃO COMO ESTRATÉGIA DE PODER: CARTAS, CRÔNICAS E AS MULHERES NA VISÃO DO INVASOR EUROPEU

Quando estava na barca, capturei uma mulher caribe belíssima, que me foi dada pelo dito senhor Almirante e com quem, tendo-a trazido à cabina, e estando ela nua, como é costume deles, concebi o desejo de ter prazer. Queria pôr meu desejo em execução, mas ela não quis, e tratou-me com suas unhas de tal modo que eu teria preferido nunca ter começado. Porém, vendo isto (para contar-te tudo, até o fim), peguei uma corda e amarrei-a bem, o que a fez lançar gritos inauditos, tu não terias acreditado em teus ouvidos. Finalmente, chegamos a um tal acordo que posso dizer-te que ela parecia ter sido educada numa escola de prostitutas (Cuneo, 1945 apud Todorov, 1993).

La india carga
su bandera sobre
su cara
manchada de sangre
sus cicatrices corren
como las carreteras viejas
de su tierra
y la india no se queja.

Le preguntan por qué
no cuenta
su historia
y ojos húmedos responde
que le cuentan todo
al que quiere oír.

Si acaso abre
su boca
sale la canción
del mar
los ecos del viento
hay volcanes inquietos
en el pecho de la india.

Sus huesos se han
hecho del polvo
de cincuenta mil muertos
el grito doloroso
de ellos
es silencio
de la india.

Ayer tuvo un hombre

que le hizo sueños
del aire...
tuvo sus hombres
la india
pero ahora no tiene
a nadie.

Del mundo es la india
y si la ves
bailando
en vestido de seda
o pidiendo en la calle
no le preguntes el porqué
o tal razón por su camino.

El destino de la india
es la bandera que carga
sobre su cara quemada
dura de sangre seca
y la india no se queja
no se queja de nada.
(Castillo¹⁰⁴, *In*: Andaldúa, 1988)¹⁰⁵

A violência colonial contra as mulheres, expressa de forma crua e contundente no relato de Michele de Cuneo (1945 apud Todorov, 1993), exprime o desejo da dominação sexual intrínseco à lógica da conquista territorial, que marcou terrivelmente a histórias das mulheres submetidas ao olhar invasor europeu. Nesse contexto, a *exotização* surge como uma estratégia de poder que desumaniza, objetifica e erotiza a alteridade. Em paralelo, o poema de Castillo (1981) dá voz a indígena silenciada, que carrega em seu próprio corpo dores ancestrais, perdas e lutas. Símbolo de resistência e memória coletiva, a mulher carrega os ecos do ventos, do mar e dos vulcões.

¹⁰⁴ Ana Castillo (1984 -) é escritora e poeta mexicana.

¹⁰⁵ O poema *Entre primavera y otoño* compõe a obra, conforme ABNT:

ANDALDÚA, Gloria; MORAGA, Cherríe (Org.). *Esta puente, mi espalda. Voces de mujeres tercermundistas en los Estados Unidos*. Tradução de Carmen Valle. San Francisco: ISM Press, 1988.

A obra, originalmente, foi publicada em inglês e sua referência, é:

MORAGA, Cherríe; ANZALDÚA, Gloria (Ed.). *This bridge called my back: Writings by radical women of color*. Watertown: Persephone Press, 1981.

Na versão em espanhol, Anzaldúa é listada antes de Moraga. Conforme ABNT, a referência segue a ordem sinalizada na capa ou na folha de rosto do livro, isto é, começa pelo primeiro nome mencionado. Por isso, a distinção entre as duas referências bibliográficas.

Em 25 de dezembro de 1492, após o naufrágio da *Santa Maria*¹⁰⁶ devido a um arrecife de coral, a tripulação de Colombo permaneceu na Ilha Hispaniola (atualmente composta pelo Haiti, na parte ocidental, e pela República Dominicana, parte oriental). Com a recepção de um dos caciques que governavam a região, o cacique Guacanagarí¹⁰⁷, os espanhóis construíram o Forte de Natal, marco da invasão europeia. Em 27 de novembro de 1493, já com uma frota bem maior, composta por 17 embarcações e aproximadamente 1.200 homens, Colombo retornou e averiguou as ruínas do forte e a morte dos 39 tripulantes. A partir do ocorrido, a imagem do nativo como traiçoeiro, violento, *mau-selvagem*, começa a multiplicar-se. Após a destruição da construção, o almirante dedicou-se ao estabelecimento de uma nova colônia no norte da ilha, a qual denominou La Isabela. Essa sequência de eventos foi relatada por Bartolomé de Las Casas em *Historia de las Indias*.¹⁰⁸

¹⁰⁶ Uma das três embarcações utilizadas por Colombo em sua primeira viagem às Américas.

¹⁰⁷ Inicialmente, à Guacanagarí destinou-se o mito do *bom selvagem*, conceito que desenhava a passividade, inocência e bondade dos indígenas.

¹⁰⁸ Bartolomé de Las Casas escreveu o relato entre 1527 e 1561, no entanto, a obra permaneceu inédita até a sua publicação no século XIX. Tomando como base os manuscritos originais guardados em bibliotecas e arquivos, a edição de Pascual de Gayangos publicou-a de forma completa em forma de três volumes.

Imagem 5 - Cerimônias dos Bárbaros nas Encantações (1634)



Fonte: (Bry,1634)

Na Imagem 5, *Cerimônias dos Bárbaros nas Encantações* (1634), a língua/linguagem perplexa europeia que exclui e elimina quaisquer vínculos, práticas religiosas ou antropológicas que sejam consideradas fora do “padrão civilizado”. Na seção 2.1, veremos como a alternância entre o “bom selvagem” e o “selvagem hostil”¹⁰⁹ permeará o *imaginário* europeu, as cartas, as crônicas e os relatos, escritos no contexto da colonização e será associada aos elementos culturais e simbólicos que as práticas de antropofagia, por exemplo, suscitavam. Tal dualidade, já antecipava ideias que seriam amplamente debatidas nos séculos vindouros, sobretudo por meio da filosofia renascentista sintetizada, por exemplo, em discursos como de Rousseau (1755).

O *Relato de Michele di Cuneo*¹¹⁰ destacado na epígrafe da presente seção condensa de forma pungente o olhar do invasor dispensado às mulheres indígenas: objetos utilitários sem qualquer direito ao discurso e à autodefesa. Todorov cita que as palavras de Cuneo são reveladoras em diversos aspectos, pois não há em nenhum momento a intenção de reconhecer às mulheres a condição de sujeitos de fala. Como se escrevera para outro homem leitor e para o seu genuíno prazer, o italiano colocasse, inicialmente, no papel de macho humilhado e desprezado, para, logo após distribuir “incitações”, assumir a figura do hétero vitorioso e másculo, “Mas não é esta a verdadeira natureza de toda mulher, que um número suficiente de palmadas basta para revelar? A recusa só podia ser hipócrita; arranhe a mulher arisca, e descubra a prostituta” (Todorov, 2002). Conforme Todorov, as mulheres são *indígenas mulheres*, isto é, “índios ao quadrado”, passíveis, portanto, de uma terrível e dupla violentação. O mito do *bom selvagem* desvanece-se à distância, contudo uma vez estando próximos, os nativos são fortemente hostilizados pelos europeus. Neste ponto, fortalece-se a histórica dicotomia: salvar o “outro” ou condená-lo ao extermínio, à inferioridade e à subserviência?

¹⁰⁹ Aos indígenas considerados “maus selvagens”, que, inclusive, os colonizadores chamavam de “canibais”, Colombo optou, inicialmente, por chamá-los de “Gran Kan”, em referência ao Império Mongol. Provavelmente, isso deu-se devido à crença de que haviam chegado em terras próximas do legado de Kublai Khan (1215 – 1294), amplamente divulgado na Europa.

¹¹⁰ Michele di Cuneo (1448 – 1503) acompanhou Colombo em sua seguinte viagem (1493-1496). O *Relato de Cuneo* foi registrado em uma carta enviada para um amigo, por meio da qual ele descreve as experiências com os nativos da Ilha Hispaniola.

As consequências da invasão da América foram devastadoras. As comunidades originárias sofreram com os maus-tratos, os impostos elevados, a mão-de-obra escravizada, sem contar com o genocídio de muitos grupos étnicos. Todorov recorda o cronista e naturalista espanhol Gonzalo Fernández de Oviedo (1478-1557), conhecido por seus olhares xenófobos e racistas, em cujos relatos (Oviedo, 1557) os indígenas eram equiparados a materiais de construção, como se fossem objetos inanimados e para os quais o deus cristão encontraria um excelente desfecho: a destruição.

No que tange às primeiras considerações sobre o Caribe, somam-se ao relato de *Michele di Cuneo* e o *Dário de a bordo*¹¹¹ de Colombo, a primeira análise etnográfica da região, atribuída ao frei Ramón Pané (c. 1440 – 1500). O trabalho¹¹², provavelmente realizado em 1498, alcançou grande importância por oferecer uma descrição detalhada e sistematizada das tradições, das crenças e da organização social dos povos originários caribenhos, especialmente, dos taínos, antes do genocídio e da colonização massiva. Além das obras e dos cronistas citados, Diego Álvarez Chanca (c. 1460- 1515), médico e cronista espanhol, foi autor de um importante relato¹¹³ sobre a segunda viagem de Colombo, no qual aborda observações sobre a fauna e a flora, como também sobre as doenças e os primeiros contatos com os nativos.

¹¹¹ COLÓN, Cristóbal. *Diario de a bordo*. Barcelona: Peregrino de Roca, 1493.

¹¹² PANÉ, Ramón. *Relación acerca de las antigüedades de los indios*. 1498. Publicada em Barcelona: Editorial Espasa Calpe, 1992.

¹¹³Ver: Álvarez Chanca (1493).

Imagem 6 – Pendente de Sapo, Artefato Arqueológico do Caribe



Fonte: Taino Museum. Frog Pendent.

O sapo era considerado como um símbolo de fertilidade. Para mais informações sobre o artefato, ver: <https://tainomuseum.org/portfolio-view/frog-pendent/>. Acesso em 03 de março de 2024.

A rã era uma figuração das mulheres e um símbolo de fertilidade. A representação de rãs em combinação com colares era comum na cultura Saladoide, um grupo identificado pelos arqueólogos como responsável por uma grande transformação na cultura material do Caribe há 2.500 anos. Esse povo, conhecido por sua cerâmica refinada, cultivava alimentos como a mandioca, que havia sido domesticada milhares de anos antes por seus ancestrais nos vales fluviais das terras baixas da América do Sul. A cerâmica Saladoide, tecnologicamente sofisticada e esteticamente bela, representa um florescimento artístico precoce.

Todas as descrições e os relatos da colonização, salvaguardando seus enfoques e diferenças, têm um ponto em comum: a formação eurocêntrica do entendimento do “outro” que oscilava entre um pessimismo descarado e um otimismo condizente. Conseqüentemente, a empresa imperialista não somente envolveu a exploração territorial, como construiu estereótipos e *imaginários*, inclusive, facilitadores da dominação psíquica, patrimonial, linguística e cultural. Cuneo e Chanca, por exemplo, direcionaram seus olhares às mulheres caribenhas, especialmente em Dominica, local onde se dizia que comiam crianças. Essas crenças respaldavam a guerra contra os canibais e reforçava a concepção do feminino

perverso presente, por exemplo, na descrição das “amazonas sem seios¹¹⁴” e das “bruxas medonhas” que habitavam o “Novo Mundo”¹¹⁵.

Paralelamente, no século XV, as Ilhas Canárias foram enquadradas no movimento expansionista europeu, que teve o seu auge com a chegada de Colombo à América. Todavia, assim como ocorreu na América do Sul, seu território já era habitado por diversos povos¹¹⁶. Em 1402, iniciou-se a invasão europeia com a expedição normanda enviada à Lanzarote, Fuerteventura, La Gomera e El Hierro. A próxima fase da conquista aconteceu em 1477, quando os “senhores da ilha/primeiros conquistadores” cederam seus direitos para os reis católicos. A coroa de Castela enfrentou, pois, a fase mais difícil da conquista, na medida em que os territórios ainda por conquistar – Gran Canaria, La Palma e Tenerife – eram os mais populosos e apresentavam forte resistência local, o que resultou em uma série de batalhas e guerrilhas.

Com a conquista da América no século XVI, as Ilhas Canárias transformaram-se em uma das rotas comerciais para o “Novo Mundo”, a partir das quais se deslocaram produtos contrabandeados e, também, produtos insulares, como o vinho. Além disso, as ilhas atuaram como viveiros de espécies animais (gado, entre outros) e vegetais que alteraram completamente as terras americanas, conforme vimos no capítulo 1. Interessante notar que as relações com o resto da Espanha foram escassas durante o período, enquanto o outro lado da orla – isto é, as colônias sul-americanas – sobressaía como extensão imaginária entre dois mundos (GARCÍA RAMOS, 1996). Com a irrupção europeia no arquipélago canário, as ilhas sofreram forte mestiçagem

¹¹⁴ Conforme relatos distorcidos sobre as amazonas, grupo de mulheres guerreiras da Grécia Antiga, as amazonas cortavam os seios para auxiliar no uso do arco e flecha.

¹¹⁵ O termo “Novo Mundo” foi cunhado por Américo Vespúcio ao perceber que as terras invadidas por Colombo não faziam parte da Ásia, sendo, portanto, um continente separado.

¹¹⁶ Povos de origem berbere, denominados popularmente de “*guanches*”. Cabe atentar-se para o fato de que as ilhas Canárias são conhecidas desde a antiguidade clássica. Há, por exemplo, vestígios arqueológicos da presença cartaginesa na ilha. O arquipélago foi descrito (período greco-romano) na obra de Juba II, rei da Numídia que afirma nele ter descoberto grande número de cães, fato que lhe deu o nome de “Canárias” (“ilhas dos cães”). Canárias são conhecidas, posteriormente, como “Ilhas Afortunadas”. Após um período de isolamento (advindo da queda do Império Romano) as ilhas, no século XIII, são revisitadas com regularidade por embarcações europeias. Em 1336, Portugal reivindica a sua “descoberta”, mas a sua posse foi atribuída ao Reino de Castela.

humana e cultural devido ao notório número de imigrantes, tais como normandos, judeus, genoveses, ingleses, norte-africanos, além de escravizados negros forçados ao trabalho cativo nas plantações açucareiras.

Escrita entre 1402 e 1405, possivelmente durante o período da invasão das Ilhas Canárias pela expedição de Jean de Béthencourt¹¹⁷, e tratada inicialmente como anônima¹¹⁸, *Le Canarien*¹¹⁹ figura como uma das principais fontes históricas desse período, apresentando uma rica narrativa sobre expedições, batalhas, negociações e interações entre os conquistadores europeus e as populações que habitavam o arquipélago. A obra detalha episódios específicos das expedições, com base em manuscritos históricos enriquecidos por traduções, comentários críticos e notas explicativas. A edição publicada pelo Instituto de Estudos Canários¹²⁰ conta com as contribuições de estudiosos como Serra Ràfols; Cioranescu (1959), que oferecem um aprofundamento sobre o texto e seu contexto histórico. O texto transcende a mera descrição de campanhas militares e incursões religiosas, oferecendo uma janela detalhada sobre as interações culturais, políticas e sociais que moldaram a ocupação europeia do arquipélago. A narrativa reflete uma perspectiva eurocêntrica dominante, profundamente marcada pela *exotização* dos povos indígenas, especialmente das mulheres, e pela justificação moral e religiosa da dominação colonial.

As interações entre os europeus e os povos nativos das Canárias são uma parte central da narrativa, pois ilustram a tensão entre o "civilizado" e o "selvagem".

¹¹⁷ Os franceses, comandados por Jean de Béthencourt e Gadifer de la Salle, dedicaram-se a conquistar e controlar várias ilhas do arquipélago canário entre 1402 e 1406. A criação da crônica *Le Canarien* é fruto desse período.

¹¹⁸ Alguns estudiosos atribuem a autoria a dois clérigos que participaram da expedição às Ilhas Canárias: Jean le Verrier e Pierre Boutier.

¹¹⁹ ANÔNIMO. **Le Canarien**. C. 1404-1405. Manuscrito Egerton 2709. British Library, Londres. VERIER, Jean le; BOUTIER, Pierre. *Le Canarien*. c. 1404-1405. Manuscrito Egerton 2709. British Library, Londres.

¹²⁰ Além de ser um documento histórico, *Le Canarien* oferece uma perspectiva valiosa sobre a mentalidade medieval europeia. A obra evidencia a visão eurocêntrica que justificava a exploração e o domínio em nome da religião e da civilização. As notas críticas da edição ajudam a contextualizar e analisar os preconceitos e limitações do texto original, permitindo uma leitura mais equilibrada e crítica. Além disso, fornecem informações sobre os indígenas, muitas vezes ausentes ou distorcidos na narrativa original. As informações adicionais ajudam a reconstruir parte das histórias que foram silenciadas, oferecendo uma visão mais equilibrada e crítica dos acontecimentos. Ao situar o texto no contexto maior da história colonial, as notas críticas também destacam os legados culturais e simbólicos da conquista, mostrando como esses discursos influenciaram a percepção das relações entre os povos colonizados ao longo dos séculos.

Os nativos canários¹²¹ viviam principalmente em cavernas naturais, à medida que aproveitavam as condições vulcânicas e geográficas para construir suas moradas nas encostas e em penhascos costeiros. Suas sociedades se constituíam em pequenos reinos autônomos denominados *menceyatos* e cada grupo era governado por um *rei/mencey*. Na invasão europeia, havia nas ilhas hierarquias nítidas que se dividiam entre nobres, guerreiros e plebeus.

Sob o olhar do invasor, a figura das mulheres nativas das Ilhas Canárias ocupa um lugar de destaque. Muitas vezes descritas como exóticas, submissas ou sedutoras, elas foram transformadas em símbolos da conquista colonial. A *exotização* das mulheres nativas não apenas reforça a visão eurocêntrica da época, mas também reflete as dinâmicas de poder e controle que permeavam a sociedade colonial. Essa construção narrativa não é casual: ao erotizar e objetificar a indígena, *Le Canarien* reforça um *imaginário* que justifica a apropriação de seus corpos como extensão da posse territorial. As indígenas são apresentadas como troféus de conquista, relegadas a papéis de submissão ou de figuras idealizadas, ao mesmo tempo em que suas vozes e agências são completamente silenciadas. Ademais, seus corpos são expressos como extensões do próprio território: férteis, misteriosos e passíveis de ocupação. Essa associação entre o corpo feminino e a terra a ser tomada reforça a ideia de que o domínio sexual e cultural era intrínseco à expansão territorial e foi um dos caminhos para afirmar a superioridade dos invasores não apenas por meio da subjugação militar, mas também pela dominação sexual.

A *exotização* das mulheres indígenas em *Le Canarien*, portanto, desumaniza e instrumentaliza as comunidades nativas. As mulheres, descritas como figuras sensuais ou misteriosas, foram utilizadas para fortalecer a máquina colonial. Suas características físicas e comportamentais são destacadas de forma seletiva, transformando-se em objetos de fascínio e desejo, enquanto suas vozes e experiências são sistematicamente ignoradas. A *exotização* também é utilizada para práticas sistemáticas de violência, como a escravização sexual e o abuso físico, reinterpretados pela narrativa colonial como intercâmbios consensuais ou alianças estratégicas. A própria ideia de que essas mulheres estavam disponíveis, seja para o

¹²¹ Os nativos das Canárias comunicavam-se por meio da língua guanche, que se relacionava às línguas berberes do Norte da África.

trabalho forçado, seja para relações sexuais, reforça uma posição de poder em que o colonizador adquire o pleno direito sobre elas. Além disso, *Le Canarien* as posiciona como símbolos de um "paraíso perdido" a ser conquistado e redimido pela civilização cristã. Essa romantização, por mais que aparente elogiar sua beleza ou pureza, reforça a condição subalterna, negando-lhes qualquer agência ou papel ativo na história.

Embora as indígenas canárias sejam figurativamente centrais na narrativa, suas vozes estão completamente ausentes, uma vez que *Le Canarien* não lhes concede espaço para expressarem seus pensamentos, perspectivas ou resistências. As mulheres aparecem apenas como pano de fundo para as ações dos conquistadores, sendo reduzidas, assim, a figuras decorativas e funcionais. O desligamento deliberado é uma ferramenta poderosa de supremacia simbólica. Ao negá-las a possibilidade de se apresentarem como agentes de suas próprias histórias, a narrativa reforça o pensamento de que elas estão inerentemente subordinadas, o que perpetua a visão unilateral e incompleta do passado. O desligamento cultural imposto às indígenas teve consequências profundas e rigorosas, já que negou suas contribuições e lutas e reforçou estereótipos que continuam a impactar a maneira como as mulheres são vistas e tratadas na contemporaneidade.

Sabe-se que o final do século XV foi marcado por grandes avanços marítimos e pelo desejo de expansão territorial, alimentado tanto por questões econômicas quanto religiosas. *A Carta de Colombo*¹²², escrita logo após o retorno de sua primeira viagem ao Caribe, realizada com o apoio financeiro e político dos monarcas Isabel e Fernando, divide-se em seções que combinam narração, descrição e análise. Publicado primeiramente em espanhol, o relato foi rapidamente traduzido para outras línguas e disseminado pela Europa, gerando um impacto significativo no *imaginário* renascentista. Acreditando ter alcançado as Índias Orientais, o navegador descreveu as novas terras como um paraíso de recursos e oportunidades. Essa visão idealizada exerceu um papel essencial no estabelecimento do discurso europeu sobre a América, enfatizando sua riqueza natural e o potencial para a conversão religiosa.

¹²² Ver versão traduzida:

COLOMBO, Cristóvão. *Carta a Luis de Santángel*. Tradução de Vera G. Nascimento. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

Escrita entre 15 de fevereiro e 14 de março de 1493, a carta é um documento de grande relevância histórica, política e literária. Trata-se do primeiro relato detalhado do contato europeu com as terras do que seria chamado de *Novo Mundo*, estabelecendo as bases para a expansão colonial espanhola. O texto, enviado aos reis católicos da Espanha, destaca-se não apenas pela descrição das novas terras e culturas, mas também pelo entusiasmo e otimismo com que Colombo apresenta suas descobertas. Ao mesmo tempo, o documento revela a complexidade dos interesses políticos, econômicos e religiosos que motivaram e acompanharam as viagens de exploração da época.

Colombo inicia a narrativa descrevendo a travessia de trinta e três dias entre as Ilhas Canárias e as terras que ele acreditava ser as "Índias". A chegada ao "Novo Mundo" é celebrada com um ato simbólico de apropriação: a reivindicação das terras em nome dos monarcas espanhóis, Fernando e Isabel. As ilhas descobertas receberam novos nomes, como San Salvador (atual Bahamas), Santa María de la Concepción, Fernandina, Isabela e Juana (atual Cuba). A prática de renomear territórios não era apenas um exercício de autoridade, mas um gesto político e religioso que afirmava a posse e a cristianização desses espaços. A nomeação das ilhas por Colombo reflete uma visão do *Novo Mundo* como uma extensão natural da Europa, um território vazio e pronto para ser ocupado e transformado. A perspectiva eurocêntrica desconsidera as histórias, culturas e práticas dos povos nativos, tratando as terras como espaços inexplorados e *selvagens* que apenas aguardavam pacificamente a civilização europeia. Ao reivindicar as ilhas para os reis católicos, Colombo estabelece uma continuidade simbólica entre o que eles intitulavam "Velho" e o "Novo Mundo", posicionando os monarcas espanhóis como soberanos legítimos sobre territórios que, para os habitantes locais, já possuíam sua própria organização social e cultural. Então, ao justificar a renomeação e a apropriação das terras, Colombo utiliza uma retórica religiosa que posiciona os reis católicos como instrumentos divinos na expansão da fé cristã. Ele inculca a banalização das ilhas como um passo necessário para trazer a civilização e a salvação espiritual aos povos indígenas. Sua visão reflete a lógica colonial de que o domínio europeu era não apenas inevitável, mas moralmente justificável, uma vez que se alinhava com os desígnios divinos.

A prática de renomeação iniciada por Colombo teve implicações profundas e duradouras. Ao redefinir a geografia das Américas a partir da perspectiva do invasor, contribuiu para a criação de uma narrativa de domínio que justificou séculos de exploração e subjugação. O apagamento dos nomes e identidades locais foi parte de um processo maior de despossessão cultural, que buscou eliminar ou subordinar as histórias e tradições indígenas às necessidades do projeto colonial. Portanto, a renomeação das ilhas não foi um simples detalhe administrativo; foi um ato fundador que encapsulou as dinâmicas de poder, exploração e imposição cultural que marcaram o encontro entre a Europa e as regiões invadidas. Ao dar nomes europeus às terras, Colombo não apenas marcou o início da colonização, mas também estabeleceu o modelo para as futuras interações coloniais, em que a apropriação simbólica era tão crucial quanto a material.

Em sua escrita, Colombo atribui o sucesso da viagem à vontade divina, reforçando o apoio espiritual ao empreendimento. Ele descreve com detalhes as terras que encontrou, como San Salvador (Bahamas), Juana (Cuba) e Hispaniola (Haiti e República Dominicana), destacando suas riquezas naturais, com menções específicas a árvores frutíferas, metais preciosos, terras férteis e grande biodiversidade. De forma análoga, um dos aspectos mais marcantes do relato é a descrição dos povos indígenas. Colombo os apresenta como pacíficos, generosos e inclinados à conversão ao cristianismo. O invasor enfatiza a ausência de armas de ferro e a simplicidade das sociedades locais, contrastando com a complexidade europeia. Essa narrativa, no entanto, tem claros objetivos políticos: justificar a conquista e evangelização das novas terras como uma missão civilizatória. A carta também aborda as questões econômicas, destacando o potencial comercial das terras invadidas. Colombo menciona minas de ouro, algodão e especiarias, sugerindo que as ilhas poderiam se tornar fontes significativas de riqueza para a Coroa Espanhola.

Sem dúvida, mais do que uma simples comunicação aos Reis Católicos, a *Carta de Colombo* é um marco na história das relações transatlânticas. Ela legitima a posse espanhola das terras recém-descobertas, seguindo os protocolos de soberania e posse da época, e estabelece um precedente para o colonialismo europeu. O documento também é notável por ser um dos primeiros textos impressos em grande escala na Espanha, o que permitiu sua ampla difusão. Esse fato transformou a carta

em um dos primeiros relatos globais sobre o Novo Mundo, influenciando profundamente a percepção europeia sobre as Américas e moldando as políticas expansionistas que viriam a seguir. Colombo perpetua a ideia equivocada de que havia chegado às Índias Orientais, o que evidencia as limitações geográficas e científicas do período. Além disso, antecipa as consequências destrutivas da colonização, como a exploração dos recursos naturais e a subjugação das populações locais. A narrativa de Colombo, ao enfatizar as riquezas potenciais, contribuiu para desencadear uma era de exploração intensiva, marcada por conflitos e desigualdades.

Concomitantemente, embora a *Carta de Colombo* seja uma celebração do que os invasores denominam por “descobrimento”, ela reflete os valores eurocêntricos e colonialistas de sua época. A carta é marcada por contradições e camadas ideológicas que revelam os preconceitos e as intenções subjacentes à colonização. O invasor descreve o indígena com admiração e condescendência, oscilando entre a idealização e a desumanização. Retratado como pacífico, generoso e ingênuo, tornava-se alvo fácil para a exploração e para a assimilação ao projeto colonial europeu.

Colombo define os povos nativos como "sem engano", ou seja, desprovidos de malícia ou artimanhas. Essa descrição, embora pareça elogiosa à primeira vista, reduz-os a figuras infantis ou ingênuas, desprovidas de complexidade moral ou social. Tal caracterização reforça o sentimento de que os indígenas eram ideais para a conversão religiosa e submissão à autoridade europeia. O navegador enfatiza a falta de armas, a ausência de uma organização política centralizada e a predisposição para compartilhar seus recursos, o que, em sua visão, os tornava não apenas vulneráveis, mas também úteis para o projeto colonial. A narrativa de ingenuidade não é casual, visto que serve para justificar a tomada de terras e o uso de populações indígenas como mão de obra. Ao apresentar os indígenas como seres sem sofisticação, Colombo deslegitima suas culturas e consolida a noção de que precisavam ser "civilizados" e guiados pelos europeus.

Dessa forma, os povos indígenas são descritos de forma romantizada ou utilitária, como objetos de exploração econômica e evangelização. A descrição dos povos indígenas segue uma lógica dicotômica: por um lado, eles são exaltados como pacíficos, generosos e inocentes; por outro, são apresentados como culturalmente "atrasados", necessitados da "civilização" europeia e da fé cristã. A contradição é

central para o discurso colonial, ao mesmo tempo em que humaniza e desumaniza os indígenas, preparando o terreno para sua subjugação.

Semelhantemente, a *exotização* dos povos nativos, especialmente das mulheres, ocupa um lugar central na narrativa de Colombo. As descrições ressaltam sua nudez, apresentada como uma marca de pureza ou selvageria, conforme o olhar europeu. A abordagem sensualiza e erotiza as indígenas, transformando-as em símbolos de um paraíso terrenal, onde a disponibilidade sexual era vista como reflexo da generosidade natural das terras. A nudez das mulheres indígenas é apresentada por Colombo como um elemento central na caracterização das populações nativas. Ele associa essa característica tanto à pureza quanto à selvageria, o que revela a dualidade do olhar europeu. Para Colombo, a ausência de roupas parecia simbolizar uma inocência primitiva, mas também servia para reforçar estereótipos de sensualidade e disponibilidade sexual. Essa narrativa construía a imagem de um paraíso terrenal, em que a generosidade das terras descobertas era refletida na "liberdade" e "disponibilidade" dos corpos femininos. A *exotização* da nudez feminina era altamente atrativa para o imaginário europeu renascentista. Ao descrever as mulheres indígenas como "livres" de constrangimentos morais e sociais, Colombo alimentava as fantasias de uma Europa em busca de um território que fosse, ao mesmo tempo, refúgio e fonte de riqueza.

A menção à ilha habitada exclusivamente por mulheres guerreiras — comparadas às lendárias amazonas da mitologia grega — é um exemplo clássico de como o *imaginário* europeu moldou as narrativas coloniais. As mulheres dessa ilha, que usariam armas e placas de cobre para se proteger, são ao mesmo tempo idealizadas como figuras poderosas e enquadradas como parte de uma fantasia exótica. Essa representação reforça o papel das mulheres como elementos de fascínio e controle dentro do projeto colonial. Por outro lado, a *exotização* das mulheres indígenas não se limita ao fascínio sexual. Elas também são descritas como trabalhadoras incansáveis, responsáveis por grande parte das atividades produtivas. Essa imagem utilitária legitima sua exploração como força de trabalho, perpetuando o sistema de opressão que se desenvolveria nas Américas. Na imagem 7, um grupo de indígenas armados com arcos e flechas atiram contra um homem branco. A ilustração

reforça a ideia do “bom selvagem” ou do “selvagem canibal”, necessitado de *civilização* e *evangelização*.

Imagem 7 – Representação de indígenas da França Antártica 1557



Fonte: Thevet (1557).

As descrições pormenorizadas de Colombo não são meramente informativas; elas são cuidadosamente construídas para convencer seus leitores, particularmente os Reis Católicos, do valor estratégico das terras e da necessidade de continuar financiando expedições. A exuberância com que o invasor retrata a paisagem natural e os habitantes das ilhas reflete um esforço deliberado para apresentar o "*Novo Mundo*" como um território de oportunidades ilimitadas, em que o material e o espiritual caminhavam juntos. Ao mesmo tempo, a narrativa de Colombo incorpora elementos que atendem ao imaginário europeu da época, como a ideia de um paraíso terrestre e a existência de povos "primitivos" que aguardavam ser civilizados. Essas descrições foram fundamentais para legitimar a dominação europeia, apresentando a conquista como uma missão divina e econômica.

Por conseguinte, a *Carta de Colombo* foi muito mais do que um relato de viagem; ela representou um manifesto político e econômico, moldando a percepção europeia sobre as terras saqueadas. Indubitavelmente, as descrições idealizadas contribuíram para atrair investimentos e consolidar o apoio às expedições subsequentes. Seu discurso atendia aos interesses econômicos da Coroa Espanhola, enquanto a representação dos povos originários como gentis, dóceis e prontos para a conversão reforçava o aspecto religioso da missão. Os relatos, profundamente impregnados do olhar eurocêntrico, foram fundamentais para legitimar a apropriação e a submissão de seus habitantes.

Mais do que um relato de viagem, a escrita de Colombo funciona como uma construção ideológica que estabelece as bases para o *imaginário* colonial europeu. Revela, assim, os preconceitos do período e os mecanismos de autoridade que sustentaram a expansão imperialista. A visão dos povos indígenas como "sem engano" e a *exotização* da mulher são, portanto, não apenas reflexos do olhar europeu, mas ferramentas ativas de dominação e apagamento cultural. A idealização transforma os indígenas em *tabulae rasae* (tábula rasa), um conceito que sugere que eram "vazios" de valores e civilização, prontos para serem moldados pela influência europeia. Esse pensamento apaga as práticas de organização social e espiritual dos povos nativos e justifica a imposição de sistemas culturais, religiosos e econômicos que desestruturariam suas vidas. O apagamento cultural é particularmente evidente na forma como Colombo descreve a ausência de religião estruturada ou idolatria entre

os indígenas. Essa suposta "lacuna espiritual" é usada como argumento para justificar a conversão ao cristianismo, desconsiderando por completo as cosmologias locais e as conexões espirituais dos povos indígenas com suas terras e recursos.

Embora Colombo descreva os indígenas como receptivos ao cristianismo, na prática, a conversão foi frequentemente forçada, acompanhada pela destruição de símbolos religiosos locais e imposição de práticas cristãs. Isso resultou em um apagamento sistemático de culturas e religiões indígenas, que foram demonizadas e substituídas por uma espiritualidade europeia homogênea. A imposição da fé cristã também foi usada como ferramenta para justificar outras formas de exploração, como o trabalho forçado. A ideia de que os nativos, ao serem convertidos, deveriam servir aos europeus como bons cristãos, foi instrumental para consolidar o sistema colonial. A conversão não apenas alterava profundamente as estruturas espirituais das sociedades indígenas, mas também as suas dinâmicas sociais, frequentemente subordinando comunidades inteiras às demandas econômicas e políticas dos colonizadores. As contradições refletem o paradoxo fundamental do colonialismo cristão: ao mesmo tempo em que prometia libertar as "almas" indígenas da ignorância espiritual, aprisionava seus corpos e culturas em um sistema de exploração. A "salvação" religiosa, portanto, funcionava como uma camada ideológica que mascarava a violência e a opressão do imperialismo.

Em suma, a *Carta de Colombo* estabeleceu as bases para a lógica imperialista e colonialista, em que a terra e seus habitantes eram vistos como meros recursos. Além disso, inaugurou uma tradição de relatos coloniais que combinavam fascínio e instrumentalização. Ao romantizar os povos indígenas e ao mesmo tempo sugerir sua inferioridade cultural, Colombo reforçou os argumentos para sua subjugação e para a apropriação de seus corpos e terras. O impacto do relato transcendeu sua época, pois além de anunciar o "descobrimento", inaugurava uma nova era de exploração, subordinação e colonização que moldaria profundamente o hemisfério ocidental e o mundo. A transformação geopolítica que se seguiu alteraria o equilíbrio de poder entre os continentes, marcando o início de um processo que traria tanto avanços quanto destruições, em uma escala sem precedentes de violência, exploração e genocídio.

Em diálogo com a temática abordada, a *Crônica do Descobrimento e Conquista de Guiné*, de Gomes Eanes de Azurara, escrita em 1453, surge em um

momento crucial para a história de Portugal, em que o país despontava como pioneiro na exploração marítima. Esse período, marcado por intensos avanços na navegação e por uma crescente ambição expansionista, exigia a construção de narrativas que legitimassem o domínio português sobre terras e povos distantes. A crônica, portanto, desempenha um papel fundamental nesse processo, funcionando como um instrumento de propaganda que reforçava tanto a imagem do Infante Dom Henrique como visionário quanto a ideia de que as conquistas portuguesas eram uma missão divina e civilizatória.

A linguagem utilizada por Azurara é intencionalmente rica e ornamentada, refletindo o estilo retórico característico da historiografia medieval e renascentista. Ele recorre a figuras de linguagem, metáforas e hipérboles para enaltecer os feitos dos navegadores portugueses, construindo uma narrativa heroica que celebra o valor, a coragem e a determinação dos homens envolvidos nas expedições. A escolha estilística não é apenas estética, mas também funcional: ela busca inspirar admiração e orgulho, enquanto legitima as ações descritas.

Ademais, Azurara não só documenta os eventos, mas os transforma em episódios épicos, nos quais os navegadores são apresentados como agentes do destino, cumprindo uma missão divina e enfrentando desafios sobre-humanos. Essa forma de mencionar as navegações e o domínio português insere a crônica em uma tradição literária que glorifica o heroísmo, aproximando-a de obras clássicas como a *Eneida*, de Virgílio, e as *Crônicas de Froissart*, que também misturam história e epopeia. A construção do heroísmo em *Crônica do Descobrimento e Conquista de Guiné* é particularmente evidente na figura do Infante Dom Henrique, apresentado como o grande arquiteto das expedições. O cronista o descreve como um visionário, movido por um desejo de glória e por uma profunda fé religiosa, reforçando, conseqüentemente, sua posição histórica como o "pai das navegações" e sua imagem como um modelo de virtude e liderança.

Como cronista oficial, Azurara estrutura sua narrativa para enaltecer o heroísmo português e justificar as ações dos conquistadores, atribuindo-lhes motivações religiosas, como a propagação do cristianismo, e utilitárias, como o impulso ao comércio de ouro, especiarias e escravizados. Assim, a obra constrói uma

visão glorificada das expedições, ofuscando as tensões éticas e os impactos sobre as populações locais.

De forma semelhante, um dos aspectos mais emblemáticos da *Crônica do Descobrimento e Conquista de Guiné* é a maneira como retrata os povos africanos e as culturas locais. Azurara utiliza uma linguagem que reflete tanto a curiosidade quanto a superioridade percebida dos portugueses em relação aos outros. Essa *exotização* tem uma função estratégica: ao descrever os povos como "bárbaros", "primitivos" ou "necessitados de conversão", o autor reforça a legitimidade das ações portuguesas e a necessidade de submissão cultural e religiosa das comunidades invadidas. Particularmente significativa é a representação das mulheres, que são frequentemente descritas por sua beleza física e pelo fascínio que exerciam sobre os colonizadores. A visão erotizada não só reforça a *alteridade* feminina, mas também a associa ao desejo de conquista. Logo, o corpo da mulher, passa a tornar-se território alheio, sucateado e explorado. Assim como a terra era descrita como fértil, generosa e à disposição dos colonizadores, as mulheres eram apresentadas como figuras passivas, à espera de seus senhores. Tal associação as realocava às metáforas da colonização: a terra era tomada, a mulher era apossada e ao dominador endereçava-se a hierarquia do poder.

Portanto, a descrição das mulheres africanas vai além de uma mera curiosidade cultural; ela se torna um símbolo da alteridade contagiosa e distorcida. As vítimas, frequentemente apresentadas como objetos de desejo e tendo suas intimidades descritas em detalhes, são silenciadas. Na *Crônica do Descobrimento e Conquista de Guiné*, a *exotização* manifesta-se na descrição de suas roupas, adornos e práticas culturais, frequentemente apresentadas como "estranhas" ou "místicas". Essa abordagem reduzia sua identidade cultural a um grande espetáculo para os olhos europeus que as desumanizava, isto é, destituía-as de qualquer traço de resistência ou autonomia.

Assim como acontece com os outros relatos das invasões europeias, a *Crônica*, permeada por uma visão erotizada, aproxima-se de um discurso mais amplo que associa a conquista territorial à conquista sexual. A narrativa de Azurara reflete a instrumentalização dessas mulheres, cuja representação literária reforça a legitimidade da colonização. A erotização também desempenha um papel funcional,

ajudando a justificar a violência sexual como parte da dinâmica de poder e submissão. A narrativa de Azurara revela subtextos que naturalizam a violência e o projeto colonial. Ao transformar as mulheres nativas em objetos de curiosidade e desejo, as crônicas ajudam a consolidar a ideia de superioridade europeia, justificando moral e simbolicamente a subjugação.

Em diálogo com a *Crônica do Descobrimento e Conquista de Guiné*¹²³, Bartolomé de las Casas, frade dominicano espanhol, em sua obra *Brevísima Relación de la Destrucción de las Indias*¹²⁴, escrita provavelmente entre 1527 e 1561 enquanto o autor se dedicava à sua obra maior, *Historia de las Indias*, apresenta um relato detalhado e chocante sobre as atrocidades cometidas pelos colonizadores espanhóis contra os povos indígenas das Américas. A obra, na verdade, é uma leitura do *Diário de Colombo*¹²⁵, cuja cópia do original Las Casas teve acesso no tempo em que viveu no Mosteiro de São Paulo, em Sevilha. É importante sinalizar que o autor mescla fragmentos do *Diário de Colombo* às próprias interpretações e comentários. Nesse ponto, Hulme (1986) indica que não devemos tomar o texto de Las Casas por sua opacidade, isto é, por caracterizar-se como sendo reprodução da cópia de um relato perdido, permeado, portanto de camadas textuais em que perguntas etnográficas e linguísticas poderiam ser questionadas. A *Brevísima Relación de la Destrucción de las Indias* precisa ser examinada em sua imanência, na qual partes profundas de discursos históricos sobrevivem. Assim, a problemática que advém da confiabilidade histórica cede lugar para estruturas e narrativas submersas que permeiam as escolhas vocabulares e a construção narrativa.

Considerado um dos primeiros defensores dos direitos dos nativos, Las Casas assume a tonalidade de denúncia e o apelo à moralidade cristã e aos governantes espanhóis. Sua obra é estruturada em trinta capítulos que cobrem diferentes regiões e eventos, destacando massacres e destruição cultural e econômica infligidos aos povos indígenas que habitavam as diversas regiões devastadas pela política

¹²³ ZURARA, Gomes Eanes de. *Crônica do Descobrimento e Conquista de Guiné*. [c.1453]. Manuscrito. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa.

¹²⁴ LAS CASAS, Bartolomé de. *Brevísima relación de la destrucción de las Indias*. Sevilla: Sebastián Trujillo, 1552.

¹²⁵ Colombo escreveu o diário durante as viagens expeditórias às Américas (1492-1493). A forma original do documento perdeu-se e o que conhecemos hoje é a transcrição e releitura de Las Casas. O manuscrito permaneceu desconhecido por muito tempo até ser identificado e publicado por primeira vez no século XIX.

expansionista espanhola, incluindo La Española (atual Haiti e República Dominicana), Cuba, México, Terra Firme e o Novo Reino de Granada. O cronista, com uma linguagem hiperbólica, denuncia a gravidade das acusações e captura a atenção do público. Concomitantemente, combina experiência pessoal com relatos de testemunhas oculares para expor a crueldade dos colonizadores e a devastação resultante. Las Casas descreve eventos que, em sua dimensão catastrófica, parecem quase inacreditáveis: populações inteiras exterminadas, regiões despovoadas e atos de crueldade desmedida. Indubitavelmente, sua intenção era clara: causar impacto emocional, moral e político a fim de incutir mudanças. A estrutura do texto, com capítulos curtos e relatos impactantes, visa facilitar sua circulação e leitura em um contexto em que as informações eram frequentemente compartilhadas oralmente. A obra, portanto, funciona tanto como um registro histórico quanto como um apelo propagandístico.

Hulme (1986) menciona o caráter singular da *Brevísima Relación de la Destrucción de las Indias* que expõe a resposta de Colombo frente aos estímulos da viagem e, de igual modo, desnuda as fantasias e os mistérios da mentalidade europeia em relação ao Oriente, tornando-se, pois, um genuíno palimpsesto no qual discursos clássicos sobre o “outro” e tradições literárias contrastam a dicotomia *civilização* e *barbárie*. Hulme (1986) destaca que as expectativas do almirante colidem com aquilo que é encontrado no Caribe: comunidades que não se encaixam no *imaginário* europeu de civilizações “avançadas”, como aquelas descritas, por exemplo, por Marco Polo. Igualmente, a visão herodotiana de selvageria que abrange a disputa por terras e a luta contra indígenas, dialoga perfeitamente com o expansionismo castelhano que já havia dado início aos objetivos ultramarinos com a invasão das Ilhas Canárias e posterior subjugação de suas comunidades nativas.

Brevísima Relación de la Destrucción de las Indias situa a inocência e a virtude dos indígenas em contraste com a ganância e brutalidade dos espanhóis, criando uma narrativa poderosa que, ao mesmo tempo, elogia a cultura nativa e condena a exploração. Na crônica, por um lado, os espanhóis são descritos como “lobos, tigres e leões”, metáforas que simbolizam a ferocidade, a ganância e a brutalidade da conquista. Por outro, os indígenas são “ovelhas mansas”, metáfora que enfatiza sua inocência e vulnerabilidade. Essa retórica maniqueísta é uma escolha

deliberada para intensificar o impacto moral de suas denúncias, retratando os espanhóis como agentes do caos e da destruição e os indígenas como vítimas de uma violência sem precedentes. Embora a dicotomia enfatize a desumanização dos colonizadores, ela também reflete um idealismo que reduz a complexidade das culturas indígenas a uma visão utópica. Las Casas retrata os povos nativos como exemplos de pureza moral e social, negligenciando suas diversidades culturais e formas de resistência. Por conseguinte, essa idealização serviu a um propósito duplo e estratégico: reforçar a urgência de proteger os indígenas criticando as práticas coloniais e perpetuar a imagem dos nativos como incapazes de se defender ou agir por conta própria.

Um aspecto central e muitas vezes negligenciado no contexto da obra é a *exotização* da mulher indígena caribenha, tanto pela narrativa dos colonizadores quanto pela estrutura simbólica da própria crítica de Las Casas. Para os colonizadores, as mulheres indígenas simbolizavam a sensualidade e o exotismo de um "paraíso terrestre" idealizado. Essa visão contribuiu para sua objetificação, transformando-as em alvos primários de violência sexual e dominação cultural. A exotização das mulheres indígenas é um microcosmo das dinâmicas de poder mais amplas que definiram o projeto colonial. A dominação sexual e a objetificação das mulheres caribenhas foram ferramentas cruciais para afirmar o controle europeu, contribuindo para a desumanização e a hierarquização das relações de gênero e raça.

As mulheres indígenas, ao serem reduzidas a símbolos de fragilidade ou erotismo, tiveram suas identidades e vozes silenciadas tanto nas narrativas dos colonizadores quanto nas críticas, como as de Las Casas. Essa dinâmica revela como o colonialismo não apenas destruiu culturas, mas também reconfigurou os papéis de gênero para sustentar sua lógica de exploração. Na visão de Las Casas, as mulheres indígenas aparecem como vítimas simbólicas da destruição moral e social imposta pela colonização. Ele descreve frequentemente os abusos sofridos por elas para ilustrar o caráter desumano dos colonizadores. Contudo, ao apresentar essas mulheres como figuras frágeis e passivas, sua narrativa reforça o estereótipo de submissão, que foi instrumentalizado para justificar a dominação masculina e colonial.

O processo de *exotização* reforçou narrativas coloniais que romantizavam a conquista como um encontro entre civilizações "superiores" e "inferiores". A

idealização da mulher indígena caribenha como parte de um "éden perdido" é emblemática de como o colonialismo manipula gênero e etnicidade para sustentar sua lógica de poder. A *exotização* também teve o efeito de silenciar suas vozes, relegando-as ao domínio das construções europeias sobre o "outro". Elas se tornaram parte de um *imaginário* colonial que se posicionava como figuras liminares: ao mesmo tempo parte da terra a ser explorada e separada de sua humanidade plena. Essa construção simbólica serviu para sustentar as dinâmicas de dominação, apagando as nuances de suas identidades e histórias individuais. Las Casas, em sua tentativa de humanizar os indígenas aos olhos dos europeus, acabou contribuindo para esse silenciamento ao não explorar as dimensões de resistência, autonomia e agências dessas mulheres. Sua narrativa, ainda que moralmente alinhada com a defesa dos direitos indígenas, perpetuou o papel das mulheres como representações estáticas de sofrimento e perda.

Ao contextualizar a *Brevíssima Relação da Destruição das Índias*, é evidente que a obra é tanto um testemunho da violência colonial quanto um instrumento retórico para influenciar a política espanhola. Sua estrutura e linguagem criam um documento poderoso, que continua a ser um marco nos debates sobre direitos humanos, colonialismo e justiça. No entanto, a obra também revela as limitações da sua perspectiva, particularmente na idealização dos indígenas e na visão paternalista de sua proteção. Consequentemente, expandir a leitura crítica de Las Casas exige considerar tanto sua contribuição como defensor dos direitos dos povos indígenas quanto os limites de sua visão. Sua denúncia, embora profundamente ética, foi moldada pelas dinâmicas de poder e pelas concepções eurocêntricas de seu tempo, que reduziam a complexidade dos povos a olhares estereotipados. Isso destaca a importância de abordar seu legado com uma perspectiva crítica e contextualizada, confirmando tanto sua relevância histórica quanto as questões que permanecem abertas sobre a representação e a justiça para os povos indígenas.

Embora muitas vezes acusado de exagero e hipérbole, Las Casas utiliza uma linguagem vívida e uma retórica inflamável para captar a atenção do leitor e gerar indignação. Seu objetivo era claro: pressionar o governo espanhol para implementar leis mais humanas e cessar as práticas de exploração e violência. A obra teve um impacto significativo na Europa, alimentando o debate sobre os direitos dos indígenas

que contestava as práticas tirânicas das potências europeias. O cronista foi pioneiro no que hoje chamamos de *indigenismo*, defendendo os direitos e a dignidade dos povos indígenas em um contexto de exploração brutal.

Além disso, a *exotização* das mulheres indígenas caribenhas tem implicações que transcendem o período colonial, ecoando em práticas e narrativas contemporâneas que continuam a reduzi-las a noções de fragilidade e erotismo. Esse legado colonial persiste em discursos culturais, sociais e políticos que desumanizam e marginalizam minorias. Portanto, estudar a *Brevíssima Relação da Destruição das Índias* sob a ótica do *gênero* permite uma análise mais rica e crítica de sua contribuição histórica. Embora sua denúncia tenha sido pioneira na exposição das atrocidades coloniais, suas limitações em abordar as mulheres indígenas como sujeitos independentes revelam as contradições de um humanismo que, muitas vezes, se sustentava em suposições patriarcais e eurocêntricas.

Conforme discutimos na presente seção, *as cartas* e crônicas dos europeus vão além de suas funções literárias para se posicionarem como documentos essenciais à compreensão dos discursos que sustentaram e legitimaram o colonialismo europeu. As obras são testemunhos eloquentes das dinâmicas simbólicas e práticas que estruturaram a dominação colonial, revelando como a conquista territorial e cultural foi inseparável da exploração de corpos, identidades e culturas. Nesse contexto, a *exotização* das mulheres indígenas desempenha um papel central, operando como uma ferramenta narrativa para consolidar o poder europeu, ao mesmo tempo em que silencia e desumaniza os sujeitos que foram colocados na posição de dominados.

A instrumentalização do *gênero* e da moralidade nos textos coloniais analisados possui implicações profundas na consolidação do projeto colonial. Ao retratar as mulheres como figuras a serem resgatadas ou protegidas, essas narrativas justificam a violência cultural e sexual como parte de uma missão civilizatória. Essa abordagem não só legitima a exploração, mas também suprime vozes, reduzindo-as a símbolos de fragilidade. Ademais, tais representações reforçam a superioridade europeia ao descrever as culturas indígenas como primitivas e carentes de civilização. O controle sobre os corpos femininos tornou-se uma metáfora para o domínio territorial e cultural, consolidando a ideia de que a conquista era uma obrigação moral

e religiosa. A subjugação das mulheres indígenas, ao ser romantizada ou justificada pela moral cristã, apagou suas histórias, resistências e agências, perpetuando imagens distorcidas que ainda ecoam em narrativas contemporâneas.

Nas narrativas históricas, portanto, os corpos das mulheres conectam-se à apropriação da terra. Essa lógica situa-as dentro de um discurso de inocência, fertilidade natural e satisfação sexual. Assim como a terra, elas são vistas como recursos que precisam ser possuídos, moldados e explorados em nome da civilização e da cristianização. A relação entre gênero e território opera como um mecanismo para certificar o despotismo e a violência. Portanto, gênero e moralidade não foram somente elementos acessórios nas narrativas coloniais, mas pilares estruturais que sustentaram a lógica de exploração e subordinação. Essas ferramentas discursivas contribuíram para moldar o *imaginário* europeu sobre as Américas, ao mesmo tempo em que justificaram as práticas violentas e os genocídios que definiram o processo de colonização.

A representação das mulheres indígenas como figuras exóticas, submissas ou desejáveis não é meramente um detalhe narrativo; ela encapsula as ideologias que moldaram as práticas coloniais e perpetuaram desigualdades e tensões. As mulheres, delimitadas como metáforas do próprio território, tiveram suas identidades apagadas e suas histórias reescritas sob a lente do colonizador. Os textos dos invasores legitimam a violência simbólica e física contra elas, apresentando a opressão como componente natural e necessário do processo civilizatório. No entanto, o valor enquanto documentos históricos reside também em sua capacidade de revelar os mecanismos de construção das narrativas. Quando revisitados com um olhar crítico, esses textos nos oferecem a oportunidade de dismantelar as estruturas ideológicas que sustentaram o colonialismo, permitindo que vozes abafadas possam emergir. Ao analisar as omissões e distorções do texto, temos a chance de reimaginar a história de maneira mais justa e inclusiva, valorizando as experiências e resistências daqueles que foram sistematicamente suprimidos.

3.2 COLONIALIDADE E DESUMANIZAÇÃO: O CORPO COMO EXTENSÃO DO TERRITÓRIO

Donde habito,

Habito en la “zona del no-ser”¹²⁶,
pues soy chola, indígena, mestiza
porque hablo quechua
porque creo en los Apus, la
Pachamama, el dios Inti
porque mis saberes no son
europeos.

Habito en la “zona del no-ser”,
cuando dicen que como “interna”
sirvo para cuidar
cuando dicen que soy del “Tercer
mundo”
cuando dicen “yo sé lo que
necesitas”
cuando dicen que me integre.

Habito en la “zona del no-ser”,
cuando soy objeto de
investigación
cuando soy una estadística más
cuando soy “la otra sin papeles”
cuando dicen que soy subalterna.
(Ronquillo Peña, *In: Bidezvide*,
2021)

O poema “Donde habito”, de Ronquillo Peña (2021), descortina a realidade da mulher indígena, mestiça e subalterna, que habita a “zona do não-ser”: um lugar de marginalização, exclusão e desumanização. Trata-se de um espaço não apenas geográfico, mas também simbólico, no qual a identidade da mulher é apagada e reduzida pelos mecanismos de dominação social e cultural impostos pelos dominadores. De maneira análoga, no contexto da colonização, o corpo da mulher, constantemente explorado como território a ser conquistado e reconfigurado, também é despojado de sua autonomia e significado. Conforme discorreremos no decorrer da tese, as terras invadidas e as mulheres subjugadas pela política de expansão territorial

¹²⁶ A poeta sinaliza que a expressão entre aspas é de autoria de Frantz Fanon.

européia compartilham a dor e a ameaça de seu mútuo esgotamento. No *imaginário* europeu, as ilhas-continentes e os continentes-ilhas, ambos divinos e demoníacos, encontravam braços, fôlegos e corações nas vértebras das mulheres indígenas e africanas. Em um primeiro momento, não lhes restava nada além de se render aos valores patriarcais ou reinventar-se rumo ao intangível. Como metáforas da terra, seus corpos férteis e nus tornavam-se alvo das apropriações imperialistas. O *maravilhoso* e o *selvagem* se materializavam nas bocas carnívoras dos invasores, nas relações putrefatas de poder e dominação. Sob os olhos dos colonizadores, que as tratavam como meros pedaços de carne, imputava-se às mulheres o desterro de si mesmas. Assim tornavam-se ilhas-mulheres e mulheres-ilhas em busca de seus continentes, ora de dentro, ora de fora, mas sempre à deriva de seu ressurgimento.

Nesse entrelaçar de domínios e corpos, as mulheres, retiradas de suas raízes e condicionadas às regras que lhes negavam o pertencimento, plantavam em seu útero a inquietação e a pólvora: a busca subjetiva e física pela permanência. Enquanto os invasores e os traficantes de corpos impunham suas fronteiras, as mulheres costuravam os tecidos de resistência, luta e reinvenção, projetados para enfrentar as brechas do patriarcado e as feridas inculcadas pela colonização. Urge reconhecer, tanto em nossa pesquisa quanto no contexto das colônias, a necessidade de uma abordagem teórica que coloque as mulheres no centro das relações de poder e opressão.

Sendo assim, analisaremos nessa seção três obras importantes para repensarmos os sistemas de colonialidade e desumanização imbricados nas relações de poder e identidade impactados pela máquina imperialista, como o Caribe e a costa africana. *The Hills of Hebron* (Wynter, 1962); *Caliban and the Witch: Women, the Body and Primitive Accumulation* (Federici, 2004); *Thieving Sugar: Eroticism between Women in Caribbean Literature* (Tinsley, 2010). Em tais obras, as autoras convergem ao destacar a dupla função do sistema coloquial: ferramentas de opressão e descoberta para resistência e criação de novas epistemologias.

Wynter (1962) introduz os conceitos de *terras demoníacas* e *terrenos demoníacos* para descrever os espaços marginais de exclusão criados pela colonialidade. Para ela, esses locais, mais do que espaços de ausência, carregam um potencial transformador. A pesquisadora argumenta que essas geografias físicas e

simbólicas, que relegam mulheres negras a uma posição de "não-humanidade", são também terrenos férteis para insurgências criativas e práticas alternativas de resistência epistemológica. Em seu pós-escrito, Wynter (1990) recorre à figura literária de Caliban e ao apagamento de "mulher de Caliban" em *A Tempestade de Shakespeare* para ilustrar a exclusão deliberada das mulheres negras nas narrativas coloniais. Esses terrenos demoníacos simbolizam tanto o confinamento imposto pela colonialidade quanto a possibilidade de subverter as categorias hegemônicas e criar narrativas identitárias.

Nas palavras de Araújo (2023), Wynter (1962) confronta as estruturas hegemônicas da modernidade ao expor como o colonialismo define o conceito de "humano" com base em parâmetros brancos, masculinos, cisgêneros e heterossexuais. Nesse contexto, os corpos negros e femininos foram sistematicamente posicionados como "não-humanos". O conceito de *terras demoníacas*, citado por Araújo (2023), encapsula não apenas o espaço de exclusão imposto por essa lógica, mas também o potencial de insurgência presente nessas margens. Wynter (1962) reivindica esses espaços como terrenos de recriação epistemológica, capazes de abrigar o surgimento de novas subjetividades.

De forma complementar, Wynter (1962; 1990) amplia o debate sobre a descolonização ao propor uma crítica estrutural às categorias de conhecimento que sustentam o colonialismo e a modernidade ocidental. Para ela, a noção de "humano", construída pela modernidade, é intrinsecamente excludente, definida em oposição ao "não-humano", frequentemente representado por corpos racializados e femininos. O conceito de *terras demoníacas*, nesse sentido, descreve os espaços de exclusão criados pela empresa colonial, que relegou mulheres à periferia da humanidade e do conhecimento. Entretanto, essas margens, segundo Wynter (1962), também são férteis para a insurreição, permitindo que indivíduos destituídos de humanização desenvolvam expressões artísticas e científicas que desafiam o olhar hegemônico. Essas práticas contrastam com o universalismo eurocêntrico, que confina comunidades racializadas e femininas à *zona de não-ser* (Fanon, 1952, 1961), reafirmando sua exclusão.

Federici em *Caliban and the Witch: Women, the Body and Primitive Accumulation* (2004), reinterpreta a transição do feudalismo para o capitalismo sob

uma perspectiva feminista, apresentando um relato histórico que desafia as interpretações marxistas clássicas ao evidenciar como as mulheres foram profundamente afetadas e moldadas por esse processo. A autora analisa a caça às bruxas na Europa dos séculos XVI e XVII, destacando-a como um evento central na formação do capitalismo. Ela argumenta que essas perseguições não foram meramente episódios de histeria coletiva, mas ferramentas deliberadas de controle social utilizadas para consolidar um novo regime patriarcal. Na Imagem 8, a figura feminina idosa, com roupas pesadas e um cajado, remete à ideia de uma figura alegórica, decadente e ameaçadora. No alto da composição, um ser híbrido com chifres de veado parece coroá-la. Muitas mulheres acusadas e processadas por bruxaria eram economicamente vulneráveis e mais idosas, dependendo, portanto, de outrem para sobreviver. A perseguição a tais indivíduos transformou sua sabedoria e seu conhecimento ancestral em símbolos de escrutínio e vilania.

Imagem 8 - Xilogravura em Maximilino I, Der WeiBkuing (1516)



Federici (2017, p.356).

Hans Burgkmair, [sem título], xilogravura [detalhe] em Maximiliano I, Der WeiBkuning (1516).

Assim, Federici (2004) relaciona a caça às bruxas à expropriação de terras e à imposição de uma nova divisão sexual do trabalho, que confinou as mulheres ao trabalho reprodutivo e ao trabalho não remunerado, ambos essenciais para a acumulação de capital. A autora amplia essa análise ao conectar a exploração feminina ao colonialismo e à escravização, demonstrando como o controle sobre o corpo feminino e o trabalho das mulheres foi central para o desenvolvimento do capitalismo global e, lamentavelmente, continua sendo um instrumento de manutenção de sistemas de exploração.

Concomitantemente, Federici (2004) apresenta uma crítica incisiva às interpretações marxistas clássicas, questionando a visão de que o capitalismo representa uma etapa histórica inevitável e progressiva rumo à emancipação humana. Para ela, a transição ao capitalismo não apenas aprofundou a exploração da classe trabalhadora, mas também consolidou uma ordem patriarcal mais violenta e estruturalmente opressora, que definiu o papel das mulheres na sociedade capitalista. Essa transformação, segundo a autora, não foi um efeito colateral no processo econômico, mas parte intrínseca e planejada de sua consolidação. Federici argumenta que a apropriação do trabalho reprodutivo pelas estruturas capitalistas foi um elemento cervical dessa mudança. A esfera reprodutiva, historicamente atribuída às mulheres, foi relegada ao espaço doméstico, invisibilizada e sistematicamente desvalorizada, mas permaneceu essencial para a reprodução da força de trabalho e, conseqüentemente, para o fortalecimento da economia. Assim, o capitalismo subordinou esse trabalho à lógica do lucro e o naturalizou como parte do "destino biológico" das mulheres, desumanizando e deslegitimando sua contribuição enquanto trabalho socialmente relevante. Na imagem 9, uma mulher indígena é obrigada a dedicar-se à tecelagem, enquanto o religioso, em posição dominante e de pé, monitora o trabalho.

Imagem 9 – Mulher andina obrigada por padre a trabalhar na tecelagem



Fonte: Ayala (1980, p.11).
 Imagem produzida em 1615 por Felipe Guaman Poma de Ayala, em seu manuscrito *Nueva crónica y buen gobierno*.

Esse processo de apropriação foi articulado por meio de uma "guerra contra as mulheres", exemplificada de forma mais contundente pela caça às bruxas. Federici (2004) reconstrói esse episódio histórico como uma campanha deliberada e sistemática de repressão, destinada a destruir conhecimentos e práticas femininas associadas à autonomia, como a medicina tradicional, o controle reprodutivo e a independência econômica. A perseguição às mulheres foi uma ferramenta de disciplinamento social e político, projetada para alinhá-las às demandas do capitalismo emergente.

A violência estrutural desempenhou um papel essencial na criação de uma nova divisão sexual do trabalho. Excluídas dos espaços de trabalho assalariado e subordinadas ao papel de trabalhadoras reprodutivas, as mulheres foram confinadas a uma posição que consolidou o regime patriarcal ainda vigente na contemporaneidade. Essa domesticação restringiu a autonomia feminina e reforçou hierarquias de gênero como pilares do sistema econômico. Esse processo, foi mascarado, especialmente durante os séculos das invasões, por narrativas que associavam a suposta inferioridade feminina à sua "natureza" biológica: uma construção ideológica que legitimou os próprios mecanismos que as afastaram do poder. Essas narrativas, profundamente enraizadas, dividiram a classe trabalhadora ao longo de linhas de gênero e enfraqueceram as resistências coletivas, consolidando o poder das elites econômicas.

De forma análoga, Federici (2004) destaca o papel ativo do Estado e das instituições emergentes do mercado na promoção e na perpetuação da caça às bruxas. Leis e políticas foram criadas para criminalizar práticas associadas às mulheres, enquanto a violência institucional atuou para reforçar sua exclusão do espaço público. O corpo feminino tornou-se um recurso explorável, subordinado às demandas de reprodução da força de trabalho, ao mesmo tempo em que sua autonomia era sistematicamente negada. O capitalismo utilizou o colonialismo para expandir a lógica de expropriação que já estava em curso na Europa. Nas colônias, a destruição das terras comunais e a imposição de novas relações de trabalho foram acompanhadas pela redefinição dos papéis de gênero. Mulheres indígenas e africanas escravizadas foram exploradas como produtoras de força de trabalho,

cuidadoras e reprodutoras, desempenhando funções essenciais para sustentar tanto as economias coloniais quanto os sistemas sociais dos invasores e dos colonizadores.

A autora interliga a violência praticada contra as mulheres na Europa ao surgimento de estruturas coloniais, traçando paralelos entre a demonização das mulheres europeias e a desumanização de populações indígenas e africanas nas colônias. Assim como as bruxas eram vistas como ameaças à ordem social e econômica, as mulheres *racializadas* foram retratadas como figuras "selvagens" e perigosas, justificando sua exploração brutal. A opressão de gênero entrelaçou-se com as dinâmicas do colonialismo e da mão de obra cativa, consolidando uma rede atlântica de domínio. Historicamente, a Europa conectou-se ao chamado Novo Mundo levando consigo a lógica do extermínio ou do adestramento das bruxas, não como um fenômeno isolado, mas como parte de um plano universal de usurpação. Essa perspectiva refuta interpretações eurocêntricas do capitalismo e evidencia sua dependência de estruturas de exploração racial e de gênero.

Em vista disso, a demonização das mulheres na Europa e a desumanização de mulheres indígenas e africanas nas colônias foram expressões de uma mesma lógica patriarcal. No continente europeu, as mulheres perseguidas como bruxas eram, frequentemente, aquelas que detinham saberes tradicionais, desafiavam normas sociais ou resistiam à crescente autoridade estatal e eclesiástica. De forma semelhante, mulheres indígenas e africanas escravizadas foram retratadas como figuras primitivas, irracionais ou perigosas, justificando a violência contra elas. Essas mulheres, tanto na Europa quanto nas colônias, representavam um obstáculo às novas formas de poder impostas pelo capitalismo. Como destaca Federici (2004), o controle sobre os corpos e os saberes femininos foi fundamental para transformar tanto a força de trabalho quanto as populações invadidas e colonizadas em recursos manejáveis. Dessa forma, a caça às bruxas e a opressão das mulheres nas colônias devem ser entendidas como estratégias complementares na consolidação do sistema capitalista de mercado que envolveu, e se baseou em uma lógica de expropriação, controle, abuso e terror.

Em decorrência disso, a colonização não se limitou à exploração de recursos naturais e forças de trabalho, mas também impôs novas hierarquias de gênero e destruiu estruturas sociais indígenas. Mulheres indígenas, que frequentemente

ocupavam posições centrais em suas comunidades, como líderes, curandeiras ou guardiãs de saberes tradicionais, tornaram-se alvos de esforços sistemáticos para deslegitimar e suprimir essas práticas. Assim, foram forçadas a assumir papéis subordinados dentro da ordem patriarcal europeia imposta pelo colonialismo.

Em *Thieving Sugar: Eroticism between Women in Caribbean Literature* (2010), Tinsley investiga como a colonização no Caribe relegou corpos negros, especialmente os femininos, à exploração e desumanização. No entanto, a autora destaca como esses corpos se tornaram veículos de resistência cultural e erótica. O "roubo de açúcar" emerge como uma metáfora multifacetada, representando tanto a exploração histórica do trabalho escravizado quanto as formas criativas de subversão e agência, nas quais o erotismo ocupa um papel central. A metáfora sugere que, mesmo nos espaços mais opressivos, as mulheres caribenhas encontraram modos de resistir e transformar suas condições. Tinsley (2010) ressignifica o erotismo das mulheres caribenhas reescrevendo-o como um ato profundamente político e subversivo. Longe de ser apenas uma expressão de desejo íntimo, ele desafia normas patriarcais, coloniais e heteronormativas. A autora analisa práticas culturais, como o *trabalho mati* no Suriname, que desestabilizam categorias eurocêntricas de gênero e sexualidade, criando espaços alternativos de solidariedade e autonomia. Por meio do desejo e da subversão, as mulheres caribenhas redefinem suas identidades e contestam diretamente as estruturas opressivas que tentam silenciá-las.

Tinsley (2010) conecta as paisagens caribenhas – os campos de cana-de-açúcar e o mar – às narrativas de resistência e subversão erótica. Esses espaços, tradicionalmente associados à *plantation* e à violência histórica, são ressignificados como locais de criação, desejo e solidariedade entre mulheres. Na análise da pesquisadora, os campos de cana-de-açúcar, marcados pelo trabalho forçado e pela desumanização durante o período escravocrata, tornam-se arenas de resistência erótica e política. Incorporando a metáfora do "roubo de açúcar", as mulheres transformaram, subjetivamente, as *plantations* em espaços de empoderamento. Essa ressignificação desafiou narrativas coloniais que aprisionaram os corpos negros e indígenas em funções econômicas, evidenciando que esses corpos também foram agentes com vozes próprias e forças psicomotoras. Paralelamente, o mar, presença constante na literatura caribenha, simboliza a fluidez e a capacidade de

transcendência, contrapondo com a solidez dos campos de cana-de-açúcar. A ondulação das águas redefine a liberdade, a conexão e a recriação identitária. Assim, o erotismo sugere que o desejo e a subversão ultrapassam os muros coloniais e geram pertencimento e expressão.

Os pressupostos de Wynter (1962; 1990), Federici (2004), Tinsley (2010) oferecem análises interseccionais que exploram como *colonialidade*, *capitalismo*, *gênero*, *raça* e *sexualidade* estruturaram desigualdades históricas e contemporâneas. Embora cada autora aborde questões específicas, suas obras convergem ao desestabilizar narrativas dominantes e propor epistemologias insurgentes que reconhecem o potencial transformador das experiências marginalizadas. Federici (2004) argumenta que o capitalismo consolidou o patriarcado por meio da redefinição do papel das mulheres, sem transformar as relações socioeconômicas de forma emancipatória. Durante a transição do feudalismo para o capitalismo, a caça às bruxas foi empregada para suprimir conhecimentos femininos sobre reprodução, saúde e autonomia corporal. As mulheres foram confinadas ao trabalho reprodutivo, essencial, porém invisibilizado, criando uma divisão sexual do trabalho que naturalizou sua exploração e à tentativa de seu apagamento. Sem o trabalho reprodutivo, a acumulação primitiva do capitalismo teria sido inviável, evidenciando que a desumanização feminina foi estruturante para o sistema capitalista. Wynter (1962) introduz o conceito de *terras demoníacas* como espaços referenciais e duplos, de desumanização (exclusão antológica) e criatividade libertária. Os corpos negros femininos, embora alvos de opressão, envolvem potências. Assim como Wynter (1962; 1990), Federici (2004) identifica a exclusão das mulheres das categorias de produção econômica e do poder como central para o giro capital. Esse confinamento ao espaço doméstico e reprodutivo ressoa com as análises de Tinsley (2010), que revela como as normas de gênero e sexualidade limitaram as mulheres caribenhas. Tinsley (2010) ressignifica o corpo feminino caribenho, uma vez que o erotismo desestabiliza normas heteronormativas e patriarcais, transformando a intimidade em uma linguagem política que promove a *reumanização* por meio do próprio desejo outrora relegado aos homens.

Os textos de Wynter (1962; 1990), Federici (2004) e Tinsley (2010) oferecem uma crítica abrangente às dinâmicas globais de opressão e exclusão, como também

abrem caminhos para práticas de resistência e criação subversiva. Juntas, suas análises nos convidam a repensar o corpo, o território e o saber como eixos centrais de luta e transformação. Tais abordagens interseccionais iluminam novas formas de pertencimento, solidariedade e justiça, que desafiam hierarquias. Elas não apenas criticam o passado e o presente, mas de igual modo assinalam um futuro em que epistemologias *decoloniais* e insurgentes ocupem o amago das narrativas globais. Este horizonte transformador exige ações que transcendam a teoria, mobilizando práticas que reconheçam e valorizem as contribuições históricas e contemporâneas de vozes marginalizadas.

Mojica (2024) pesquisa como a profunda ligação da imagem da bruxa negra com as próprias artimanhas da escravização se manifesta no processo inquisitorial de Cartagena de Índias¹²⁷, 1618 – 1662. O estudo revela o processo conduzido pelo Santo Ofício contra quatro mulheres, Leonor, Guimar, Polónia e María Linda, oriundas do Golfo da Guiné, acusadas de bruxaria e condenadas em um auto de fé em 1622. Conforme o pesquisador, a identidade da bruxa negra foi fruto de uma construção teológico-política do poderio escravista e foi, assim, uma ferramenta efetiva para o controle social de mulheres escravizadas insurgentes. O Tribunal, em parceria com a Igreja e o Estado, agia sob o terror físico e simbólico. O *imaginário* em torno do corpo feminino negro associava-o ao entendimento de heresia e de demonização.

Nos casos em análise, as mulheres acusadas foram submetidas a múltiplas formas de pressão que as levaram a delatar outras possíveis bruxas. A tortura sistemática levou à invenção de narrativas que se alinhavam aos discursos inquisitoriais e, ao mesmo tempo, suavizavam as penas. Denunciada pelo próprio “senhor”, Leonor, uma das primeiras acusadas, confessou ser bruxa e declarou que, em conjunto com Guiomar, lançou um feitiço sobre outra escravizada, Lorenza, que terminou paralisada. Leonor, ao negar a fé cristã, reconheceu ter beijado as mãos e o traseiro do diabo. Entretanto, ao final, terminou arrependeu-se e colaborou com o Tribunal delatando outras mulheres. Sua condenação consistiu em um ato público de fé e um ano de reclusão com o uso de hábito penitencial. Já Guiomar, não reconheceu,

¹²⁷ Entre os anos de 1595 e 162, Cartagena de Índias foi um dos portos principais de entrada de africanos escravizados nas Américas. No ano de 1610, instalou-se no local o Tribunal da Inquisição que perseguiu portugueses judaizantes e protestantes e, também, controlou práticas espirituais das comunidades negras escravizadas.

inicialmente, nenhuma das acusações. Após a intensa pressão inquisitorial, terminou por mudar de postura e confessou que participava de encontros noturnos com o demônio, onde bruxas se metatransformavam e realizavam rituais. Como forma de diminuir a pena, delatou a cumplicidade de Polónia e de Negro Cosme. No entanto, sua punição foi mais severa, uma vez que foi sentenciada à prisão perpétua nos cárceres secretos da Inquisição. Polónia, por sua vez, resistiu por mais tempo, porém, ao sofrer as terríveis agruras da tortura do *potro de tormento*, confessou o assassinato de um menino, descrevendo que sugou seu sangue pelo umbigo e, em seguida, o cozinhou para uma ceia satânica. Além disso, declarou ter participado de ritos em montanhas distantes, locais em que escravizados conspiravam contra os senhores coloniais. Polónia foi condenada a um ato público de fé e à prisão pelo resto da vida nos presídios secretos. Seu nome, entretanto, desapareceu do registro histórico. María Linda, conhecida como María Mandinga, ao confessar ser bruxa e delatar vários nomes, sofreu consequências semelhantes à Polónia.

Assim como ocorreu no controle patriarcal e no emergente capitalismo na Europa (Federici, 2004), no Caribe os corpos racializados e femininos também sofreram o controle deliberado em prol da supressão de seus conhecimentos e crenças. As mulheres, especialmente negras, disciplinadas e demonizadas pela repressão inquisitorial na Cartagena colonial, foram intimadas à tortura e à confissão, reproduzindo, violentamente, a governança patriarcal e colonialista do terror e da perda de autonomia. Paralelamente, os processos inquisitórios revelam a disseminação das resistências dos escravizados, sobretudo das mulheres que, agenciando sua voz, *roubaram o açúcar* (Tinsley, 2010), insurgindo contra a colonização. Como *terras demoníacas* (Wynter, 1962;1990), Cartagena de Índias carrega exclusão e libertação. Os corpos negros, ainda que sob brutal repressão, conservam forças de reinvenção e transformação. Assim como na transição ao capitalismo das terras europeias, nas *plantations* caribenhas, o assédio e a perseguição às mulheres tornaram-se mecanismos imprescindíveis para a perpetuação e multiplicação da máquina colonial que, além da exploração econômica, buscava a subjugação ontológica.

As histórias de Leonor, Guimar, Polónia e María Linda e de tantas outras mulheres negras escravizadas e acusadas de bruxaria no Caribe e na América Latina,

aproximam-se das histórias de mulheres africanas escravizadas e perseguidas pela Inquisição nas Ilhas Canárias entre os séculos XVI e XVIII. Geremia (2022) estuda a trajetória de Catalina, descrita como *bozale*¹²⁸, julgada pela Inquisição em 1608 por “negar a Deus” e por associar-se ao “diabo dos negros”. Durante seu julgamento, Catalina narrou ter sido capturada na Mina da Guiné e traficada para Cabo Verde e levada às Ilhas Canárias, onde foi vendida para senhores diferentes. Apesar de ter confessado, afirmou nunca ter negado a “Deus”, aliado à incompatibilidade linguística, foi condenada a uma retratação pública por meio da qual se arrependeu das supostas ações; seguida da pena máxima.

Os casos de Catalina, assim como de Leonor, Guiomar, Polónia e María Linda, na Cartagena colonial, exemplificam a instrumentalização do *imaginário* da bruxa como estratégia para o funcionamento da escravatura. De maneira análoga, mulheres africanas das Ilhas Canárias foram levadas aos terríveis julgamentos inquisitoriais, em que suas crenças e línguas foram recebidas como provas de aliança com o demônio. Ao resistirem linguisticamente e culturalmente e desafiarem a hegemonia cristã, essas mulheres ameaçavam a ordem colonial. A interseção entre bruxaria raça e gênero (Federici, 2004) permaneceu no âmago da exploração colonial e foi inegável para a consolidação do sistema capitalista tanto nas ilhas atlânticas, como no continente latino-americano. Tais perseguições não somente atacavam à religiosidade das pessoas escravizadas, mas desarticulavam as redes comunitárias de resistência. No entanto, uma vez mais devemos reconhecer o protagonismo das mulheres perseguidas que, ao resignificarem suas vivências nos espaços da plantação e do mar, reapropriaram-se de suas práticas pessoais e espirituais.

Em particular, nas Ilhas Canárias, conforme Geremia (2022), a imagem da *santiguadora* africana desvela a resiliente capacidade das mulheres negras que, mesmo sob inegável condenação, seguiram com suas iniciativas culturais e espirituais, ajudando a criar conexões históricas simbólicas entre o Atlântico Negro, o Caribe e os continentes americanos. A bruxa negra, portanto, não se restringiu à construção da violência colonial, mas permaneceu por meio da luta, da memória e das novas epistemologias que interseccionaram colonialismo, gênero e espiritualidade.

¹²⁸ Termo de cunho depreciativo utilizado para classificar africanos recém-chegados e que não falavam a língua espanhola com fluência.

Nesse capítulo, vimos como a exploração, o colonialismo e o patriarcado agiram conjuntamente para a desumanização e para o silenciamento das mulheres, em especial das mulheres negras e indígenas. Essa discussão dialoga com as narrativas *Las brujas de la isla del viento*, de Elsa López, e *Os continentes de dentro*, de María Elena Morán, visto que ambas abordam a condição feminina em sociedades permeadas por históricos sistemas coloniais de opressão. Na primeira obra, as trajetórias de Isabel García Pozano, Guadalupe Cárdenas, Natalia Bermúdez e Rebeca Piñeiro revelam o enredo de mulheres institucionalizadas pelo patriarcado e perseguidas sistematicamente por agirem em desacordo com as normas sociais vigentes. Na segunda obra, a história de Aída Rojo, intimamente ligada à escrita e à memória, destaca as consequências da marginalização e da exclusão social, assim como intervém contra o apagamento histórico e intelectual, já que a personagem se apropria de sua história e reivindica o direito à existência.

A vida de Aída em *Os continentes de dentro* articula-se com as de Isabel Ponzano e Guadalupe Cárdenas em *Las brujas de la isla del viento* que, confinadas e amordaçadas sob o disfarce de tratamento médico e psiquiátrico, encontram maneiras de perpetuar-se para além da reprodução da lógica patriarcal (Federici, 2004). Isabel, cuja sensibilidade ao vento foi interpretada como insanidade mental, é internada em um manicômio tendo voz apagada. Guadalupe, sua companheira de instituição, busca compreender a dor de Isabel, assim como o ambiente repressivo no qual foram internadas. Na *Isla del Viento*, a história de Natalia Bermúdez e a Rebeca Piñeiro lança a estética do horror, seja por meio da perseguição direta, seja pela vigilância institucional. Por outro lado, seus passos aliam-se à noção das terras demoníacas de (Wynter, 1962;1990) que ressurgem como espaços germinadores de recriação subjetiva.

A ideia do *roubo do açúcar* como forma de resistência, esmiuçada por Tinsley (2010), também está presente nas duas narrativas em tela. Em *Las brujas de la isla del viento*, o erotismo e a proximidade das mulheres ingressadas na instituição psiquiátrica encarnam caminhos palpáveis, embora muitas vezes silenciosos, de resistência contra a ordens perpetuadas pelo patriarcado. O modo pelo qual Isabel lida com a sua corporeidade e os desejos reprimidos de Guadalupe e de outras personagens realizam a leitura do erotismo como ferramenta para a insurgência, de

modo que o desejo se torna linguagem política contra o apagamento feminino. Já em *Os continentes de Dentro*, Aída Rojo desafia o conceito de sanidade ao reivindicar o próprio discurso. Todas essas figuras, em ambas as histórias, ilustram como mulheres historicamente reprimidas pelas tentativas de morte física e simbólica, transformam-se em potências de luta e reconstrução de toda comunidade.

No último capítulo da presente tese, veremos como essas literaturas contemporâneas escritas por mulheres representantes de espaços insulares e atlânticos, como as Ilhas Canárias, o Caribe e a África, assumem decisiva voz no agenciamento de epistemologias decoloniais. Elsa López e María Elena Morán, portanto, não somente fortalecem o arcabouço literário que entrelaçam as experiências femininas, como também reconstroem identidades sob uma ótica decolonizadora e libertária. O temor de ser esquecida, expressado no poema de López (1982), ecoa nas personagens de *Las bujas de la isla del viento* e *Os continentes de dentro*, que, apesar das tentativas de morte e apagamento, buscam resistir à invisibilidade imposta pela sociedade colonial e patriarcal.

Te he querido, tú bien lo sabes.
 Te he querido y te quiero
 a pesar de ese hilo de luto que me hilvana
 al filo de la tarde.
 Y tengo miedo.
 De la lluvia, del pájaro de nubes,
 del silencio que llevo conmigo a todas partes.
 Tengo miedo a la noche,
 a quedarme encerrada entre alambres
 del sueño,
 a la palabra olvido
 y a tus brazos en forma de barrotes dorados.
 Miedo a recorrer la casa y saberla vacía
 o a quererte, de nuevo, mucho mejor que antes.
 No me abandones en esta larga ausencia.
 Recuerda lo que he sido para ti otros inviernos:
 el tiempo de querernos indefinidamente,
 el mar,
 los barcos que llegaban sin muertos a la orilla,
 el ruido de las olas al fondo de la casa.
 Y el viento,
 recuerda el viento, amor, doblando las esquinas.
 (López, 1982)

4 ELSA LÓPEZ E MARIA ELENA MORÁN: POÉTICAS DE RESISTÊNCIA E UM HORIZONTE DE TRANSFORMAÇÃO

Cuando Gabina se fue volando para Cuba creyó que no tendría el valor suficiente para encontrarse con el marido que ya llevaba más de catorce años emigrado y doce de ellos sin mandarle una sola nota de recuerdo. Quiso averiguar lo que hacía el hombre por aquellas tierras y, con la misma, se dejó el pellejo escondido detrás de unas matas de acebiño cerca del Charco de Los Corderos, cerró los ojos, y montada en una escoba hecha de palma cruzó el Océano Atlántico por primera vez. Fue un viaje corto y sin mayor trascendencia porque Gabina sólo quería conocer el horizonte, ver de cerca el lugar por donde desaparecen los barcos cuando se alejan de la isla, y saber por dónde coño andaba el descarriado de su marido. Cuando averiguó todo lo que quería averiguar, regresó a la casa, se acostó en la cama y descansó durante varios días. Al sábado siguiente, salió decidida a encontrarse con el marido de nuevo pero esta vez haciéndose notar y, si era necesario, diciéndole la verdad sobre su decisión de hacerse bruja para poder volar cuando le viniera en gana y poder estar cerca de él (López, 2006, loc. 433-438).

Lo que estaba claro es que eran especiales. Y era cierto. Que según historias que narraban los majorereros, las brujas de por allí no eran feas, ni viejas, ni pobres, ni resentidas. Volaban porque que era bonito y no les daba miedo atravesar el océano, y, desde luego, no iban a África, que preferían siempre Cuba, Argentina, Brasil o Venezuela; y, además, no eran tan tiquismiquis como las de La Palma que sólo volaban a Cuba, y, como mucho, a Venezuela. Las brujas majoreras eran brujas buenas y protectoras que ayudaban a los desamparados. Eran brujas muy especiales y, cosa rara en ellas, gustaban de hacer favores a los desvalidos. Volaban de un lugar a otro de la isla y de la isla vecina cina dispuestas a hacer favores (López, 2006, loc. 1284-1288).

O que acontece com uma Sereia que não consegue voltar para casa? Nunca vai se sentir confortável. O sentimento de estar fora de lugar é irremediável. Ela vai buscar, buscar, buscar, mas não vai encontrar nada.

E com uma Sentinela de Mar que não cumpra seu trabalho e não volte para casa? Desesperada, não terá a capacidade de manter segredo. Seu fracasso será evidente e sua angústia por não atingir seu objetivo será sua única linguagem (Morán, 2021, p. 54)

Conforme vimos no capítulo 2, o corpo entendido como lócus político, em que opressões sistêmicas se materializam, assimila práticas e articulações de resistência. Ao ressignificarmos identidades desumanizadas, oferecemos uma crítica às hierarquias implementadas pela colonialidade e pelo capitalismo, promovendo

distintas subjetividades que rompem com o universalismo eurocêntrico que deliberadamente sustentou a exploração econômica e social das terras invadidas e colonizadas. A crítica, portanto, às categorias rígidas de humanidade desafia epistemologias dominantes, propõe uma pluralidade de subjetividades e reconhece que práticas culturais marginalizadas são formas legítimas de ser e saber.

Wynter (1962; 1990), Federici (2004) e Tinsley (2010) conectam a paisagem à memória e à identidade, mostrando como *territórios* marcados pela exploração tornam-se locais de recriações simbólicas e culturais. A relação entre paisagem e subjetividade revela como a memória histórica é inscrita em espaços físicos que adquirem, ciclicamente, redes de significações. A resignificação de *territórios* opressivos ilumina o potencial transformador de práticas culturais que alinhavam identidade, memória e espaço. Essas práticas de contestação demonstram que o poder não é absoluto; ele pode ser desafiado em múltiplos níveis, desde o cuidado reprodutivo até a insurgência cultural. Ao centrar o corpo como lugar de contraponto, redefinimos o que é político, e reincorporamos dimensões afetivas, íntimas e relacionais. A conexão entre corpo, território e memória amplia a compreensão de ações que alcançam o passado para reimaginar o futuro. Espaços físicos e simbólicos são simultaneamente locais de opressão e transformação. Ao propormos tal diálogo, oferecemos uma crítica abrangente às estruturas de poder global e sugerimos formas de pertencimento, solidariedade e agenciamento.

As análises das narrativas de Elsa López (2006) e María Elena Morán (2021) nos convocam a *decolonizar* o pensamento e ampliar as definições de luta política. Elas mostram que elementos culturais, afetivos e íntimos são canais para futuros alternativos e mais justos, que desafiam as hierarquias impostas pela modernidade ocidental. Juntas, essas ideias iluminam um caminho transformador para resistir, recriar e reexistir em meio às estruturas de opressão que permeiam, sobretudo, as comunidades afetadas historicamente pelo colonialismo e pelo capitalismo. A resistência, pois, atua não como resposta passiva às condições de exploração, mas como um ato criativo que redefine o que é valor, trabalho e comunidade.

As obras *Las brujas de la isla del viento*, López (2006), e *Os continentes de dentro*, Morán (2021), revisitam o passado colonial e suas heranças contemporâneas e reescrevem a figura da *bruxa* como símbolo de permanência. Se antes ela era

julgada e demonizada, hoje reclama para si a força da insurgência emancipatória. As *bruxas* contemporâneas, não se tornam apenas vítimas do sistema, mas frutos de ressignificação que, tanto na primeira obra quanto na segunda, questionam as noções de poder e *loucura*. Seus corpos tornam-se territórios de saberes, desejos, reconstruções e lutas.

Las brujas de la isla del viento (López, 2006), narrada em terceira pessoa numa voz que acompanha os eventos da Isla del Viento, portanto com um foco narrativo predominantemente onisciente, inicia seu itinerário com a misteriosa morte de Isabel García Ponzano, que corta as próprias veias no banheiro do hospital psiquiátrico no qual é paciente. Sua colega de ala, Guadalupe Cárdenas presencia tudo, escondida no local onde deixam as roupas sujas: “Por eso supo que Isabel se había cortado las venas; primero una y luego la otra, y, después, la sangre había chorreado las baldosas y se había extendido como un río pequeño hasta el sumidero del agua”. Assim, ressurgem a água: mesclada ao sangue como em um dúbio rio que leva as memórias de quem escolheu partir. Elemento esse que, sendo representante do grande oceano, torna-se um dos catalisadores na narrativa: é preciso apontar que o hospital psiquiátrico se localiza na fictícia *Isla del Viento*, lugar como o nome sugere, constantemente atribulado por um vento que sussurra aos ouvidos devaneios, angústias, e, quiçá, alucinações.

O romance de López (2006) narra a história de um grupo de mulheres internadas nesse local que, encenando a própria mítica ilha de São Brandão, encarna o fantástico do oceano e a realidade do confinamento. A narrativa sugere digressões e relatos que exploram o passado das personagens e que contextualizam suas ações dentro do hospital psiquiátrico, considerando suas crenças locais sobre o vento e suas influências. As personagens de López (2006) são acometidas por diferentes questões que têm a ver com abuso sexual e psicológico, maus-tratos, adoecimento mental e abandono. Essas mesmas feridas são, de forma velada, reproduzidas no ambiente hospitalar. No entanto, algo comum aflige a todas: os delírios provocados pelo vento que, o antropólogo Roberto Gobeia, deseja investigar. Rebeca Piñeiro, Encarnación Miralles, Gabina Izquierdo, Asunción Cabrera e Natalia Bermúdez unem-se por meio da miséria e do medo que as converte em *bruxas*.

Em especial, a protagonista Gabina lida com sua sobrenaturalidade em meio às visões e aos encontros com os espíritos que a influenciam a procurar o auxílio de uma curandeira. No decorrer da história, sua profunda conexão com sua ancestralidade a permite vivenciar uma verdadeira transformação identitária: o encontro consigo mesma e com seus pares. Em certo episódio, referenciado no início do capítulo, Gabina viaja à Cuba a bordo de uma vassoura para confrontar seu ex-marido, Manuel, após anos de abandono. Do outro lado do Atlântico, em outra *ilha que se repete*, Cuba, a personagem se metamorfoseia em outro rosto e se relaciona sexualmente com o ex-companheiro, *roubando-lhe o açúcar* (Tinsley, 2010). De volta à *Isla del Viento* e já grávida, Gabina ergue-se tornando-se personagem central na narrativa. A viagem de Gabina alimenta o medo e a rejeição dos moradores da ilha e a crença em seus possíveis poderes sobrenaturais, como o “mal de ojo” e a bruxaria. Vista como alguém incompreensível e excêntrica, é levada à reclusão.

À medida que a história avança, diferentes pacientes são apresentadas. Em paralelo, são exploradas superstições locais e a crença nas *bruxas*, mulheres relacionadas à margem e ao mistério. O clímax cresce em conjunto com a tensão no hospital e a suspeita da verdadeira enfermidade das pacientes: a teoria do “mal de vento”. Intensificam-se, pois, episódios de histeria coletiva e miragem, enquanto também crescem as repressões advindas das freiras e dos médicos. López (2006) capta uma atmosfera opressiva e difusa por meio da qual a *loucura* e a realidade mesclam-se de maneira tão difusa quanto os sussurros dos ventos. O desenlace da narrativa impera no crescente caos psicológico e ambiental. Gobeia termina atado emocionalmente ao ambiente à medida que suas convicções entram em desequilíbrio. Quando o pesquisador tenta racionalizar os eventos, se depara com a hipótese de que o vento possa não ser apenas um elemento de influência psicológica. A morte de Isabel continua ressoando no hospital e em toda ilha, e reforça a incompreensão dos mistérios humanos. Outrossim, Gabina, segue sendo considerada uma figura temida e *exótica*, o que reforça a ideia de que a *loucura* e a bruxaria se hibridizam.

A história de *Os continentes de dentro* (2021) acompanha Sofia Paz, uma jornalista que, ao se deparar com antigos escritos de sua avó desaparecida, Aida Rojo, decide descobrir a verdade de seu paradeiro. Em seus manuscritos, Aida escreve sobre experiências com vozes misteriosas que a permitem conhecer um mundo secreto, subterrâneo e habitado por seres mágicos denominado “Os Continentes de

Dentro”. Sob o pretexto de estudar biologia marinha e acreditando na sobrevivência da matriarca, Sofia chega à Salos, lugar que funciona como instituição psiquiátrica. No ilha, a protagonista conhece muitas mulheres que, inicialmente, a rejeitam e que, sorratamente, a incluem em seu cotidiano e lhe afirmam “Aida não está mais aqui”.

Narrado em primeira pessoa, alternando entre distintas vozes e tempos narrativos, *Os continentes de dentro* (2021) explora a complexidade das relações humanas e a busca pela liberdade em um ambiente de confinamento. A estrutura do romance inclui memória, registros escritos, diários e introspecções que transitam entre o presente e o passado. A protagonista Sofia, enredada por diálogos internos e externos, dedica-se à autodescoberta em um enredo que mescla elementos de fantasia e de realidade. O “Dentro” representa a introspecção e o simbólico, e é permeado por criaturas míticas como as Sereias; O “Fora” simboliza uma sociedade dotada de convenções e superficialidades, porém, e paradoxalmente, representa a possibilidade de escolha das personagens. Quando criança, Sofia foi identificada pela vó materna como Sereia que precisava ser devolvida ao oceano. Após o incidente, a neta perde o contato com a matriarca que é ingressada na ilha de Salos. Já adulta, a protagonista viaja para a ilha em busca de informações sobre a matriarca desaparecida. E, com a ajuda de relatos e memórias, incluindo os fragmentos dos diários de Aida, descobre que a avó travou suas próprias lutas em torno à *loucura*, *loucura* que também tem a ver com os continentes que levamos dentro.

Nas *ilhas que se repetem* (Benítez Rojo, 1998), e nas *terras demoníacas* que lhe acometem (Wynter, 1962; 1990), as heranças coloniais e o patriarcado desumanizam e subjagam as mulheres. Em *Las brujas de la isla del viento* (López, 2006) e em *Os continentes de dentro* (Morán, 2021), as personagens buscam sobreviver em *territórios* que no passado foram colônias europeias. Na primeira obra, as vidas de Isabel e Guadalupe evidenciam o controle patriarcal disfarçado de tratamento médico. Unem-se às suas vozes, outras tantas silenciadas que buscam a vida e a autonomia por meio da escrita, da oralidade ou da perpetuação dos saberes proibidos. Já em Morán (2021), a marginalização das mulheres e a tentativa de seu apagamento encontra em Aida, a reivindicação da palavra e do direito à existência.

As narrativas estudadas demonstram que os processos históricos de preservação epistêmica colonial transformam os seres e os *territórios* oprimidos em

objetos *exóticos* e demonizados. Tal equiparação, percebemos na perspectiva de personagens e seres fantásticos presentes em *Os continentes de dentro* (2021). Conforme explicitamos no capítulo 2, para os europeus envolvidos na invasão e na colonização, as mulheres indígenas e as mulheres africanas eram tratadas como fascinantes e perigosas, exóticas e sedutoras, ao mesmo tempo em que eram relacionadas ao demônio e ao pecado, o que justificaria, teoricamente, os projetos de dominação que buscaram aprisioná-las ao lugar de apagamento. As Sereias, representadas no romance de Morán (2021), possuem identidades forjadas nas tensões e nas conexões entre o mar e o de *dentro*. Contudo, sempre que tentam escapar, são forçadas a retornarem ao mundo delineado pelos seres de Dentro. Fruto de uma imaginação inquieta e de delírios inconfessos, esses seres fantásticos habitam os manuscritos de Aida:

Vocês podem sobreviver FORA, é claro, mas nenhuma nunca teve sua alegria completa. E quando uma é desafortunada lá, a felicidade geral de Dentro cai de forma considerável, como se cada um de nós tivesse um irmão à beira da morte. Então entra em ação um dos nossos Agentes de Transição, que em nosso caso é Ino, para convocar uma Sentinela de Mar; humanos preparados e sensibilizados, capazes de entender este mundo que seus conterrâneos nunca tolerariam. Você já deve ter percebido que essa sou eu. Juntos Agentes de Transição e Sentinelas de Mar trabalham para o regresso da Sereia ao Dentro, seu lar.

Assim que uma Sentinela de Mar fica sabendo de seu destino, ele tenta por todos os meios voltar para casa e trazer consigo a Sereia que lhe foi designada. Mas essa missão é muito perigosa, pois existe uma infinidade de Vigias de Terra encarregados de exercer tarefas de proteção e segurança no Fora. Você e eu, sozinhas, temos Ignacio, Taís e teu pai. Eles nem sequer sabem que fazem esse trabalho, são apenas indivíduos com uma predisposição genética para rigor, a poda e a falsa paixão. Esses coitados têm sua tristeza quase completa (Morán, 2021, p. 35-36).

A passagem anterior, retirada de um dos manuscritos de Aida, revela uma relação paradoxal: à primeira vista, as Sentinelas do Mar e os Agentes de Transição parecem proteger as Sereias, uma vez que incentivam e auxiliam o seu retorno para as profundezas. Por outro lado, a obrigatoriedade da permanência nesse mundo subterrâneo para a perpetuação da felicidade dos habitantes de Dentro, desvela mecanismos de vigilância e de recuperação que interpretamos como um chamado

imaginário que impede a libertação das Sereias ou como metáforas para as estruturas patriarcais que historicamente forçam as mulheres a prosseguirem atadas aos mesmos sistemas opressores que as diminuem. As Sentinelas do Mar, responsáveis por capturar as Sirenas e devolvê-las ao seu suposto mundo “natural” desempenharão papéis equiparados aos investidos por colonizadores europeus e pelos missionários catequizadores? Em ambos os casos, Sentinelas e Missionários, permanecem empenhados em retirar a identidade cultural daqueles que vivem em seus respectivos domínios. As estruturas coloniais (igreja e burocracia) podem associar-se à atuação dos Agentes de Transição, que atuam para impor determinada moral sobre as Sereias, assim como a igreja o faz para controlar as populações colonizadas. Os Vigias de Terra, por sua vez, trabalham para impedir o retorno das Sereias ao Adentro, função que pode ser equiparada aos indígenas e africanos que lutam em prol da preservação da cultura dos seus antepassados contra o avanço da exploração e do extermínio. Por fim, traçamos um paralelo entre os discursos europeus sobre a inevitabilidade do sofrimento entre os povos africanos e indígenas, inclusive na dor como meio de purificação.

Apesar de alguns seres fantásticos presentes nos diários de Aida representarem símbolos das relações de opressão e resistência que permeiam a lógica da colonização, encontramos na narrativa de Morán (2021) subversões. Assim como os povos que foram colonizados resistem, os Vigias de Terra lutam pela manutenção da identidade dos seus ancestrais. As Sentinelas e os Agentes de Transição, apesar de representarem os poderes coloniais, são colocados em perspectiva na narrativa exatamente para desvelarmos suas contradições. As Sereias, representadas como seres capazes de desafiar os limites das estruturas de dominação, agem não como objetos passivos tal como representaram os colonizadores, mas com ares de reconstrução, *erotismo* e *soltura*. Morán (2021) reimagina a violência de origem colonial e patriarcal na tensão entre os que tentam subjugar e aqueles que tentam resistir, permitindo-nos compreender como a nossa percepção da história pode ser moldada pela memória hegemônica europeia e de que maneira podemos reinterpretá-la.

Em *Las brujas de la isla del viento*, a perpetuação da repressão patriarcal apontada por Federici (2004), ressoa no discurso médico endereçado a Isabel García Ponzano e Guadalupe Cárdenas. Isabel, cuja sensibilidade ao vento foi interpretada

como *loucura*, é internada na instituição psiquiátrica. Guadalupe, sua companheira de hospital, tenta compreender seu definhamento, enquanto todas as outras pacientes carregam as ilhas dentro e os continentes que as levam para fora. Além delas, Natalia Bermúdez e Rebeca Piñeiro reforçam a complexidade da violência vivenciada pelas internas e da tentativa de extorsão de suas narrativas. A perseguição experimentada por Isabel remete à caça às bruxas analisada por Federici (2004) e, ao mesmo tempo, ao conceito de *terras demoníacas*, explicitado por Wynter (1962;1990): a *Isla del Viento*, lugar de exclusão e opressão, realoca-se como esteira de resistência e recriação subjetiva.

Concomitantemente, a ideia de *erotismo* trabalhada por Tinsley (2010) como insurgência e tenacidade, também ressurgue nas narrativas. Em *Las brujas de la isla del viento* (2006), a sensualidade, a busca pelo autoconhecimento e a proximidade entre as mulheres da instituição psiquiátrica operam como formas duplamente ruidosas e silenciosas contra a ordem opressora. A relação de Isabel com a sua própria corporeidade e a busca de Guadalupe para compreender os desejos reprimidos dentro do hospital, se conectam à noção do *roubo do açúcar*, isto é, à ideia de erotismo como forma de sublevação, em que a intimidade e o desejo se tornam linguagens políticas que desafiam as forças contrárias e institucionais. Gobeia, por exemplo, representante da ordem, rende-se misteriosamente ao erotismos das pacientes que, donas de seus corpos, confundem-lhe no que chamaremos de “mal de açúcar”. Na passagem descrita a seguir, o antropólogo plasmado em um cenário onírico e enigmático, acentuado pelo riso das mulheres, surpreende-se ao deparar-se com as pacientes Rebeca Piñeiro e Gabina Izquierdo que, inesperadamente, levantam suas roupas e exibem os seus corpos nus.

Fue directamente al corredor donde las había visto. Cuando llegó, las viejas habían desaparecido. Notó cierto revuelo de telas al rozarse, carreras de puntillas y risas; unas risas extrañas como de gatas maullando. Corrió detrás de las voces y, al doblar la primera esquina, oyó de nuevo las carreras y las risas, ahora detrás de él, y se volvió. A menos de tres metros, Rebeca Piñeiro y Gabina Izquierdo, plantadas en mitad del pasillo, levantaban sus camisones blancos y le enseñaban sus cuerpos, perfectos y luminosos, espalda, completamente desnudos.

A Roberto Gobeia se le erizaron los pelos de la cabeza, de la espalda, y del cuerpo entero. Le recorrió corrió de arriba a abajo un enorme

escalofrío que le fue envolviendo los brazos, la barriga y los muslos, y que acabó por ponerle el pene tieso so y duro como una estaca. Cuando quiso reaccionar, las dos mujeres habían desaparecido de su vista (López, 2006, loc. 245-248).

No episódio em evidência, assim como em muitos outros de *Las brujas de la isla del viento* (2006), as fronteiras entre realidade e delírio se dissolvem. A atuação das personagens mescla-se na vulnerabilidade e na força. Ora como vítimas, ora como seres dotados de um poder ancestral e, ainda, carregando o estigma da insanidade, assumem diante de Gobeia a posição de domínio, desconcertando sua racionalidade. Em *Os continentes de dentro* (2021), as personagens também desfazem o silêncio à medida que desestabilizam as estruturas de dominação que tentam marginalizá-las. Aida Rojo rompe ao ideário de sanidade ao reivindicar o direito de reconhecer o passado da família e recriar um real lugar de existência. Ambas as narrativas exprimem o potencial da subversão, seja por meio da *loucura*, do *erotismo* ou da (re)afirmação da própria história.

Se os discursos coloniais e contemporâneos almejam domesticar a mulher, as narrativas analisadas apresentam-se como fortes contrapontos. A tentativa de resgatar histórias femininas e recontá-las a partir de um perspectiva interna e não externa, é um dos eixos fundamentais das obras. López (2006) e Morán (2021) denunciam as práticas abusadoras e decolonializam perspectivas enraizadas em nossas sociedades que, por tantos séculos, tentaram nos aprisionar. Ambas as ilhas, *Isla del Viento* e ilha de Salos, constroem possibilidades de existência nas quais se multiplica a subversão criadora que rompe, sobretudo, com o círculo de horrores que atravessa gerações. As mulheres, todas nós, afirmamos nossa presença no mundo, já não como corpos dominados pelo patriarcado e pelas construções psíquica e política sociais que regem nossas comunidades, mas como sujeitos de nossas próprias narrativas:

O som da chave entrando na fechadura faz meus poros, minhas cores, minhas pupilas ficarem alertas e não há nada que possa ser feito. Eu sou este corpo esgotado e bronzeado de inclemência, mas enfim acordado. Sou o que restou e isso é suficiente para aprender a crescer. Eu saberei me fazer Sereia e construirei portais onde não houver, para te levar comigo e reivindicar nosso direito à alegria completa (Morán, 2021, p. 236).

Conforme discutimos no capítulo 2, a *exotização* das mulheres indígenas e negras, historicamente alicerçada na concepção de fragilidade e de *erotismo* coloniais, adquire novas formas nas narrativas em análise. Anteriormente reduzidas a figuras duvidosas, exploráveis, submissas e erotizadas, as mulheres, ficcionalizadas nas narrativas contemporâneas e *decoloniais*, invertem a lógica colonial por meio do *roubo do açúcar* e do pertencimento. Corpos femininos antes mantidos como vulneráveis transformam-se em fortaleza. Em Tinsley (2010), o erotismo é um dos caminhos para a autonomia e para a liberdade, assim como em *Las brujas de la isla del viento* (2006), o desejo de emancipação transpõe a violência patriarcal. Em *Os continentes de dentro* (2021), Sofia, ao assumir o discurso, reivindica o lugar de contestação da *exotização* de corpos racializados e, portanto, recusa-se a ser um objeto passivo da história: “Ela vai saber que está fora de lugar. Um dia ela buscará a tua ilha. Um dia ela avistará o teu farol. A.” (Morán, 2021, p. 110)

A representação da mulher nos discursos coloniais e nas narrativas contemporâneas se fundamentam, respectivamente, na *exotização*, na violência simbólica, e na continuidade das dinâmicas de controle sobre o corpo e a subjetividade da mulher. Em *Las brujas de la isla del viento* (2006) e em *Os continentes de dentro* (2021), revemos a exploração da figura feminina e o seu silenciamento pelas estruturas patriarcais. Nos relatos coloniais, as mulheres foram objetificadas ao desejo do invasor e enclausuradas ao peso da mitificação. Na obra de López (2006), as mulheres são transformadas no *imaginário* sobrenatural e marginal, exatamente por não se adequarem à estética normativa. Na narrativa de Morán (2021), não são vistas por suas individualidades, mas como encarnações do indomável, isto é, daquilo que os homens, ainda que assim o desejem, não conseguem controlar. Tanto em uma situação, quanto em outra, a *exotização* não é somente uma forma de opressão, mas uma justificativa para o próprio desterro e para a exclusão.

Semelhantemente, nas duas narrativas, o patriarcado manifesta-se através do confinamento. Em *Las brujas de la isla del viento* (2006), o hospital psiquiátrico cumpre a função histórica disciplinar endereçada àquelas que não se adequarem às expectativas sociais. As mulheres rotuladas como *bruxas* tornam-se possuidoras de poderes que as isolam e, ao mesmo tempo, as torna alvo de perseguição e de controle social. Internadas, sedadas e desautorizadas, reescrevem práticas estruturais por meio das quais aquelas que desafiavam o padrão de feminilidade europeia eram

mantidas como aberrações e ameaças. No trecho a seguir, Isabel parece estar transtornada e realizando movimentos repetidos, sem responder à comunicação médica. A pergunta do médico, que pode ser Jesús Navarro ou Ignacio Cabrera Gartier, ecoa na personagem que se camufla entre ventos e vozes, exemplificando o estado indecifrável da obra:

Isabel García Ponzano parecía no oír lo que el médico le decía. Temblaba y hacía gestos con las manos; se las acercaba a los oídos y las volvía vía a bajar con un movimiento repetitivo, como si tuviera un muelle dentro de los brazos que le saltara de forma automática. - ¿Oye el viento, Isabelita? ¿Es el viento lo que oye, o son voces? (López, 2021, loc. 225-227)

Esse mesmo teor de reclusão está presente em *Os continente de dentro* (2021), em que as personagens são mantidas em um espaço limitador que circunscreve a própria ruína do que outrora havia sido uma instituição psiquiátrica. Seja física ou simbólica, as mulheres estão sempre à mercê da institucionalização do ser. Tratadas como aberrações ou seres incapazes de criarem autonomia, são levadas à lugares limitadores em que ocorre, simultaneamente, a tentativa de apagamento histórico e a medicalização da divergência. Aída Rojo ingressada no hospital, é considerada “louca” por ver e escutar além dos muros concretados pelo patriarcado. Sofia, sua neta, herda simbolicamente esse legado, o que representa uma verdadeira arte de tapeçaria: reconstruir as peças da história familiar que lhe foram negadas.

Minha vó tinha suas teorias para fugir de uma realidade que lhe resultava insuportável e o que você nunca entendeu, mãe, é que tirar dela a fantasia era condená-la a demônios mais ferozes, mais reais. Eu intuía duas ou três mil coisinhas sobre quais eram esses demônios ou quais suas origens e de alguma forma me confortou saber que nos últimos tempos teve quem a acompanhasse em sua fuga a esses mundos aos que eu devia havê-la levado e não o fiz porque estava ocupada deixando-me endurecer pelos mesmo demônios ferozes e reais sem descanso da maldita vida real que é também a tua vida real, mãe, essa coisa de nascer fêmea e crescer mulher nestes séculos e neste planeta feito de conivências (Morán, 2021, p. 174)

As literaturas contemporâneas escritas por mulheres fortemente ligadas aos territórios insulares e tocados pelo Atlântico, ensejam um importante papel na construção de epistemologias *decoloniais*. As narrativas de López (2006) e Morán (2021), além de revisitarem as violências coloniais persistentes em Canárias e no arquipélago caribenho, reescrevem o *imaginário* da mulher que não corresponde aos mesmos padrões que as aprisionam e que insurgem contra as estruturas que tentam apagá-las. As figuras da *bruxa* e da *sereia* estão presentes nas narrativas estudadas e questionam os vetores da marginalização e da *loucura* (Foucault, 1963) camuflados nos controles sociais e institucionais. Alicerçadas nas experiências femininas, os discursos dão novas formas às identidades históricas, haja vista a perspectiva descolonizadora, decolonial e emancipatória.

A *Isla del Viento* e a ilha de Salos inserem-se como espaços ficcionalizados e simbólicos em que se destacam os vetores histórico-culturais alimentados pela *História Atlântica*, a qual poderíamos chamar também por “Histórias Atlânticas”, visto que cada pedaço de terra ou de mar, considerando as forças que operam dentro e fora, contemplam a profundidade da reinvenção. Do Caribe às Canárias e de Canárias ao Caribe, a recorrência da ilha como lugar de intercruzamentos históricos e culturais, metamorfoseia-se ora em reclusão, ora em alongamento, movimento metaforizado por Vieira (2014) como sendo “fuga contrátil” e “fuga expansível”. A primeira metáfora alinha-se à permanência na ilha e ao possível encolhimento psíquico, emocional e socioeconômico; enquanto a segunda metáfora, liga-se à capacidade de inclinar-se ao grande oceano e à *comarca imaginária atlântica*. Semelhantemente, *Mandimbé*, como conceitualiza Césaire (1939)¹²⁹, expressa a dualidade da experiência colonial, em que o cativo seja ele abstrato ou físico se entrelaça com a força para se rebelar e buscar a liberdade. São os povos do Mar repetindo-se incessantemente e infinitamente, como afirma Benítez Rojo (1998), na continuidade cultural dos povos banhados pelo oceano Atlântico (Reis, 2010). São também as mulheres acrescentando à História perspectivas contra hegemônicas e não patriarcais.

As conexões atlânticas e a identidade das ilhas, conforme apontam Glissant (1990) e Césaire (1947, 1988) tornam-se fluidas e refazem-se continuamente entre a

¹²⁹ A obra *Cahier d'un retour au pays natal* foi escrita por Césaire em 1939, mas a primeira edição foi publicada em 1947.

memória e a diáspora. As Ilhas Canárias e aquelas que conformam o Caribe, assim como os continentes-ilhas que navegam terras adentro da África e da América, multiplicam-se para além das feridas historicamente desencadeadas pelo colonialismo, pelo genocídio, pelo tráfico de pessoas escravizadas, pelo incremento da escravização, pela repressão dos saberes e práticas das mulheres e pelo capitalismo. Essas relações atlânticas circunscrevem-se em experiências sócio-históricas e discursivas, em que o isolamento geográfico e o encerramento psíquico transformam em intensidade criadora a energia discursiva. A repercussão e a continuidade da ilha como metáfora da insurgência ressaltam a força e a presença de uma memória atlântica compartilhada, na qual as mulheres reinscrevem novas formas de existência e de pertencimento.

Duplamente atravessadas pela *exotização* germinada nos séculos da coerção colonial e no *erotismo* transpassado pelo açúcar, ambos ainda residentes nas ilhas de dentro e de fora, Isabel, Guadalupe, Natalia, Merceditas, Dolores, Rebeca, Gabina, Ruth, Benita, Eloísa, Encarnación, Sofía, Rita, Aída, Herminia, Luz Lucía, Charito, Claudia, Ricarda, Guna, Adela, e Alcira, vestem a figura de *Caliban* reconfirmando-lhe. Mágicas, mas profundamente humanas, ensimesmam as heranças de poder que reincidem nas ex-colônias. No entanto, sob a perspectiva *decolonial*, ultrapassam-nas simbolizando a própria libertação. Na obra de Shakespeare (1611)¹³⁰, Caliban é filho de uma bruxa chamada Sycorax, uma figura anterior à colonização da ilha. Ao ser capturado por Próspero, é forçado a uma vida de submissão e exploração. Césaire (1947) ressignifica Caliban como símbolo da resistência contra o colonialismo e como porta-voz das raízes africanas. Em sua versão de *The Tempest*, a história é reescrita sob o lócus do colonizado e Caliban, portanto, torna-se herói de sua própria libertação.

Em diálogo, Retamar (1971) apropria-se de Caliban, de Shakespeare, como símbolo também da identidade latino-americana que resiste através das amarras coloniais. Inspirando-se em Césaire, o intelectual contrapõe Caliban a Próspero associando este ao colonizador europeu e Caliban àqueles que reivindicam a própria voz. Assumindo a condição de Caliban, as comunidades da América Latina transformam a herança colonial na luta contra o imperialismo e na construção de uma

¹³⁰ Acredita-se que *The Tempest* tenha sido escrita e encenada pela primeira vez em 1611, porém sua primeira publicação deu-se em 1623.

identidade autêntica e livre da subalternização europeia, visto que nossa realidade, mas que a realidade de Ariel, espírito mágico, servo fiel a Próspero, é a de Caliban (Retamar, 1971). Retamar (1971) rejeita a visão de Rodó (1900) por meio da qual, em seu livro *Ariel*, argumenta em prol da cultura e espiritualidade “elevadas” e inspiradas nos valores clássicos europeus. Na perspectiva de Retamar (1971), assumir a identidade de Caliban significa reconhecer a herança colonial para transformá-la em luta e resistência.

Retornamos, nesse ponto, se é possível retornar sem nunca haver saído, haja vista a etimologia de *retornar* (*re* – de novo/ *tonare* – trovejar, ressoar), ao ponto de origem: às reminiscências dos vetores coloniais e pós-coloniais e às incessantes tentativas de dominação das mulheres na transição para o capitalismo e, por que não, à imposição e à perpetuação desse e de outras formas de organização social e econômica. Em nossa presente pesquisa, assumindo-nos, declaradamente, mulheres-ilhas e ilhas-mulheres latino-americanas, vestimos os discursos de Caliban e cedemos a palavra às mulheres indígenas, africanas, latinas e de tantas outras origens e minorias, como mulheres neurodivergentes, cujas formas de autonomia foram criminalizadas ou enfraquecidas.

Conforme Federici (2004), o corpo feminino visto como *exótico*, bestial e incontrolável, foi e ainda é alvo de julgo e violência. A caça às bruxas e a subordinação da sexualidade feminina à reprodução e à acumulação de capital condensam-se no *imaginário* da velha bruxa que, *demonizada*, voa em sua vassoura. *Bruxas e sereias*, tendo em vista o poder feminino, a transgressão e o mistério, assomam-se às forças naturais e sobrenaturais e à ideia de independência. Ambas desafiam normas e expectativas sociais que as buscam aprisionar. Na presente pesquisa e nas narrativas de López (2006) e Mórán (2021), a “bruxa” assume o voo, seja para assumir as rédeas do destino em um impressionante itinerário para Cuba (Gabina), seja para navegar em direção à ancestralidade (Sofia). Nos dois exemplos, os mares de dentro e de fora, ressoam em nossas próprias águas, pois, uma vez conectadas, pelo grande oceano, construímos ilhas enquanto semeamos terras: “Ir embora de Salos é ir embora do mundo” (Morán, p. 2026).

4.1 A CONSTRUÇÃO DA ALTERIDADE E AS ILHAS QUE SE REPETEM EM LAS BRUJAS DE LA ISLA DEL VIENTO (2006) E OS CONTINENTES DE DENTRO (2021).

Era uma coisa bonita de se ver, o mar sereno e baixinho cheio de mulheres com arpões e sacos no ombro que pareciam vivos de tantos peixes rebeldes carregados dentro. Adela fingia que pescava quando na verdade só estava brincando com Alcira, cujos tiques pareciam mais calmos na água.

Guna, Rita e María, sentadas nuas e imóveis na beira, todas brancas e de cabelos pretos, tinham um quê de totem pré-histórico, uma coleção de Vênus, já não de Milo nem de Willendorf, mas desse pingote de terra emudecida que flutuava no Atlântico e de cujo nome poucos se lembravam (Morán, 2021, p. 227).

Isabel García Ponzano se cortó las venas en el mismísimo baño del manicomio. Nadie se lo contó a Guadalupe Cárdenas, que ella lo vio todo do o le pareció verlo todo; o a lo mejor no vio nada da y sólo tuvo miedo y, como consecuencia inevitable del mismo, al final se creyó la historia tal y como se la contaron después (López, 2006, loc. 8-10).

Estranhamento e fascinação expressam os sentimentos presentes nas narrativas dos europeus sobre os povos indígenas das ilhas do atlântico e do continente americano. Na passagem introdutória, a narradora de Morán (2021), Sofia, compara as mulheres a um "totem pré-histórico" e a uma "coleção de Vênus", remetendo a uma visão essencialista e estetizante dos corpos femininos, algo que pode ser associado à tradição da *exotização* das mulheres caribenhas e latino-americanas na literatura colonial e pós-colonial. Além disso, o trecho menciona que essa terra flutuava no Atlântico e de cujo nome quase ninguém se lembrava, reforçando a ideia de um espaço mítico e distante, frequentemente retratado como um território fora da história e da modernidade, um lugar de *selvageria* e mistério, uma terra onde se vive à deriva.

Na passagem indicada, a inserção das personagens Adela, Alcira, Guna, Rita e Maria. Adela, assim que completou dezoito anos, foi deixada pelo pai em Salos para um tratamento de duas semanas, porém o genitor nunca mais voltou para buscá-la. Naquele mesmo dia, conheceu Alcira, uma menina de dez anos caracterizada por cicatrizes e joelhos ensanguentados, que acabou tornando-se fraternalmente sua

protegida. Guna, uma mulher de cerca de trezentos quilos e de temperamento violento e impulsivo, é conhecida por explosões de raiva e ameaças frequentes aos cães da ilha. Rita, uma das figuras de autoridade, é respeitada pelas outras mulheres, sendo retratada como alguém que oferece proteção e validação. Maria, sem descrição detalhada, aparece junto à Guna e Rita na cena em que são comparadas à Vênus no contexto do Festival da Água. A comemoração intervém como um intervalo das dificuldades diárias e como uma certa ilusão de autossuficiência e privação de liberdade, uma vez que o mar, apesar de destacar a precariedade de Salos, lhes oferece fartura sem o prejuízo da negociação com o continente.

O paralelismo com Vênus retoma o *imaginário* que reduz as mulheres às categorias fixas e míticas no tempo e no espaço, isso é, mulheres sem agenciamento próprio. Essa mesma caracterização ressoa nos discursos dos colonizadores europeus, a partir dos quais os corpos das mulheres indígenas e africanas foram reduzidos à contemplação e à apropriação.

Na Imagem 10, uma gravura alegórica do início do período moderno, observa-se a representação da chegada dos europeus ao continente americano, mesclada a elementos mitológicos e coloniais. À esquerda, uma figura feminina semidesnuda, *exotizada* e reclinada em uma rede amarrada entre duas árvores, representa a América. À direita, um homem vestido com roupas típicas dos exploradores europeus, provavelmente Colombo ou um navegador genérico, simboliza a invasão e a imposição da cultura europeia.

Imagem 10 – Alegoria da América



Fonte: Straet (1587-89)

Em Salos, lugar em que as personagens tecem as agruras da sobrevivência, o conceito de *terras demoníacas* (Wynter, 1962) aponta para a sua exclusão epistemológica e desvenda a sua *coisificação* e desumanização. No entanto, na ilha de Salos as personagens desenvolvem formas de resistência e de solidariedade. Se a *exotização* as coloca em um lugar de silenciamento, a vida na ilha as permite construir suas próprias narrativas, longe da marginalidade do continente. No fragmento a seguir, ao serem questionadas por Sofia, Hermínia e Charito refletem sobre a possibilidade de saírem de Salos, porém, ao final, reconhecem que a permanência no local possibilita a construção de uma nova realidade, independente das narrativas impostas pela sociedade:

- A Herminia já te contou de vez em que a gente quase foi embora? – me perguntou Charito.
 - Quase não. A gente nunca foi embora – corrigiu Herminia.
 - (...)
 - Já te contou? – insistiu Charito.
 - E por que voltaram? – me adiantei, sem ter a delicadeza de perguntar primeiro quando ou como. Por sorte, Charito não admitia parênteses nem desvios.
 - Foi pouco depois do que aconteceu em 93. Você consegue acreditar que já se passaram quatro anos? Claro que você consegue acreditar porque você vem de fora e vê esse monte de mulheres que deveriam parecer mais novas, mas como a gente ia fazer isso? Não teve como a gente fazer limonada com os limões que a vida nos mandou, porque nem suco tinham esses filhos da puta. Mas para nós é como se o tempo não tivesse parado. Se eu ficar pensando como eram os peitos de Herminia quando eu cheguei aqui e como são agora, eu percebo mais ou menos que o tempo passou. Ou como a gente engordou, ou as varizes. Mas isso é só eu ficar pensando muito, tentando lembrar com detalhes, porque o certo é que quando você pega nas mesmas tetas todos os dias, com as mesmas mãos de sempre, as duas peles envelhecendo juntas, você nem percebe.
 - Direto ao ponto, Chari – disse Herminia, meio irritada, talvez ofendidos os seus peitos.
 - Calma, mulher, que teus peitos são a melhor coisa que tem nessa ilha.
 - Esta metrópole, você quer dizer – retrucou Herminia.
 - Vocês fugiram? – perguntei.
 - Sim. Bom, na verdade, não. Não foi uma fuga. O que fez com que parecesse uma fuga foi que não teve despedidas.
 - Nós avisamos, mas nenhuma veio – disse Herminia.
 - E não foi por maldade, é que elas estavam, todas estávamos atordoadas.
 - (...)
 - As mulheres não esperavam que também nós fôssemos abandonar elas.
 - Nem nós esperávamos nos arrepender tão rápido.
- Não foram além de Punta Hicotea. O que havia lá fora de tão maravilhoso que valesse mais do que Salos, a ilha que agora era só delas, sem leis além das que elas pautavam, agora sem restrições à parte da supervivência? O que podia oferecer a mesma cidade que antes as havia expulsado, o que tinha mudado nela para que, de repente, se mostrasse amável para amparar suas existências? Que turbilhão teria desordenado preconceitos em aqueles que, em vez de amá-las como ditavam o sangue e o bom juízo e o peso da história e a ternura e a comiserção, as tinham excluído sem uma visita que fosse? Nove anos, Herminia. Dois, Charito (Morán, 2021, p. 168-169, grifo nosso).

Em *Os continentes de dentro* (2021), Herminia e Charito são personagens que compõe o grupo de mulheres que vivem em Salos. Herminia é descrita como uma mulher negra de aparência discreta, magra, mas muito acolhedora. A personagem

enfrentou nove anos de reclusão e a literatura médica menciona que a paciente padece de certa “melancolia” traduzida pela falta de interesse pelos homens e grande amor pelas mulheres. O enredo sugere que foi internada por não responder às normas de *gênero* impostadas pela sociedade de origem. Charito, por sua vez, é uma mulher de corpo mais arredondado e presença extrovertida. Ela passou por dois anos de um regime pesado, sendo medicada com lítio. Com o tempo, Herminia a ensinou a ser ver com mais entusiasmo e, em contrapartida, Charito a protegeu. No trecho anterior, as personagens reconhecem terem tentado abandonar a ilha, mas perceberam que o mundo exterior, o continente, não havia se transformado para acolhê-las.

No segundo fragmento introdutório da seção, o anúncio da morte da personagem Isabel García Ponzano que, em *Las brujas de la isla del viento* (2006), anuncia também o início da narrativa. Após o acontecimento fatídico, um pouco mais adiante, enquanto o corpo da personagem era preparado por enfermeiras para o sepultamento, o sargento que investigava a morte seguia olhando o corpo assombrado: “Tendría alrededor de los cuarenta años - pensó - y era realmente hermosa. -Parece una estatua de las de la iglesia - dijo. La madre Dolores se puso colorada como un tomate” (López, 2006, loc. 43-45). A apropriação simbólica e estética do corpo feminino que, para adquirir status contemplativo, precisa ser destituído de individualidade até na hora da morte. O sacro se sobrepõe à experiência concreta da personagem. Assim como os invasores olharam para os nativos e contemplaram a priori o seu utilitarismo como se, afinal, toda terra fosse tomada em nomes dos “Reis”.

Os temas da *alteridade* e da *exotização*, também recorrentes em *Las brujas de la isla del viento* (2006), advém com outros crivos reflexivos, especialmente quanto aos modos como feminilidade e a *loucura* são representadas nos espaços da ilha e do hospital psiquiátrico. A perspectiva dos seus personagens sobre a *alteridade*, pode, em certa medida, ser equiparada à de Colombo. Por outro lado, a inteireza da narrativa nos leva a refletir sobre a fragilidade de uma relação simplista, ou das tentativas de hierarquização, entre o “nós” e o “vós”.

Das descrições de Colombo sobre os povos nativos da América, destacamos a seguinte citação: "Todos andam nus, homens e mulheres, tal como suas mães os pariram, salvo algumas mulheres que cobrem um pouco." [...] "São muito bem-feitos,

com corpos harmoniosos e traços belos." (Colombo, 1493) Ao mesmo tempo em que o tom de maravilhamento parece marcar essa narrativa de Colombo sobre os indígenas, percebemos elementos de *exotização*. A questão da aparência física também foi abordada entre os personagens da narrativa López (2006). O sargento que investigou a morte de Isabel García Ponzano a descreveu como uma bela condenada. Isabel foi consagrada no misto de mistério e pureza, de modo que o corpo feminino, de maneira equiparada ao que fizeram os colonizadores, conforme discutimos no capítulo 2, fora instrumentalizado e admirado:

Como una perla, oigan, ¡del color de una perla! - apuntaba el sargento viendo la cara transparente rente y luminosa de Isabel García Ponzano.
-¡Y era guapa la condenada! - añadió su ayudante, dante, cabo primera de la Guardia Civil, la mano al pecho y cabeceando como si fuera a formular un juramento (López, 2006, loc. 24-26)

Outro ponto de equiparação pode ser estabelecido entre a paisagem e o comportamento humano. Colombo relacionou a docilidade dos povos indígenas à fertilidade do solo e ao clima ameno, a ponto de mencionar que ""Esta terra é a mais fértil, temperada e suave que jamais vi, assim como as pessoas são de grande mansidão." Entre os personagens de López (2006), também estabelece um vínculo entre as características geográficas da ilha e as disposições mentais daqueles que nela habitam. O vento, por exemplo, é tratado pelo antropólogo Roberto Gobeia, como um dos elementos capazes de alterar a psique humana, forjando uma relação determinista entre o ambiente e as pacientes. Gobeia estuda a influência desses ventos quentes áridos provenientes do sul sobre o estado mental das pacientes, associando-os à melancolia, à agressividade e aos delírios:

Y no sólo era así cuando soplaban los vientos del sur, que cuando llegaban los alisios procedentes del nordeste, los síntomas eran parecidos. dos. Algunos casos tuvo Gobeia de pacientes aquejados de determinados malestares producidos dos por ese viento que les llegaba del norte y del este a principios del verano y que durante días

se abatía sobre ellos hasta conducirlos a la situación en que se hallaban.

-Cuando llega el verano me vuelvo loco, doctor- le decían-. Y es ese viento malo del norte que me vira la cabeza para donde no es. Que el resto del año sólo padezco lo propio: algo de huesos por la humedad y poco más

-Cuando sopla ese maldito viento cerramos las ventanas y las puertas; que a veces es tan fuerte que parece nos vaya a reventar la cabeza -añadían. Se referían, sin mencionarlo por su nombre, a ese viento frío y constante que era para ellos la personificación del enemigo más terrible; un enemigo que formaba parte de su existencia y al que ellos podían responsabilizar directamente de ciertos males que afectaban sus ciclos de vida da y de trabajo. Sin nombrarlo, intentaban explicarle a Gobeia lo que sucedía cuando llegaban a sus casas o a sus tierras, y hacían gestos con los brazos como si hubieran entablado una lucha feroz contra una fuerza invisible que les golpeará por todas partes. Le contaban con toda suerte de detalles cómo les invadía el sobresalto cuando do olfateaban su aparición después de que una lluvia larga) y copiosa hubiese empapado la tierra; y de qué manera, cuando eso sucedía, iban y venían por los canteros acariciando las hojas y las cepas de las plataneras como si, al hacerlo, las plantas pudieran tomar fuerza y entendieran que debían afrontar ellas solas el peligro (López, 2006, loc. 90-101).

As tentativas de domesticação, controle, classificação e colonização dos povos indígenas estiveram presentes nos invasores europeus e em suas cartas. Para os colonizadores, os povos nativos estavam inclinados naturalmente a aceitarem o cristianismo, visto que pareciam ser dóceis, sem malícia e obedientes. Na *Isla del Viento*, as pacientes do hospital psiquiátrico são tidas como pessoas sem vontade própria, sujeitas ao controle da instituição e ao discurso médico, o qual contribuía para a concepção de que:

-La locura es un aprendizaje igual que lo es el suicidio - decía Cabrera Gartier preocupado por la frecuencia con que algunas pacientes del hospital padecían estos delirios-. La locura se aprende y se aprenden los factores que la provocan. can. Los patrones de la locura se reproducen en el núcleo familiar y las pautas de comportamiento miento se adquieren como se adquieren las alteraciones raciones de la conducta. Al paciente se le ha enseñado señalado que el viento habla, que el viento dice cosas y susurra palabras, y en eso cree. Por otra parte, es evidente que el susurro es la forma más cercana al delirio. Si sopla el viento, el paciente puede oír, escuchar palabras producidas por el golpeteo incesante del mismo sobre las paredes o en los tejados de la casa; y todo ello puede contribuir a desencadenar o a agravar su trastorno (López, 2006, loc. 118-123).

O fragmento anterior aparece quando Dr. Cabrera, um dos médicos que trabalham no hospital da Isla del Viento, compartilha a ideia de que a *loucura* e o suicídio são aprendidos e reforçados por fatores ambientais, como por exemplo, o som do vento. Em uma ambientação mais ampla da narrativa, o discurso insere-se nos debates médicos a respeito dos efeitos das natureza na mente humana. Ingressadas na instituição psiquiátrica, as personagens de López (2006), no olhar da instituição, sofrem alucinações advindas de suas percepções da realidade e de crenças populares.

López (2006), em *Las brujas de la isla del viento*, expressa que há nas ilhas uma repetição de padrões psicológicos, culturais e históricos, que também foram manifestados nas experiências das personagens da sua narrativa. Nesse sentido, traçamos um diálogo com Benítez-Rojo (1989) em relação ao conceito de que a *ilha se repete*, especialmente nos seguintes pontos: para além do espaço geográfico, a ilha constitui um espaço simbólico permeado pelas dinâmicas de controle e exclusão, que apesar de mudarem a forma preservam estruturas de opressão que tanto afetam as vidas das mulheres denunciadas como *bruxas*; as mulheres, por sua vez, zelam pela herança cultural das suas ascendentes, preservando as práticas de curandeiras e dando continuidade às tradições familiares, como pode ser observado através da protagonista Rebeca; o comportamento das personagens são afetados pelo isolamento da ilha e da perpetuação de ciclos de superstição, opressão e violência, como verificado no caso da personagem Maria Josefa, mulher que passou a naturalizar a sua condição de submissão e violência; os problemas psicológicos e psiquiátricos foram metaforicamente associados à intensidade dos ventos, que ciclicamente retornam com intensidade conferindo uma inexorável maldição sobre as mentes.

Como a ideia da *ilha que se repete* ressurgiu nas personagens de López (2006), Encarnación Miralles sofre um grande trauma com a morte da sua filha e passa a cuidar uma boneca como se fosse uma pessoa. Por isso, é internada, contra a própria vontade, no hospital psiquiátrico. Mesmo enlutada, Encarnación busca resistir aos limites impostos pelo isolamento por meio do rompimento dos limites entre o real e o fictício. A personagem Natalia Bermúdez, temida e desejada, abriga padrões históricos de perseguição às mulheres tidas como curandeiras e *bruxas*. O paradoxo

da relação entre os habitantes da ilha e Natália, no misto de temor e desejo, mantém um paralelo com a ambivalência da visão dela sobre o mar, por um lado remete à proteção, por outro remete à ameaça. Rebeca Piñeiro, plasmada por uma história marcada pelo sofrimento e pela violência doméstica, atribui toda a sua experiência traumática à força do destino e ao não cumprimento de votos espirituais. Ruth de León, contadora de histórias infantis, também é ingressada na instituição depois que tenta se atirar de uma ponte. Ruth buscou na arte uma forma de resistência e prosseguiu contando histórias para as outras pacientes no hospital, sendo sua experiência um exemplo do ciclo, envolvendo criação e destruição, sanidade e *loucura*. Isabelita García Ponzano, também internada afirma que sua perturbação mental resulta da ação das *bruxas*, fato que leva Gobeia a justificar cientificamente a relação entre a intensidade dos ventos e a condição mental da paciente. Assim, as personagens de López (2006) repetem-se infinitamente à luz de Benítez-Rojo (1989), à medida que eventos circulares retomam as experiências de perseguição às mulheres e reproduzem heranças familiares, crenças populares, violências históricas e associações entre a feminilidade, a *loucura* e o sobrenatural.

À esta altura do debate e afastando-me um pouco da grande ilha que é a tese doutoral, peço-lhes licença para a incursão da minha personalidade. No ano de 2019, quando ingressei no Programa de Pós-graduação em Letras: Estudos Literários da Universidade Federal de Juiz de Fora, associei-me à Linha de Pesquisa 1: Literatura, Crítica e Cultura sob a orientação e tutoria da Prof^a. Dr^a Silvina Liliana Carrizo. Alguns anos depois, foi incorporada ao programa a Linha de Pesquisa 2, Criação Literária. Embora incluída nas investigações que mantêm como objeto a literatura contemporânea e as abordagens teóricas e críticas sobre a cultura, fui encorajada por Carrizo para deixar que a poesia fluísse em minha escrita acadêmica.

Ao abrir espaço para a criação poética dentro de um percurso teórico, reconheço a potência de tornar visíveis caminhos pelos quais a palavra reage, reascende e resiste. Além das inserções poéticas no decorrer da tese que atuam como fendas férteis no texto crítico e, cuidadosamente escolhidas, dialogam com as temáticas abordadas, essas passagens abrem espaço para a respiração, a intuição e a imaginação. Senti-me, assim, inclinada a um desfecho inusitado: permitir que a poesia prosseguisse criando mundos, mares e arquipélagos, a fim de que as mulheres

reivindiquem o direito de sonhar. Foi nesse gesto que nasceu a criação de uma ilha inteira (ou de um arquipélago), ou, quiçá, de um continente à deriva, em que vozes femininas possam erguer-se, sonhar e reinventar-se.

Assim nasceu a parte final desta tese, intitulada “Nós Somos as Calibanas”, composta por fragmentos poéticos de minha autoria que expandem e tensionam os debates teóricos anteriormente discutidos. Inspirada pela personagem Calibã, de Shakespeare e suas ressignificações, bem como atravessada por vozes críticas do pensamento decolonial e feminista, construí este espaço poético como desdobramento sensível e artístico de reflexão. No desenvolvimento da tese, defendemos que é necessário escutar as margens e, acredito eu, que isso perpassa, também, o modo como estruturamos o conhecimento acadêmico. Por isso, mais do que citar vozes poéticas, decidi escutá-las em mim mesma. Este gesto, embora pessoal, visto que agencia o meu “eu poeta”, é político e teórico, à medida que afirma a criação literária como parte legítima do fazer crítico e da produção de conhecimento.

Portanto, a última sessão da pesquisa não se trata de um desvio, mas de uma continuidade, isto é, o desdobramento do arquipélago simbólico que somos todas nós, mulheres: uma forma de conceder à poesia outros modos de dizer e sonhar. A parte poética não se encerra como apêndice, tampouco como adorno. Ela é corpo vivo das reflexões que percorremos: o encontro entre teoria e vivência, memória e invenção. Segue, então, a primeira parte de um projeto maior, que, futuramente, desejo ampliar, mas que agora, tendo a consciência de que o tempo de leitura não é o mesmo da escrita, confio que a poesia cria *ilhas que se repetem* em nós e opto por ceder-lhe meu pedaço de mar. Que ele ecoe em quem lê como promessa infinita de travessia.

Calibanas, presente!

4.2 NÓS SOMOS AS CALIBANAS!

Episódio 1: As Calibanas e a Ilha de Vera Cruz.

Entre a Europa
e o Novo Mundo
tão velho quanto o Velho
tão novo
quanto água
descascando pedra
monstros marinhos
adormecem
mas as calibanas

Não.

Ato 1**Cena I**

(A bordo de um navio em terra, uma dezena de mulheres, como relâmpagos e moções. Sobrevoam por espaços diferentes. Sem mesmo sair do chão).

CALIBANAS - Encontramos a terra!

CONTRAMESTRE - Terra que desagua nunca vira chão.

(Entra a corujinha-do-xingu)

MEGASCOPS STANGIAE - Da madeira que interrompes, sepultas teus próprios olhos e não minhas mãos.

CALIBANAS - Façamos um jurado, uma confirmação. Deixemos os reis disputarem as pistolas crendo ter encontrado o pão.

carnes abertas
contam histórias

ostra
na concha
mar de dentro

conchas abertas
tem memórias

predador
na charneira
espeta o dedo

cravo-da-índia
pimenta-do-reino
brasileína

carnes inquietas
contam histórias

ostra
na concha
mar de dentro.

Guanahami

Hornos

Hespérides

Canariae

Cabo Verde

Caribae

São Brandão

Hy Brazil

Vera Cruz.

lua chega
minguante e triste
depois do rio
sobe a serra

dorme dorme
coração resiste
recosta teu peito
sob o tear

quando sentir
o barulho do intruso
já é hora
de acordar.

Ato 1**Cena II**

(A bordo de um navio em mar, numa época em que se acreditava na Terra redonda, milhares de navegantes, como pestes e sementes. Avistam o pescoço do Monte que, por detrás das águas, leva dentes)

PEDRO DE GOLVEIA - Encontramos a terra!

CONTRAMESTRE - É hora de escorrer o convés.

PEDRO DE GOLVEIA - Avistar a serra. Preparar o alimento. Terra de ninguém nos dá sustento.

(Caminha o escrivão)

ESCRIVÃO - Eram pardas e todas nuas e o brilho que cobria a pintura, também bordava os cabelos.

É cacho de pólvora
esse colarinho

volumoso

É arapuca

esse punho

bordado a ouro

É invasão

essa língua

A LA TREASON.

bersil

tingiu

o vermelho

TIM TIM

bugiganga

PA PUM

Tornozelo

No escambo

ibirapitanga

ardeu

no prelo.

Ato 2**Cena I**

(Ilha de Vera Cruz. Numa reunião tão secreta quanto o tamanho da lua, as calibanas se reúnem no dorso do Pascal)

AQUALTUNE- É chegada a hora!

IRACEMA - Ganhemos tempo. Cantemos-lhes vertigem.

TERESA- Espacemos neblina, sol que nasce a noite nunca se elimina.

(aproxima-se a corujinha-do-xingu)

MEGASCOPS STANGIAE- São ausentes e selvagens.

o sextante que mede os astros, não suporta nem o calção.

nove naus

três caravelas

uma naveta de mantimentos

da costa à embarcação:

creem ser as bandeirolas

o que sustenta o timão.

estimado Bandeira,
meditei sobre o que pensou Teresa
de suas bandeiras

talvez, sua tosse intempestiva
a tenha afastado
por isso
o restante do corpo
lhe pareceu tão envelhecido

a saber que o removimento
está nos olhos de quem vê

Teresa foi apenas Teresa:
madura genuína
imponente

e se moveu inteira sob as águas.

Ato 2

Cena II

(Em Vera Cruz, como o dia parece noite e a noite parece dia. Uma música envolve o bordão)

MEGASCOPS STANGIAE –

Dançava a bela Iracema,
Para se mostrar fugaz ao tonto que a seguia,
como por escutar o febril encanto,
o cérebro do invasor fervia.

Virando o rosto sujo de nódoa,
Todo banhado em cansaço e espanto
Cair se deixa aos pés da vencedora,
Que desaparece girando o manto.

vi uma menina de argila
no leito do rio
mas não era menina
nem porcelana
apenas uma espiga de milho
penteada

inundada de sol.

palmeira
enxágua pés
de quem já chegou
partindo

palmeira
deságua rio
da mãe que pariu
para ficar.

Ato 2**Cena III**

(Mata adentro. Sol afora. Em busca de Gouveia. Os homens marcham a passo lento. Até que, por descuido acalento, avistam rastros de outrora)

CONTRAMESTRE - Desarmar a água. Preparar a rede. Elevar os braços.

PEDRO GOUVEIA - Ó temerosa senhora, devolvi meu timão.

(Caminha o escrivo)

ESCRIVÃO - Era equivocado e impressionante.

Enquanto o capitão abraçava a árvore, sua baba regava o chão.

'A descoberta da América'

xilogravura

cunhada por Theodor Galle

em 1600

Ao fundo da tela

canibais

Deitada na rede

sedutora languida

América

A sua frente

atônito

Américo Vespúcio

o invasor

Vi sua boca

fórceps

tipo petição pública

para exterminar.

Ato 3**(Cena Final)**

CORUJINHA DO XINGU –

Em Vera Cruz

tempo é sempre presente:

de um a outro lado

planeja invasor torção

Em Vera Cruz

tempo é sempre presente:

a linha que turva serpente

em Serra da Barriga

armou conspiração.

Próximo episódio:

As calibanas e a Serra da Barriga.

para recordar presença,

I.

Após ler *Calibã e a bruxa*
de Silvia Federici,
busquei uma velha capa dura
no degradê de meus livros

A Tempestade, de Shakespeare.

Há uma janela tímida
atrás da moldura
sempre que nos esquecemos de um livro.

Com a ajuda do bisturi
descasquei a tinta exposta
enquanto a pintura, antes coberta
recordou-me presença.

E elas estavam lá
sussurrando mistérios
cujas primeiras leituras
não me permitiram partilhar.

II.

Em 1517,
Hernández de Córdoba
visitou uma ilha
próxima a Yucatán
a qual denominou

Isla Mujeres.

IV.

Vilão raiz
fecunda vilania
em terra alheia.

V.

Na gravura em metal
“Americae Tertia Pars Memorabile Provinciae Brasiliae Historiam”
Theodor de Bry (1592)
os ameríndios da Bahia
alimentam-se
ferozmente
de carne humana.

VI.

A luta contra o inferno
contemplava tapar os seios
das mulheres nuas
até torná-las invisíveis:

elas e seus seios.

VII.

A caça às bruxas
não terminou.

VIII.

A máquina ideológica

perpassa vísceras, mares
terras, pleitos,
papéis,
colchões
mas também viaja
em fibra ótica.

IX.

Sobre os poemas que eu não tive
escrevo

Sobre o amor que não recebi
transcrevo

LU – CI – DA – MEN – TE
sob a mesa

componho as memórias
que não me pertencem

sou um farol em ruínas
à espera de que o barco
navegue sem as águas

Sou um amor que resiste.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ilha

Minha casa
 é real como a Europa
 bifurcada num arquipélago
 Atlântico
 Deserta, montanhosa
 Continental
 latino-americana
 e mágica¹³¹.

Era uma noite quente apesar de ser inverno. Uma viagem a Argentina e Brasil que deveria ser linda. Mas não era. Estávamos lá apenas para que me esquecesse do assunto dos quadros. A fogueira que teu avô fez com meu quadros quando Anselmo disse que havia uma galeria interessada neles. Íamos de mãos dadas, mas eu ia sozinha. Meu marido, o navegador. Sua mulher, pintora de porta para dentro. Passamos dias caminhando pelas praias, conhecendo Florianópolis. E eu às vezes me esquecia da fogueira. Ignacio é Ignacio, para o bem e para o mal. Ignacio é um covarde. Passeamos de barco no entardecer. Ignacio não me pediu perdão. Mas eu o olhava e ali estava meu Ignacio. Ele acredita que tem razão, mas se arrepende da fogueira. Tudo em silêncio. Calada, eu disse que a vida seguia e que ele era meu Ignacio. Voltamos ao hotel e então começou tudo. Perguntei se em Florianópolis tinha metrô e Ignacio disse que não. Então que será esse murmúrio. A. (MORÁN, 2021, p. 16).

Encerramos esta pesquisa evocando a potente passagem de Morán (2021), em que Aida narra à neta Sofia uma viagem à Argentina e ao Brasil. O passeio, que poderia ter sido belo, foi ofuscado pela memória da fogueira: as pinturas queimadas pelo marido, um abusador, a quem a personagem se refere como “navegador”. Aquela foi, possivelmente, a primeira vez que a personagem escutara os ruídos que vem de Dentro. No episódio, o marido põe fim a todas as pinturas da esposa para que não fossem expostas numa galeria. A indagação ao fim do fragmento – “Então será esse murmúrio” – ressoa como um eco de vozes historicamente abafadas. Nossa análise, portanto, partiu desses murmúrios. Bifurcada entre as montanhas de Minas Gerais e

¹³¹ Poema de minha autoria.

os litorais atlânticos, quantas mulheres temos encontrado silenciadas por navegadores e quantas de nós estivemos à mercê das fogueiras que incineraram nossas mãos, e, sobretudo, nossos sonhos.

Nossa pesquisa sustentou-se em autores como Gilroy (1993) e Ramos (2002) para adotar os conceitos da *Comarca Atlântica*, do *Atlântico Negro* e da *atlanticidade*, destacando as trocas culturais e econômicas atlânticas. Gilroy (1993) sugeriu que o Atlântico deve ser compreendido como uma rede de trocas culturais e experiências afro diaspóricas que ultrapassem as fronteiras nacionais, destacando a música, a literatura e as práticas culturais afrodescendentes. Ramos (2002) completou essa visão ao discutir como a combinação de influências africanas, europeias e indígenas enformaram identidades híbridas na América Latina.

A perspectiva de História Atlântica, segundo Armitage (2002) e Ballyn (2005), possibilitou mapear as interações entre comunidades da *macaronésia*, da costa africana e do Caribe. Armitage (2002) propôs que o Atlântico deve ser olhado como um sistema de interconectividade global, que compreende diversas regiões e temporalidades, enquanto Ballyn (2005) expõe o efeito das rotas comerciais e da colonização europeia na formação dessas sociedades, salientando o papel das migrações forçadas e do comércio transatlântico de escravizados na formação das sociedades atlânticas.

Nossa pesquisa também dialogou com Figueiredo (1998) e Hurbon (1987), que debateram a forma como o *imaginário* europeu manteve desigualdades através da *exotização* de populações negras e indígenas. As representações europeias das colônias fortaleceram hierarquias raciais e culturais e os discursos religiosos cristãos favoreceram a marginalização das religiões afro-caribenhas. Nosso estudo amparou-se na ideia de Antônio Benitez Rojo (1988) da *ilha que se repete*, conceito que apresenta as ilhas do Caribe como espaços culturalmente dinâmicos e interconectados. Ao transportar esse conceito para a nossa análise, definimos um paralelo com os processos de *transculturação*, da mesma forma que foram descritos por Ortiz (1940), Glissant (1990) e Rama (1982), e da reafirmação identitária de Césaire (1950). Quando dos estudos sobre *transculturação*, Ortiz (1940) inseriu esse conceito para esclarecer o processo de encontro e transformação cultural entre indígenas, africanos e europeus em Cuba. Para Ortiz, o fenômeno não proveio em

uma mera assimilação, mas em uma transformação ininterrupta das identidades culturais, em que os elementos de diversas culturas não apenas convivem, mas criam maneiras de expressão e pertencimento. Essa ideia foi fundamental para compreendermos as trocas e reconfigurações observadas nas ilhas do Caribe e, em nossa pesquisa, nas Ilhas Canárias. Glissant (1990) aprofundou essa reflexão ao expor o conceito de *creolização* que não se ateu à integração cultural, mas chamou a atenção para a imprevisibilidade e para a complexidade do fenômeno. Para Glissant (1990), a cultura caribenha é um lugar em permanente criação, no qual elementos de diferentes origens são ressignificados e transformados. Diferente de “simples assimilação”, a *creolização* significa um processo dinâmico e de resistência que gera novas identidades e formas de existência.

Rama (1982), por seu lado, colaborou para esse diálogo ao examinar a influência europeia sobre as cidades latino-americanas. Sua teoria da “cidade letrada”, sustentou que a organização urbana e cultural dessas cidades foi formada por uma elite intelectual que procurava copiar padrões europeus, criando espaços que deixavam de lado formas de conhecimento e expressão que não se ajustavam a essa estrutura colonial. Tal pensamento se coaduna com a discussão sobre *transculturação*, pois mostra como a tentativa de imposição de um modelo cultural imperante convivia com formas de resistência à apropriação cultural da parte de grupos marginalizados. Césaire (1950) complementou esse debate ao lançar o conceito de *negritude*, movimento contrário à colonização cultural e enfatizou as raízes africanas das populações negras nas Américas. Diferente de Ortiz (1940) e Glissant (1990), que reafirmam a transformação cultural, Césaire (1950) sugere uma reafirmação da identidade africana como uma ação de resistência ao colonialismo europeu. Sua obra inspirou de forma marcante os movimentos de descolonização e o combate por reconhecimento das tradições afrodescendentes e indígena.

Os intercruzamentos e ligações entre os conceitos esmiuçados demonstram que as culturas caribenha, canária e latino-americana não podem ser entendidas somente como um reflexo da imposição colonial, mas sim como oportunidades de negociação, resistência e criação, em diversas forças atuam ao mesmo tempo. Ao relacionar essas temáticas, buscamos apontar como as literaturas analisadas exprimem e agitam tais dinâmicas, reproduzindo narrativas que discutem e reconfiguram as heranças coloniais.

Assim, afirmamos: a ilha não se reduz a uma condição geográfica. Ela pulsa como símbolo de uma história viva, interconectada e insubmissa. É necessário rompermos o casulo da *insularidade*, lançando nossos olhares e ouvidos para outras ilhas e continentes. Só assim, ao abandonarmos o egocentrismo, será possível mergulhar na *atlanticidade*: essa forma de ser no mundo que se sabe *decolonial*, múltipla, horizontal e em movimento.

Por tudo isto é forçoso afirmar que a ilha não se reduz apenas à dimensão geográfica. À sua volta palpita um mundo que gera múltiplas conexões e que não pode ser descurado sob pena de estarmos a atraí-lo o próprio devir histórico. Há que rasgar o casulo da ilha e postar-se nas torres *avista-navios* e vislumbrar o imenso firmamento que nos conduz a outras ilhas e continentes. Isto só será possível quando ultrapassarmos a fase do egocentrismo e mergulharmos na profundidade do Atlântico à busca da atlanticidade¹³²

¹³² VIEIRA, Alberto. *As Ilhas e o Sistema Atlântico. Anuario de Estudios Atlánticos*. Madrid-Las Palmas, n. 54-I, p. 219-220, 2008. ISSN 0570-4065.

REFERÊNCIAS

ADELMAN, Jeremy. **Sovereignty and Revolution in the Iberian Atlantic**. Princeton: Princeton University Press, 2006.

AGNOLIN, Adane. Os canários: O olhar etnográfico precursor na construção do Brasil. COLOQUIO DE HISTORIA CANARIO-AMERICANA, 14, 2000, Las Palmas de Gran Canaria. **Anais** [...] Las Palmas de Gran Canaria, 2000. p.1818-1828. Disponível em: <https://revistas.grancanaria.com/index.php/CHCA/article/view/8374>. Acesso em 30 mar. 2023.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O Trato dos Viventes: Formação do Brasil no Atlântico Sul, Séculos XVI e XVII**. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Os índios na história do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

ALMEIDA, Suely Creusa Cordeiro. **O sexo devoto: normatização e resistência feminina no Império Português - XVI – XVIII**. Recife, UFPE, 2003.

ALTO, Rômulo Monte. **Descaminhos do moderno em José María Arguedas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

ALVES, Castro. **O navio negreiro**. Revista Brasileira, v. 1, n. 3, p. 101-107, set. 1869.

ALVES, Castro. **Poemas**. 1.^a ed. digital. São Paulo: Melhoramentos, 2015.

ANDERSON, Benedict. **Nação e consciência nacional**. São Paulo: Ática, 1989

ANÔNIMO. Le Canarien. C. 1404-1405. **Manuscrito Egerton 2709**. British Library, Londres.

ANZALDUA, Gloria. **Borderlands=La Frontera**. La nueva mestiza. Madrid: Capitán Swing Libros, 2017.

ANZALDÚA, Gloria. **Borderlands=La Frontera: The New Mestiza**. San Francisco: Aunt Lute Books, 1987.

ANZALDÚA, Gloria.; Moraga, C. **Esta Puente, Mi Espalda: voces de mujeres tercermundistas en los Estados Unidos**. EEUU: Ism Press, 1988.

APPIAH, Kwame Anthony. **In my father's house: Africa in the philosophy of culture**. New York: Oxford University Press, 1992.

APPIAH, Kwame Anthony. **Na casa de meu pai: a África na filosofia da cultura**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

ARAÚJO, Antônia Gabriela Pereira de. Sylvia Wynter: as terras demoníacas (ainda) não lidas no Brasil. **Revista de Antropologia da UFSCar**, v. 15, n. 2, p. 44-69,

2023. Disponível em: <https://www.rau2.ufscar.br/index.php/rau/article/view/4>. Acesso em: 8 ago. 2024.

ARGUEDAS, José María. **El zorro de arriba y el zorro de abajo**. Buenos Aires: Losada, 1971.

ARMITAGE, David. **Three Concepts of Atlantic History**. Armitage, D.; M J Braddick (Ed.). The British Atlantic world, 1500-1800. Houndmills, Basingstoke, Hampshire; New York: Palgrave Macmillan, 2002.

ARMITAGE, David. Tres conceptos de Historia Atlántica. **Revista de Occidente**, Madri, n. 281, p. 7-28, out. 2004. Disponível em: https://scholar.harvard.edu/files/armitage/files/281david_armitage_0.pdf. Acesso em: 25 nov. 2024.

AZNAR VALLEJO, Eduardo. Estado y colonización en la Baja Edad Media. El caso de Castilla. **En la España Medieval**, n.11, Madrid, 1998). p.7-22. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=122229>. Acesso em: 12 maio 2023.

AZNAR VALLEJO, Eduardo. Identidad y alteridad en los procesos de expansión ultramarina: El ejemplo de Le Canarién. **Cuadernos del Cemyr**, n.10, (2002). p.169-83. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/autor?codigo=115947>. Acesso em: 12 maio 2023

AZNAR VALLEJO, Eduardo. **La colonización de las islas Canarias en el siglo XV**. En la España medieval 8 (1986) p.197-201 Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/autor?codigo=115947>. Acesso em: 12 maio 2023.

AZNAR VALLEJO, Eduardo. La transmisión del señorío de Canarias en el siglo XV. Nuevos documentos y nuevas perspectivas. COLOQUIO DE HISTORIA CANARIO-AMERICANA, 15, 2002, Las Palmas de Gran Canaria. **Anais [...]** Las Palmas de Gran Canaria, 2002. p.1939-69. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/autor?codigo=115947>. Acesso em: 12 maio 2023

AZNAR VALLEJO, Eduardo. **Canarias en los orígenes de la civilización atlántica**. 2020. Disponível em: https://www.museosdetenerife.org/mha-museo-de-historia-y-antropologia/wp-content/uploads/sites/4/2020/12/Bierehite2019_05.pdf . Acesso em: 03 jan. 2022.

AYALA, Felipe Guamán Poma de; Franklin Pease G. Y. **Nueva Corónica Y Buen Gobierno**.v.2. Caracas, Venezuela: Biblioteca Ayacucho, 1980. p.11

BACHELARD, Gaston. **A água e os sonhos**: ensaio sobre a imaginação da matéria. (Trad.de Antônio de P.Danesi). São Paulo: Martins Fontes, 1998.

BACHELARD, Gaston. A poética do espaço. In: BACHELARD, Gaston. **Coleção os pensadores**. v.38. Trad. Joaquim José de Moura Ramos et al. São Paulo: Abril Cultura, 1978.

BACHELARD, Gaston. **A psicanálise do fogo.** (Trad. de Paulo Neves). São Paulo: Martins Fontes, 1994.

BACHELARD, Gaston. **A terra e os devaneios da vontade:** ensaio sobre a imaginação das forças. (Tradução de M^a Ermantina Galvão). São Paulo: Martins Fontes, 2001.

BACHELARD, Gaston. **A terra e os devaneios do repouso:** ensaios sobre as imagens da intimidade. (Trad. de Paulo N. da Silva). São Paulo: Martins Fontes, 1990.

BACHELARD, Gaston. **O ar e os sonhos:** ensaio sobre a imaginação do movimento. (Trad. de Antonio de P. Danesi). São Paulo: Martins Fontes, 2001

BAILY, Bernard. **Atlantic History:** concept e contours. Massachusetts: Harvard University Press, 2005.

BAILY, Bernard. **The barbarous years:** The peopling of British North America: The conflict of civilizations, 1600-1675. New York: Knopf, 2012.

BAILY, Bernard. **The Ideological Origins of the American Revolution.** Cambridge: Harvard University Press, 1967.

BAILY, Bernard. **The origins of American politics.** New York: Alfred A. Knopf, 1967.

BAPTISTA, Jean Tiago; WICHES, Camila Azevedo de Moraes; BOITA, Tony Willian. Mulheres Indígenas nas Missões: Patrimônio silenciado. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.27, n.3, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/1806-9584-2019v27n356150>. Acesso em: 18 mar. 2023.

BARKER, Anthony. **The African Link:** British Attitudes to the Negro in the Era off the Atlantic Slave Trade, 1550-1807. Londres : Frank Cass, 1978.

BARTHE, Roger. **L'idée latine.Toulouse:** Institut d'études occitanes, 2^a.ed.,1962.

BENÍTEZ-ROJO, Antonio. **La isla que se repite:** El Caribe y la perspectiva posmoderna. Madrid: Siglo XXI Editores, 1989.

BHABHA, H. **El lugar de la cultura.** Buenos Aires: Manantial, 2002.

BIDEZ BIDE. **Poesia decolonial.** Donostia-San Sebastián: Bidez Bide, 2021.

BITTERLI, Urs. **Los “salvajes” y los “civilizados”:** el encuentro de Europa y Ultramar. México: Fondo de Cultura Económica, 2005.

BLAEUW, Guiljelmo. **Africae nova description.** Herskovits Library of African Studies, Northwestern University Libraries. Map and Atlas Collection. 1635.

Disponível em: <https://dc.library.northwestern.edu/items/26314652-a35d-41d4-80cc-f40de15a3631>. Acesso: 22 fev. 2025.

BOILLEY, Pierre ; THIOUB, Ibrahima. **Pour une histoire africaine de la complexité**. In : AWENENGO, Séverine ; BARTHÉMY, Pascale ; TSHIMANGA, Charles (eds.). *Écrire l'histoire de l'Afrique autrement ?* Paris: L'Harmattan, 2004.

BONFIL BATALLA, Guillermo. **México profundo: una civilización negada**. México: Editorial Grijalbo, 1987.

BONNET REVERÓN, Buenaventura. Don Luis de la Cerda, Príncipe de la Fortuna. **El Museo Canario**. [s.l.] v.19-20, n.65-72, p. 43-104, 1958-1959. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2541141>. Acesso em: 10 mar. 2024.

BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. São Paulo: Difel, 1985.

BRAUDEL, FERNAND. **La Méditerranée et le Monde Méditerranéen à l'Époque de Philippe II**. Paris: Librairie Armand Colin, 1949.

BRY, Johann-Theodor de, Artist. **View of Santo Domingo under Siege**. Dominican Republic Santo Domingo, 1599. Frankfurt: de Bry. Photograph. Disponível em: <https://www.loc.gov/item/2021670164/>. Acesso em: 01 de fev. 2025

BRY, Johann-Theodor de. **Ceremoniae Barbaroru in Incantationibus**. 1634. Photograph. Disponível em: <https://www.loc.gov/item/2003669976/>. Acesso em: 01 de fev. 2025

BRY, Johann-Theodor de. **The women and children nude Indians eat the intestines of the killed prisoner**. 1593. Photograph. Disponível em: <https://www.loc.gov/item/2007677261/>. Acesso em: 01 de fev. 2025

BRONSTEIN, José. **História do Atlântico**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

BROWN, A. S. **Madeira, Islas Canarias y Azores**. Introducción de Isabel González Cruz; traducción de Isabel Pascual Febles y Sonia del Carmen Bravo Utrera. Las Palmas de Gran Canaria: Ediciones del Cabildo de Gran Canaria, 2000. ISBN 978-84-8103-201-7.

BURKE, Peter. **A Revolução Francesa da Historiografia: A Escola dos Annales (1929- 1989)**. 2º Ed. São Paulo: Unesp, 1992.

BURKE, Peter. *O que é história cultural?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

BUTLER, Judith. **Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?** 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

CABANILLAS DE RODRÍGUEZ, Berta. **El puertorriqueño y su alimentación a través de su historia** (siglos XVI a XIX). San Juan de Puerto Rico: Instituto de Cultura Puertorriqueña, 1973.

CABANILLAS DE RODRÍGUEZ, María. **Historia de la agricultura en el Caribe**. Madrid: Ediciones Caribe, 1973.

CABRAL, Amílcar. **Análise de alguns tipos de resistência. Bolama**, Guiné-Bissau: Imprensa Nacional, 1979. p. 136.

CANCLINI, Néstor García. **Culturas híbridas: Estrategias para entrar y salir de la modernidad**. 1. ed. México: Editorial Grijalbo, 1990.

CANCLINI, Néstor García. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. Tradução de Ana Regina Lessa e Heloísa Pezza Cintrão. São Paulo: EdUSP. 2003.

CARRIZO, Silvina Liliana. Projetos literários: Subjetividades, linguagens e territórios. *In*: CARRIZO, Silvina Liliana; NORONHA, Jovita Maria Gergheim (Org.). **Relações Literárias Interamericanas: Território e Cultura**. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2010.

CARTA al Cabildo de Sevilla. *In*: **COLECCIÓN DOCUMENTAL DEL DESCUBRIMIENTO**. Tomo I. Madrid: Real Academia de la Historia; CSIC; Fundación MAPFRE América, 1994. p. 504-521.

CARTAGENA PORTALTÍN, Aída. **Poemas de la mujer sola**. 1. ed. San Juan: Editorial Universitaria, 1967.

CASIMIR, J. **La culture Opprimée** : Port-au-Prince. Haiti: Media-Texte Fokal, 2006.

CASIMIR, J. O Haiti e suas elites: o interminável diálogo de surdos. **Revista Universitas: relações internacionais**. Brasília, v. 10, n. 2, p. 1-22, jul./dez. 2012.

CASSÁ, Roberto. **Los índios de las Antillas**. Santo Domingo: Editora Dominicana, 1992.

CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSGOUEL, R. **El giro decolonial**. Reflexiones para una diversidad epistémica y globalización en debate. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2007.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da História**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da história**; tradução de Maria de Lourdes Menezes - Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CERTEAU, Michel de. **L'Écriture de l'Histoire**. Paris : Gallimard, 1975.

CÉSAIRE, Aimé. **Discours sur le colonialisme**. Paris : Présence Africaine, 1955.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. Tradução de Anísio Garcez Homem. Florianópolis : Letras Contemporâneas, 2010.

CÉSAIRE, AIMÉ. **Cahier d'un retour au pays natal**. Paris : Présence Africaine, 1947.

CÉSAIRE, Aimé. **Diário de um retorno ao país natal**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

CÉSAIRE, Aimé. **Discours sur le colonialisme**. Paris : Éditions Réclame, 1950.

CÉSAIRE, Aimé. **Discours sur le colonialisme**. Paris : Présence Africaine, 1955.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. Tradução de Anísio Garcez Homem. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2010.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. Tradução de Claudio Willer. Ilustrações de Marcelo D'Saete. São Paulo: Veneta, 2020.

CHAKRABARTY, Dipesh. **Provincializando a Europa: o pensamento pós-colonial e a diferença histórica**. Trad. Lúcia Costa. São Paulo: Editora Unesp, 2007.

CHAKRABARTY, Dipesh. **Provincializing Europe: postcolonial thought and historical difference**. Princeton: Princeton University Press, 2000.

CHAMOISEAU, Patrick e CONFIANT, Raphael. **Lettres créoles : tracés antillaise et continentales de la littérature**. Paris: Gallimard, 1999.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CHAUNU, Pierre. **La colonización de América: Una reflexión histórica**. Madrid: Fondo de Cultura Económica, 1992. ISBN 968-16-5524-1.

CHAUNU, Pierre. **Séville et l'Atlantique, 1504-1650**. 8 vols. Paris : SEVPEN, 1955-1959.

CHAUNU, Pierre. **Séville et l'Atlantique**. Paris : École Pratique des Hautes Études, 1955-1960. 12 v.

CLAVE, Montse. **El sabor en la ruta de Colón**. Barcelona: Libros de allende, 2002.

CLAVIJO, José de Vieira y. **Historia de Canarias**. 1. ed. Madrid: Imprenta de Blas Román, 1772.

COELHO, Amanda Fabiana Santos. **O imaginário das ilhas atlânticas no universo medieval islâmico-cristão**. Dissertação de Mestrado em História do Mediterrâneo e Medieval. Lisboa Março de 2015. Disponível em: https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/24321/1/ulfl207957_tm.pdf. Acesso em: 8 out. 2023.

COLOMBO, Cristóvão. **Carta a Luis de Santángel**. Tradução de Vera G. Nascimento. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

COLOMBO, Cristóvão. **Relaciones y Cartas**. 1493.

COLÓN, Cristóbal. **Diario de a bordo**. Barcelona: Peregrino de Roca, 1493.

CONCEPCIÓN LORENZO, Nieves María. Direcciones atlánticas de nuestro imaginario. Una aproximación al territorio de Antonio López Ortega. *In*: GARCÍA

RAMOS, Juan-Manuel (org.). **Los otros diálogos atlánticos**. Las Palmas de Gran Canaria: Fundación Canaria MAPFRE GUANARTEME, 2013.

CORONELLI, Vincenzo Maria. **Isole Canarie già dette Fortunatae insulae**. Venecia, 1697. Disponível em: <https://www.ign.es/web/catalogo-cartoteca/resources/html/016519.html>. Acesso: 29 mar. 2023

CORTÉS, O Carbonell i. **Traducir al Otro**: Traducción, exotismo, post-colonialismo. Cuenca: Ediciones de la Universidad de Castilla-La Mancha, 1997.

CUNEO, Michele de. Relato de Michele de Cuneo. *In*: TREVIZAN, Sérgio. **A conquista da América**. Tradução de Sérgio Tellaroli. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

CUNEO, Michele de. **Relato de viagem**. Apud TODOROV, Tzvetan. A conquista da América: a questão do outro. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das letras. 1992.

D'ABBEVILLE, Claude. **História da missão dos padres Capuchinhos na ilha do Maranhão e terras circunvizinhas**; tradução de Sérgio Milliet. - Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2008. 404 p. -- (Edições do Senado Federal; v. 105). Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/576068>. Acesso em: 30 mar. 2024.

DAVIES, Carole Boyce. **Black Women, Writing and Identity**: Migrations of the Subject. London: Routledge, 1994.

DAVIS, Forest. **The Atlantic System**: The Story of Anglo-American Control of the Seas. New York: D. Appleton-Century Company, 1941.

DAVIS, Ralph. **The rise of the Atlantic economies**. Ithaca, NY: Cornell University Press, 1973.

DELGADO, José Ascensión. Canarias en la antigüedad como problema histórico. Tabona: **Revista de Prehistoria y de Arqueología**, 2012. p. 12-13.

DELGADO, Juan Alvares. "Las «Islas Afortunadas» en Plinio." **Revista de historia**, tomo 11, núm. 69 (1945): 26-61.

DELGADO, P. Castaneda (1979). «Pleitos sobre diezmos del azúcar en Santo Domingo y en Canarias» in **II CHCA**, vol. II. Las Palmas de Gran Canaria, pp. 247-272.

DÍAZ, María Elena. **The Virgin, the King, and the Royal Slaves of El Cobre: Negotiating Freedom in Colonial Cuba, 1670–1780**. Stanford: Stanford University Press, 2000.

DIÉGUES, Antonio Carlos. **Ilhas e mares: simbolismo e imaginário**. São Paulo: Hucitec, 1998.

DUSSEL, Enrique. **1492 o encobrimento do outro: a origem do mito da modernidade**. Petrópolis: Vozes, 1993.

ELIADE, Mircea. **Imagens e símbolos**. Ensaio sobre o simbolismo mágico-religioso. São Paulo : Martins Fontes, 1996.

ELIADE, Mircea. **Images et symboles** : essai sur le symbolisme magique et religieux. Paris: Editions Payot, 1952.

ELIADE, Mircea. **O sagrado e o profano: a essência das religiões**. São Paulo : Martins Fontes, 2008a.

ELIADE, Mircea. **Occultisme, sorcellerie et symbolisme** : essais sur l'histoire des religions. Paris: Payot, 1954.

ELIADE, Mircea. **Ocultismo, bruxaria e correntes culturais: ensaios em religiões comparadas**. Belo Horizonte: Interlivros, 1979b.

ELIADE, Mircea. **Tratado de História das religiões**. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

EL MUSEO CANARIO. **Colección de arqueología de Gran Canaria, Registro 2812**. J. Cuenca Sanabria, conservador de El Museo Canario y miembro del Servicio de Protección del Patrimonio Arqueológico durante la fecha del ingreso. Disponível em: <https://www.elmuseocanario.com/figura-4-coleccion-de-arqueologia-de-gran-canaria/?catp=14> .Acesso em: 9 maio 2024.

ENCISO, Andrea Juliana. **Derivas de la piel**. Barranquilla, Colombia: Mackandal Ediciones S A.S, 2020. E-book Kindle.

ESCRIBÁ MAROTO, Almudena. Subalternidad y prácticas feministas en América Latina. 47ª Sesión de la Comisión sobre Población y Desarrollo. **Revista Internacional de Comunicación y Desarrollo (RICD)**. v.1, n.4, p.61-73, 2016. Disponível em: <https://revistas.usc.gal/index.php/ricd/article/view/3301>. Acesso em: 14 abr. 2024.

EVARISTO, Conceição. Gênero e etnia: uma escre(vivência) de dupla face. In: MOREIRA, Nadilza Martins de Barros; SCHNEIDER, Liane (orgs.). **Mulheres no**

mundo: etnia, marginalidade e diáspora. João Pessoa: Ideia/Editora Universitária - UFPB, 2005. P. 201 – 212.

EWBANK, Inga-Stina. **The Tempest and After.** Shakespeare Survey: An annual survey of Shakespeare studies and productions, n. 43. Cambridge: Cambridge University Press, 1991. p. 109-119.

FANON, Frantz. 1952. **Pele negra, máscaras brancas.** Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FANON, Frantz. 1961. **Os condenados da terra.** Tradução de José Laurêncio de Melo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FANON, Frantz. **Les Damnés de la Terre.** Paris : François Maspero, 1961.

FANON, Frantz. **Peau noire, masques blancs.** Paris : Éditions du Seuil, 1952.

FARRACH, Ninfa. **Con el tiempo en silencio.** Managua: Editorial Unión, 1983.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva.** Tradução Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.

FEDERICI, Silvia. **Caliban and the Witch: Women, the Body and Primitive Accumulation.** Brooklyn, NY: Autonomedia, 2004.

FERREIRA, Roquinaldo. África durante o comércio negreiro. *In*: SCHWARZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos Santos (Orgs.). **Dicionário da escravidão e da liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 51-63.

FIGUEIREDO, Eurídice. **Construção de identidades pós-coloniais na literatura antilhana.** Niterói : EDUFF, 1998.

FOUCAULT, Michel. **Folie et Dérison: Histoire De La Folie À L'âge Classique.** Paris : Union Générale d'Éditions, 1961.

FOUCAULT, Michel. **Naissance de la clinique : une archéologie du regard médical.** Paris: Presses Universitaires de France, 1963.

FRASER, Nancy. **Cannibal Capitalism.** “How Our System Is Devouring Democracy, Care, and the Planet—and What We Can Do about It”. London/New York:Verso, 2022.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva.** Tradução Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala.** Rio de Janeiro: José Olympio, 1933.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal.** 48ª ed. rev. - São Paulo: Global, 2005.

FRUHAUF GARCIA, Elisa. Conquista, sexo y esclavitud: en la cuenca del río de La Plata: Assuncion y São Vicente a mediados del siglo XVI. **Americanía: Revista De Estudios Latinoamericanos**, n.2, p.39–73, 2015 Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5232347>. Acesso em: 8 jul. 2023.

FRUTUOSO, Gaspar. **Livro Primeiro das Saudades da Terra**. Ponta Delgada: Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1984.

GALDOS, G. Camacho Y Pérez (1961). **El cultivo de la caña de azúcar y la industria azucarera en Gran Canaria (1510-1535)**. Anuario de Estudios Atlánticos, 7, pp. 35-38.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Tradução de Galeano de Freitas. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

GALEANO, Eduardo. **Las venas abiertas de América Latina**. México: Siglo XXI Editores, 1971.

GALINDO, Juan De Abreu. **Historia de la conquista de las Islas Canarias**. 1779.

GANDAVO, Pero de Magalhães. **Tratado da Terra do Brasil: história da província Santa Cruz, a que vulgarmente chamamos Brasil**. - Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2008. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/188899>. Acesso em: 15 jul. 2023

GARCÍA FERNÁNDEZ, Javier. 2023. “Descolonizar el pasado. Perspecivas críticas con los legados coloniales en la historia y la historiografía”. Antípoda. **Revista de Antropología y Arqueología** 51: 51-75. <https://doi.org/10.7440/antipoda51.2023.03>

GARCÍA PARIS, Julia. **Intercambio y difusión de plantas de consumo entre El Nuevo y Viejo Mundo**. Madrid: Ministerio de Agricultura, Pesca Y Alimentación, 1991, p. 262.

GARCÍA RAMOS, Juan Manuel. **Atlanticidad: Canarias y la comarca cultural atlántica**. La Laguna: Altasur, 2002.

GARCÍA RAMOS, Juan Manuel. **Por un imaginario atlántico**. Caracas: Monte Ávila Editores, 1996a.

GARCÍA RAMOS, Juan-Manuel (Org.). **Los otros diálogos atlánticos**. Las Palmas de Gran Canaria: Fundación Canaria MAPFRE GUANARTEME, 2013.

GARCÍA RAMOS, Juan-Manuel. **Introducción al imaginario atlántico**. El caso de José Antonio Rial. *In*: GARCÍA RAMOS, Juan-Manuel. Sobre el imaginario narrativo atlántico. Santa Cruz de Tenerife: Ediciones Idea, 2012. p.

GARCÍA RAMOS, Juan-Manuel. **La Comarca Cultural Atlántica: La relación de los espacios insulares y continentales en el mundo atlántico**. Las Palmas: Cabildo de Gran Canaria, 1996.

GARCÍA RAMOS, Juan-Manuel. **Por un imaginario atlántico**. Las Palmas: Cabildo de Gran Canaria, 1996.

GARCÍA RAMOS, Juan-Manuel. **Ensayos del Nuevo Mundo**. Las Palmas de Gran Canaria: Cabildo Insular de Gran Canaria, 1993.

GARCÍA RAMOS, Juan-Manuel. Introducción al imaginario atlántico. El caso de José Antonio Rial. *In*: GARCÍA RAMOS, Juan-Manuel. **Sobre el imaginario narrativo atlántico**. Santa Cruz de Tenerife: Ediciones Idea, 2012.

GARCÍA RAMOS, Juan-Manuel. **La Comarca Cultural Atlántica**: La relación de los espacios insulares y continentales en el mundo atlántico. Las Palmas: Cabildo de Gran Canaria, 1996b.

GARCÍA RAMOS, Juan-Manuel. **Por un imaginario atlántico**. Las Palmas: Cabildo de Gran Canaria, 1996.

GARCÍA RAMOS. **Atlanticidad. Canarias y la Comarca Cultural Atlántica**. La Laguna: Altasur, 2002.

GARCÍA, Verónica. **El universo de los naufragos**. Ilustrações de Juan Carlos Pérez Déniz. Las Palmas de Gran Canaria: El Museo Canario, 2000. 52 p. (Coleção San Borondón).

GASPAR, Antonio Tejera. **La Gomera**: el silbo y su enseñanza. 1. ed. La Gomera: Cabildo Insular de La Gomera, 2006.

GAVIÃO, L. Raízes da América Latina: origens e fundamentos de uma identidade. **Revista de História**, [S. l.], n. 180, p. 1-36, 2021. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.rh.2021.171183. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/171183>. Acesso em: 20 jan. 2023.

GEREMIA, Claudia Stella Valeria. **Las Islas Canarias en la Edad Moderna**: tierra de brujas, hechiceras y santiguadoras africanas (siglos XVI-XVIII). **COLOQUIO DE HISTORIA CANARIO-AMERICANA**, 25, 2022, Las Palmas de Gran Canaria. **Anais [...]** Las Palmas de Gran Canaria, 2022. Disponível em: <https://revistas.grancanaria.com/index.php/chca/article/view/11006>. Acesso em: 20 abr. 2024.

GILROY, PAUL. **O Atlântico Negro**. Modernidade e dupla consciência, São Paulo, Rio de Janeiro, 34/Universidade Cândido Mendes – Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2001.

GILROY, PAUL. **The Black Atlantic: modernity and double consciousness**. Cambridge: Harvard University Press, 1993.

GINZBURG, Carlo. **Il formaggio e i vermi**: Il cosmo di un mugnaio del '500. Torino: Einaudi, 1976.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes: o cosmos de um moleiro do século XVI.** Tradução de Maria Betânia Amoroso. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GLISSANT, Édouard. “**Traduire** : relire, relier (Conférence inaugurale)”. In : Onzième assises de traduction littéraire, n° 11, Arles. Paris : Actes Sud, pp. 45-46, 1995a.

GLISSANT, Édouard. 10 mai. **Mémoires de la traite négrière, de l’esclavage et de leurs abolitions.** Paris: Galaade/Institut du Tout-Monde, 2010a.

GLISSANT, Édouard. **Introdução a uma poética da diversidade.** Trad. Enilce do Carmo Albergaria Rocha. Juiz de Fora : Editora UFJF, 2005a.

GLISSANT, Édouard. **Introduction à une poétique du Divers.** Montreal: Presses de l’Université de Montreal, 1995b.

GLISSANT, Édouard. L’imaginaire des langues. Entretiens avec Lise Gauvin (1989-2009). Paris: Gallimard, 2010b. 215 **TradTerm**, São Paulo, v. 39, p. 196-215. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/tradterm>. Acesso em: 22 mar. 2023.

GLISSANT, Édouard. **La Cohée du Lamentin.** Paris : Gallimard, 2005b.

GLISSANT, Édouard. **O pensamento do tremor – La Cohée du Lamentin.** Trad. Enilce do Carmo Albergaria Rocha e Lucy Magalhães. Juiz de Fora : Editora UFJF, 2014.

GLISSANT, Édouard. **Philosophie de la Relation.** Poésie en étendue. Paris : Gallimard, 2009.

GLISSANT, Édouard. “**Les nouvelles données de l’écriture**”. In : Société et littérature antillaise aujourd’hui. Perpignan, França: Cahiers de l’Université de Perpignan, n° 25, pp. 109-110, 1997a.

GLISSANT, Édouard. “**Traduire** : relire, relier (Conférence inaugurale)”. In : Onzième assises de traduction littéraire, n° 11, Arles. Paris : Actes Sud, pp. 45-46, 1995a.

GLISSANT, Édouard. 10 mai. **Mémoires de la traite négrière, de l’esclavage et de leurs abolitions.** Paris : Galaade/Institut du Tout-Monde, 2010a.

GLISSANT, Édouard. **El discurso antillano.** Caracas: Monte Ávila Editores Latinoamericana, 2002.

GLISSANT, Édouard. **Introdução a uma poética da diversidade.** Trad. Enilce do Carmo Albergaria Rocha. Juiz de Fora : Editora UFJF, 2005a.

GLISSANT, Édouard. **Introduction à une poétique du Divers.** Montreal: Presses de l’Université de Montreal, 1995b.

GLISSANT, Édouard. **L’imaginaire des langues.** Entretiens avec Lise Gauvin (1989-2009). Paris : Gallimard, 2010b. 215 **TradTerm**, São Paulo, v. 39, p. 196-215.

GLISSANT, Édouard. **La Cohée du Lamentin**. Paris : Gallimard, 2005b.

GLISSANT, ÉDOUARD. **La lézarde**. Paris : Éditions du Seuil, 1958.

GLISSANT, Édouard. **La terre, le feu, l'eau et les vents**. Une anthologie de la poésie du Tout-Monde. Paris : Galaade, 2010c.

GLISSANT, Édouard. **La terre, le feu, l'eau et les vents**. Une anthologie de la poésie du Tout-Monde. Paris : Galaade, 2010c.

GLISSANT, Édouard. **Le discours antillais**. Paris : Seuil, 1981.

GLISSANT, Édouard. **O pensamento do tremor – La Cohée du Lamentin**. Trad. Enilce do Carmo Albergaria Rocha e Lucy Magalhães. Juiz de Fora : Editora UFJF, 2014.

GLISSANT, Édouard. **Philosophie de la Relation**. Poésie en étendue. Paris : Gallimard, 2009.

GLISSANT, Édouard. **Poética da relação**. Lisboa: Sextante, 2011.

GLISSANT, Édouard. **Poética da Relação**. Trad. Manuela Mendonça. Porto: Sextante Editora, 2011.

GLISSANT, Édouard. **Poétique de la Relation**. Paris : Gallimard, 1990.

GLISSANT, Édouard. **Sol de la consciencia**. Barcelona: Ediciones del Cobre, 2004.

GLISSANT, Édouard. **Tout-Monde**. Paris : Gallimard, 1993.

GLISSANT, Édouard. **Traité du Tout-Monde**. Paris : Gallimard, 1997b.

GLISSANT, Édouard. **Tratado del todo-mundo**. Barcelona: Ediciones del Cobre, 2006.

GLISSANT, ÉDOUARD. **Une nouvelle région du monde**. Paris : Gallimard, 2007.

GODECHOT, JACQUES. **Histoire de l'Atlantique**. Paris : Éditions Gallimard, 1947.

GODINHO, V. M. **L'économie de l'empire portugais aux XVe et XVIe siècles**. Paris: S.E.V.P.E.N., 1969.

GONÇALVEZ, Ana Beatriz. Transnacionalismo e diáspora: A escrita feminina negra nas Américas. *In*: CARRIZO, Silvina Liliana; NORONHA, Jovita Maria Gergheim (Org.). **Relações Literárias Interamericanas: Território e Cultura**. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2010.

GONZÁLEZ SEGURA, Alejandro, Manuel Padorno. **La Palabra iluminada** (Antología 1955-2007), Madrid, Catedra, 2011.

GONZALEZ SEGURA, Alejandro. **Manuel Padorno**. La Palabra iluminada (Antología 1955-2007), Madrid, Cátedra, 2011.

GREENE, Jack P.; MORGAN, Philip D. **Atlantic History: A Critical Appraisal** (Reinterpreting history). Oxford University Press, 2009.

GRUPO LATINOAMERICANO DE ESTUDIOS SUBALTERNOS (1998). "**Manifiesto inaugural**", em CASTRO-GÓMEZ, Santiago & MENDIETA, Eduardo (orgs). Teorías sin disciplina: latinoamericanismo, poscolonialidad y globalización en debate. México: Miguel Ángel Porrúa.

GRUZINSKI, Serge. **As quatro partes do mundo**. História de uma mundialização. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2014.

GUHA, Ranajit. **Aspectos elementares da insurgência camponesa na Índia colonial**. Trad. José Rubens S. Pinto. São Paulo: UNESP, 2002.

GUHA, Ranajit. **Elementary aspects of peasant insurgency in colonial India**. 1977.

GUILLÉN, Claudio, **Las múltiples moradas**, Barcelona, Tusquets, 2007.

HALDINGHAM, Ricardo de. **Hanc quam videtis terrarum orbis tabulam**: descriptio delineavitque Ricardus de Haldingham sive de Bello dictus. 1300. Escala indeterminada. Disponível em: <https://www.ign.es/web/catalogo-cartoteca/resources/html/031094.html>. Acesso em: 01 fev. 2024

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HAMILTON, Earl J. **American treasure and the price revolution in Spain, 1501-1650**. Cambridge: Harvard University Press, 1934.

HARNECKER, Marta. **América Latina: Historia, Teoría y Praxis**. México: Siglo XXI Editores, 1984.

HARTMAN, Saidiya. **Perder a mãe: uma jornada pela rota atlântica da escravidão**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

HERNANDEZ GONZALEZ, M. (1994). «**Madeira, Canarias y las islas del Caribe**. La difusión de las ideas a través de las relaciones mercantiles en el siglo XVIII», in *As Sociedades Insulares no contexto das Interinfluências Cultural do Século XVIII*. Funchal, pp. 159-184.

HERNÁNDEZ GONZÁLEZ, Manuel: **La emigración canaria a América**, Gobierno de Canarias, Centro de la Cultura Popular Canaria, La Laguna, 1998.

HERNÁNDEZ, Marcos Martínez. **Las Islas Canarias en la antigüedad clásica: mito, historia e imaginario**. La Laguna: Centro de la Cultura Popular Canaria, 2002. 267 p. ISBN 84-7926-371-7.

HIRSCHMAN, Albert O. **Auto-subversão**: teorias consagradas em xeque. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

HIRSCHMAN, Albert O. **El bárbaro imaginario**. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.

HOLANDA, Sergio Buarque. **Raízes do Brasil**. – 27ª ed. São Paulo: Companhia das letras, 2014.

HULME, P. Colombo e os Canibais. **História Social**, [S. l.], n. 8/9, p. 13–53, 2011. DOI: 10.53000/hs.vi8/9.368.

HULME, PETER. **Colonial encounters**: Europe and the native Caribbean, 1492-1797, London and New York: Methuen, 1986.

HURBON, LAËNNEC. **El bárbaro imaginario**. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.

HURBON, LAËNNEC. **Le barbare imaginaire**. Paris : Les Éditions du Cerf, 1987.

HYATT, Vera Lawrence; NETTLEFORD, Rex (ed.). **Race, Discourse, and the Origin of the Americas**: A New World View. Washington, D.C.: Smithsonian Institution Press, 1995.

IGLÉSIAS, Francisco. Encontro de duas culturas: América e Europa. Comunicação apresentada no **Simpósio El Descubrimiento de Occidente**, em Sevilha, Espanha, 1992.

JAMES, C. L. R. **Os jacobinos negros**: Toussaint L'Ouverture e a revolução de São Domingos. Tradução de Afonso Teixeira Filho. 1 reimp. São Paulo: Boitempo, 2007.

JULIÁ, EDGARDO RODRÍGUEZ. **La guagua aérea**. San Juan: Ediciones Huracán, 1994.

JULIO, Suelen Siqueira. **Damiana da Cunha**: uma índia entre a "sombra da cruz" e os caiapós do sertão (Goiás, c.1780-1831). Niterói: Eduff, 2017.

JÚNIOR, Almir D. de Carvalho. Índios cristãos no cotidiano das colônias do norte (séculos XVII e XVIII). **Revista de História São Paulo**, nº 168, p. 69-99, janeiro / junho 2013.

KANAS, ALAN L.; MCNEILL, J. R. **Atlantic American Societies from Columbus through Abolition**, 1492-1888. London: Routledge, 1992.

KI-ZERBO, JOSEPH. **Histoire de l'Afrique noire**. Paris : Hatier, 1981.

KLEIN, Herbert S. **Middle Passage**: Comparative Studies in the Atlantic Slave Trade, Princeton University Press, Princeton, 1978.

KLEIN, Herbert S. **Demografia da escravidão**. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos Santos (orgs.). Dicionário da escravidão e liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

KLEIN, Herbert; LESTON, Eduardo Paz. **Sociedades esclavistas en las Americas: un estudio comparativo**. Desarrollo Económico, v. 6, n. 22/23, p. 227 – 245, 1966.

KNIGHT, FRANKLIN W. **The Caribbean: The Genesis of a Fragmented Nationalism**. Oxford: Oxford University Press, 1978.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto/Ed. PUC-Rio, 2006.

KRAUS, Michael. **The Atlantic civilization: eighteenth-century origins**. Ithaca, NY: Cornell University Press, 1949.

KUSCH, Rodolfo. **América profunda**. Buenos Aires: Hachette, 1962.

LAS CASAS, BARTOLOMÉ DE. **Brevísima relación de la destrucción de las Indias**. Sevilla: Sebastián Trugillo, 1552.

LAS CASAS, BARTOLOMÉ DE. **Historia de las Indias**. Ed. Pascual de Gayangos. Madrid: Biblioteca de Autores Españoles, 1875-1876. 3 v.

LAW, R. **The Slave Coast of West Africa 1550-1750: The Impact of the Atlantic Slave Trade on an African Society**, Clarendon Books, Oxford, 1991.

LAW, Robin; MANN, Kristin. **West Africa in the atlantic community: the case of the Slave Coast**. The William and Mary Quarterly. Third Series, v. 56, n.2, p. 307-334, apr. 1999.

LE GOFF, JACQUES **A Civilização do Ocidente Medieval**. Tradução de José Barata-Moura. Lisboa: Edições Estampa, 1979.

LE GOFF, JACQUES. **La Civilisation de l'Occident médiéval**. Paris : Arthaud, 1964.

LE GOFF, JACQUES. **L'imaginaire médiéval**. Paris : Éditions du Seuil, 1985.

LE GOFF, JACQUES. **O Imaginário Medieval**. Lisboa: Editorial Estampa, 1994.

LEFORT, Claude. **Les Formes de l'Histoire : Essais d'anthropologie politique**. Paris: Gallimard, 1978.

LIMA, Henrique Espada; SILVA JÚNIOR, Waldomiro Lourenço da; MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti (Orgs.). **Histórias de escravidão e pós-emancipação no Atlântico (séculos XVIII ao XX)**. São Leopoldo: Casa Leiria, 2022.

LIZARDO, J. «**A Utilização de Estruturas Rochosas na ilha da Madeira e sua relação com o início do Povoamento**». Ilharq, 8. 2008. pp. 60-67.

LOBO CABRERA, M. (1990). «**La historia de las islas: Canarias y Madeira**», in Actas do II Colóquio Internacional de História da Madeira. Funchal, 1990. pp. 531-546.

LOBO CABRERA, M. . **As Tentativas Frustradas para Ocupação de uma das Ilhas Canárias pelos Portugueses**, in ALBUQUERQUE, L. de, Portugal no Mundo. Lisboa: Ed. Alfa, vol. I, 1989. pp. 150-161.

LOBO CABRERA, M. «**Azoreanos en los censos del Tribunal de la Inquisición de Canárias**». Boletim do instituto da Ilha Terceira, vol. XLIX,1991. p. 193-209.

LOBO CABRERA, M. «**Gran Canaria y los contactos con las islas portuguesas atlánticas: Azores, Cabo Verde y Santo Tomé**», in Colóquio Internacional de Historia Marítima. Las Palmas de Gran Canaria,1982. pp. 311-334.

LOBO CABRERA, M. «Inmigrantes azoreanos en Gran Canaria durante el período filipino». **Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira**, vol. XLV, 1988. p. 1207-1222.

LOBO CABRERA, M. **Don Agustín de Herrera y Rojas, I Marqués de Lanzarote**. Puerto del Rosario: Cabildo Insular de Fuerteventura; Arrecife: Cabildo Insular de Lanzarote,1995.

LOBO CABRERA, M. e MARTIN SOCAS, M. (1983b). «**Emigración y comercio entre Madeira y Canarias en el siglo XVI**». Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira, XLI. Angra do Heroísmo.

LOBO CABRERA, M. e TORRES SANTANA, E. (1983a). «**Aproximación a las relaciones entre Canarias y Azores en los siglos XVI y XVII**». Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira, XLI. Angra do Heroísmo.

LOBO CABRERA, M. **El Comercio Canario Europeo Bajo Filipe II**. Funchal,1988.

LOBO CABRERA, M. **El mundo del mar en la Gran Canaria del siglo XVI: navíos, marinos, viajes**. Madrid: Patronato de la Casa de Colón, Separata Anuario de Estudios Atlánticos, 26.1980.

LOBO CABRERA, M. **Los grupos humanos en la sociedad canaria del siglo XVI**. Las Palmas de Gran Canaria,1979.

LOBO CABRERA, M. **Protocolos de Alonso Gutiérrez (1520-1521)**. Tenerife,1979.

LÓPEZ Y SEBASTIÁN, ENRIQUE. **Frutas del mundo afroatlántico**. Bogotá: Editorial Caribe, [s.d.], p. 234.

LÓPEZ Y SEBASTIÁN, Lorenzo E. Gastronomía étnica jamaicana: notas para su historia. In: ESCOBEDO MANSILLA, Ronald; ZABALLA BEASCOECHEA, Ana de; ÁLVAREZ GILA, Óscar (Orgs.). **ALIMENTACIÓN Y GASTRONOMÍA: cinco siglos de intercambios entre Europa y América**. Pamplona: Asociación Española de Americanistas; Newbook Ediciones, 1998. p. 234–235.

- LÓPEZ, ELSA. **Inevitable océano**. Madrid: Ediciones Torremozas, 1982.
- LÓPEZ, Elsa. Tredici poesie (trad. di Danilo Manera). Tintas. **Quaderni Di Letterature Iberiche E Iberoamericane**. n.11, p.75–102, dez. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.54103/2240-5437/19273>. Acesso em: 30 abr. 2024
- LOVECRAFT, H.P. **Supernatural Horror in Literature**, Dover Publications, New York, 1945.
- LOVEJOY, P. E. (2000): **Trasformation in Slavery: a History of Slavery in Africa**, Cambridge University Press, Cambridge. Germán Santana Pérez.
- LUGONES, Maria. (2005). Multiculturalismo radical y feminismos de mujeres de color. **Revista Internacional de Filosofía Política**, 2005.
- LUGONES, Maria. "**Heterosexualism and the Colonial/Modern Gender System**". *Hypatia*, v. 22, n. 1, p. 186-209, 2007.
- LUGONES, Maria. Street Walker Theorizing. *In*: LUGONES, Maria; McFADDEN, Patricia (Ed.). **Pilgrimages/Peregrinajes: Theorizing Coalition Against Multiple Oppression**. Lanham, Md.: Rowman & Littlefield Publishers, 2003.
- LUGONES, Maria. Multiculturalismo radical y feminismos de mujeres de color. **Revista Internacional de Filosofía Política**, n.25, p.61-76, 2005
- LUGONES, Maria. Colonialidad y género. **Tabula Rasa**, n.9, Julio/Diciembre, 2008.
- MAGALHÃES GODINHO, VITORINO. **Os Descobrimentos e a Economia Mundial**. 2 vols. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1963-1965.
- MALDONADO TORRES, Nelson. **Thinking through the Decolonial Turn: Post-Continental Interventions in Theory, Philosophy, and Critique – an Introduction**. *Transmodernity: Journal of Peripheral Cultural Production of the Luso-Hispanic Word*, Merced, Califórnia, v.2, n.1, p.1-15, 2011.
- MALDONADO-TORRES, Nelson. Césaire y la crisis del hombre europeo. *In*: CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre el colonialismo**. Madrid: Ediciones Akal, 2006. p. 173-196.
- MALDONADO-TORRES, Nelson. **Against war: Views from the underside of modernity**. Durham, N.C.: Duke University Press, 2008.
- MALDONADO-TORRES, Nelson. Césaire y la crisis del hombre europeo. *In*: CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre el colonialismo**. Madrid: Ediciones Akal, 2006.
- MALDONADO-TORRES, Nelson. **Sobre la decolonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto**. *In* CASTRO-GOMEZ, Santiago; GROSGUÉL, Ramón (Orgs.). **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2007.

MARQUESE, Rafael; PIMENTA, GARRIDO, João Paulo. Tradições de história global na América Latina e no Caribe. **História e Historiografia**. Ouro Preto, n. 17, p. 30-49, abr. 2015. Disponível em: doi: 10.15848/hh.v0i17.775. Acesso em: 30 ago. 2020.

MARTÍ, José. **Nuestra América**. 1. ed. 1891.

MARTÍNEZ HERNÁNDEZ, Marcos. **Las Islas Canarias en la Antigüedad Clásica: Mito, Historia, Imaginario**. Tenerife: Centro de La Cultura Popular Canaria, 2002.

MARTÍNEZ HERNÁNDEZ, Marcos. **Las Islas Canarias: de la Antigüedad al Renacimiento**. Santa Cruz de Tenerife: Nuevos Aspectos, 1996.

MARTÍNEZ HERNÁNDEZ, Marcos: **Las Islas Canarias en la Antigüedad Clásica**. Mito, Historia, Imaginario, Tenerife, Centro de la Cultura Popular Canaria, 2002.

MARTÍNEZ, José María Blazquez. “**Las Islas Canarias en la antigüedad.**” Anuario de Estudios Atlánticos, n. 23, p. 35-50, 1977.

MAURO, Frédéric. **Le Portugal et l'Atlantique au XVIIe siècle: 1570-1670: étude économique**. Paris : S.E.V.P.E.N., 1960.

MAURO, Frédéric. **Le Portugal et l'Atlantique au XVIIe siècle, 1570-1670**. Paris: Sevpen, 1970.

MEINIG, D. W. **The shaping of America: A geographical perspective on 500 years of history**. Vol. I: Atlantic America 1492-1800. New Haven: Yale University Press, 1986.

MENÉNDEZ-PIDAL, Gonzalo. **Hacia una nueva imagen del mundo**. Madrid: Alef de Bronce, 2003.

MENEZES, Jeannie da Silva. **Sem embargo de ser fêmea: as mulheres e um estatuto jurídico em movimento no direito local de Pernambuco no século XVIII**. 2010.

MERCEDES OYHANTCABAL, L. (2021). Los aportes de los Feminismos Decolonial y Latinoamericano. **ANDULI**, Revista Andaluza de Ciencias Sociales, n.20, p.97-115.

MIGNOLO, Walter D. **Local Histories/Global Designs: Coloniality, Subaltern Knowledges, and Border Thinking**. Princeton: Princeton University Press, 2000.

MIGNOLO, Walter D. **The darker side of the Renaissance: Literacy, Territoriality, and Colonization**. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1995.

MIGNOLO, Walter D. **The darker side of Western modernity: global futures, decolonial options**. Durham: Duke University Press, 2011.

MIGNOLO, Walter D. **The idea of Latin America**. Malden: Blackwell Publishing, 2003.

MIGNOLO, Walter D. **Historias locales/diseños globales: Colonialidad, conocimientos subalternos y pensamiento fronterizo**. Madrid: Ediciones Akal, 2003. p. 29-30.

MILLER, Joseph C. **History and Africa/Africa and History**. *The American Historical Review*, v.104, n.1, p.1-32, feb. 1999.

MILLER, Joseph C. **Way of Death: Merchant Capitalism and the Angolan Slave Trade, 1730–1830**. Madison: University of Wisconsin Press, 1988.

MILLER, JOSEPH. **History and Africa/Africa and History**. *The American Historical Review*, v.104, n.1, p.1-32, feb. 1999.

MINISTÉRIO DA CULTURA. Fundação Biblioteca Nacional Departamento Nacional do Livro. **A carta de Pero Vaz de Caminha**. Disponível em https://objdigital.bn.br/objdigital2/Acervo_Digital/livros_eletronicos/bndigital0009/bndigital0009.pdf ;. Acesso em: 09 de março de 2022.

MOJICA, Dairo Sánchez. **A bruxa negra como alteridade abismal do poder escravista: Cartagena de Indias, 1618-1622**. *Nómadas*, v. 45, p. 153-167, out. 2016. Disponível em: <https://nomadas.ucentral.edu.co>. Acesso em: 09 de março de 2022.

MOJICA, Dairo Sánchez. **La diáspora del arrabal**. Potencias interculturales insurrectas, colonialidad urbana y segregación espacial racializada en Cartagena de Indias (Colombia). 2024. Tese (Doutorado em Estudos Culturais Latino-Americanos) — Universidade Andina Simón Bolívar, sede Equador, 2024.

MONTEIRO, JOHN MANUEL. Armas e armadilhas. História e resistência dos índios. *In: NOVAES, Adauto (org.). A outra margem do Ocidente*. São Paulo: Companhia da Letras & Minc-Funarte, 1999. p. 237-249,

MONTEIRO, John Manuel. **Tupis, tapuias e historiadores: estudos de história indígena e do indigenismo**. 2001. 233 f. Tese (Livre-Docência) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001. Disponível em: <https://www.repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/343676>. Acesso em: 20 jan. 2024.

MORAGA, Cherríe; ANZALDÚA, Gloria (Ed.). **This bridge called my back: Writings by radical women of color**. Watertown: Persephone Press, 1981.

MORALES PADRÓN, Francisco. **El Comercio Canario-Americano (siglos XVI-XVIII)**. Sevilla: Escuela de Estudios Hispanoamericanos, 1955.

MOREJÓN, Nancy. Mujer negra. *In: Cuerda veloz*. La Habana: Instituto Cubano del Libro. Editorial Letras Cubanas, 2005, p. 113-115.

MOREJÓN, Nancy. **Nación y Mestizaje en Nicolás Guillén**. La Habana: Editora Unión, 2005.

MOREJÓN, Nancy. **Querencias**. *In: Querencias/ Homing instincts*. Poems by Nancy Morejón; translated by Pamela Carmell. Chico: Cubanabooks, 2013.

MOYA PONS, Frank. **Historia Colonial de Santo Domingo**, U.C.M.M., Santiago, República Dominicana, 1974.

MOYA PONS, Frank. **Manual de Historia Dominicana**, U.C.M.M., Santiago, República Dominicana, 1978.

MUDIMBE, Valentin Y. **The Invention of Africa: Gnosis, Philosophy, and the Order of Knowledge**. Bloomington: Indiana University Press, 1988.

NICHOLS, Grace. **I Is a Long-Memored Woman**. London: Karnak House, 1983.

NICOLS, Grace. **Poemas de Grace Nichols**. Festival Internacional de Poesía de Medellín, 2024. Disponível em: https://www.festivaldepoesiamedellin.org/es/Revista/ultimas_ediciones/86_87/nichols.html . Acesso em: 30 dez. 2024.

NOVAIS, Fernando A. **Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)**. São Paulo: Editora HUCITEC, 2005.

NÚÑEZ-RODRÍGUEZ, Xiomara . Las otras islas del Caribe: una revisión del concepto de meta-archipiélago a través de los discursos identitarios de las islas Canarias y el archipiélago Antillano. **Anuario de Estudios Atlánticos**, nº 66: 066-008, 2019. Disponível em: <http://anuariosatlanticos.casacolonia.com/index.php/aea/article/view/10541/9910> . Acessado em: 10 de janeiro de 2025.

OLSTEIN, Diego. **Thinking history globally** Londres: Palgrave Macmillan, 2015.

ORTIZ PEDRAZA, Francisco. **El Caribe en la conquista de México**. *Cuicuilco* [en línea]. 2003, 10(29), 0[fecha de Consulta 4 de Mayo de 2025]. ISSN: 1405-7778. Disponible en: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=35102902>. Acesso em: 28 set. 2023.

ORTIZ PEDRAZA, Manuel. **Caribe y poder colonial**. Santo Domingo: Archivo General de la Nación, 2003.

ORTIZ, Fernando. **Contrapunteo cubano del tabaco y el azúcar**. 1. ed. Havana: Jesús Montero, Impresor-Editor, 1940.

ORTNER, S. B. Poder e projetos: reflexões sobre a agência. *In: GROSSI, M; ECKERT, C; FRY, P. (org.). Conferências e Diálogos: Saberes e Práticas Antropológicas*. Blumenau: Nova Letra, 2007. p. 45-80. Pagu (4), 1995.

OUTHWAITE, Leonard. **The Atlantic: A history of an ocean**. New York: Coward-McCann, 1957.

OVIEDO, Gonzalo Fernández De. **Historia general y natural de las Indias**. 2. ed. Sevilha: Juan de la Cuesta, 1557.

PADORNO, Eugenio. **Vueltas y revueltas en el paraíso**, Tenerife, La caja literaria, 2006.

PADORNO, Manuel. Cancion Atlantica. *In*: PADORNO, Manuel. **Cancion del Atlantico**. Barcelona: Tusquets, 2003.

PALMER, R. R. **The age of democratic revolution**: a political history of Europe and America, 1760-1800. Princeton: Princeton University Press, 1959-1964. 2 v.

PANÉ, Ramón. **Relación acerca de las antigüedades de los indios**. 1498. Publicada em Barcelona: Editorial Espasa Calpe, 1992.

PARRY, J. H. **Europe and the wider world**, 1415-1715. London: Hutchinson's University Press, 1949.

PARRY, J. H. **The Spanish seaborne empire**. London: Hutchinson's University Press, 1966.

PAZ, Octavio. **O labirinto da solidão e post scriptum**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

PEREZ ALEMAN, Bruno, **Las agonias insulares de Miguel de Unamuno**, Las Palmas de Gran Canaria, Anroart, 2010.

PÉREZ FLORES, Larisa. Canarias criolla: raza, sexo y colonialidad. COLOQUIO DE HISTORIA CANARIO-AMERICANA, 24, 2020, Las Palmas de Gran Canaria. **Anais [...]**. Las Palmas de Gran Canaria: Cabildo de Gran Canaria, 2021. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/congreso/edicion/12734>. Acesso em: 27 mar. 2023.

PEREZ, Gérman Santana. “**Encuentros y transformaciones en la construcción histórica de las Antillas y las Islas Canarias**. Siglos XV – XVII” (2007, p. 57-58).

PIZARRO, Ana (Org.). **El archipiélago de fronteras externas**: Culturas del Caribe hoy. Santiago: Editorial Universidad de Santiago, 2002.

PLINIO EL VIEJO. **Historia Natural**. Libros III-VI. Traducción y notas de Antonio Fontán, Ignacio García Arribas, Encarnación del Barrio, M.^a Luisa Arribas. Sánchez Pacheco, 81, Madrid, 1998.

POLLACK, Michel. **Mémoire, oublie, silence**. *In* : POLLACK, Michael. Vienne 1900: une identité blessée. Paris : Métailié, 1993.

PORTLAND INSTITUTE FOR CONTEMPORARY ART. **"No Human Involved"** ("NHI") Reference Guide. PICA, Portland, 2019.

POTIGUARA, Eliane. **Se me permite, eu vou falar**. 1. ed. São Paulo: Editora 34, 2005.

PRIORE, Mary del. **Sobreviventes e Guerreiras**: uma breve história da mulher no Brasil de 1500 a 2000. 2. ed. São Paulo: Planeta, 2020.

PRIORE, Mary del; AMANTINO, Marcia (org.). **História do Corpo no Brasil**. São Paulo: Unesp, 2011.

QUIJANO, Aníbal. "Colonialidad del poder y clasificación social". In: CASTRO –

GÓMEZ, Santiago; GROSGUÉL, Ramón (Org.). **El giro Decolonial**: Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Pontificia Universidad Javeriana / Siglo del Hombre, 2007. p. 93-126

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In.: **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciência sociais – perspectivas latino-americanas, 2005, 27p.

QUINTERO, P. (2010). **Notas sobre la teoría de la colonialidad del poder y la estructuración de la sociedad en América Latina**. Papeles De Trabajo. Centro De Estudios Interdisciplinarios En Etnolingüística Y Antropología Socio-Cultural (19). 2010. p.1-15.

RABELO, Danilo. "**Um balanço historiográfico sobre o garveyismo às vésperas do centenário da Unia**". Revista Brasileira do Caribe, v. 13, n. 26. 2013. p.495-541.

RÀFOLS, Elías Serra; CIORANESCU, Alejandro. **Le Canarien**: crónicas francesas de la conquista de Canarias. Introducción. La Laguna: Instituto de Estudios Canarios, 1959.

RAMA, Ángel. **La ciudad letrada**. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 1984.

RAMA, Ángel. **Transculturación narrativa en América Latina**. 1. ed. Buenos Aires: Siglo XXI, 1982.

RAMA, Ángel. **Transculturación narrativa en América Latina**. 1. ed. Coyoacán: Editora Nómada, 2019.

RAMINELLI, Ronald. Elites indígenas na conquista Nova Espanha c. 1520-1600. In: ACRUCHE, Hevelly Ferreira; SILVA; Bruno. **As américas em perspectiva**: das conquistas às independências. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2023.

RAMINELLI, Ronald. Eva Tupinambá. In: PRIORE, Mary del (ed.) **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997.

RAMONEDA, Arturo, **Antología de la poesía española del siglo XX (1890-1939)**, Madrid, Alianza Editorial, 1995.

REIS, Livia. O Haiti é aqui, o mar sem fronteiras. In: Carrizo, Silvina Liliana (Org.). Jovita Maria Gerheim Noronha; (Org.). **Relações literárias interamericanas**: território e cultura. Juiz de Fora: UFJF, 2010.

RETAMAR, Roberto Fernández. **Caliban**: Notas para una interpretación de la cultura en nuestra América. La Habana: Editorial Casa de las Américas, 1971.

RETAMAR, Roberto Fernandez. **Todo Caliban**. Buenos Aires: CLACSO, 2006.

RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a civilização**. 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 1970.

RESTREPO, Eduardo; ROJAS, Axel. **Inflexión decolonial**: Fuentes, conceptos y cuestionamientos. Popayán, Colombia: Editorial Universidad del Cauca, 2010.

RIVAS MENDOZA, Cándida. "Ave Viajera". p. 12. Disponível em: <https://bidezvide.org/wp-content/uploads/2021/11/Poesia-decolonial-Don1-2021.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2025.

RIVERA CUSICANQUI, Silvia. **Oprimidos, pero no vencidos**: Luchas del campesinado aymara y quechua, 1900-1980. La Paz: Ediciones Aruwiwiri, 1984.

RIVERO SUÁREZ, B.: El proceso de elaboración del azúcar en Tenerife en el siglo XVI. COLOQUIO INTERNACIONAL DA MADEIRA, 2, 1989, Funchal. **Anais [...]** Funchal, 1989, p. 701-713.

ROBINSON, Carey. **The Fighting Maroons of Jamaica**. London, 1969.

ROBINSON, Cedric. **Black Marxism**: The Making of the Black Radical Tradition. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1983.

ROCHA, Enilce Albergaria. **A Utopia do Diverso**: O Pensamento Glissantiano nas Escritas de Édouard Glissant e Mia Couto. Tese de doutoramento. São Paulo: USP, 2001.

RODNEY, Walter. **The Groundings with my Brothers**. Londres : Bogle-L'Ouverture Publications, 1983.

RODÓ, José Enrique. **Ariel**. Montevideo: Editorial Universitaria, 1900.

RODÓ, José Enrique. **Ariel**. Montevideo: Editorial Universitaria, 1900.

RODRÍGUEZ QUINTANA, Jose Yeray. **Saulo Toron, el Orillado**: una propuesta de relectura de su vida y su obra. Las Palmas de Gran Canaria: Ediciones del Cabildo Insular de Gran Canaria, 2009.

ROJAS, Carlos Antonio Aguirre. **América Latina**: história y presente. Morelia: Red Utopia & Jitanjáfora Morelia Editorial, 2001.

RONQUILLO PEÑA, Soraya. **Donde habito**. [S.l.], [2021?]. Disponível em: <https://revistadecolonial.org/donde-habito>. Acesso em: 04 maio 2025.

ROUSE, Irving. **The Tainos**: Rise and Decline of the People Who Greeted Columbus. New Haven : Yale University Press, 1992.

ROUSSEAU, JEAN-JACQUES. **Discours sur l'origine et les fondements de l'inégalité parmi les hommes**. Amsterdam: Marc-Michel Rey, 1755.

ROY, Ananya. 2017. "Dis/possessive collectivism: Property and personhood at city's end". **Geoforum**, v. 80:A1-A11.

RUFER, Mario. El perpetuo conjuro: tiempo, colonialidad y repetición en la escritura de la historia. **Historia y Memoria**, Colômbia, número especial, p. 271-306, 2020.

RUMEU DE ARMAS, Luis. **Canarias y el Atlántico: Piraterías y ataques navales**. Madrid: Ediciones de la Universidad Autónoma de Madrid, 1991.

RUSSELL, P.E. **El descubrimiento de las Canarias y el debate medieval**. 1978.

RUSSELL, P.E. Fontes Documentais para a História da Expansão Portuguesa na Guiné nos últimos anos de D. Afonso V. **Do Tempo e da História**, IV. 1971.

RUSSELL, P.E. **O Infante D. Henrique e as Ilhas Canárias: uma Dimensão Mal Compreendida da Biografia Henriquina**. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1979.

RUSSEL-WOOD, A. J. R. **Sulcando os mares: um historiador do império português enfrenta a "Atlantic History"**. História, São Paulo, v. 28, n.1, p. 17-79, 2009.

SACRISTÁN, J. Gimeno; GÓMEZ, A.I. Pérez. **Compreender e transformar o ensino**. Tradução de Ernani F. da Fonseca Rosa. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 1998.
SAHAGÚN, Bernardino de. **Historia general de las cosas de la Nueva España**. Edición moderna. México: Editorial Porrúa, 2000. (Original elaborado entre 1569-1585).

SALLMANN, Jean-Michel. **Le streghe amanti di Satana**. Milano: Electa Gallimard, 1995.

SAMPAIO, Maria Clara S. Carneiro. Emancipação nas Américas. *In*: SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos Santos (orgs.). **Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 210-215.

SANCHEZ ROBAYNA, Andres, **Museo Atlantico** (Antologia de la poesia canaria), Santa Cruz de Tenerife, Interinsular canaria, 1983.

SANCHO RAVELO, Juan Carlos de. **Poetas de las Islas Canarias**. Mexico DF, La Otra, 2011.

SANTANA PÉREZ, Germán. Canarias y Antillas como campos de experimentación atlántica. *In*: GARCÍA RAMOS, Juan-Manuel (org.). **Los otros diálogos atlánticos**. Las Palmas de Gran Canaria: Fundación Canaria MAPFRE GUANARTEME, 2013. p. 29-44.

SANTANA PÉREZ, Germán. **El África Atlántica: la construcción de la historia atlántica desde la aportación africana**. **Vegueta: Anuario de la Facultad de Geografía e Historia**, v. 14, p. 11–25, 2014. ISSN 1133-598X. Disponível em: . Acesso em: 4 jan. 2025.

SANTANA PÉREZ, Germán. Encuentros y transformaciones en la construcción histórica de las Antillas y las Islas Canarias. Siglos XV–XVII. **Anuario de Estudios Atlánticos**, n. 53, p. 57–98, 2007.

SANTIAGO, Silviano. O entre-lugar do discurso latino-americano. *In*: SANTIAGO, Silviano. **Uma literatura nos trópicos**. São Paulo: Perspectiva, 1978. p. 11-21.

SARAMAGO, José. **O conto da ilha desconhecida**. Porto: Porto Editora, 2019.

SARMIENTO, D. F. Conflito e harmonia de raças em América. *In*: HALPERÍNDONGHI, T. **Proyecto y construcción de una nación (1846-1880)**. Buenos Aires: Ariel, 1995.

SCHAFER, Ernesto. **El Consejo Real y Supremo de Indias**. 2. ed. Sevilla: Escuela de Estudios Hispano-Americanos, 1935-1947.

SCHWARTZ, Stuart B. Escravidão indígena e o início da escravidão africana. *In*: SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos Santos (orgs.). **Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 216-222.

SCOTT, Joan. **Gender: a useful category of historical analyses**. Gender and the politics of history. New York, Columbia University Press. 1989.

SHAKESPEARE, William. **The Tempest**. London: [s.n.], 1623.

SILVA, Joaquim Norberto de Sousa. **Brasileiras célebres**. Brasília, Senado Federal, Conselho Editorial, 2004. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/188343> . Acesso em: 20 abr. 2023.

SILVA, Laís Maria da Costa. Entre o dito e o não dito: lugares ocupados por mulheres indígenas nas Capitânicas do Norte (XVI E XVII). **Revista Latino-Americana de História**. São Leopoldo, v. (12) n. (29), p. (81 - 93), (Jan./Dez.), 2023.

SKURA, Meredith Anne. **The Case of Colonialism in The Tempest: Caliban**. New York: Chelsea, 1992.

SOUSA, Gabriel Soares de. **Tratado descritivo do Brazil em 1587**. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1851. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/4795>. Acesso em: 10 set. 2023.

SOUZA, Laura de Mello e. **Inferno Atlântico: Demonologia e Colonização, Séculos XVI - XVIII**. São Paulo: Cia das Letras, 2001.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. Can the subaltern speak? **Critical Inquiry**, v. 12, n. 1. 1983. p. 66-111.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. Pode o subalterno falar? **Estudos Feministas**, v. 1, n. 2. 1993. p. 91-113.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Trad. Sandra Regina Goulart Almeida; Marcos Pereira Feitosa; André Pereira. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **¿Pueden hablar los subalternos?** Barcelona: MACBA, 2009.

ST. JOHN, Spencer. **Haiti or the Black Republic.** Londres: Sampson Low, Marston, Searle & Rivington, 1884.

STRAET, Jan van der. **Allegory of America.** (1587-89) Disponível em: <https://www.metmuseum.org/art/collection/search/343845>. Acesso em: 20 nov. 2024.

STADLER, Thiago David. **PLÍNIO, O VELHO:** nos caminhos da História Natural [recurso eletrônico] / Thiago David Stadler. Campo Mourão: FECILCAM, 2021.

TAYLOR, Taylor. **Imaginaris sociales modernos.** Barcelona: Paidós Ibérica, 2006.

THEVET, André. **Les singularitez de la France antarctique, autrement nommee Amerique:** [et] de plusieurs Terres [et] isles decouvertes de nostre temps. Paris [França]: chez les heritiers de Maurice de la Porte, au clos Bruneau, a l'enseigne S. Claude, 1557. p.126 Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasraras/or813719/or813719.pdf. Acesso em: 27 dec. 2024.

THOMAS, Keith. **Religião e o declínio da magia:** estudos sobre crenças populares na Inglaterra dos séculos XVI e XVII. Tradução de Lúcia Mathilde Endlich Orth. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

THOMAS, Keith. **Religion and the Decline of Magic:** Studies in Popular Beliefs in Sixteenth and Seventeenth Century England. London: Weidenfeld and Nicolson, 1971.

THORNTON, John. **A chart of the Caribe Ilands.** Map. London: Signe of England, Scotland, and Ireland in the Minories, 1680. Disponível em: <https://www.loc.gov/item/2007633672/>. Acesso em: 05 jun. 2023.

TINSLEY, Omise'eke Natasha. **Thieving Sugar:** Eroticism between Women in Caribbean Literature. Durham: Duke University Press, 2010.

TODOROV, Tzvetan. **A conquista da America** - a questão do outro. Trad. Beatriz Perrone Molsés. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

TODOROV, Tzvetan. **A conquista da América:** a questão do outro. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

TODOROV, Tzvetan. **A conquista da América:** a questão do outro. Tradução de Sérgio Tellaroli. 15. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

TODOROV, Tzvetan. **La conquête de l'Amérique** : le problème de l'autre. Paris: Éditions du Seuil, 1982.

TORRE, Carlos de La. **La esclavitud en América Latina**. Quito: Abya Yala, 1989.

TRAPERO, Maximiano. **Estudios sobre el guanche**: La lengua de los primeros habitantes de las Islas Canarias. Las Palmas de Gran Canaria: Fundación Mapfre, 2007.

TREVISAN, Ana Lúcia; ATIK, Maria Luiza Guarnieri. **Narrativas insólitas ou realidades possíveis**. São Paulo: Todas as Musas, 2019. 184p.

TREVISAN, Ana Lúcia. **Curso: Mulheres do Fantástico (Aula 3)**. YouTube, 20 jul. 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=40N7rzRsnSM>. Acesso em: 29 jul. 2022.

TROUILLOT, Michel-Rolph. 1992. "The Caribbean Region: An Open Frontier in Anthropological Theory". **Annual Review of Anthropology**, v. 21. 1992.

TROUILLOT, Michel-Rolph. **Silenciando o passado**: poder e a produção da história. Trad. Sebastião Nascimento. Curitiba:huya, 2016.

TURBET-DELOF, Guy. **L'Afrique barbaresque dans la littérature française aux XVIe et XVIIe siècles**. Genève: Librairie Droz, 1973.

VALENCIA, Elcinda. **Esta es mi tierra**. Bogotá: Editorial Oveja Negra, 1984.

VALLEJO, Eduardo Aznar. **La colonización de las Islas Canarias en el siglo XV**. En la España Medieval. Tomo V. Editorial de la Universidad Complutense. Madrid 1986.

VALLEJO, Eduardo Aznar. **La integración de las Canarias en la corona de Castilla**. 1992.

VALLEJO, Eduardo Aznar. **La integración de las Islas Canarias en la Corona de Castilla**. 1983.

VALLEJO, Juan Aznar. **Canarias en los orígenes de la civilización atlántica**. 2020. Disponível em: https://www.museosdetenerife.org/mha-museo-de-historia-y-antropologia/wp-content/uploads/sites/4/2020/12/Bierehite2019_05.pdf. Acesso em: 03 jan. 2022.

VENGOA, Hugo Fazio. **El mundo global**: una historia. Bogotá : Ediciones Uniandes, 2013. 135p.

VERIER, Jean Le ; BOUTIER, Pierre. **Le Canarien**. c. 1404-1405. Manuscrito Egerton 2709. British Library, Londres.

VERLINDEN, Charles. **Les origines de la civilisation atlantique**. Neuchâtel : Éditions de la Baconnière, 1966.

VERLINDEN, Charles. **The beginnings of modern colonization**. Ithaca/London: Cornell University Press, 1970.

VERONELLI, A. **Sobre la colonialidad del lenguaje**. Universitas humanística (81), 2016, 33-58.

VIEIRA, Alberto. As Relações entre a Madeira e as Canárias nos Séculos XV-XVII. O Estado da Questão. COLOQUIO DE HISTORIA CANARIO-AMERICANA, 8, 1987, Las Palmas de Gran Canaria. **Anais [...]**. Las Palmas de Gran Canaria: Cabildo de Gran Canaria, 1988.

VIEIRA, Alberto. O Infante D. Henrique e o Senhorio de Lanzarote. Implicações Políticas, Sociais e Económicas. In: **II Jornadas de História de Lanzarote e Fuerteventura**. 1990. Arrecife, t. I, pp. 259-274.

VIEIRA, Alberto. **O Comércio Inter-insular nos Séculos XV e XVI** (Madeira, Açores e Canárias). Funchal, 1987.

VIEIRA, Alberto. **As Ilhas e o Sistema Atlântico**. Anuario de Estudios Atlánticos, Madrid-Las Palmas, n. 54-I, p. 207-222, 2008. ISSN 0570-4065.

VIEIRA, Alberto. Rupturas e conflitos no mundo insular atlântico: séculos XV-XIX. **Anuario de Estudios Atlánticos**, Las Palmas de Gran Canaria, Espanha, n. 59, p. 203-252, 2013.

VIEIRA, Sarah Munck. **Víctor Álamo de la Rosa e os devaneios atlânticos**. 2014. 167 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2014. Disponível em: Acesso em: 10 de out. 2023.

VIERA Y CLAVIJO, J. **Historia de Canarias**, vol. I. Santa Cruz de Tenerife: Gova Ediciones, 1982.

VILLARROEL PEÑA, Yetzy Urimar. **Feminismos descoloniales latinoamericanos: geopolítica, resistencia y Relaciones Internacionales**. Relaciones Internacionales, n.39, p.103-119, 2018.

WASSERMAN, C. A primeira fase da historiografia latino-americana e a construção da identidade das novas nações. **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, Ouro Preto, v. 4, n. 7, p. 94–115, 2011. DOI: 10.15848/hh.v0i7.338. Disponível em: <https://revistahh.emnuvens.com.br/revista/article/view/338>. Acesso em: 2 jan. 2024.

WELLS, Robert V. **Population of the British Colonies in America before 1776: a Survey of Census Data**. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 2015.

WILLIAMS, J. J. **The Maroons of Jamaica**. London, 1938.

WRIGHT, LOUIS B. **The Atlantic frontier**: Colonial American civilization, 1607-1763. New York: Harper & Row, 1947.

WRIGHT, Richard. **The Color Curtain**. Cleveland e New York: World, 1956.

WYNTER, Sylvia. 1492: A New World View. *In*: HYATT, Vera Lawrance; NETTLEFORD, Rex (Orgs.) **Race, Discourse and the Origin of the Americas**. Washington, D.C.: Smithsonian Institution Press. y Ultramar. México: Fondo de cultura económica, 1981.

WYNTER, Sylvia. "1492: A New World View." *In*: Vera Lawrance; NETTLEFORD, Rex (Orgs.) **Race, Discourse, and the Origin of the Americas: A New World View**. Washington, D.C.: Smithsonian Institution Press, 1995.

WYNTER, Sylvia. Nenhum Humano Envolvido: Carta Aberta a Colegas". Trad. de Stella Z. Paterniani e Patricia D. Fox. *In*: C. Barzagli; S. Paterniani; A. Arias (orgs.), **Pensamento negro radical**: antologia de ensaios. São Paulo: crocodilo/n-1, 2021.

WYNTER, Sylvia. **No Humans Involved**: An Open Letter to My Colleagues". Forum N.H.I. Knowledge for the 21st Century. v. I, n. I. 1994.

WYNTER, Sylvia. On how we mistook the map for the territory, and re-imprisoned ourselves in our unbearable wrongness of being, of désêtre: Black studies toward the human project. *In*: GORDON, Lewis R.; GORDON, Jane Anna (Org.). **Not only the master's tools: African-American studies in theory and practice**. Boulder: Paradigm Publishers, 2006. p. 107–169.

WYNTER, Sylvia. **Beyond Liberal and Marxist Leninist Feminisms**: Towards an Autonomous Frame of Reference. In *Feminist Theory at the Crossroads*. Annual Conference of the American Sociological Association. San Francisco, 1982.

WYNTER, Sylvia. Beyond Miranda's Meanings: Un/silencing the 'Demonic Ground' of Caliban's Woman. *In*: BOYCE DAVIES, Carole; FIDO, Elaine Savory (Orgs.). **Out of the Kumbia**: Caribbean Women and Literature. Trenton: Africa World Press, 1990. p. 355-370.

WYNTER, Sylvia. **The Hills of Hebron**. New York: Simon and Schuster, 1962.

WYNTER, Sylvia. **The political and cultural significance of the plantation**. *The Caribbean Quarterly*, v. 15, n. 1, p. 1-15, 1969.

WYNTER, Sylvia. **The Re-Enchantment of Humanism**: An Interview with Sylvia Wynter (por David Scott). *Small Axe*, 8, 2000. pp. 119-207.

WYNTER, Sylvia. Towards the Sociogenic Principle: Fanon, Identity, the Puzzle of Conscious Experience, and What It Is Like to Be 'Black'. *In*: DURAN-COGAN, Mercedes; GOMEZ-MORIANA; Antonio (Eds.), **National Identities and Sociopolitical Changes in Latin America**. New York: Routledge, 2001.

WYNTER, Sylvia. Unsettling the Coloniality of Being/Power/Truth/Freedom: Towards the Human, After Man, Its Overrepresentation-An Argument. CR: **The New Centennial Review**, 3(3), 1994. p. 257-337.

WYNTER, Sylvia. **Unsettling the Coloniality of being/Power/Truth/Freedom: Towards the Human, After Man, Its Over-Representation -- An Argument.** CR: *The New Centennial Review* 3, 3:257-337, 2003.

ZAVALA, Silvio. **Instituciones jurídicas en la conquista de América.** Madrid: s.n., 1935.

ZURARA, Gomes Eanes de. **Crônica do Descobrimento e Conquista de Guiné.** Manuscrito. Arquivo Nacional da Torre do Tombo: Lisboa, 1453.